

Márcio Zanardini Vegas

## **O que faz um psicanalista?**

Uma leitura do seminário O Ato Psicanalítico de Lacan

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Orientador Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa.

Florianópolis  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vegas, Márcio

O que faz um psicanalista? : Uma leitura do seminário  
O Ato Psicanalítico de Lacan / Márcio Vegas ; orientador,  
Fernando Aguiar Brito de Sousa - Florianópolis, SC, 2013.  
209 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. psicanálise. 3. formação do analista.  
4. ato psicanalítico. 5. função psicanalista. I. Aguiar  
Brito de Sousa, Fernando . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.  
III. Título.

Márcio Zanardini Vegas

### **O que faz um psicanalista?**

Uma leitura do seminário O Ato Psicanalítico de Lacan

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Psicologia” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Florianópolis, 16 de Março de 2013.

---

Prof. Maria Aparecida Crepaldi, Dr.  
Coordenadora do Curso

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Fernando Aguiar Brito de Sousa, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Antonio Godino Cabas, Dr.  
Escola da Coisa Freudiana

---

Prof.<sup>a</sup> Louise Amaral Lhullier, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Mauricio Eugênio Maliska, Dr.  
Universidade do Sul de Santa de Catarina





## AGRADECIMENTOS

Fernando Aguiar Brito de Sousa por novamente aceitar e suportar me orientar no meu percurso de pesquisa de forma cuidadosa, permitindo-me fazer o trabalho escolhido;

Caio Mattos e Luciana Dell Nero pelas descobertas que me proporcionaram sobre a vida e a psicanálise durante a estadia em terras estrangeiras;

Escola da Coisa Freudiana, por sua função em garantir um espaço ético e reflexivo sobre a formação, cujas atividades exercem papel de verdadeiro interlocutor neste trabalho;

Antonio Godino Cabas, Colete Soller e Wilson Siqueira de Azambuja, psicanalistas consistentes em suas posições e que, cada um ao seu modo, mesmo sem o saberem, norteiam a minha formação;

Nineve Mauruto Filho, pela escuta atenta no meu caminho de formação; CAPES pela bolsa de doutorado sanduíche que me permitiu viver por um tempo em Paris, experiência que transformou definitivamente essa pesquisa e o meu olhar sobre o mundo;

Departamento de Paris 8, que por meio da pessoa de Sophie Marret-Maleval operou como importante referência, impulsionando-me ao novo;

Escola do Campo do Fórum Lacaniano de Paris, em especial a Sylvana Clastres e Maitô, cuja acolhida e abertura de suas atividades de formação foram chave para confirmar a escolha por este trabalho.

“O psicanalista só se autoriza no si mesmo”  
(Lacan, 1967, p.248)

## RESUMO

A proposta desse trabalho foi operar com a questão “o que faz um psicanalista?” por meio da leitura do seminário “O ato psicanalítico”, de Lacan (1967-68). O ato psicanalítico refere-se a dois momentos de uma análise, os únicos em que se pode formular um saber *a priori*, pois são etapas da lógica de cura: a entrada e a saída. Assim como Freud descreveu a psicanálise como um jogo de xadrez em que é possível prever a primeira e a última jogada, Lacan utiliza-se do grupo de Klein para formalizar esses momentos. Introduce o cogito cartesiano pelo seu avesso, pois considera o sujeito da psicanálise o mesmo da ciência, enunciando como “ou eu não penso, ou eu não sou”. Uma análise tem início pelo assentimento do ato do psicanalista, que opera como causa da exposição da divisão subjetiva. Uma retificação subjetiva que dá início a tarefa analisante, em que o sujeito reconhece a presença nele de um discurso que não é o seu, o inconsciente. A tarefa é sustentada pela transferência, sob o signo do engodo da função sujeito-suposto-saber, em que se efetuam duas operações: alienação e verdade. Em uma análise, ora se trabalha pelo “eu não penso” para liberar as identificações até se alcançar o fantasma ( $\$ \langle \rangle a$ ), ora pelo “eu não sou” em que se opera a redução aos significantes mestres para o sujeito. Das duas operações, realiza-se de um lado, a perda (o objeto  $a$ ) e do outro, a falta ( $- \phi$ ), como castração. Do sujeito realizado em sua castração surge um impasse, o de como viver com a falta-a-ser. A questão exige um salto, no sentido inverso ao da transferência, para que o sujeito conjugue o ser e o pensar por meio do ato psicanalítico, pondo fim a uma análise. Um sujeito que não é sem o objeto  $a$ . Da questão inicial se depreende que o psicanalista é um instrumento da análise e precisa agir enquanto causa do desejo analisante, fazer-se de objeto  $a$ . Para tanto, é condição que ele mesmo tenha efetuado o ato de saída para conseguir suportar-se na função, visto que a realiza enquanto des-ser. Disso, pode se concluir que o psicanalista se faz em sua própria análise, e dali provém a sua autorização.

**Palavras-chave:** ato psicanalítico; direção de cura; formação do analista.



## RESUME

Le but de ce travail a été d'agir avec la question "qu'est-ce que fait un psychanalyste?" à partir de la lecture du séminaire "L'acte psychanalytique", de Lacan (1967 – 68). L'acte psychanalytique se rapporte à deux moments d'une analyse, les deux seuls qui peuvent énoncer un savoir *a priori*, qui sont des étapes de la logique de la cure: l'entrée et la sortie. De la même façon que Freud décrit la psychanalyse comme un jeu d'échec où il est possible de prévoir la première et la dernière manoeuvre, Lacan s'utilise du groupe de Klein pour formaliser ces moments. Il introduit le cogito cartésien à l'invers, car il tiens compte que le sujet de la psychanalyse est le même de la science, en énonçant: "ou je ne pense pas, ou je ne suis pas". Une analyse débute par le consentement de l'acte du psychanalyste, qui fonctionne comme cause de l'exposition de la division subjective. Une rectification subjective qui lance la tâche analysante, dans laquelle le sujet reconnaît en soi même la présence d'un discours qui n'est pas propre, l'inconscient. La tâche est soutenue par le transfert, sous le signe de la fonction *sujet supposé savoir*, où s'effectuent deux opérations: l'*aliénation* et la *vérité*. Dans une analyse nous travaillons soit, pour le "je ne pense pas" pour libérer les identifications jusqu'à la traversée du fantasme ( $\$ \langle a \rangle$ ), soit, pour le "je ne suis pas" qui travaille la réduction les signifiants maîtres du sujet. De ce deux opérations logique, il se'effectuent, de l'un côté, la perte (l'object *a*) et de l'autre, la manque ( $-\phi$ ), la castration. Pour le sujet réalisé dans sa castration il surgit un impasse: comme vivre de la *manque à être*. La question exige un saut, à la direction contraire du transfert, où le sujet doit conjuguer l'être et le penser à travers de l'acte psychanalytique, en mettant terme à l'analyse. Un sujet qui n'est sans l'object *a*. De la question initiale se détache que le psychanalyste est un instrument de l'analyse et il a besoin d'opérer comme cause du désir analysant, faire semblant de l'object *a*. Pour cela il faut que lui même, il a effectué l'acte de sortie pour réussir à se soutenir dans la fonction, vu qu'il l'a réalisé comme *des-être*. De cela, nous pouvons conclure que le psychanalyste se fait dans sa propre analyse, d'où résulte son autorisation.

**Mots clé:** acte psychanalytique; direction de la cure; formation du analyste.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTACÃO</b> .....	12
<b>Lição I</b> .....	22
1.1 Introdução do seminário o Ato Analítico .....	23
1.2 O termo ato.....	26
1.3 Saber e verdade.....	32
1.4 O sujeito em psicanálise .....	35
<b>Lição II</b> .....	40
2.1 A problemática.....	41
2.2 Operação do sujeito.....	43
2.3 O que é para o psicanalista um ato?.....	45
2.4 Elogio à babaquice.....	48
<b>Lição III</b> .....	54
3.1 Nota sobre a transferência.....	56
3.2 Um ato eludido.....	59
3.3 O que é possível saber?.....	61
<b>Lição IV</b> .....	67
4.1 Eu perco.....	68
4.2 A rosa dos ventos.....	72
4.3 Considerações sobre a teoria do gozo.....	77
<b>Lição V</b> .....	81
5.1 No início é o ato.....	82
5.2 O <i>cogito</i> .....	84
5.3 O grupo de Klein.....	89
5.4 A emergência do grupo de Klein na obra de Lacan.....	95
5.4.1 Não sou eu quem pensa.....	98
5.4.2 Tu não és, logo eu não sou.....	99
5.5 O grupo de Klein e o ato.....	101
<b>Lição VI</b> .....	108
6.1 Uma análise produz um analista.....	109
6.2 Um parêntese sobre o gozo no final de análise.....	114

<b>Lição VII</b> .....	117
7.1 O ato em ato.....	118
7.2 O analista no grupo de Klein.....	118
7.3 A psicanálise é como a guerra.....	122
7.4 Esclarecimento sobre as sessões fechadas.....	125
<b>Lição IX</b> .....	127
8.1 O estatuto do psicanalista.....	128
8.2 A lógica aristotélica.....	130
8.3 O sujeito não é o traço.....	135
8.4 O objeto <i>a</i> .....	139
<b>Lição X</b> .....	147
9.1 <i>Scilicet</i> .....	148
9.2 Tornar-se psicanalista da própria experiência.....	149
9.3 Realização da castração.....	151
<b>Lição XII</b> .....	157
10.1 A verdade está no sexual.....	158
10.2 Introdução à lógica dos quantificadores.....	159
10.3 Os mistérios da relação do universal com o particular.....	162
<b>Lição XIII</b> .....	167
11.1 Uma psicanálise é a cura esperada de um psicanalista.....	168
11.2 Passagem ao ato esclarecida.....	173
11.3 O sujeito e o objeto.....	178
<b>Lição XIV</b> .....	185
12.1 As duas vias para o pensamento.....	186
12.2 Identificar o psicanalista.....	188
<b>Momento de Concluir</b> .....	196
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	202

## APRESENTAÇÃO

A pergunta “o que faz um analista?”, título desse trabalho, poderia gerar atualmente o mesmo tipo de estranhamento causado por Lacan ao propor um seminário tendo como tema o ato psicanalítico, visto que a primeira distinção feita por ele sobre esse ato é em relação à ação: este não se confunde com a motricidade, com um fazer, o que torna realmente incomum dizer que o analista *faz* alguma coisa. Contudo, perguntar sobre o que faz um analista se justifica por conta das duas vertentes que essa indagação porta, as mesmas presentes no ato psicanalítico. Pois a partir dessa questão se pode falar sobre a função do analista no tratamento, mesmo que isso não implique em um fazer. Ela convoca a dizer sobre a função a ser exercida na direção da cura, sobre o lugar de causa numa análise. Por outro lado, perguntar “o que faz o analista” diz da formação, questiona do que o analista é feito. Em suma, uma leitura que abre para investigarmos as condições para alguém ocupar esta função na análise de *outrem*.

Lacan aborda o ato analítico, considerado em duas direções: uma, do lado do psicanalista, aquele ato capaz de suscitar o trabalho analisante; e outra, consistindo um passo a ser dado na análise – didática<sup>1</sup>, se assim a quiserem chamá-la – o ato em que o analisante se torna psicanalista, o que determina um fim ao tratamento. Trata-se de um esforço de Lacan em instaurar o registro do ato na psicanálise, considerado por ele como *essencial* à teoria psicanalítica.

Deste modo, pode-se afirmar que o objetivo desse trabalho é fazer um percurso no seminário *Ato Psicanalítico*, proferido entre 1967 e 1968 por Lacan, e concomitantemente, construir uma resposta para a questão: o que faz um psicanalista? Recebido em meio a grande espanto e desconfiança, esse seminário aborda, segundo Lacan, o que havia de mais eludido entre os psicanalistas da época: o seu ato. De todo modo,

---

<sup>1</sup> A expressão “análise didática” é um termo cunhado para se referir à análise à qual se submete o analista em sua formação. Contudo, Lacan (1964), no “Ato de Fundação”, subverte o uso afirmando que não se pode diferenciá-la de uma análise com fins terapêuticos. Ele afirma: “A psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida mesma da aproximação do desejo que ele encerra”(p.240). Assim, toda demanda de análise, inclusive a de formação, precisa ser tomada da mesma maneira. Por outro lado, ele também afirma que ao término de toda análise se produz um analista e, neste sentido, toda análise seria didática. Assim, introduzo o termo “didática” para fazer alusão àquela que é levada a termo em seus objetivos.

como apresentado, o ato psicanalítico comporta todo o interesse em seu esclarecimento, pois expressa aspectos fundamentais da psicanálise no que diz respeito à direção da cura<sup>2</sup>, à formação do psicanalista e à própria teoria<sup>3</sup>. No que se refere ao tratamento, está atrelado à ética da psicanálise, pois marca a posição do analista e as condições de sua intervenção. Ainda hoje, existem algumas leituras que entendem o ato psicanalítico como um declínio da interpretação<sup>4</sup> na clínica lacaniana, a

---

<sup>2</sup> Embora os termos *cure* e *traitement* possam ser sinônimos em francês, o uso diferenciado por Lacan desses dois termos justifica a manutenção de uma tradução por *cura* – que também em português significa “método especial de tratamento” – e o termo *tratamento*, de sentido mais amplo, que significa “modo de se ocupar, cuidar, lidar com algo”. Segundo Cabas (2010), o uso dos termos “cura” e “tratamento” se justificam ao abordarmos dois artigos dos “Escritos” de Lacan. Diferenças de utilização de cada termo que foram suprimidas pela edição brasileira ao traduzir *cure* e *traitement* de modo igual, pela palavra “tratamento”. Contudo, Lacan utiliza *cure* em “A direção da *cura* e os princípios de seu poder”, artigo em que discute a lógica da experiência psicanalítica e seu desenvolvimento, concebendo-a como uma prática que possui começo, meio e fim. Já o termo *traitement* é apresentado no título do artigo “Uma questão preliminar a todo *tratamento* possível da psicose”, para nos esclarecer que receber um paciente psicótico implica em um procedimento diferente, não se pode psicanalisá-lo. Ou seja, ele faz um uso preciso dos termos que não nos permite igualá-los, guardando o verbete *cure* para a lógica do tratamento analítico, indicando que ele possui uma meta, um fim. Contudo, devemos considerar essa meta de modo diferente do sentido médico de *restabelecimento*, *melhora*, cujo termo em francês é *guérison*, e sim que o tratamento analítico possui uma resolução, não é uma prática sem direção. Deste modo, quando se utiliza “cura” quer-se acentuar sua finalidade e “tratamento” para abordar o procedimento. Diferenças pertinentes na abordagem de um momento de elaboração de Lacan em que ele cria o dispositivo do *passé* na busca de uma formalização sobre esse fim da análise.

<sup>3</sup> Segundo Boons (1996), poderíamos acrescentar a Escola nesta lista, pois é do ato psicanalítico dos seus praticantes que uma Escola obtém a sua consistência, encontra a sua verdadeira base de sustentação. Quando o analista está com outros analistas ele deve, a partir de sua experiência analisante, construir e expor um saber provindo do ato psicanalítico de final de análise, procurando transmitir uma verdade desta experiência. É do desejo de saber que emerge após o ato analítico que se faz uma Escola.

<sup>4</sup> Para aprofundar o debate sobre o ato psicanalítico *versus* interpretação sugiro a leitura da tese “Da interpretação ao ato analítico” de Mônica A. C. Lima (2008), em que faz uma extensa e profunda pesquisa sobre o desenvolvimento da interpretação na obra de Freud e Lacan até a formalização do ato psicanalítico. Sua leitura corrobora com o entendimento de que ato e

meu ver, um modo apressado de abordar o ato, já que nele estaria o fundamento de qualquer intervenção. O ato é a expressão significativa da política da psicanálise.

Quanto à formação dos psicanalistas, talvez este seja o ponto de radicalidade de Lacan frente à I.P.A. (International Psychoanalysis Association, na sigla em inglês). Desde o começo de seu ensino, marcado por um movimento de retorno a Freud – uma retomada de fundamentos e crítica aos caminhos tomados pelos psicanalistas da época – boa parte de suas preocupações diziam respeito à formação, pois acreditava que “a experiência se precaveria de sancionar desvios teóricos” (Lacan, *Escritos*, p.236). O modelo proposto pela I.P.A. em muito se aproxima do universitário, que habilita um profissional após certo acúmulo de horas/créditos. Juntamente com os cursos exigidos, a análise didática e a prática supervisionada desde Freud integram os pilares da formação. Contudo, é o psicanalista do candidato o responsável por definir quando este está pronto para ser reconhecido como um par, ou seja, a autorização provém do analista do aspirante e de um colegiado de notáveis que votavam sobre a habilitação.

O excesso de cuidado por parte da I.P.A. acabou por estabelecer uma formação burocratizada, baseada em horas de análise, estudo e prática. Porém, o quanto se frequentou um analista em nada reflete sobre o que se soube do próprio desejo inconsciente. Lacan identifica diversos problemas neste formato a partir de sua própria experiência na Sociedade Psicanalítica de Paris – desde sua análise particular iniciada em 1932 até quando passa a receber em seu consultório alguns praticantes em formação. É nos idos dos anos 1950 que começa seu ensino e a declaração formal de uma oposição radical ao estabelecido no seio das sociedades psicanalíticas. Ele acredita ser preciso tomar a demanda de formação como qualquer outro tipo de demanda na análise, pois o que se fazia, até então, eram pseudo-análises, uma vivência para aprender o funcionamento do tratamento, mera simulação.

Outro agravante era o fato de o psicanalista decidir sobre a habilitação do candidato. Isso desviava o sentido da análise por despertar uma preocupação em ser um “bom paciente”, fazer grandes associações, ser bem visto aos olhos de seu analista. O que reforça a questão posta por Lacan: como conduzir curas sem ter experienciado na

---

interpretação possuem íntima relação, mas não são conceitos que se sobreponham ou produza uma superação do primeiro, mesmo considerando que na descrição clínica não seja tão fácil distinguir a interpretação do ato do psicanalista.

carne os conceitos psicanalíticos? É a esse modelo de formação que falseia a experiência o apontado como responsável pelas graves distorções teóricas e clínicas frente à obra do fundador. Como ele diz em 1953, a proposta de formação figurava como se um aluno de autoescola pudesse, ao aprender a dirigir um automóvel e retirar sua carteira de motorista, dominar todo o processo de fabricação dos veículos.

Em 1964, após romper em definitivo com a I.P.A., Lacan acaba por subverter toda lógica da formação ao afirmar que “*le psychanalyste ne s'autorise que de lui-même*”, é apenas no *si mesmo* que o analista encontra o suporte para se tornar praticante. Ao contrário do que a expressão possa sugerir em suas traduções, não se trata de “se autorizar por si mesmo” como se fosse uma auto-autorização e dependesse apenas da própria vontade da pessoa praticar a psicanálise e abrir o seu *cabinet* em determinado endereço. A autorização a que ele se refere está longe do receber pacientes, entregar cartões aos amigos e se apresentar como tal. A autorização é um passo dado em análise, possui íntima relação com o ato psicanalítico, em tornar *possível* assumir a função de psicanalista na análise de outros<sup>5</sup>. Isto depende de estar em condições de suportar determinada posição e da presença de um desejo inédito, a função *desejo do analista* – A fim de acentuar este aspecto do particular da formação, que se opta pela citação que ainda não comporta o complemento: “e alguns outros”. O que ocorre na lógica da análise é interesse do presente trabalho.

Assim, sua escola, apesar de possuir um compromisso formativo, não habilita os psicanalistas, mas se propõe a questioná-los; a verificar, a partir do dispositivo do *passe*, o que ocorre no interior de uma psicanálise e mesmo como sucedeu essa autorização. Após o episódio que ficou conhecido como *excomunhão*, em que Lacan foi proibido de continuar o seu ensino junto a I.P.A. e de receber didatas em seu consultório, ele cria a sua própria escola, estruturando novos procedimentos que fariam parte da formação dos analistas ligados a ela. Apesar de o tripé formador permanecer o mesmo, ou seja, análise pessoal, escola e a prática clínica supervisionada, o acento recai de modo vigoroso sobre a análise pessoal.

---

<sup>5</sup> Castanet (2002) afirma: “Autorizar-se de si mesmo” não é um princípio anarquista. Esta fórmula refere-se, antes de tudo, a uma falta de apoio inerente ao ato psicanalítico em si. Quando um sujeito engaja-se como analista, não há ninguém para tomar a responsabilidade em seu lugar. Melhor ainda, não há nada que possa assegurar-lo de que ele o faz com discernimento (p.70).

O seminário do Ato psicanalítico é contemporâneo das elaborações de Lacan sobre o procedimento do passe, um dispositivo institucional, criado em 1967 e apresentado na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, cuja finalidade era recolher o testemunho dos analistas sobre o que foi a análise pessoal, experiência que lhes franqueava o lugar de Analista da Escola dentro da instituição. Tal mecanismo dispunha de artifícios para ocultar a figura do *passante* (aquele que solicita fazer o passe) por meio de dois membros da escola designados como *passadores*. Estes são escolhidos a partir de um conjunto de nomes indicados por seus analistas, são pessoas que estão na iminência de chegar a este momento do passe, pois se acredita que estariam em condições de melhor transmitir o que é passado, paradoxalmente, encontram-se em um *mal momento*. Os passadores são incumbidos de *recolher e transmitir*, de forma verbal, o que se operou naquela análise para um júri (o carte do passe). A este, cabe emitir um parecer sobre o discurso recebido: avaliar se ele continha uma verdade particular e mesmo, indícios de uma mudança de posição subjetiva (destituição) esperada ao final, o que culminaria na nomeação como *analista da escola*.

Não é um julgamento do praticante, mas trata-se de determinar, a partir das análises particulares, um saber sobre as variações do final de análise, e também, se aquele discurso particular poderia ser qualificado como o de uma análise levada a cabo – questão que acaba por situar os passadores numa posição única dentro do dispositivo, a ponto de Lacan ter afirmado que os passadores são o passe. Em 1978, no congresso de Deauville, decorrido bastante tempo de discussão e modificações no dispositivo de sua Escola, Lacan reconhece um fracasso na experiência do passe, afirmando uma impossibilidade de transmissão da psicanálise: ela precisaria ser reinventada a cada vez. Porém, tal instrumento ainda vem sendo utilizado por muitas escolas do movimento lacaniano por seu valor em manter a psicanálise vivificada, mesmo considerando as suas dificuldades. Hoje, cada uma à sua maneira, adaptou o instrumento, procurando aperfeiçoá-lo, insistindo na necessidade de estabelecer um saber sobre a experiência<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O termo experiência será muito utilizado ao longo deste trabalho como uma necessidade para pensar a formação do analista. Como disse Cabas (2009), não se trata de uma vocação empirista da psicanálise, e sim a expressão de uma tese: a definição de cura em psicanálise só pode ser formulada pela travessia das resistências e da perlaboração dos mesmos. Neste sentido, sustentar a direção da



Deste modo, o tema do seminário *O Ato Psicanalítico* é, ao mesmo tempo, um esforço de elaboração sobre um importante momento da análise em que o analisante se torna psicanalista, e também, uma intimação a ele em dizer até que ponto levou sua análise, em que sustenta a sua autorização<sup>7</sup>. Contudo, é importante notar que se trata de dois momentos bem diferentes, a autorização produzida em análise a partir da destituição subjetiva encontra um intervalo com o desejo de formalizar a experiência no dispositivo do passe, eles não se sobrepõem, e mesmo, o segundo pode não ocorrer. Mas o formalizar fundamentos sobre este ponto de virada revela uma concepção de análise finita, intimamente relacionada com a dissolução da transferência. Finita apenas em certo sentido, pois, apesar da transferência poder ser liquidada, o inconsciente não para de produzir suas formações, assim como *o real não cessa de não se inscrever* – o que marca o caráter perene da formação. Eis o que apresenta o seminário sobre o ato psicanalítico, como veremos adiante.

Os seminários de Lacan constituíram uma prática discursiva em que sua fala coincide com a sua elaboração teórica em psicanálise. Ou seja, à medida que vai falando ao seu público ele forja os próprios conceitos. Deste modo, temos, em cada seminário, acesso não a definições claras e precisas, mas a todo o seu esforço em apresentar, por meio de recursos discursivos, as facetas do que pretende abordar. Num certo sentido, é por isso que entender Lacan é muito difícil, pois facilmente nos perdemos em seu labirinto de associações e referências infinitas; mas, ao contrário, encontramos um valor nisso, em poder acompanhar seu discurso, verificar as etapas de elaboração de seu pensamento ser esquadrihadas diante da plateia. O que pode ser considerado um obstáculo à compreensão torna-se um ganho pela abundância de detalhes e leituras. Trabalho árduo, sem dúvida, mas a natureza do seu objeto o justifica.

Assim, à medida que se faz um estudo dos seus seminários enquanto um discurso e se observa suas idas e vindas, elementos reincidentes e também a lógica da construção das frases, tem-se acesso aos conceitos de uma forma diferente. Deixar ventilar as palavras tomando-as ao pé da letra; mais movimentos sobre o que Lacan diz e

---

cura para outros exige um saber provindo da análise particular, um saber que difere do conhecimento, é um saber analisante que opera na função do analista.

<sup>7</sup> Entendo que esta autorização também não ocorra de uma vez por todas, é preciso a cada novo caso, refazê-la, confirmá-la.

menos sobre o que ele poderia querer dizer. O que, em seus próprios termos, constitui-se um trabalho de escuta no nível da enunciação do discurso, visto que ele mesmo valorizava essa dimensão ao escolher de modo preciso os significantes que articula.

Poderia fazer deste tema um trabalho que extraísse, a partir dos principais conceitos circundantes, uma precisão conceitual do ato psicanalítico que servisse para debater com os comentadores sobre as diversas leituras e, deste modo, construir um longo percurso em cima de palavras-chave relativas ao ato, como: transferência, sujeito, objeto *a*, entre tantas outras. Um trabalho que possui seu valor, sem dúvida, porém, acredito que o mais importante, o que se transmite nas entrelinhas do encadeamento da fala e relativo ao campo da enunciação do discurso de Lacan sobre o ato psicanalítico, estaria ausente. Tomar o que está expresso no discurso para além do enunciado só é possível seguindo o seu dizer e pressupondo ser um discurso dirigido aos psicanalistas, e por isso requer ser escutado de determinada maneira para ser entendido e, também, implica um saber provindo da experiência analisante. Não apenas isso, pois se propõe um trabalho que considere saber e verdade articulados, que ele não seja apenas uma elaboração teórica descolada de sua causa.

Vale salientar que este ano do seminário ainda não possui uma publicação oficial do herdeiro de Lacan. A versão trabalhada origina-se dos registros estenografados<sup>8</sup> da época e publicada para consulta pela Association Lacanienne Internationale (A.L.I.). Também utilizei uma versão não oficial em português, praticamente uma tradução da edição criada pela A.L.I. Ela contém apenas algumas pequenas diferenças de texto e de pontuação, mas a falta de uma apresentação dos tradutores brasileiros me impede de precisar sua origem. É uma edição que, como ocorre com outros anos do seminário ainda não publicados, circula livremente nas escolas de psicanálise brasileiras. E ainda, apenas para

---

<sup>8</sup> Todas as apresentações dos seminários de Lacan eram acompanhadas por uma estenógrafa que registrava tudo e, após sua transcrição eram encaminhadas para Lacan fizesse as correções. A partir da fundação da ECF em 1964, uma segunda cópia passa a ser enviada para Solange Faladé, da tesouraria da escola. Nos anos setenta, com o surgimento da máquina fotocopadora e o gravador portátil, proliferaram as versões dos seminários, sendo boa parte de qualidade duvidosa. Com a morte de Lacan, J-A Miller é declarado seu herdeiro, levando até o início de 2011 o trabalho de estabelecer uma versão escrita oficial dos seminários, sendo que nem todos foram publicados ainda. Desse seu trabalho emerge uma forte crítica, pela falta de referências e esclarecimentos sobre o texto, e até mesmo, acusações de adulteração do discurso de Lacan.

consulta, foi utilizada uma versão crítica da estenografada, em formato digital, encontrada no site da École Lacanienne de Psychanalyse, que acrescenta diversos comentários sobre possíveis variações do texto, servindo para elucidar ou confirmar algumas traduções.

As versões dos seminários de Lacan propostas são de grande interesse para este tipo de estudo, pois se crê serem versões não editadas (*menos* editadas) das falas de Lacan. Assim, os textos são mais longos, cheio de interjeições e próprios a um discurso falado, o que o torna propício a ser escutado. Contudo, por serem uma transcrição, várias dúvidas emergem, considerando a necessidade de se criar pontuação, paragrafação para uma fala, e mesmo, dúvidas sobre as palavras escolhidas frente às homofonias.

Como o próprio discurso de Lacan está implicado no seu trabalho com a psicanálise, parece pertinente a sua escuta no francês, e assim, utilizar-se das homofonias e ressonâncias que sua fala possa conter – no limite que um francoparlante não nativo possa alcançar. Como se sabe, o francês é um idioma que se presta particularmente a estes efeitos, e Lacan sabia bem explorá-los. Ele entendia o quanto as palavras eram frágeis em bem expressar o que ele extraía da experiência clínica. Deste modo, seus jogos de linguagem constituem parte do seu esforço de transmissão da psicanálise e merecem ser levados em conta como parte da elaboração do próprio conceito. *Ouvir como se ainda fosse uma fala faz parte do método de pesquisa adotado para responder a questão: O que faz um psicanalista?*

Sobre a escuta, ainda cabe lembrar a insistência de Lacan ao longo dos anos em dizer que seu seminário era uma fala que se dirigia aos psicanalistas. Uma afirmativa que serve de advertência a sua plateia (em boa parte composta por estudantes e filósofos), mas também serve para marcar o lastro de seu discurso na experiência analisante. Ele se situa enquanto um analisante. O que nos convoca a uma escuta diferenciada, em situarmos na dimensão da enunciação, na lógica do deslizar de significantes e menos nos sentidos, nas “histórias” que está a contar. *Não se trata de interpretar, produzir sentidos sobre o discurso de Lacan, mas de deslindar, explorar o discurso em si.* Um discurso que é em seu todo, mesmo nos chistes, nas reclamações, em suas referências matemáticas e filosóficas, dirigido aos psicanalistas.

O modo escolhido para responder a questão “o que faz um psicanalista?” se produz em um recorte em sua obra ao se decidir percorrer o discurso de Lacan sobre o ato psicanalítico. Fazer uma escuta atenta, destacando algumas referências, trechos ou parágrafos para, a partir disso, abrir um pouco o texto de Lacan. Explorar termos,

afirmações para extrair algo a mais do que ele diz quando fala, e assim, construir um texto que me seja próprio, estabelecido a partir da minha transferência com Lacan e a psicanálise. Não se pretende elucidar Lacan, no sentido de dizer o que é que ele queria dizer, isso não é possível. O que teremos como resultado será uma *leitura*, nem mais, nem menos. Pois o seu discurso sempre convoca o ouvinte/leitor a colocar de modo inequívoco algo de si para avançar no seu entendimento. Se não for deste modo, tem-se a impressão de serem palavras soltas ao vento, quase um *non sense*.

Como se poderá perceber, o trabalho é feito abordando cada uma das lições abertas deste seminário que, em geral, apresentam três planos sobre o ato psicanalítico: a função *analista*, da perspectiva *do analisante* e *a estrutura* do ato. Ou ainda, Lacan apresenta o ato psicanalítico em seu valor na formação dos analistas, seu valor na transferência e seu valor na teoria psicanalítica. Caminhar com Lacan, e na medida em que se torne premente, se recorrerá a fontes exteriores a este seminário: suas referências teóricas, outros elementos de sua obra, textos e seminários próximos no tempo.

Contudo, por se tratar de uma tese em psicanálise, creio ser necessário justificar a escolha em dar prioridade às fontes de Lacan do que aos seus comentadores, que aparecem nesse trabalho apenas num segundo tempo de escritura e por meio de notas de rodapé – especificamente, as referências ao ato psicanalítico. Acredito que o esperado de um trabalho de doutorado é que este porte algo de original, de inédito; constitua uma contribuição ao seu campo de saber.

Porém, por ser um trabalho de psicanálise, o que se espera é que seja um trabalho particular, fruto de uma elaboração da experiência<sup>9</sup>. Duas sentenças que convergem para a necessidade de se fazer um trabalho, acima de tudo, de *autor*.

É assumindo esta estratégia que me proponho responder à questão, almejando realizar um trabalho *autêntico*, nos diversos sentidos que a palavra comporta<sup>10</sup>. Mesmo que ao final ele não introduza nada de

---

<sup>9</sup> Segundo Santos (2002), em sua reflexão sobre a pesquisa psicanalítica na academia, a universidade precisa reconhecer que um pesquisador em psicanálise não pode prescindir da relação à sua própria análise em sua pesquisa e deve, ainda, considerar as particularidades que disso decorrem para esse tipo de trabalho.

<sup>10</sup> Segundo o dicionário Houaiss (2001), “autêntico” significa: de origem comprovada, legítimo, fidedigno, verdadeiro, válido. Em Heidegger (1889-1976), diz-se da existência que assume plenamente sua inarredável condição

novo na teoria, por conter o que já foi dito por outros autores e pelo próprio Lacan. O inédito está em ser a elaboração deste autor, uma produção a partir de um saber textual mais do que referencial, afinal, este primeiro saber é o pelo qual a psicanálise se interessa. Lacan (1967a) distingue o saber referencial do saber textual: o primeiro corresponde ao estudado nos textos dos mestres, já o saber textual concerne ao saber inconsciente, que vem a ser lido em uma análise e cuja leitura opera transformações na maneira de apreender o saber referencial, de modo a subjetivá-lo. Lacan e Freud operam sim como o referencial deste trabalho, eles funcionam como a sua baliza, mas o seu sentido é de uma apropriação particular.

Com essa proposta, preciso de antemão que o leitor saiba da limitação deste trabalho: a leitura que farei é particular, própria a este momento de escrita, ou seja, está em construção e ainda, relevante ao meu momento no percurso da análise. Talvez nem fosse preciso dizer que se trata do trabalho de um analisante em impasse com o ato analítico, e de um praticante questionando-se sobre a autorização. O que está escrito é o que pude fazer do que escutei em Lacan e fui convocado a dizer. Por se tratar de um trabalho vinculado à *experiência* da análise, a palavra se torna um limitador, daí a necessidade de diversas voltas sobre os mesmos assuntos e de também considerar não ser possível deixar tudo às claras, muito menos, de uma vez só.

A questão do que se pode saber em psicanálise é cuidadosamente abordada por Freud e Lacan ao longo de suas obras, uma tarefa cujo limite se interpõe a qualquer expectativa de um saber totalizante, todo amarrado e totalmente coerente. E mesmo, que deva ser considerado como um saber que produza consequências, no sentido que toque a verdade em jogo na análise. O saber em psicanálise se toma em farrapos do real e não formam uma trama completa, clara e precisa. É preciso um saber fazer com as linhas e mesmo, reconhecer o seu valor aos moldes de um trabalho de crochê, visto que muitos buracos ficarão e apenas depois serão percebidos; engendrados por algumas tramas do que foi escutado neste discurso sobre o ato psicanalítico. Pois, acredito que a psicanálise guarda mais semelhanças com o termo *ofício* do que com o termo *profissão*, por ser uma práxis, o que marca toda a diferença em sua formação e nas exigências do presente trabalho. Isto é, ela depende de um saber operativo extraído da experiência analisante e não apenas do que pode ser recolhido nos livros.

---

mortal, aceitando em decorrência a angústia que só poderia ser dissimulada através da banalidade cotidiana (inautenticidade).

**Lição I**  
**15 de Novembro de 1967**

## 1.1 Introdução do Seminário XV

Na abertura deste seminário, Lacan<sup>11</sup> diz do estranhamento que o tema daquele ano causara entre os psicanalistas, em que dois termos se apresentam articulados: *ato* e *psicanalítico*. Estranhamento que poderia ser movido pelas ressonâncias que o termo o ato já possuía em psicanálise. Por exemplo, as advertências de Freud para que os pacientes evitem fazer grandes mudanças em suas vidas pessoais durante o tratamento e também que, no interior da análise é preciso privilegiar o dizer em vez do fazer – a fala em contraste à ação. Essas notas de Freud explicitam a importância da regra da abstinência, aplicável não só ao analisante<sup>12</sup> como ao psicanalista, em não se obter satisfação do dispositivo analítico. De outro modo, poderia parecer paradoxal à sua plateia introduzir um termo que remete à ação e ao comportamento, numa prática que é feita com palavras.

Não há dúvida de que uma análise precisa ocorrer a partir de palavras e por meio de palavras, posição à qual Lacan é solidário e importante defensor, visto suas elaborações dos anos cinquenta em que a fala e o significante são os materiais privilegiados. Na verdade, faz parte do *retorno a Freud* restituir o valor da palavra em psicanálise, na medida mesmo que ela possa se constituir como um terceiro na experiência dita ser intersubjetiva. Isto é, Lacan se dedicou ao estudo da estrutura da linguagem para reacender na experiência clínica o que de inédito Freud havia introduzido com a criação da psicanálise.

---

<sup>11</sup> Esclarecimento ao leitor: por uma opção do autor, toda a citação referente a este seminário não terá a datação indicada, visto ser o texto que se escolheu para trabalhar a questão. Outras referências em Lacan e Freud serão identificadas pelo ano em que foi escrito ou proferido o trabalho. Contudo, nas referências bibliográficas é possível encontrar também a data de publicação, quando for o caso.

<sup>12</sup> Opta-se em traduzir o termo *analysant* por “analisante” em vez de “analizando” em concordância com os argumentos de Cabas (2010): A opção se baseia num extrato da “Conferência em Genebra sobre o sintoma” (1975) em que Lacan afirma ter forjado o termo analisante em paródia crítica ao termo inglês *analysand*/analizando que é um gerúndio de característica passiva na língua inglesa. Assim, analisando evoca “devendo ser analisado”, e analisante figura como um substantivo verbal que conota a atividade deste. Apesar de ser um galicismo, temos no português seus equivalentes para demonstração: *caminhante*, é aquele que caminha. Do mesmo modo, analisante, aquele que faz análise: é dele o trabalho na análise. Tal escolha assim garante esse acento de atividade, com o qual Lacan forjou o termo *analysant*.

Assim sendo, os atos (repetição, ato falho, passagem ao ato) numa análise sempre apontaram para o sintoma; o desconhecido; o não ouvido; indício de um *não querer saber nada disso*; ausência de simbolização. Porém, esses atos servem de importante baliza ao psicanalista sobre o que está em jogo naquela análise, na medida em que traz a realidade do inconsciente e aquilo que lhe é de mais precioso. De todo modo, a atuação não se constitui uma meta do tratamento, ao contrário: a psicanálise pretende uma elaboração daquilo que se impõe como ato. Em termos definidos por Lacan (1964), a análise é um *tratamento do real pelo simbólico*.

Contudo, o tema do ato analítico já havia sido anunciado no final de seu seminário anterior, dedicado à *Lógica do Fantasma*<sup>13</sup>. Foi no cerne desta lógica, ao reafirmar o valor nevrálgico do fantasma para a análise, que a temática do ato analítico ganhou *todos os seus contornos*. Ao realizar, no ano anterior, todo um discurso sobre o ato sexual<sup>14</sup> enquanto realização impossível – mas pretendida pelo neurótico por meio do fantasma, no sentido de que dois possam fazer Um – que a concepção própria de ato analítico emergiu<sup>15</sup>. As formulações sobre ato sexual desembocam na formalização do ato psicanalítico.

---

<sup>13</sup> Novamente, seguindo Cabas (2010), afirma-se uma opção de traduzir *fantasme* (do francês) por “fantasma”, visando garantir a particularidade do conceito formulado por Lacan que se diferencia das fantasias em geral. Particularidade impressa pelo próprio Lacan ao se abster do termo *fantasie* para deste modo separar esse conceito das produções puramente imaginárias. Mesmo considerando o termo em português como uma fonte de dificuldades pelo que evoca de fantasmagoria, decide-se ser fiel ao sentido promovido por Lacan ao introduzir um novo termo na psicanálise.

<sup>14</sup> Em acordo com o exposto por Vidal (1996), afirma-se que a aproximação do ato sexual se faz pelo seu valor de aporia, operando em paradoxo: *um impossível que se sustenta como verdade*, por efeito de uma negação (*Verleugnung*). Deste modo, pode-se dizer que o ato sexual “conjuga os dois modos de entrada do sujeito no campo do Outro, o *um* do significante e o *a* do gozo” (p.107). A questão, segundo Pacheco (2010), é que o sujeito desconhece a servidão voluntária implicada na fixação ao objeto no fantasma que sustenta um equívoco: o da totalidade do gozo. Assim, o ato analítico tem relação com a resposta do sujeito frente à sexualidade e sua relação ao Outro, sendo um *corte determinante* na modificação da economia de gozo do sujeito.

<sup>15</sup> Segundo Pacheco (2010), no fantasma o sujeito neurótico vive suspenso no tempo, “projeta sobre o futuro toda promessa de um presente que teria sido, se não fosse a maldição que determina o álibi para a eterna suspensão do ato” (p.25). Neste sentido, pode-se entender de que modo à lógica do fantasma exige um seminário sobre o ato, pois, se o fantasma é um voto pelo impossível, o



É digno de destaque que o percurso de Lacan em seus seminários precedentes se dedica aos seguintes temas: em “Problemas cruciais da psicanálise” (1964-65), o tema é o ser do sujeito; em “O objeto da psicanálise” (1965-66), ele investiga o objeto pequeno *a*, para, no ano seguinte, abordar o fantasma ( $\$ \diamond a$ ), sujeito punção de *a*. Existe uma sequência que não é apenas cronológica, parte-se do sujeito, seguido do objeto, para sua articulação no fantasma. Esse itinerário recai no ato psicanalítico, como se esse percurso construído (desde sua separação definitiva da I.P.A.) exigisse o tema. E assim, numa ousadia de antecipação, poderia dizer que o ato psicanalítico incide de modo a *desarticular* o forjado no fantasma: sobre a existência de um objeto do desejo e que o sujeito pode se acoplar a ele, fazer um.

Para nos aproximarmos deste ato, partamos da afirmativa de Lacan, segundo a qual *a psicanálise, isso faz alguma coisa (la psychanalyse, ça fait quelque chose)*. Ou seja, que ela contém um trabalho e algo opera em seu interior. Podemos afirmar que seja um trabalho que se dedica ao Outro, ao sujeito, ao objeto *a*, entre outros. Contudo, pouco esclarece sobre o que lhe é próprio, mas situa numa *indeterminação* quem o realiza: a psicanálise, *isso* faz. Para além de mera força de expressão típica no francês falado, Lacan, ao utilizar o termo *ça* (isso), que também é um conceito chave na teoria psicanalítica, enfatiza o fazer no dispositivo analítico em si, deslocando das consciências do analista e do paciente a incumbência em fazer algo. O que se realiza numa análise é da ordem do inconsciente. A afirmativa se coaduna à definição de psicanálise e, de certo modo, delimita um *locus* para o ato: “se devemos introduzir, necessariamente, a função do ato no nível da psicanálise, é enquanto este fazer psicanalítico implica profundamente o Sujeito”<sup>16</sup> (p.10).

Destaco de Lacan o caráter indispensável do ato enquanto uma função, na medida em que o “*isso faz*” da psicanálise *compromete o sujeito*<sup>17</sup>. Por exemplo, quando se diz que uma pessoa foi implicada em

adiamento *ad aeternum* do ato no sujeito é a condição para que essa realidade se sustente.

<sup>16</sup> Os trechos citados neste trabalho são traduções do autor, a partir da edição francesa criada pela A.L.I.

<sup>17</sup> Para facilitar o exercício discursivo, opta-se por utilizar o termo sujeito para se referir aquele definido por Lacan como *do* inconsciente, efeito da cadeia significante. Quando ele for apresentado em sua acepção coloquial, acrescentar-se-á sinônimos que permitam diferenciá-lo do conceito psicanalítico. Contudo, sua definição será melhor esclarecida pouco adiante nesse trabalho. Para um

um litígio judicial, diz-se da inclusão desta num conflito e aponta para o seu envolvimento; também, *implicar* como verbo transitivo direto conota um *acarretar, trazer consequências para e*, ao mesmo tempo, diz de *tornar algo necessário*. Assim sendo, pode-se afirmar que a função do ato analítico engaja, torna imprescindível e gera consequências no sujeito do inconsciente. Sujeito este já apresentado por Lacan (1967-68) como sendo um *sujeito posto em ato*, o que quer dizer que se reconhece a presença do sujeito do inconsciente, numa análise, por meio de seus atos, apenas *no momento* de sua “ação”.

A formulação do sujeito colocado em ato se relaciona com outra afirmação de Lacan, de um tempo de elaboração sobre *a transferência*, em que a definia como sendo o *inconsciente posto em ato* – sentença à qual ele atribui apenas um valor aproximativo, pois a noção de sujeito renovou o estatuto do inconsciente na psicanálise. No entanto, a ideia de ato em psicanálise contribui para se extrair novas consequências sobre o conceito de transferência, permitindo um avanço no desvelar da lógica da cura. Assim sendo, devemos aproximar as duas sentenças, no que elas indicam da relação existente entre o ato psicanalítico e a transferência, pois servem para recortar um pouco melhor o campo em que o ato deva ser considerado: a transferência e a posição do sujeito (analísante).

## 1.2 O termo ato

Em seguida, Lacan nos apresenta o termo ato em alguns episódios da análise em que identifica o seu valor. Tais exemplos, ele nos alerta, devem ser recebidos com desconfiança, pois não nos faz obrigatoriamente avançar sobre o tema, eles não são do tipo “psicanalítico”. Talvez seu intento seja o de desfazer o mal-estar causado pelo título de seu seminário e, ao mesmo tempo, precisar sua aspiração ao tomar o ato para a prática psicanalítica. Desta feita, ele aborda o termo ato para retirar o que está no seu caminho; as possíveis fontes de confusão sobre o que seria o ato psicanalítico.

Em geral, o termo em psicanálise estava associado a expressões como: *passagem ao ato, ato falho, ato sintomático*; noções que dizem respeito ao neurótico e não ao encaminhamento de uma análise. Porém, como Lacan sempre teve grande apreço pelas palavras, acredita-se haver

---

estudo pormenorizado sobre o tema, remeto o leitor ao livro “O sujeito em psicanálise de Freud a Lacan” de Antonio Godino Cabas (2011).

uma conveniência na decisão em dedicar um ano de trabalho ao tema e que merece ser esmiuçada. Conveniente, no sentido de que ele veja aí, nisso que se presta à confusão com o que é definido como sintomático, a oportunidade para fazer um avanço sobre a lógica da cura. Assim sendo, antes de introduzir a referência lacaniana, vale a observação das acepções da palavra ato num espectro amplo.

As palavras “ato” em português assim como “acte” em francês compartilham as mesmas significações. Devemos também considerar o seu uso na filosofia, importante referência para Lacan e que certamente não deve ter sido ignorada. Seguindo o dicionário Houaiss (2001) se extrai do verbete “ato” as seguintes dimensões: pode significar *o agir em si*; *o momento* em que se age; bem como *o resultado* de uma ação. Diz também da *conduta*; e denota *um sentido ético* para este ato, na medida em que possa se referir ao uso da liberdade; ou mesmo, ao exercício de um direito ou dever. Significa, ainda, *um evento* político ou social (ato solene); e mesmo *um documento* de uma autoridade, que produz consequências no social. O Ato Institucional número cinco (AI-5), criado durante o regime militar brasileiro, é um bom exemplo para refletirmos sobre o porte que a palavra ato pode assumir, especificamente em relação às suas consequências.

Agora, no campo da filosofia, tem-se o ato empregado ao menos de duas maneiras. A primeira, dentro do campo da ética, em que ato é definido como toda ação consciente e livre, referente ao que é próprio aos seres humanos. Lacan fará no seminário do *Ato* referência ao da *Ética da Psicanálise*, o que aponta que o ato psicanalítico está situado nessa ética e desta condição é crível extrair muitos desdobramentos, mesmo que não se trate de uma ética da vontade e sim do desejo. Em uma palavra, é um ato que funda uma ética.

Outra incidência na filosofia está na metafísica de Aristóteles, ao articular o ato ao termo *potência*. No aristotelismo, o ato é a efetivação daquilo que se apresentava anteriormente como potência, por exemplo, o sapo em relação ao girino; ou ainda, a constituição plena de uma forma elaborada a partir de matéria-prima passível de adquirir qualquer feição, como uma estátua em relação ao mármore que a originou. Ato aqui se refere à realização plena. Destaca-se que o ato para Aristóteles é anterior à potência tanto no tempo como em relação à substância, pois, apesar de vir antes da árvore que ela se torna, a semente pode provir apenas de uma árvore. “Aquilo que no devir é último é, substancialmente, primeiro” (in Abbagnano, 2007, p. 102).

Assim, percebe-se que o termo ato possui diversas ressonâncias e talvez deva ser tomado longe do mero agir, da motricidade, mas em seu

peso de efetivação, realização; o ato psicanalítico produz consequências para o sujeito enquanto divisão. Contudo, diversos são os atos numa psicanálise e nem todos podem ser qualificados de *psicanalítico*, como os sintomáticos. Não levando em conta apenas estes com os quais a psicanálise já está familiarizada, Lacan propõe identificar outros atos no sentido amplo do termo. Por exemplo, se propor a fazer uma análise é uma decisão que merece o nome de ato, pois tal decisão, com tudo o que está em jogo, comporta um engajamento da pessoa em seu sofrimento – mesmo que não possamos qualificá-lo de psicanalítico.

Outro exemplo: dispor-se a ocupar o lugar de psicanalista e começar a receber pacientes é também uma decisão que podemos definir como sendo um ato. Vale recuperar a afirmativa feita anteriormente, segundo a qual instalar-se como analista é bem diferente de se autorizar analista. Deste modo, há uma particularidade deste ato em relação ao que se apresenta no uso comum do termo, diferença do mesmo porte do se autorizar na função psicanalista e o se instalar como praticante num consultório. O que podemos perceber é uma marca de *decisão* no ato que Lacan pretende circunscrever. Uma decisão cujo valor pode ser verificado pelas *consequências* que gera. O ato implica em um “se posicionar” que introduz um *corte*, um rompimento com a situação anterior (a situação do sujeito) e inaugura um *novo* (tempo e funcionamento) naquilo que contempla.

O que podemos condensar do que foi dito até aqui é que o ato psicanalítico pensado pelo lado do analisante remete a uma decisão do sujeito, uma mudança possível a partir da transferência e implica algo de novo no funcionamento psíquico. Trata-se de uma alteração radical do sujeito, consequência última e primeira esperada de uma psicanálise, no que podemos pensar de realização, efetivação, em seu final.

Na sequência, Lacan procura limar o que não é particular ao ato psicanalítico, opondo o termo ato à ação, enquanto motricidade. Mas é a ação como referida na teoria psicanalítica, emprestada dos dizeres de Freud enquanto *ação específica*, aquela capaz de livrar o aparelho anímico de uma tensão. Estamos no primeiro modelo freudiano, aquele do arco-reflexo, em que a ação consiste na descarga do estímulo através do aparelho motor. É ainda, nos teóricos da psicanálise que buscam na ação o fundamento para o pensamento, em termos como *ação inibida* para defini-lo. Nos dois exemplos, trata-se mais de uma reação, de um efeito na motricidade com uma conotação passiva do aparelho em lidar com os estímulos, distante do sentido esboçado até o momento sobre o ato.

O que não significa que não haja aí um paradoxo, pois uma ação também pode ter o valor de um ato: “se posso caminhar aqui, de um lado para outro, falando, isso não constitui um ato, mas se um dia *ultrapassar* certo limiar onde me coloque fora da lei, esse dia minha motricidade terá valor de ato” (Lacan, p.14). O ato pode se relacionar com a motricidade, desde que implicado com um ultrapassar a lei instaurada pela linguagem., enquanto uma modificação da relação do sujeito com os significantes (com o saber), para além do estabelecido no discurso. Não digo que se rompa com o simbólico, mas que se modifique a relação ao discurso engendrado, no que estabelece como uma lei sintomática, aquém da Lei Simbólica. Uma lei que subjuga o sujeito e que pode ser transposta no momento do ato, mesmo que deva ser considerada em certa medida, enquanto determinante de um assujeitamento alienado; aí o sujeito se reposiciona.

É preciso um breve esclarecimento sobre a função da linguagem e seus efeitos. A entrada na linguagem consiste na apreensão que sofre o humano pela rede de significantes que são ofertados pelo Outro – encarnado numa figura materna. Esse Outro é o próprio campo da linguagem, o conjunto dos significantes que passa a operar como a própria lógica do inconsciente. Fica-se dependente da estrutura signifiante, pois ela auxilia o *infans* a administrar as exigências pulsionais, servindo para convocar o outro e nomear os objetos de sua “necessidade”. Ao mesmo tempo, também se fica preso às satisfações experimentadas na relação com o Outro. De início, é apenas um choro que é interpretado como uma demanda pelo Outro e determina uma resposta específica: “– choras? É por isso!”. Isso, que nomeia o mal estar infantil, o apazigua, mas, também o aliena.

Nessa entrada na linguagem que é a própria constituição do sujeito do inconsciente, é fundamental a presença de um terceiro no jogo que interdite a relação do ser com aquele que encarna o Outro. Ou seja, um elemento terceiro introduzido sob o Nome-do-Pai, que se interpõe ao desejo materno e propicia a assunção da Lei signifiante pelo enodamento do sujeito à linguagem. Aqui, o sujeito emerge apenas como efeito do movimento signifiante; no ato, o ultrapassar *um limiar* relativo à lei, nos faz pensar de que há uma mudança nessa relação: de sujeito assujeitado ao discurso do Outro a um “novo” sujeito. Isto permanece como questão a ser respondida ao longo do percurso do trabalho.

E ainda, sobre a motricidade arco-reflexa, Lacan reforça o descolamento entre ação e ato com o exemplo do martelinho do qual o médico se serve para verificar o reflexo do joelho. Afirma que esse ato

*possui valor apenas no fracasso*, pois funcionando bem, isto é, produzindo o movimento reflexo do joelho, ele em nada esclarece sobre a condição do paciente; é na sua ausência que tal ato (o do médico) adquire valor. Assim, a relação entre a ação e o ato é das mais dissonantes, não devendo ser tomada como referência para o esclarecimento do ato psicanalítico. Não é pela ação que conseguiremos reconhecê-lo, o que é nomeado como ato psicanalítico encontra seu fundamento em outro lugar e o “fracasso” pode vir a ser um bom indicativo.

Para tanto, Lacan retoma o surgimento da psicanálise a partir de sua ata<sup>18</sup> de nascimento: a publicação da *Interpretação dos Sonhos* em 1900, obra que constitui o registro do nascimento da psicanálise e pode ser considerado índice da autorização de Freud. Lacan joga com a duplicidade do sentido do termo *acte* para indicar haver uma ponta significante em todo ato<sup>19</sup>. No caso da psicanálise, seu ato de nascimento é relativo à criação do próprio estatuto da psicanálise. O que quer dizer que do ato/ata, instaurou-se um campo sobre o qual a psicanálise determina questões relativas ao estatuto do inconsciente, seu funcionamento e modo de intervenção. A partir do ato de criação da psicanálise, Lacan lança a pergunta: será que esse campo existia antes do ato de seu nascimento?

A questão não é se o inconsciente existia na realidade antes de sua apresentação, tal como Freud a introduziu. O campo já existia de algum modo, o inconsciente produzia suas formações antes do seu reconhecimento pela psicanálise. A questão é outra. No caso particular,

---

<sup>18</sup> Ata e ato em francês referem-se ao mesmo termo *acte*. Então, Lacan afirma o início da psicanálise como um verdadeiro ato, ato de fundação da psicanálise. Segundo Fernández & Perez (1996), Freud ao fundar a psicanálise por meio deste ato, constrói o campo da psicanálise, escrevendo suas letras, restando em seu trabalho apenas uma, a letra que causou este trabalho, que Lacan nomeará de *a*, objeto causa do desejo – foi o que restou do ato de Freud. O retorno a Freud operado por Lacan seria um retorno obrigatório a cada psicanalista, o ato de reinventar a psicanálise. Um dever ético de restituir o ato psicanalítico enquanto fundação de seu campo, a cada psicanálise.

<sup>19</sup> Sobre a dimensão simbólica do ato, Torres (2010) encontra desde o primeiro seminário de Lacan uma articulação entre o ato e o simbólico, por meio da expressão “ato de palavra”, que já servia para indicar um descentramento, uma fratura na razão, por meio dos recursos encontrados no estruturalismo. O ato de palavra em Lacan é o ato pelo qual o analisante se posiciona em sua alienação imaginária, mas também, enuncia seu desejo; é o ato pelo qual se produziria uma “palavra plena”.

o saber inconsciente já estava instaurado, e quem o sabia? Há um saber sem sujeito e um sujeito suposto neste saber. Com esta pergunta, Lacan está introduzindo uma questão importante para a psicanálise, implicada na sua proposta de ato, aproximando dois termos: saber e verdade<sup>20</sup>. Pois se perguntar sobre quem sabia do campo da psicanálise – o inconsciente – antes dela existir enquanto conhecimento só cabe ao tomarmos o saber e o conhecimento como díspares, pois é certo que a realidade seja anterior ao conhecimento produzido sobre ela, mas isso não significa que não houvesse quem o soubesse.

Assim sendo, ao perguntar “quem o sabia?”, Lacan também destaca a dimensão do saber-fazer, do saber-viver, isto é: quem sabia operar (antes mesmo de ter a psicanálise sido fundada) com a sua verdade. É deste modo que Lacan demonstra a importância do saber como atrelado a um uso, a um manejo. O saber em psicanálise possui valor apenas enquanto operador sobre a verdade do sujeito, a verdade do desejo inconsciente que a psicanálise deslinda em sua fundação: mas antes de haver um conhecimento formalizado sobre tal, haveria quem soubesse como manejá-lo? Este ponto tem pertinência, pois questiona o que é essa verdade antes da produção de um saber; em que ela consiste e qual o seu valor enquanto causa do saber.

Na outra ponta, havendo um conhecimento teórico sobre o inconsciente, qual o uso que se pode fazer dele em uma psicanálise? O psicanalista só realmente exerce sua função se não houver uma aplicação desse conhecimento teórico sobre aquele que procura uma análise. Seja para escutá-lo, seja na interpretação, não se trata da aplicação da teoria psicanalítica, por exemplo, a fim de encontrar o complexo de Édipo. Qualquer suposição de saber apriorística sobre a verdade de um analisante é uma posição chamada de *leviana* por Lacan. Isso aproximaria a psicanálise de uma ideologia, um modo de produzir saber semelhante à proposta pavloviana. Se o produto de uma análise fosse o esperado pelo psicanalista, uma confirmação de seu saber, ela não teria consequência alguma para a verdade do sujeito. Logo, não acarretaria em um “saber fazer”.

Notemos que Lacan se pergunta sobre a verdade particular que independe da existência de um saber formalizado pela psicanálise, ao mesmo tempo em que diz da pouca importância desse saber teórico em si, desvinculado da experiência. O saber em si é de pouca utilidade para

---

<sup>20</sup> Segundo Torres (2010), o estatuto da verdade em psicanálise se altera com a introdução do objeto *a* na teoria psicanalítica, ela “passa a se colocar em um equilíbrio precário entre desejo e gozo, entre o universal e o particular” (p.74).

a psicanálise, seu valor se faz na medida em que permita um manejo com a verdade particular, um *savoir faire*, como aponta Lacan. Neste sentido, a psicanálise como um conhecimento permite seriar esse manejo com a verdade, mas depende, fundamentalmente, de sua origem na experiência. Ele não se transmite pela teoria, é preciso estar articulado a uma verdade particular; ponto de partida desta tese.

E ainda, quanto ao analisante, é preciso que a experiência da análise se funde em pressupostos ignorados pelo sujeito, para que se produza ao fim o que ela visa. Um conhecimento teórico sobre o funcionamento do inconsciente e o processo da análise serve mais para garantir um “não saber” e convir à resistência. Não apenas, pois admite na particularidade daquela experiência o espaço para o inédito, que um novo saber emergja, independente do estabelecido na teoria, podendo ratificá-la ou não. Deste modo, pode-se afirmar que de ambos os lados de uma análise, cada um ao seu modo, a *ignorância* possui um valor para a cura. A relação entre ignorância, verdade e saber será ampliada nas próximas lições e possui relação com o ato psicanalítico.

### 1.3 Saber e Verdade

O tema da relação do saber com a verdade não é recente na obra de Lacan. Em “A ciência e a verdade”, uma estenografia da aula inaugural do seminário “O objeto da psicanálise” (1965), ele procura esclarecer o que chama a divisão do sujeito (o da ciência) entre o saber e a verdade. Desse modo, elabora uma tese sobre os tipos de saber, utilizando as quatro definições aristotélicas de causa, para dizer que *a verdade é causa do saber*. Assim sendo, afirma existir ao menos quatro tipos de saber produzidos a partir de quatro modos de operar com a verdade. São eles: a *magia*, a *religião*, a *ciência* e a *psicanálise*. Esses regimes de saber funcionam de modos distintos, determinando maneiras específicas de operar sobre o mundo.

A diferença entre os saberes produzidos por esses regimes está na concepção que cada um deles faz sobre a verdade, que tipo de causa do saber ela é. Nos termos propostos por Aristóteles (1995), uma causa pode ser: *eficiente*, *final*, *formal* ou *material*. Cada um desses lugares da



verdade como causa produz, respectivamente, o saber da magia, da religião, da ciência e da psicanálise<sup>21</sup>.

A teoria dos quatro tipos de causa proposta por Aristóteles em “Física” (1995) parte do princípio de que *conhecer é conhecer o porquê*, saber de suas causas. Isto é, ele pensa os diferentes tipos de causa como produtoras do conhecimento. Para explicá-las utilizará como referência o escultor e sua obra de arte, com o que se poderia perguntar: quais as causas de uma estátua? Podemos definir que a *causa material* da estátua é o bronze ou mármore do qual ela é feita. A causa material define sua origem material. Já as ferramentas utilizadas pelo escultor e os movimentos que ele imprime em sua matéria-prima são a sua *causa eficiente*: é o que opera a transformação da matéria para que se torne estátua. A *causa final* é a utilidade, o uso que justifica sua produção. Para a estátua, sua causa é estética, contemplativa e decorativa. Por fim, a *causa formal*, é a ideia em si da estátua, as formas que a faz ser o que é; o arranjo dado pelo escultor ao mármore. Desse modo, Aristóteles afirma que um objeto pode ter várias causas que rendem conhecimentos distintos sobre ele: no caso da estátua, um se interessaria em dizer do mármore, sua constituição e dureza; outro, sobre quais as ferramentas adequadas para manuseá-lo e o efeito que certos movimentos produzem na pedra; e ainda, sobre o que a torna a estátua bela; e por fim, sobre o que é uma estátua a final de contas.

Diferentemente, Lacan (1965) dirá que há regimes de saber e que cada um se apoia em apenas uma verdade enquanto causa. Ele os explica a partir das consequências que o saber engendrado produz sobre o sujeito da ciência, considerado por Lacan como idêntico ao da psicanálise, pois não é o sujeito psicologizado, da significação. Mais adiante, neste trabalho, teremos uma explicação sobre isso, ao abordarmos o sujeito cartesiano a partir do *cogito ergo sum*<sup>22</sup>. O que talvez valha adiantar é que o sujeito do inconsciente é, para Lacan, o mesmo apresentado no “penso, logo existo”, submetido a uma negação que expõe sua divisão, entre *o ser e o pensar, a verdade e o saber*.

Segundo Lacan, o valor do saber da magia está em sua *eficiência*, pois, se ao realizar um determinado ritual utilizando certos objetos,

---

<sup>21</sup> Esses quatro regimes de saber são os fundamentos do que Lacan (1969-70) chamará de os quatro discursos, respectivamente: o universitário, o do mestre, o da histórica e o da psicanálise.

<sup>22</sup> Segundo Vinciguerra (2007), Descartes não diz o que é o sujeito em seus trabalhos, o que ele teria feito é uma redução do “eu sou” ao “eu penso”, produzindo uma concepção imaginária do ser: penso, logo sou.

consegue-se trazer a pessoa amada, logo, o saber (o que usar, como usar, em que condições e para quê) que essa magia engendra, é verdadeiro. A eficiência da magia é o que valida o seu saber, e que não se duvide da eficiência de uma “mandinga” aplicada em seu contexto, é o que Claude Lévi-Straus (2010) chamou de a *eficácia simbólica* dos encantamentos. Só há o sujeito da magia, o xamã, “o saber caracteriza-se nela não apenas por se manter velado para o sujeito da ciência, mas por dissimular como tal, tanto na tradição operatória, quanto em seu ato” (Lacan, 1965, p.886). Ou seja, a magia não consegue explicar porque ela funciona, a não ser por meio de teorias mitologizantes que apenas justificam sua eficiência, sem nada revelar sobre seu valor de sugestão.

No caso da religião, a verdade é uma *causa final*. Todo o saber estabelecido pela doutrina religiosa, desde o seu conhecimento sobre o mundo até o modo como as pessoas devem se conduzir na vida, é determinado pela promessa de uma vida eterna, segundo os desígnios divinos. A verdade sobre esse saber se realiza, se confirma após a morte e apenas para aqueles que seguirem seu ordenamento: se quiseres ir para o céu, sigas a palavra de Deus, isto é, cumpras os mandamentos, pratiques a caridade, acredites na teoria do criacionismo, pois, no juízo final a verdade lhe será revelada. “O religioso entrega a Deus a incumbência da verdade e nisso corta o seu próprio acesso à verdade” (Lacan, 1965, p.887). Ou seja, a verdade finalista retira o sujeito da relação entre saber e verdade, restando-lhe confiar no saber revelado pela religião, e assim, desencorajando-o de pensar.

A verdade como causa na ciência se reconhece enquanto *causa formal* do saber. Lacan toma de empréstimo do seu contemporâneo Alexandre Koyré a definição de ciência moderna, enquanto uma ciência que por meio da matematização, como o meio formal de ordenar os fatos, cria instrumentos para compreender, dominar e transformar a natureza. Koyré (2011) afirma existir uma ruptura entre a ciência moderna e as ciências dos tempos clássico e medieval: há “uma mudança radical de estilo no tempo de seu progresso, pela forma galopante de sua imissão em nosso mundo” (Lacan, 1965, p. 869). Uma oposição entre um saber produzido a partir da imaginação e da observação, do saber da ciência moderna, sustentado no puro pensamento (a lógica matemática). Nesse sentido, podemos dizer que a ciência moderna também é um *tratamento do real pelo simbólico* – não que seja semelhante ao tratamento dispensado pela psicanálise. A problemática vista neste modelo é que a matematização do real impõe obstáculos internos ao seu avanço, na medida em que se torne necessário transpor um dos seus postulados. A crítica de Lacan se

orienta no desconhecimento desse sujeito da ciência, de sua exclusão do saber produzido, do drama vivido por ele a cada crise do saber<sup>23</sup>.

Já para a psicanálise, a verdade opera como causa *material* do saber, e nisso, ela se difere das outras ciências. Com uma advertência: “o primeiro obstáculo a seu valor científico é que a relação com a verdade como causa, sob seus aspectos materiais, ficou negligenciada no círculo de seu trabalho”(p.891). É interessante destacar que Lacan se questiona sobre a psicanálise ser uma ciência, mas não tem dúvida sobre o fato de ela ser uma *práxis* sobre o sujeito da ciência, aquele dividido pela dupla saber e verdade. A psicanálise produz um saber que encontra suporte no *significante*, eis sua causa material. O saber inconsciente provém disso que diz quando se fala, saber particular que se expõe na própria cadeia significante. A causa do sintoma se faz ver naqueles significantes postos na fala do analisante. Mas ainda devemos incluir também a função do objeto *a* na causa do sofrimento neurótico, pois “a teoria do objeto *a* é necessária [...] para uma integração correta da função [a verdade], no tocante ao saber e ao sujeito, da verdade como causa” (p.890). Ou seja, se o significante tem um valor de causa sobre o sujeito, não é possível abordá-lo sem também considerar o objeto *a*<sup>24</sup>, enquanto sua causa real. Por fim, é preciso dizer que a psicanálise não propõe uma verdade, mas extrair, circunscrever, a verdade particular de cada sujeito a partir dos significantes emitidos em sua fala; formalizar um saber que se aproxime desta verdade.

---

<sup>23</sup> Lacan se refere aqui as inúmeras histórias de desgraças e suicídios que diversos cientistas passaram em suas vidas, seja em sua luta para resolver problemas da ciência, seja em sua vivência fantasmática. Por exemplo, o matemático Cantor que acreditava ser vítima de uma conspiração por que todas as suas tentativas de sair da cidade onde morava eram sempre frustradas. Ele passou por diversos internamentos ao longo de sua vida, e seu quadro agravou-se após a descoberta do Paradoxo de Russell.

<sup>24</sup> O objeto *a*, cujo desenvolvimento perpassa todo o ensino de Lacan, será abordado diversas vezes ao longo deste trabalho. Apenas de modo introdutório, seguindo a reflexão de Razavet (2008), podemos dizer que o objeto *a* possui três faces em seu desenvolvimento teórico – imaginária, simbólica e real. – feito por meio de aproximações sucessivas e em resposta ao objeto perdido freudiano, aos objetos do fantasma, aos objetos da pulsão, tornando-se objeto do desejo e objeto causa do desejo em sua face real derradeira. O autor aponta que, tanto em Freud como em Lacan, foi a temática da angústia que produziu efeito muito fecundo em suas obras, produzindo um salto teórico decisivo, no caso de Lacan, a formalização do objeto *a* em seu estatuto real.

## 1.4 O sujeito em psicanálise

A definição própria de sujeito, em Lacan, comporta todo um desenvolvimento ao longo de sua obra que merece um trabalho à parte. Aqui, nos concerne cernir um pouco melhor a sua constituição e seu lugar na estrutura, na medida em que possa esclarecer a questão do ato psicanalítico. Já está elucidado de alguma forma, esse ato concerne ao sujeito, no sentido de que o ato psicanalítico é o esperado do analisante numa análise, uma modificação radical daquele em relação ao saber inconsciente. Deste modo, proponho um breve desvio para nos debruçarmos sobre o conceito de sujeito.

O que me ocorre primeiro é o já surrado aforismo lacaniano de que *um significante representa um sujeito para outro significante*. Apesar de banalizado por seu uso excessivo, ele é esclarecedor para nos dizer que o sujeito não pode ser definido senão na ordem de linguagem, logo, a partir do campo do Outro, definido como um efeito do deslizar da cadeia significante, como um efeito que emerge desta articulação. Também serve para indicar sua divisão, pois de um primeiro significante que representa o sujeito, ao ser articulado a um segundo significante, produz o seu desaparecimento. Isto é, este sujeito também não é um ente, e não pode ser todo representado por um significante, mas essa constitui sua única possibilidade de se apresentar, mesmo que momentaneamente.

O Outro é também o lugar do saber, de onde provém o sentido. É do movimento dos significantes na fala que pode surgir o sujeito, mas também temos que considerá-lo no lado vivo da pulsão. Ao retomarmos Freud, vemos que o inconsciente, enquanto estrutura significante, organiza-se em resposta às exigências pulsionais. Em busca de representá-las e lhes dar destino no processo secundário que a trama languageira encontra sua pertinência. O Outro é quem oferece solução para além da via alucinatoria regressiva – indicada em a “Interpretação dos Sonhos” (1900) – interpretando o choro do *infans* como um pedido.

A pulsão parcial presentifica no psiquismo o que é o encontro do humano com a sexualidade. Das exigências pulsionais, depara-se com a falta de um objeto que a satisfaça completamente, tal falta nos põe em contato com outras duas: a primeira, a dependência do sujeito do campo do Outro para lidar com tais exigências; e a segunda, uma falta real instaurada pela reprodução sexuada, em que por ser o humano assujeitado ao sexual, ele está condenado à morte. A reprodução sexuada implica na morte do indivíduo da espécie, afirmação sustentada

por Freud (1920) em “Além do Princípio de Prazer”, segundo a qual o sexual se conjuga com a morte.

O sujeito em psicanálise situa-se entre a pulsão e o inconsciente, ou seja, para pensarmos o sujeito, não devemos nos restringir à dimensão simbólica, e sim considerar a exigência pulsional que a justifica, situando-o num intramundos, no espaço vazio que a linguagem não consegue recobrir. É no inter-dito que a análise aposta haver um sujeito.

Lacan (1964) descreve duas operações que ocorrem na constituição do sujeito: a primeira, chamada de *alienação*, consiste num *vel*<sup>25</sup>, que condena o sujeito a só aparecer na divisão: *se de um lado aparece como sentido produzido pelo significante, de outro é como evanescente*. Do encontro com a linguagem resta ao sujeito uma escolha que pode ser apresentada nos termos “a bolsa ou a vida”. Uma escolha dita forçada, pois, ou se submete às regras de linguagem, permanecendo ali alienado e preso, ou não se faz esta entrada e aí sabemos que é a morte para o sujeito. De outro modo, a escolha está entre a *liberdade e a vida*; e como viver com a liberdade, visto que nela há um encontro com a morte?



Para representar tal situação, Lacan utiliza-se da teoria dos conjuntos, em que o sujeito e o Outro são dois conjuntos, representados cada um por um círculo. Do lado do sujeito, coloca-se o “ser” e do lado do Outro, o “sentido”, visto que lá está o conjunto dos significantes. Contudo, esses dois conjuntos estão reunidos e contêm uma área de intersecção, em que um elemento é compartilhado. De um lado, o conjunto do ser considerado antes da união como um conjunto vazio, e

<sup>25</sup> O termo *vel* refere-se a uma operação lógica de caráter excludente, “ou isso, ou aquilo”.

do outro lado, o conjunto do Outro que comporta todos os significantes: sua intersecção é a identificação do sujeito ao primeiro significante, ao  $S_1$ .

Este ponto de intersecção que contém o  $S_1$  é descrito como o “não senso”, aquilo que exige interpretação. Então, a escolha forçada é entre o “ser” e o “sentido”, havendo, à medida que se escolhe, a perda da outra dimensão. Em geral, é a dimensão do ser que permanece desconhecida para o sujeito neurótico, pois ele “escolhe” fazer-se representar pelo significante do campo do Outro. Com essa perda, recalca-se também o que é da intersecção, abrindo uma fenda entre o  $S_1$  e  $S_2$ , marcando o caráter evanescente do sujeito, cavado nesse intervalo. “O sujeito se divide por ser, ao mesmo tempo, efeito da marca [ $S_1$ ] e suporte de sua falta” (Lacan, 1964, p.207.).

É preciso ler que o campo do ser enquanto “sujeito” possui um caráter quase mítico, pois é do intervalo entre os significantes que o sujeito que nos concerne encontra realmente a sua fundação.

A segunda operação é a *separação* do sujeito do campo do Outro – operação que pode ou não ocorrer. Refere-se a um processo fundamental para o entendimento do fenômeno da transferência, pois se refere ao ponto de intersecção entre dois conjuntos (o sujeito e o Outro). Esta intersecção comporta as duas faltas (do sujeito em ser e do Outro em ter o significante que defina o sujeito) que se recobrem e dizem do objeto *a*. Uma operação condicionada à existência de um questionamento do discurso do Outro, enquanto presença de uma falta, e pode ser apresentado do seguinte modo: quando me diz isto, o que ela (“a mãe”) quer dizer na verdade? A possibilidade da dúvida sobre o sentido da mensagem do Outro apresenta a questão do desejo: *che vuoi?* (que queres?). Entendo que o Outro exige a presença de alguém que lhe faça suporte, encarne a função de apresentar a linguagem à criança.

Da questão sobre o que o Outro quer de mim, abre-se um espaço para se perceber, não sem horror, uma falta no Outro –  $S(A)$ . Só há desejo porque há falta, e então, o sujeito se oferta como o objeto faltante do Outro. Desta lógica provém a afirmação de que o desejo sempre é o desejo do Outro, pois ele se engendra daquilo que se imagina faltar ao Outro. De início, o desejo do sujeito é de ser o que recobre essa falta. Na operação de separação determina-se um modo de relação, uma posição subjetiva que se estará assujeitado e que conflui em toda e qualquer relação vida afora.

Deste modo, pode-se afirmar que é da condição do sujeito ser dividido e se sustentar numa discordância entre o ser da existência

(pulsional) e o ser do sentido: ele faz a dobradiça entre estas duas dimensões.

Essas notas sobre a constituição do sujeito não apresentam esclarecimentos imediatos sobre o ato psicanalítico, mas servem para nos situar em quais condições devemos considerar o sujeito implicado nesse ato, e que será retomado por Lacan ao utilizar o grupo de Klein. A sua constituição serve para nos antecipar o que o ato comporta de subversão, pois é na situação posta para o sujeito que se precisa efetivar um corte. O ato psicanalítico é um rompimento dessa condição do sujeito na estrutura, uma verdadeira separação.

**Lição II**  
**22 de Novembro de 1967**



## 2.1 A problemática

Lacan inicia sua segunda lição retomando o término da anterior em que falava de Pavlov. E ainda, volta a questionar a grande quantidade de pessoas que vinham ver o seminário daquele ano. Naquela lição, Pavlov é apresentado de forma paradigmática sobre como a ciência produz o saber e como a verdade lhe escapa necessariamente. Parte-se do clássico e conhecido experimento em que se desenvolve o emparelhamento de estímulos para condicionar o comportamento de um cachorro em produzir suco gástrico a partir do som de um trompete/sirene. O som fora emparelhado com a apresentação de pedaços de carne que serviam de alimento ao animal.

Esta experiência poderia ser considerada estruturalista em seu início, pois demonstra que o corpo pode ser enganado pelo significante. Os significantes produzem efeitos na carne (a viva). E mais, demonstra que o significante é o que representa o sujeito para outro significante, do seguinte modo: o significante do trompete (o seu som) representa o sujeito Pavlov, implica em sua presença. Então *como tomar uma experiência apesar do sujeito*, como faz esse modelo de ciência que necessariamente o exclui? Eis por quais caminhos se esboça a crítica lacaniana, mas que deve ser considerada como dirigida aos psicanalistas e não aos comportamentalistas, como se insinua. Assim, escuto: alguns psicanalistas sustentam um desconhecimento de estarem implicados nas análises que conduzem.

Nota-se o seguinte movimento do discurso de Lacan para abordar o ato psicanalítico: ele se aproxima do sujeito para pensar esse ato pela via do analisante, para, em seguida, apresentar como o psicanalista está também implicado; em oscilação constante entre as duas partes. Isso nos permite entender que o ato psicanalítico admite essas duas vertentes, mas que também está condicionado à transferência, circunscrito pela relação transferencial. E ainda, que a vertente do psicanalista no ato provém da apreendida enquanto analisante, o que justifica esse movimento de idas e vindas para circunscrever a temática<sup>26</sup>.

Mas, voltando a Pavlov, outro aspecto estruturalista e essencial do ser falante em relação à linguagem extraída desse experimento é que

---

<sup>26</sup> Num momento posterior desse seminário, Lacan fará referência aos termos *ofensiva* e *defensiva*, oriundos do vocabulário de guerra do General Clausewitz para falar do processo de análise. Contudo, tendo a acreditar que existe uma estratégia semelhante no modo em que Lacan avança sobre a temática, ora na defensiva, ora na ofensiva com a sua plateia.

ele sempre recebe sua própria mensagem de forma invertida. Isto é, o ruído do trompete, que nada queria dizer sobre a presença do alimento para o animal, passa a produzir a mesma resposta fisiológica por ser a mensagem de Pavlov, o esperado por ele. Essas relações não são percebidas por ele, pois é condição de sua perspectiva que não se interesse pelas consequências de seu experimento no campo da verdade. Assim seria a ciência, um saber que não se preocupa com as consequências do que produz. Nas palavras de Lacan, um saber que se mantém na dimensão do *fútil* (em oposição a *útil*), no que o termo lhe remete ao gozo: um saber como fonte de gozo.

Nessa época, Lacan apresentava seu ensino na *École Normale Supérieure* e boa parte de sua plateia era composta por alunos desta instituição, mesmo insistentemente reafirmando ser um discurso dirigido aos analistas. Ainda, considerando sua crítica ao saber universitário, ele se pergunta o porquê de tanta gente acompanhar os seus seminários. Acredita que alguns percebiam algo diferente em sua fala, pois seu ensino tem consequências, ao contrário de todo e qualquer debate universitário apresentado de tal modo que não produza consequência alguma – seja pouco *útil*.

Todo este preâmbulo serve para nos dizer que seu ensino tem consequências e que elas se aplicam à própria psicanálise, explicando desta maneira a tensão gerada pelo tema de seu seminário entre os psicanalistas. Não apenas pelo que já foi dito sobre as associações que o termo comporta em psicanálise, mas principalmente, por tocar a prática dos analistas. Neste sentido, Lacan questiona: *o que se passa com os que praticam este ato?* Visto considerar a definição de psicanalista a partir da capacidade em praticá-lo e, mesmo, que isso determina um lugar, um campo de atuação. Porém, sem colocar essas considerações de lado, ele afirma: *o ato psicanalítico diz respeito, em primeiro lugar, aos que dele não fazem profissão*. Isto é, o ato psicanalítico está vinculado, antes de tudo, ao analisante.

Sendo verdade que a formação do psicanalista se faz em sua análise pessoal, é condição para se conduzir uma análise que o ato analítico ocorra nele enquanto analisante, que ele o tenha vivenciado antes. Pois “da natureza deste ato dependem consequências as mais sérias quanto ao que resulta da posição que se deve manter para se estar apto a exercê-lo” (p.26-27). De outra forma, é do que se pode extrair de consequências sobre o ato, em sua análise pessoal, que depende a possibilidade do praticante ocupar a função de psicanalista. Fazer da psicanálise ofício implica ter o ato psicanalítico operado antes em si

mesmo, o que nos mostra que as duas vertentes do ato, ao final das contas, se sobrepõem, *são um ato só*.

Na mesma época, em um discurso realizado em Roma, publicado sob o nome de “A psicanálise. Razão de um fracasso” (1967), o ato é apresentado como aquilo através do qual um psicanalista se compromete a responder pela psicanálise. Essa condição é extraída da análise pessoal e por esta razão é que caberia ainda qualificá-la como didática. Algo, um saber (não é conhecimento), é necessário ao praticante para que ele sustente as condições de que o ato psicanalítico do lado do analisante possa vir a se realizar. Entendo, portanto, que esse ato possui profundas implicações para o final da análise e um valor formativo para o praticante.

Será através dos desvios recolhidos nos enunciados de outros psicanalistas sobre os seus atos, que Lacan pretende encontrar onde está verdadeiramente o embaraço com o ato psicanalítico. Mas antes, vale adentrar na situação analítica e ampliar um pouco o contexto clínico em que o ato se realiza.

## 2.2 Operação do sujeito

Centrado no seu aspecto analisante, o ato analítico apresenta uma subversão, *uma conversão na posição do sujeito em sua relação ao saber*. Trata-se de um giro, uma mudança em como o sujeito se coloca frente ao que é possível articular, ou mesmo, frente ao que está articulado nos significantes. Se de início o sujeito é introduzido como um efeito do deslizar dos significantes, em que consistiria sua conversão? A palavra conversão nos remete à religiosidade, que diz tanto de uma conversão a Deus – se submeter à sua vontade – como de uma mudança de crença: ele era cristão e converteu-se ao islamismo. Mudança essa que parte da certeza de que a *verdade* estaria em outro lugar.

Pode-se pensar na conversão para dizer de uma alteração nas “crenças” do sujeito em relação ao saber, no que ele comporta de verdade. Dito de outra maneira, a relação que se altera é a do sujeito com o Outro, as crenças depositadas neste Outro vem abaixo. Não que se desprenda do Outro, pois somos seres de linguagem, mas que a relação não seja mais de mera alienação. Seria a de quem *conjuga* o verbo? De efeito dos significantes para seu autor? Devemos ter em mente que o sujeito antecipado na estrutura só encontra sua realização enquanto tal no um a um, a cada análise. Isto é, o que descrevemos

como sua condição evanescente precisa ser realizada, confirmada no particular da experiência.

Vale ainda lembrar que o saber que pode ser produzido em uma análise é sempre um saber particular; parcial frente à verdade do desejo inconsciente. Reconhecer a impossibilidade de coincidir o que se pode dizer sobre a verdade e ela própria é um passo a ser dado em análise. O saber será sempre contingencial, e a verdade, entrevista. Assim, sobre as relações do sujeito ao saber em uma análise existe uma destituição de saber, uma perda de saber e a produção de outros saberes.

Contudo, a situação analítica até aqui foi apresentada como uma relação entre dois: analista e analisante. Devemos considerar, porém, que uma análise se faz sob transferência, condição *sine qua non* para a cura e para a intervenção do analista. Lacan, em suas elaborações sobre a transferência, introduz um terceiro elemento que se liga à questão da conversão acima: o *sujeito suposto saber*<sup>27</sup>. Na “Proposição de 9 de outubro de 1967”, ele afirma que o sujeito suposto saber é o eixo a partir do qual se articula tudo sobre a transferência.

Não que o sujeito suponha algum saber, mas que ele próprio é suposto na articulação de um significante a outro na cadeia inconsciente. O paciente procura uma análise por querer saber algo sobre o seu sofrimento, e acredita mesmo que o psicanalista possui um saber que possa ajudá-lo. Não que o psicanalista esteja no lugar do sujeito suposto saber, é outro lugar que ele precisa ocupar. Contudo, para o analista, o saber sobre o que está em causa no sofrimento se encontra no próprio analisante. Mas dizer isso não resolve nada: é preciso sustentar o engano até os seus limites. Então o que se torna evidente é que o esperado do ato, enquanto uma mudança do sujeito em relação ao saber, é uma operação que só pode ocorrer por conta da transferência, pela presença deste elemento terceiro no início de uma análise.

Se a instauração deste elemento é o esperado e necessário para uma análise, é na queda do sujeito suposto saber que se encontra alguma esperança no que diz respeito ao ato psicanalítico. Lacan (1967c) afirma ser o postulado do sujeito suposto saber que sucede ao inconsciente abolir, é uma disposição própria ao ato. Neste ponto avançamos um

---

<sup>27</sup> Segundo Carvalho (1996), deve-se ter clareza que não se trata do analisante achar que o analista sabe, isto seria uma psicologização do conceito, “sujeito-suposto-saber é quando o analista, o significante qualquer, está implicado no fantasma do sujeito em análise” (p.66). Ou seja, devemos considerar como algo que emerge de modo inconsciente e no inconsciente, situando o lugar do analista na transferência.

pouco sobre o ato psicanalítico enquanto uma modificação da posição do sujeito frente ao Outro por meio da queda do sujeito saber presente na transferência e suportado pelo analista. Ao se destituir o sujeito suposto saber há uma perda de saber que produz alterações no inconsciente e no próprio sujeito<sup>28</sup>. Não há o Outro.

### 2.3 O que é para o psicanalista um ato?

Tomado pela questão acima, Lacan discursa sobre os já mencionados desvios no entendimento do ato psicanalítico. Não por acaso, são situações que contemplam o que foi dito em relação a Pavlov. A primeira irregularidade refere-se a Roland Dalbiez, responsável pelos primeiros grandes estudos filosóficos da psicanálise na França. Sua tese de doutorado apresentada na Sorbonne, “O método psicanalítico e a doutrina freudiana” recebeu, em 1936, uma publicação em dois volumes. É uma análise crítica da doutrina freudiana, pouco comentada entre os filósofos, mas que na época causou certo *frisson* entre os psicanalistas. Lacan destaca a fragilidade dessa tese que tenta traçar relações entre os experimentos pavlovianos como semelhantes aos mecanismos psíquicos descritos por Freud, como se fossem equivalentes. Situar o funcionamento do inconsciente próximo aos experimentos de condicionamento do comportamento indica que Dalbiez nada entendeu da teoria freudiana e muito menos, o que seria uma análise.

O segundo desvio, e é neste que Lacan aposta, narra sobre a seguinte afirmação feita por um psicanalista para um colega comunista: “Eu não admito nenhum conceito psicanalítico que eu não tenha verificado no rato!”. Deste relato, Lacan diz se entregar a um devaneio em que comenta com alguém sobre uma determinada pessoa cuja identidade é referida por “*benêt*” em seus Escritos. Ele diria: esse sim seria capaz de dizer uma coisa como essa! *Benêt* em sua tradução literal quer dizer alguém simplório, tolo, mas cuja terminologia Lacan aponta estar em bendito, numa alusão bíblica à proposição “benditos os pobres

---

<sup>28</sup> O ato analítico, segundo Cury (1996), ao ser introduzido no eixo da transferência, permite ao sujeito sair de sua condição de sujeitamento na alienação ao Outro, possibilitando ao sujeito se confrontar com o objeto *a* como a *causa sui*: “somente este sujeito poderá, feita a passagem pelo Outro e descoberta sua carência, decidir-se, mesmo assim, prosseguir em seu desejo”(p.86).

de espírito”. O que serve de notação ácida em seu comentário, mas em seguida, afirma ser *uma questão de estrutura* o que está por trás de sua declaração: é preciso determinação para que alguém se sinta alheio a todo obstáculo que o desejo do analista pode fazer numa análise; isso fala de uma relação de profundo desconhecimento sobre o que é um psicanalista.

Em outras palavras, para dizer uma tolice dessas é necessário ignorar as particularidades do processo analítico, ou melhor, é preciso não ter feito uma análise de fato. Deste modo, afirmar que é uma questão de estrutura pode ser entendido como a manutenção de uma alienação, pois não teria ocorrido em si mesmo a modificação da posição do sujeito desejada em uma análise. É Lacan, questionando a partir de um discurso sobre o ato, até que ponto os psicanalistas levaram suas análises.

O terceiro desvio é uma retomada de um trecho de seu “Discurso de Roma” (1953) em que cita um americano chamado Masserman. Lacan se refere aos seus exaltados elogios à pesquisa de Hudgins em que se obteve um reflexo condicionado da pupila de uma pessoa enunciando a palavra “*contract*”. Tal experimento seria considerado a prova da ligação entre o som e o que ele entende por linguagem, ao ponto que se poderia substituir o termo por algumas derivações, obtendo o mesmo efeito. Segundo Lacan, este é mais um exemplo da fuga dos psicanalistas por uma posição cômoda frente aos próprios atos. Uma posição de desconhecimento que leva à produção de um conhecimento *fútil*, sem preocupação com suas consequências, pois afinal, qual seria a utilidade para a psicanálise em fazer uma pupila se contrair diante da palavra?

Com esses três exemplos Lacan define o ato psicanalítico como podendo consistir nesse interrogar, de início, o que precisa ser descartado e criticado no interior do próprio movimento psicanalítico. Ou seja, através dele convoca um rigor para o que se pode afirmar como sendo ou não uma psicanálise. As concepções que se apresentou acima deturpam o sentido de uma análise, tornam o ato do psicanalista pífio. A introdução do termo “ato” vem, inclusive, para questionar os fundamentos do que se diz em nome da psicanálise.

Porém, tal ato também pode ser tomado de outra maneira, para identificar o que se pode qualificar como psicanalítico na ação do psicanalista. Isto é, a temática do ato serve também para questionar o que da intervenção do psicanalista porta a essência das finalidades de uma psicanálise que faça jus em ser qualificado de psicanalítico. E

assim Lacan introduz a questão título: o que é para o psicanalista um ato?

Afirma que o ato em psicanálise é apresentado como falhado. Por exemplo, o lapso na fala, nomeado por Freud como *ato falho* por possuir origem no inconsciente é, deste ponto de vista, um ato bem sucedido. É a emergência do inconsciente que irrompe na fala atravessando o discurso consciente. Ou ainda, num *ato sintomático* presentificado pela via motora numa ação cotidiana, sua origem também é de ordem significativa, pois é do conflito entre dois intentos que emerge a “mancada”. É a aposta feita por Freud(1901) em “Psicopatologia da vida cotidiana”: o de haver um sentido insabido naquilo que emerge como equívoco, embaraço; seja na fala ou na ação.

Outro aspecto importante desses atos é a sua condição de não ser pensado quando surge. No momento em que ocorrem, eles arrastam um efeito de estranhamento, de surpresa pelo que apresentam; como houvesse um instante de distração mental. Mas não basta que se apresentem como atividade, é preciso atribuir-lhes um sentido: “Este ato vai colocar seu sentido precisamente sobre aquilo que se trata de atacar, de abalar; seu sentido ao abrigo do mal entendido, do fracasso. Eis o que é a intervenção analítica” (p.31-32).

Porém, o valor de ato, naquilo que parece ser erro, se apreende apenas na medida em que se pode fazer uma leitura do mesmo. Isto é, a presença do analista, a indicar a existência de um sentido para além do equívoco, oportuniza saber algo sobre o evento e o desejo inconsciente em jogo. Contudo, o paciente precisa consentir com o inconsciente, apostar em algo para além do engano para efetuar sua leitura. Então, tanto o ato sintomático como o ato falho, para obterem estatuto de ato em psicanálise exigem ser reconhecidos como bem sucedidos, o que contempla, não apenas a sua manifestação, mas, a sua leitura. Assim, no que esses atos dizem da estrutura do ato psicanalítico, podemos considerá-lo em sua *fonte* como inconsciente, com uma ponta significativa, e que sua *realização* plena exige uma leitura, um reconhecimento. Em “O engano do sujeito suposto saber”, Lacan (1967b) endossa tal leitura ao dizer que o ato psicanalítico é aquele que *nunca teve tanto sucesso quanto ao ser falho*.

Um terceiro termo é introduzido por Lacan: diz que o ato sintomático deve conter em si mesmo algo que o prepare para uma realização plena. Ele não é claro sobre o que seria isso, mas deixa indicativos ao afirmar sua importância e introduzir aspectos de *novo*, de *inaudito* no estatuto do ato – uma referência a angústia. No parágrafo imediatamente anterior, havia dito que a face motora do reflexo não está

no estender a perna, mas lá onde se tem o martelo para provocá-la. Acredito que, mesmo quando não fala do ato psicanalítico em si, Lacan o está abordando, e deste modo, escuto que o ato analítico – mudança do sujeito em relação ao saber – se produz em três tempos lógicos: *preparação, realização e leitura*<sup>29</sup>. Neste sentido, a preparação estaria no que o psicanalista se propõe em provocá-lo, ao operar como causa dessa subversão.

De outro modo, podemos considerar que para ocorrer à leitura do ato seja desejável certa *abertura* ao inconsciente, um consentimento em sua existência. Apenas ao admitir a possibilidade do inconsciente é que um sentido no ato poderia ser encontrado. E também pelo inverso, um *fechamento* do inconsciente, aquele próprio à instalação da transferência em que o conteúdo que não pode ser lembrado passa a ser repetido na relação com o analista. A presença da transferência prepara as condições no que ela autoriza ao analista a intervir e operar como causa da tarefa analisante, introduzindo a dimensão do desejo presente na fala. Os movimentos de abertura e fechamento são próprios à situação analítica, cabendo ao analista trabalhar pela abertura, visto que o fechamento é a tendência.

## 2.4 Elogio à babaquice

À medida que Lacan oferece exemplos sobre o desconhecimento do estatuto do ato psicanalítico, ele fecha o cerco sobre os psicanalistas. O exemplo tomado agora é retirado de um relatório da época sobre passagem ao ato e o *acting-out*, publicado pela Sociedade Psicanalítica de Paris, instituição ligada a I.P.A. Antecipo que os desvios são por ele vistos mesmo entre os que se apoiam em seu ensino, “o fazem com a condição de renegá-lo” (p.38). No caso desse relatório, aborda o trabalho de Olivier Flournoy, psicanalista suíço fundador da Sociedade Suíça de Psicanálise.

O artigo é sobre a transferência e é comparado de perto, por Lacan, com o trecho dedicado à mesma temática em a “Direção de cura e os princípios de seu poder”, visto que Olivier o cita, fazendo uma crítica. Segundo Lacan, na época, a situação na IPA estava de tal forma

---

<sup>29</sup> A ideia de que existem três tempos no ato remete ao desenvolvido por Lacan já em 1945 no texto “O Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada” em que propõe três momentos: o instante de ver, o tempo de compreender e o momento de concluir.



estabelecida que a transferência podia ser considerada como um conceito que permitiria uma verdadeira objeção à psicanálise. Assim, entre os americanos, ela configurava uma defesa para o analista, de modo a garantir certa distância da cena analítica, a ponto deles desconsiderarem qualquer participação no que se refere aos fenômenos que emergem numa análise. Como se a relação transferencial os eximisse de responsabilidades sobre o tratamento, aos moldes da crítica<sup>30</sup> que Freud (1937b) combateu ao falar da interpretação: *Heads I win, tails you lose*. Quanto a isso, Lacan reconhece o esforço de Flournoy em combater tal leitura. Todavia, Lacan assevera: numa sociedade em que o estabelecido é o que vale, dizer que o conceito de transferência é uma balela, não afeta em nada os psicanalistas. Uma dura crítica a como a I.P.A. tratava à revisão dos conceitos: com tamanha impermeabilidade às releituras, que autorizava aos psicanalistas dizerem qualquer coisa, pois não seria levado em conta, nada mudaria.

Percebe-se no movimento de se afirmar “qualquer coisa” a necessidade de uma afirmação dos próprios analistas, um *ato de afirmação* muito próximo do sintomático, pois ele tem como função garantir um desconhecimento, ao mesmo tempo em que revela o desejo em sua causa – para quem souber lê-lo, diz Lacan. A prova cabal da necessidade ética de nos interessarmos pelo *desejo do analista* em seu ato e de que cada analista deva se interessar pelo desejo presente em seu ato, provém de Freud. Em “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana” (1901), capítulo X, ele discute a causa de três erros cometidos na sua obra “A interpretação dos sonhos” (1900). Freud (1901) conta do assombro em notá-los após a publicação do livro, encontrando como explicação para os seus equívocos o fato de que, em sua interpretação, ele reteve alguma *verdade*.

O primeiro erro ocorre na análise de um sonho que Freud teve ao longo de uma viagem noturna de trem, em que ele foi despertado pelo anúncio do condutor sobre a chegada à estação de Marburgo, em Hesse. No sonho, alguém lhe perguntava por um livro de Schiller, autor que nasceu em Marbach – dado conhecido por Freud. Em sua análise, Freud

---

<sup>30</sup> Freud inicia o texto “Construções em Análise” respondendo a crítica de que o psicanalista sempre atribui uma correção à sua interpretação, pois a divergência do analisante é rebatida como sendo um sinal de resistência, e por isso a afirmação: cara eu ganho, coroa você perde. Aqui, a concepção de transferência opera do mesmo modo, como se a pessoa do analista não pudesse fazer nada que prejudicasse o tratamento, o fenômeno transferencial entendido como sendo do paciente é que leva o crédito.

reconhece tê-la interrompido ao se deparar com o nome Marburg, homônimo da estação que lhe interrompe o sono, o nome de um amigo de seu pai: “tentei ocultar esse Sr. Marburg de mim mesmo [...] mas ele se vingou intrometendo-se onde não devia e mudando o nome do local de nascimento de Schiller de Marbach para Marburgo” (p.219). Ali reconhece a *presença de uma crítica* inamistosa ao seu pai e reconhece haver uma *força de oposição* de sua parte em saber da verdade em jogo.

No segundo erro, Freud chama o pai de Aníbal de Asdrúbal, em vez de Amílcar. Ele diz ser o engano que mais lhe causou aborrecimento em notar, ao mesmo tempo, o que mais corroborou com a sua concepção sobre o motivo dos erros de memória cometidos no seu livro. Aí, ocorre a substituição do nome do pai pelo nome do irmão, num contexto que se refere às fantasias de Freud sobre Aníbal no tempo de colegial, tempo em que identifica uma insatisfação com o comportamento do seu próprio pai. Nesta época, Freud conhecera na Inglaterra seu meio-irmão, que tinha um filho com a sua idade, o que o faz se dedicar ao seguinte devaneio: “se eu tivesse vindo ao mundo não como filho de meu pai, mas de meu irmão” (p.219). Então, a troca de personagem no livro revela novamente o conflito e o desejo em relação ao seu pai.

Em Freud (1901), antes do terceiro exemplo utilizado por Lacan, aparece outro erro que se relaciona com os anteriores. Nele, Freud teria afirmado que o deus grego Zeus castrou e destronou seu pai Cronos, quando na verdade havia sido Cronos que tinha feito isso com seu pai Urano. Freud pulou uma geração, o que o faz lembrar um conselho do mesmo meio-irmão: “não se esqueça de que você não pertence à segunda, mas à terceira geração em relação ao seu pai”. Isto é, o equívoco era um derivado do recalcado, uma substituição do desejo agressivo para com seu pai.

Por fim, um equívoco que ocorre na clínica, ao qual Freud atribui um valor vergonhoso e instrutivo ao mesmo tempo. Ele é relativo ao pedido de um paciente em emprestar dois livros seus sobre Veneza para viagem. Freud havia lhe prometido anteriormente, mas havia se esquecido de separá-los na biblioteca. Reconhece seu esquecimento como um desacordo com esta viagem, na qual via uma possível perturbação do tratamento e o prejuízo em seus ganhos. Ao voltar da biblioteca e estando junto do paciente, ele percebe ter pegado um livro que nada tinha a ver com Veneza, o que o leva a confessar para o paciente as suas preocupações com a viagem, único modo encontrado por ele para assegurar, em suas palavras, a sua autoridade.

Deste modo, Freud (1901) reconhece no humano uma ânsia pela verdade, a ponto de não ser possível mentir (para si mesmo) sem que ela

retorne por meio de um lapso ou um ato falho. Então, a verdade que se impõe é sempre a do desejo inconsciente. No que se refere ao analista, recusar a verdade pode colocar o tratamento em risco e nos esclarece: se eximir da cena transferencial jamais, em tempo algum, foi possível em psicanálise.

O que permite reafirmar a importância do desejo inconsciente como o que sustenta qualquer ato e o valor deste quando se trata do ato do psicanalista. É preciso suportar a verdade, ganho advindo da análise pessoal, para que o psicanalista possa operar na direção da cura. Pois, o desejo é tudo o que não se quer saber e superar essa resistência é fundamental para o fim de qualquer análise. Neste sentido, Lacan nos esclarece que o analista só pode conduzir uma análise até o patamar que tenha levado a sua, e isso revela a importância de se questionar o ato, seja como passo da análise pessoal, seja como praticante. Dois momentos diferentes que dizem da mesma coisa.

Lacan demonstra que o desejo do analista pode operar como uma fonte de resistência, um *não querer saber*, porém, o desejo do analista enquanto uma função da análise define-se por ser um *desejo de saber*, exatamente o oposto do primeiro. Acredito que ambos possuem a mesma natureza, isto é, configuram-se como um desejo da pessoa do analista, a questão a ser considerada é *como emerge este novo desejo a partir da análise*: parece-me ser esta a questão do seminário, ao Lacan considerar o desejo como o que anima qualquer ato.

Assim sendo, é preciso que o sujeito, ao se propor praticante da psicanálise, antes, tenha ao menos ultrapassado o engano do sujeito suposto saber, e assim, possa assumir uma posição de “querer saber”, desde um desejo que não é o de saber alguma coisa, mas puro movimento de abertura para com a verdade. A questão é importante e não tão simples, devendo ser retomada ao longo do seminário em suas diversas facetas.

Voltando ao texto, Lacan se desculpa por se estender em seus exemplos, mas explica ser fundamental fazê-lo frente ao que ele pretende introduzir em relação ao ato psicanalítico. Algo que há muito tempo estava em elaboração e é nomeado “*Éloge de la connerie*”<sup>31</sup>, ou

---

<sup>31</sup> O termo *connerie* em francês significa “besteira”, “bobagem”, “tolice”. Em português optou-se em traduzi-lo por “babaquice”, um sinônimo que guarda em português as mesmas acepções exploradas por Lacan e é uma tradução já consagrada nas versões brasileiras dos seminários e foi introduzida por MD Magno.

seja, Elogio à babaquice, à besteira – um registro dito “escabroso”, mas que Lacan considera útil. Ele afirma que o termo *connerie* porta o que há de modo mais rigoroso no que se diz do ato psicanalítico. De início, ele brinca, com a seguinte expressão: *il déconnait*. Expressão que tanto pode significar “ele desconhecia” (aceitando-a como um neologismo para o inverso de *connâitre*, em vez de *méconnâitre*), como, “ele faz besteiras/ele faz babaquices”. Expressão que conjuga: o *desconhecimento* sobre o ato em psicanálise; reporta à *dimensão sexual*; e as *bobagens* que se faz em nome da psicanálise. Pois, o verbo *déconner* significa na modernidade “fazer bobagens”, “fazer absurdos”, mas segundo o dicionário “Grand Robert” (2005), o termo em sua origem possuía uma conotação erótica, algo como “sair da vagina”, “*dé-, con*”. Apesar do peso maior para uma tradução por “besteira”, o significante “babaca”<sup>32</sup> (para traduzir *con*, em francês) é aqui utilizado para introduzir a dimensão do sexual que está em jogo, em tensão ao desconhecimento que se lhe opõe. O *il déconnait* é capaz de arrastar toda a tensão ao redor da questão do ato.

É válido recordar que no seminário anterior, sobre a lógica do fantasma, o termo ato psicanalítico foi apresentado a partir de uma elaboração sobre o ato sexual que o fantasma pretende realizar, o que torna muito sugestiva a imbricação do termo “*il déconnait*” numa referência que o fantasma se ignora e precisa ser construído, ele contém, de modo imaginário, a realização sexual, forja um objeto da satisfação. Nesse sentido, o ato psicanalítico põe fim à pretensão realizada no fantasma em se fazer *um*: do encontro com o objeto de gozo, do desejo e da pulsão. Implica numa conversão da posição do sujeito em relação ao saber, e pode ser compreendida como um “abrir mão”, uma perda do saber falseado na relação ao Outro e a assunção da verdade da castração – que é impossível de dois, tornar-se um. Pois, o neurótico procura manter-se no desconhecimento sobre isso, há uma determinação em “*não querer saber nada disso*”.

Assim, Lacan afirma que a introdução da babaquice no ato psicanalítico se justifica por ser “alguma coisa como um nó, um nó ao redor do qual se edificam muitas coisas e se delega toda sorte de poderes. Seguramente, é alguma coisa estratificada e não se pode

---

<sup>32</sup> O termo *con* é utilizado popularmente para se referir a alguém como idiota, estúpido, mas também é um modo chulo para se referir ao órgão sexual feminino. Assim como se traduziu *connerie* por babaquice, utilizaremos o termo “babaca”, por também fazer referência ao órgão sexual feminino, conforme o dicionário Hoauiss (2001).

considerá-la como simples” (p.39). Tal estratificação e inúmeras consequências nos servem também para justificar a necessidade de se ir fazendo um percurso aos poucos, com vários giros ao redor de alguns mesmos temas. Apontando aqui e acolá o que é do ato psicanalítico.

E ainda, Lacan apresenta uma terceira ressonância do termo “a babaca” (*con*) a partir de sua referência ao órgão sexual feminino. A relação de oposição e sobreposição, ao mesmo tempo, entre a verdade e a babaquice: “dai à verdade o que é da verdade, e a babaquice o que é da babaquice” (p.41). E completa, “bem, isso não é tão simples”. No sentido de que a verdade em psicanálise possui um valor sexual, diz da castração. Por outro lado, é preciso separar as babaquices, as besteiras, da verdade que importa à psicanálise, e mesmo, que a separação entre ambas não seja exatamente clara, pois de uma besteira pode advir um lampejo da verdade – é a aposta feita na associação livre.

Por fim, o ato psicanalítico, a verdade e o ato sexual. Questão apenas indicada nessa lição e a ser retomada na próxima por Lacan. Primeiramente, ele nos diz que a verdade sofre de uma deficiência, e que o termo *connerie* aponta o centro de sua dificuldade. Ele assevera: da mesma maneira que o órgão sexual (a babaca) é pouco apto ao gozo<sup>33</sup>, um embaraço equivalente se verifica com a verdade em uma análise, pouco apta a ser conhecida, pode apenas ser semidita e escutada nas entrelinhas do discurso. O ato analítico seria uma resposta a esta dificuldade da verdade, em função do que ela tange ao sexual; ele é uma intervenção inconsciente muito precisa em seu alvo, a ser desdobrada nos desenvolvimentos que se seguirão ao longo do seminário.

---

<sup>33</sup> Lacan parte do pressuposto freudiano de que o original ponto erógeno no corpo feminino seja o clitóris, por suas características fisiológicas semelhantes ao pênis no que diz respeito ao prazer. Sendo assim, o gozo feminino não clitoriano implicaria numa operação psíquica mais complexa e mesmo não disponível facilmente. A questão será levada a diante por Lacan, pois nos anos setenta ele elabora o “quadro da sexuação”, em que aponta a existência do gozo masculino e do feminino como o que marca a diferença entre os sexos, para além da questão anatômica.

**Lição III**  
**29 de Novembro de 1967**

A fim de retomar as questões deixadas em aberto na lição anterior quanto ao sexual e sua relação com o ato psicanalítico, Lacan afirma que o discurso desse ano só tem efeito pelo precedente. E desta maneira, recoloca o debate sobre a situação do psicanalista e seu ato a partir da concepção de *objeto* dominante nas sociedades psicanalíticas. Ele utiliza um artigo que considera exemplar para demonstrar contra o que ele se agita. O texto é de 1955 e debate o conceito de caráter genital a partir das concepções de Fenichel. O interesse nessa referência é a concepção de tratamento veiculada junto à teoria do objeto. Uma posição idealista, reconhecida pelo próprio autor no momento em que atrela a normalidade à primazia da genitalidade. Porém, ele diz estar certo de sua realização, ou seja, para ele a análise visa à realização de um ideal. Uma concepção do tratamento que pretende conciliar os impulsos pré-genitais a uma personalidade totalmente integrada, por meio de práticas preliminares ao ato sexual genital. Assim, ao final da análise todos os impulsos convergiriam para a genitalidade sob o domínio de um eu forte e pleno. Ao que Lacan responde: “não creio que quem quer que seja [...] possa por um instante levar a sério essa estranha novelinha. A coisa é falsa, totalmente contrária à realidade e ao que ensina a experiência” (p.45).

Lacan diz que a esse exemplo se poderia elencar uma imensa série de leituras complementares, provindas do movimento psicanalítico, sob o qual reina um discurso que ignora a experiência clínica e atende aos ideais; o que acaba por colocar o tratamento em direção oposta ao proposto por Freud. Nesta visão não haveria espaço para a perda das ilusões e das pretensões fálicas; nada de reconhecer os limites e a divisão subjetiva, num percurso que apenas reforça o negar à castração. Tal discurso se sustenta em um conjunto de clichês pouco operantes na prática clínica e reconhecido por Lacan entre alguns dos que seguem o seu ensino. Há um modo de operar com o saber teórico na clínica que garante aos psicanalistas uma posição cômoda sobre o seu lugar no tratamento, mas provindo de um profundo desconhecimento de sua função, característica que não seria privilégio dos psicanalistas ipeanos. Nesse sentido, fica explícito que um dos objetivos de Lacan com este seminário é o de questionar os analistas (de sua escola) até onde eles levaram suas análises e em que fundamentam o seu ato enquanto praticantes.

Ao perceber que o seu discurso era tomado por alguns de maneira diversa ao por ele pretendido, e mesmo, a ponto de rejeitarem suas posições, Lacan admite a necessidade de publicar artigos, e assim, advertir o público sobre o sentido de seu ensino. Ele sempre resistiu a tal

ideia, utilizando a expressão *publixção (pouvellication)*, neologismo que embute a palavra lixo (*poubelle*), pois este era o estatuto que atribuía às publicações; numa clara defesa do ensino oral e por considerar a existência de um acréscimo significativo nas dificuldades em se transmitir de modo escrito a psicanálise. Entre as distorções por ele encontradas em seu ensino, cita o uso de expressões tais como: a “transferência da transferência”, concebida para garantir uma posição de superioridade do analista, pois situaria a ação do analista a partir do lugar em que é posto pelo analisante: se é o sujeito saber.

Contudo, é na transferência que ele afirma encontrar a primeira face estável do que está produzindo sobre o ato psicanalítico, ao dizer que fora do seu manejo não há ato psicanalítico. Isso não quer dizer que a transferência seja o que o legitima, nem configura o ato como sua essência, apenas, que o ato psicanalítico incide e depende da transferência, algo bem diferente. Os futuros desdobramentos deste trabalho estenderão esta relação.

O termo “manejo” da transferência é um pouco obscuro para dizer do tratamento recebido por ela. Parto do princípio de que a transferência não se interpreta, ou seja, que apontamentos, esclarecimentos ou qualquer fala que diga daquilo que se apresenta na relação transferencial pouco serve a uma psicanálise, e mesmo, a atrapalha. Porém, existe algo a se fazer em relação a ela, o que Freud chamou de manejo da transferência. A palavra manejo indica que é preciso algo além do suportar a transferência, no sentido de sustentar o engano do sujeito suposto saber. O termo suscita algo como uma gerência sobre a transferência por parte do analista. Contudo, do manejo à manipulação se está a um passo; é a ética da psicanálise que restringe a área de atuação, trata-se de um “saber fazer” com a transferência visando aos fins de uma análise. Novamente, a concepção de tratamento e a clareza sobre as suas finalidades decidem uma direção, e nisso se reconhece a importância do ato psicanalítico no analista.

### **3.1 Nota sobre a transferência**

A transferência foi considerada por Lacan um dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise e chamada por Freud de “a mola do tratamento analítico”. Creio que não haja ninguém com o mínimo de intimidade com a teoria psicanalítica que possa sentir algum estranhamento frente ao termo ou desconhecer o valor deste conceito para a clínica. É apesar e por isso mesmo, que talvez valha, mesmo



brevemente, fazer algumas considerações sobre a transferência, tendo em vista a sua íntima relação com o ato psicanalítico.

O fenômeno da transferência faz parte das reflexões de Freud desde muito cedo, no tempo em que ainda utilizava o método catártico para o tratamento das histerias. Por exemplo, no caso *Anna O.*, atendido por Breuer e comentado por Freud (1893-95), a paciente sofria de uma histeria grave e durante o tratamento acaba se apaixonando pelo Dr. Breuer, até o caso encontrar um desfecho surpreendente, responsável por sua interrupção: a “simulação” de um trabalho de parto por parte da paciente que anuncia a chegada de um suposto filho com Breuer. Freud encontra, na paciente que cunhou o termo “limpeza de chaminé” para definir a cura pela fala, o efeito de enamoramento que a oferta da escuta atenta e a circulação da palavra promovem:

A princípio, fiquei muito aborrecido com esse aumento no meu trabalho psicológico, até que percebi que o processo obedecia a uma lei; e então notei também que esse tipo de transferência não trazia nenhum aumento significativo para o que eu tinha de fazer. [...] nessas transferências para a figura do médico tratava-se de uma compulsão e de uma ilusão que se dissipavam com a conclusão da análise (p.315).

Foi apenas após a experiência com a paciente conhecida por Dora que Freud (1905) fundou realmente o tratamento analítico, por considerar a transferência não mais como um mero obstáculo (fonte de interrupção nesse caso) e sim como a própria chave do tratamento. É a partir deste caso que Freud avança em suas elaborações sobre o tema, ao definir a transferência como uma reedição das *imagos* parentais e, portanto, um modo de acesso aos desejos e fantasias inconscientes do paciente reatualizados na clínica. Não apenas isto, pois um erro de Freud quanto ao seu lugar na transferência causa o fim do tratamento, porém, permite-lhe entender que o psicanalista também sofre da transferência: mesmo que seja *querendo o bem* de um paciente, isto afeta a escuta e a interpretação do analista, serve à resistência. O fenômeno ficou conhecido pelo termo *contratransferência*, ao que Lacan rebate: “gostar” ou “não gostar” do paciente é a transferência, o desafio está em dar a isso um sentido que não seja este.

Para além de um fenômeno comum às relações humanas, a transferência é a atualização da realidade do inconsciente, o terreno em

que opera a direção de cura e a condição para a interpretação do analista. Em 1958, Lacan a define do seguinte modo:

A transferência é o vínculo com o Outro estabelecido pela forma de demanda a que a análise dá lugar, para que, desse lugar, essa repetição, na qual não é a necessidade que se repete, e sim o mais além que nela desenha a demanda, possa ser apreendida em seu efeito de desejo e analisada em seu efeito de sugestão (Lacan, 1958, in *Outros Escritos*, p.179).

A temática foi abordada por Lacan sob duas vertentes: a do *amor* e a do *saber*. A primeira é objeto de seu seminário de 1960-61. Seguindo os passos de Freud, ele aborda “O Banquete” de Platão para analisar o fenômeno desde o endereçamento de Alcibíades a Sócrates. Na verdade, a obra de Platão é dedicada ao *amor*, mas que nas palavras de Sócrates demonstram uma função de *recobrimento*, ideia que serve a Lacan para explicar a transferência, pois, Sócrates revela existir no amor de Alcibíades a busca pelo *agalma* que acreditava encontrar em sua pessoa. Algo que supunha estar escondido no interior de Sócrates, cuja palavra remete a “tesouro”, “ornamento” e que produz um efeito de enigma em Alcibíades, despertando o seu desejo. Este agalma obtém estatuto de conceito em psicanálise, enquanto *objeto do desejo*, uma das facetas do objeto *a*.

Assim, na análise, é possível dizer que no nível da enunciação<sup>34</sup> da fala do analisante, o sujeito sempre se dirige ao Outro em busca do objeto *a*, em busca de uma realização do que foi fixado no fantasma ao final da constituição. “É na medida em que o sujeito se identifica à fantasia fundamental que o desejo como tal assume consistência” (Lacan, 1960-61, p.172). Herança do Outro primordial, o desejo faz-se representar na fala como uma busca pelo objeto e é veiculado através da demanda: um pedido dirigido ao outro (semelhante), que na verdade se endereça ao Outro da linguagem. Nesse sentido, a transferência reproduz a alienação, pois o sujeito acredita que o analista é o Outro que sabe sobre ele, e também, aquele que guarda o objeto de seu desejo.

---

<sup>34</sup> Lacan (1960) estabelece no Grafo do desejo dois níveis da fala: o do enunciado que parece consciente e relativo à intenção daquele que fala; e a enunciação, camada inconsciente e determinado pelos significantes e que porta o desejo.

Em *O Banquete*, Alcibíades passa de uma tentativa de seduzir Sócrates para um enamoramento por ele, na medida em que não consegue saber qual é o seu desejo, o que remete ao enigma fundamental – *Che vuoi?*, O que queres? A postura de Sócrates frente a essa paixão é a de remeter Alcibíades ao desejo desperto em sua presença, assim como Freud não se deixa equivocar por aquilo que revela a posição do analista no desejo do analisante. Em reconhecendo tal lugar, podemos determinar um manejo que trabalhe no sentido de que se saiba sobre o desejo inconsciente: sustentando a demanda e fazendo o analisante se interessar por seus pedidos. Assim, a expressão *sujeito suposto saber*, apresentada anteriormente, ganha outro contorno, pois o que também está suposto é o Outro saber do desejo do sujeito, o que o situa num “se enganar”.

O valor fundamental da transferência para a cura se explica pela função que tem na práxis: “Esse conceito dirige o modo de tratar os pacientes. Inversamente, o modo de tratá-los, comanda o conceito” (Lacan, 1964, p.120). Não é apenas um jogo de palavras, a transferência opera em dupla vertente, pois se ela determina as vias do tratamento, é o modo como o analista dirige a cura que revela a sua verdadeira concepção. De nada adianta um discurso sobre o manejo clínico se a prática revelar outra coisa. O que implica o desejo do psicanalista nos resultados do tratamento.

Estes são breves apontamentos que indicam a necessidade do analista se perguntar como tem lidado com a transferência e em que medida complementa o jogo do engano ao invés de apenas sustentá-lo. Isto é, em cada caso, é preciso se questionar sobre o que assenta o próprio ato e a partir do que se autoriza atender aquele analisante. Trata-se de um manejo executado sempre no fio da navalha.

### 3.2 Um ato eludido

Para bem situar o ato psicanalítico vale repetir que ele só é concebível em relação à transferência, um ato que ocorre a partir e para com ela. Essa referência nos permite esclarecer a natureza bivalente do ato psicanalítico, isto é: aplica-se ao analista e ao analisante. É apenas a partir da relação transferencial que se poderia conceber um ato que fosse qualificado de psicanalítico. Quanto ao psicanalista, Lacan afirma ser este ato o *menos elucidado, quase completamente eludido*. Assim como no ato falho, os psicanalistas pouco destacam o seu valor de ato, enfatizando o seu aspecto de falho; do mesmo modo, parece que eles se

esquivam em esclarecer o que lhes é próprio. Isso, apesar de Freud já haver dito que a ideia de falha é apenas o embuço dos atos propriamente ditos.

Ao figurar escamoteado, o ato psicanalítico evoca um aspecto de insuportabilidade, entendido não como algo que afeta a subjetividade, mas pelas consequências que introduz. O ato produz um efeito que, até então, se queria evitar. Tal consequência deveria estar bem explicada pela análise didática, por ser aquela que ao final produz um psicanalista. Contudo, Lacan está aqui pensando os efeitos do ato psicanalítico para o psicanalista, aquele que se submeteu a uma análise didática. Até esta época, no seio das sociedades psicanalíticas, os relatos de final de análise didática não nos permitiam dizer o que ocorre no fim do lado do psicanalista e tudo parece estar feito para que não se saiba. Este ocultamente repercute decisivamente nas análises didáticas, ou melhor, na formação dos psicanalistas.

Eu repito, se o ato psicanalítico é precisamente a que o psicanalista parece opor o mais feroz desconhecimento, isto está ligado não tanto a um tipo de incompatibilidade subjetiva, o lado subjetivamente insustentável da posição do analista, [...] mas disso que resultaria, uma vez aceita a perspectiva do ato pelo analista, quanto à sua estimativa do que, quanto a ele, recolhe na sequência da análise, na ordem, propriamente falando, do saber (p.50)<sup>35</sup>

Assim, Lacan proclama de modo muito contundente o quanto o psicanalista se esquia em saber do seu ato. Afastando de imediato a ideia de uma dificuldade em suportar a função do psicanalista, no que é definida por um abster-se, pagar com o seu próprio ser, mas antes, refere-se às consequências produzidas no psicanalista ao final de uma análise, após a dissolução da transferência. Lacan está a questionar o saldo de saber de uma análise para o psicanalista. Se o ato psicanalítico

---

<sup>35</sup> No original: « Je le répète, si l'acte psychanalytique est très précisément ce à quoi le psychanalyste semble opposer la plus forcenée méconnaissance, ceci est lié non pas tant à une sorte d'incompatibilité subjective, le côté subjectivement intenable de la position de l'analyste [...] et bien plus dis-je, de ce qui, une fois la perspective de l'acte acceptée, en résulterait quant à l'estimation que peut faire l'analyste de ce qu'il recueille quant à lui, dans les suites de l'analyse, dans l'ordre à proprement parler du savoir ».

implica na queda do *sujeito suposto saber*, qual seria então o lugar do analista após essa destituição? Que consequências tem o ato do final de uma análise? Existe algum resíduo do final desta operação que é pertinente ao analista e que Lacan reconhece como causa desse horror.

Lembremos que, naquele ano, Lacan acabara de criar o dispositivo do passe, cuja finalidade seria abordar o término das análises didáticas e seus embaraços. Não que sua proposta tenha sido satisfatória no todo, pois ele admitirá tempos depois, como já mencionado, um certo fracasso. No entanto, esse fracasso deve ser relativizado ao levarmos em conta a permanência do dispositivo em muitas escolas de orientação lacaniana. Talvez devêssemos considerá-lo na maneira pela qual o dispositivo foi montado e no uso político no interior da sua própria escola. Um desvio no seu objetivo de extrair um saber sobre os finais de análise, tornando-se uma forma de poder intrainstitucional. Atualmente ainda existem dificuldades, mas muito se trabalhou a partir da experiência lacaniana para aperfeiçoar o aparelho institucional e gerenciar os *efeitos de massa* presentes em qualquer agrupamento humano.

Ainda a respeito do desconhecimento do psicanalista sobre o seu ato, ele deve ser considerado pelas consequências que produz nas análises didáticas. A formação dos analistas estava ameaçada, presa num ciclo-vicioso em que se reproduz uma incompatibilidade entre o ensinado nas sociedades psicanalíticas e o saber que pode ser apreendido na experiência de análise. Pouco se tinha trabalhado até então para formalizar um conhecimento sobre as consequências das análises didáticas, segundo Lacan, quase nada com consistência. Esse seria apenas a “ponta do iceberg” do motivo para nada se saber do ato psicanalítico.

### 3.3 O que é possível saber?

No momento preciso em que traz a causa desse desconhecimento, Lacan introduz o diálogo “Mênon”<sup>36</sup> de Platão, conhecido por ser um tratado sobre a virtude. Nele, Sócrates e Mênon debatem sobre o ensino de *areté*, traduzido como virtude, mas que no sentido grego remete à *excelência*, à procura do *bem*, condição para se alcançar a *felicidade*,

---

<sup>36</sup> Nota-se no texto que Lacan brinca com a homofonia entre o nome “Mênon” e a expressão francesa “mais non!”, usada geralmente para dar ênfase a uma negação e mesmo para indicar surpresa e rejeição frente a uma afirmativa.

uma vida plenamente realizada. Nesse sentido, o diálogo se refere à possibilidade de ensinar alguém a obter uma vida plena e feliz. Essa introdução já nos esclarece ao menos um dos objetivos de Lacan: debater o ensino da psicanálise, o ensino daquilo que se opera numa psicanálise. Mesmo longe de uma promessa de felicidade, o saber analisante encontra dificuldades semelhantes ao ensino das virtudes, especialmente por ser um saber relativo ao vivido, à experiência particular. Em outras palavras, como demonstrado há pouco, Lacan apresenta as nefastas consequências de uma cisão entre a teoria e a prática na formação dos analistas.

Em Platão, a questão é introduzida por Mênon da seguinte forma: a virtude é coisa que se ensina? Ou se adquire pelo exercício? Ou nenhuma delas, mas algo que advém aos homens de outra maneira? Ao que Sócrates responde com outra pergunta: “O que seria a virtude?”, pois nunca conhecera alguém que o soubesse. O jovem Mênon afirma ter a resposta, apresentando o modo “virtuoso” de agir em diversas situações, associando-as como pertencentes ao homem ou à mulher; à criança ou ao velho; ao homem livre ou ao escravo. Um *enxame* de virtudes, como diz Sócrates, mas que não a define em si, independente de quem as utiliza. Mênon segue em seus argumentos, mas agora indicando virtudes, uma a uma: a sabedoria, a prudência, a justiça, etc. Como se pudesse conseguir extrair de uma única delas a sua definição geral. Todas as tentativas de Mênon fracassam diante dos argumentos de Sócrates.

Assim que ele desiste de defini-la, Sócrates se propõe a ajudá-lo. Inicialmente, a oferta é rejeitada, afirmando: como poderás me ajudar a encontrar aquilo que desconheces? Mesmo a encontrando, não a reconheceria. Um argumento tipicamente sofista sobre a impossibilidade de se adquirir conhecimento, que Sócrates rebate, explicando que a alma acumula os aprendizados de todas as vidas e, quando encarnada, mesmo ignorando saber, pode rememorar. Isto é: não é possível ensinar alguém, apenas fazê-lo aprender, enquanto um exercício de rememoração. Ao pedido de Mênon por uma comprovação, Sócrates chama um escravo destituído de qualquer conhecimento formal e lhe propõe que duplique a superfície de um quadrado desenhado na areia. Inicialmente, o escravo é tentado a dobrar as dimensões de cada lado, o que faria um quadrado quatro vezes maior, em vez do seu dobro. Ao perceber o efeito, o escravo interrompe o seu raciocínio e é tomado pela dúvida, com a sensação de não haver saída.

Deste modo, Sócrates afirma que cair em *aporia* é a primeira etapa para se chegar ao conhecimento. Apenas depois do escravo

perceber que seu raciocínio não poderia ser bem sucedido que se abre a possibilidade de um novo conhecimento. Emerge então uma *vontade de saber* no escravo, que antes não sabia que não sabia como duplicar a área de um quadrado. A partir disso Sócrates afirma que ele está em condições de apreender sem que precisem ensiná-lo. Por meio do questionamento fará o escravo chegar a resposta correta: é através do uso das diagonais traçadas no quadrado que será possível ter sub-unidades que ao serem duplicadas permitem a construção de um quadrado com o dobro de área.

Nessa trajetória, Sócrates prova a Mênon que o conhecimento estava no indivíduo, mesmo que este não o saiba. Impossível não escutar nessa estratégia de Sócrates algo do modo como uma análise opera, ao extrair um saber do sujeito que não sabia tê-lo, subvertendo sua lógica após um ponto de impasse absoluto sobre a causa do sofrimento particular. O psicanalista não ensina, mas sua fala tem a função de causa, de provocar uma aproximação, um interesse pelo saber inconsciente. É interessante pensar o sentido que se pode atribuir, a partir de Sócrates, da experiência de rememoração, como uma *produção de saber*, bem diferente da acepção de “trazer à memória” uma lembrança. Isso modifica o entendimento sobre trabalho da análise com o inconsciente.

Após conseguir destituir Mênon de uma posição sofista sobre o saber, por meio do exemplo com o escravo, eles retomam a questão sobre o ensino da virtude. Concordam que a única coisa que pode ser ensinada é a ciência, e portanto, a virtude só poderia ser ensinada se ciência fosse. Porém, percebem que é a compreensão no uso das virtudes o que permite qualificá-las como um bem. Por exemplo: a justiça nos atos só se torna virtude pela compreensão que se tem da noção de justiça. Assim, o entendimento da virtude prepara para a vida virtuosa. Ainda assim, se perguntam: seriam os homens virtuosos capazes de transmitir suas virtudes aos outros? Seria possível a eles se colocarem como *mestres* destas virtudes e ensiná-las aos outros? Os únicos que ousaram assumir essa posição foram os sofistas, que cobravam por tal ensino, mas que careciam do reconhecimento em serem pessoas realmente virtuosas. Nem mesmo aos seus filhos, diz Sócrates, eles conseguiam ensinar as virtudes. A conclusão do diálogo é que se pode responder à questão sobre o ensino das virtudes unicamente após se ter respondido à questão de Sócrates: o que é a virtude?

O uso deste diálogo, segundo Lacan, serve para nos recordar algumas coisas. A *primeira* é a ética da psicanálise, uma ética assentada no desejo, tema longamente explorado no seminário “A ética da

psicanálise”(1959-60). Existe uma relação entre o seminário do ato analítico e dois outros, referentes à *ética e à transferência* (7 e 8). Aliás, ele estende essa relação aos outros três seminários imediatamente anteriores, vinculando-os sempre com outros dois de modo cronológico. Ou seja, os livros 14, 13, 12 se relacionam com os pares 6 e 5, 4 e 3, 2 e 1 respectivamente. Assim, ele afirma que o seminário sobre o ato analítico é uma resposta às questões explicitadas em “A ética da psicanálise” e “A transferência”, esclarecimento valioso para aprofundar a nossa leitura sobre a temática, pois o ato psicanalítico está ligado ao funcionamento da transferência e responde à ética da psicanálise.

O *segundo* ponto de destaque do diálogo é sobre a boa maneira de operar sobre o quadrado: a diagonal. Tomar o lado de um quadrado pela diagonal do precedente é um modo de pensar diferente do raciocínio comum e intuitivo. Um quadrado que possua lado equivalente a “1”, para dobrá-lo, é preciso utilizar a sua diagonal de tamanho  $\sqrt{2}$ , o primeiro *número irracional* identificado. Operar pelo lado do quadrado não permite chegar a esta medida, por não ser um número inteiro. Lacan afirma que é preciso algo extraordinário, fora da ordem da razão comum, para realizar tal feito. Pode-se dizer o mesmo da análise: existe algo de antinatural em se produzir um saber sobre o que nos causa horror, é preciso um modo de operar específico. Qual seria a nossa diagonal?

O *terceiro* ponto do diálogo a ser considerado é atinente ao que se pode aprender em relação à transferência. Isto é, que em todo o questionamento sobre o saber se tem como pressuposto um sujeito suposto saber, a ideia de que haja um saber verdadeiro, absoluto. Uma função mítica que precisa ser desempenhada em algum lugar: o sujeito supõe um saber absoluto no Outro. Porém, o Outro não é um sujeito, é um lugar, e por isso mesmo ele nada poderia saber, é o depositário dos significantes, lugar em que o sujeito se perdeu durante a sua constituição. Essa suposição de saber é legível na concepção de alma apresentada por Sócrates, é isso o que o permite apostar na capacidade do escravo em saber, ao mesmo tempo, em que o escravo acredita que Sócrates sabe como fazer: condição semelhante à instalação da transferência na análise.

Sobre o que pode ser extraído do inconsciente, ou melhor, lembrado, sabido, devemos considerar sua natureza significativa. Por se tratar de uma inscrição de tal ordem, existem limites encontrados no próprio sujeito, visto ser ele causado, efeito da linguagem e, por isso, não está em uma posição privilegiada para fazê-lo. O que nos coloca a



importância da intervenção do analista em compelir à inventividade do sujeito, assim como Sócrates faz com o escravo. Nesse sentido, “o ato psicanalítico apresenta-se como uma incitação ao saber” (Lacan, 1968-69, p.333).

A questão sobre o saber em psicanálise, em como ele se constitui, necessita que admitamos em seu fundamento a noção de sujeito suposto saber. Sujeito, no entanto, inapto a tudo saber do que é do inconsciente, resta sempre sob o nome de *verdade* o que é a falha no saber. Um limite com origem na estrutura, por termos um sujeito dividido entre o significante e a pulsão. Portanto, o saber se constitui aos retalhos, aos farrapos que se extrai do real. Dificilmente ele se presta a formar um todo e integrado; produz-se aos poucos, já se sabendo de antemão ser um saber furado.

O que emerge como pergunta, bem freudiana, aliás, é: o que é a verdade? O que é isso que não pode ser recordado, sabido? Em 1937, em “Construções em Análise”, Freud se perguntava sobre o efeito de certeza produzido por suas construções: incapazes de gerar recordação em seus pacientes, essas construções produziam efeitos equivalentes para a cura, pois tocava a verdade do sujeito. Aqui, Freud retoma a estrutura do delírio psicótico para demonstrar a verdade em jogo numa construção, por ela produzir “recordações ultraclaras” sobre detalhes da cena comunicada ao paciente. Agora, Lacan recoloca a dimensão da verdade para esclarecer o ato psicanalítico<sup>37</sup>.

A análise tem um começo, propriamente dito, a partir da instalação da transferência, o que equivale a dizer, da função sujeito suposto saber. Ao analista, cabe submeter-se às regras do jogo e se perguntar sobre como proceder para que o analisante produza essa operação sujeito. Tudo é posto desde o início, já disse Freud ao tomar o jogo de xadrez: se conhece o começo e o fim, mas não o jogo em si. É na medida em que os movimentos são feitos que se aposta em certas jogadas no tabuleiro. Porém, para o psicanalista não há o sujeito suposto saber, existe aquilo que resiste tornar-se saber, isto é, a verdade.

---

<sup>37</sup> O tema da construção em análise foi trabalhado em “A noção freudiana de construção” (2008), originalmente minha dissertação de mestrado, e contém aproximações mais profundas com o ato analítico do que eu podia formalizar no início deste trabalho. Em especial, que ambos pretendem ser uma solução para o final de análise que toque a verdade do sujeito e modifique profundamente sua relação com o gozo. Bem, não foi à toa que o tema do ato analítico advém em sequência ao meu trabalho com as construções, a questão de fundo permanece a mesma: como uma análise pode ter fim.

Deste modo, o ato psicanalítico por parte do praticante comporta a simulação de que a posição sujeito suposto saber é sustentável, por que há aí “o único acesso a uma verdade da qual o sujeito será rejeitado, para ser reduzido à sua função de causa de um processo em impasse” (p. 58). É necessário “esquecer” a experiência particular como analisante e deixar que tal função encontre seu destino; o ato psicanalítico do psicanalista insinua-se neste fingir esquecer, operando com valor de causa no interior da análise. Uma causa antecipada do que se produzirá ao final: a extração do objeto *a* – sou isso.

A posição do analista se determina a partir do ato psicanalítico ocorrido em sua própria análise pessoal, ela é fruto de um ato que emerge no esgotamento da função sujeito suposto saber. Uma função que, apesar da realidade enganadora, é a condição e via de produção de um saber sobre o que está em causa no sujeito; no limite, a verdade própria ao sujeito sexuado. Uma experiência que em seu rigor permite o acesso à posição do analista, mas que nem por isso pode ser ensinada, o possível é formalizar um saber particular sobre o aprendido. Quanto à verdade e ao horror vivido em relação a ela, é aí que deve incidir o ato, sob a condição de se ter ultrapassado a ilusão da existência do Outro enquanto ser.

Ao se perder a *esperança*, também se perde o *medo*: o sujeito está pronto para a subversão.

**Lição IV**  
**6 de Dezembro de 1967**

## 4.1 Eu perco

Esta lição começa com um extrato da peça teatral “Rosencrantz e Guildenster estão mortos”, escrita por Tom Stoppard, que estreou em 1967 em Londres e virou filme em 1990. Trata-se de uma comédia com ares existencialistas, uma versão de “Hamlet” que torna protagonistas os dois personagens que dão título à obra, mas que na versão original eram secundários, marionetes da corte condenados à morte por Hamlet. A história narra o que foi essa condenação até a execução, o trecho utilizado por Lacan é reproduzido na íntegra, pois serve de costura à lição:

- Diga-me, qual é a primeira coisa da qual você se lembra?
- O que é que você quer dizer?, *responde o outro*, A primeira que me vem à cabeça?
- Não, a primeira lembrança que você tenha tido. *Longa reflexão...*
- Devo tê-la esquecido.
- Justamente, a primeira que você não tenha esquecido. *Longa reflexão...*
- Esqueci a pergunta (p.61).

Lacan utiliza esse extrato para reintroduzir a questão do saber em psicanálise, diferenciando três níveis da *máthesis*: *eu leio, eu escrevo, eu perco*. O termo grego *máthesis* se refere à ação de aprender, apreensão sábia, mas que também poderia ser traduzido como o desejo de se instruir. Aqui, ele pretende diferenciar três modos de acesso ao saber, relacionando o primeiro, o “eu leio”, à teoria da reminiscência apresentada em “Mênon”; o “eu escrevo”, como próprio do modelo científico, e por fim, o “eu perco”, como um nível de apreensão que ocorre na experiência analítica. A sequência de réplicas do diálogo acima serve para ilustrar a última delas.

A opção por um texto relacionado a “Hamlet” nos lembra de que a questão está ligada ao desejo, pois foi esta obra de Shakespeare que Lacan utilizou em seu seminário de 1958-59 para falar *do desejo e a sua interpretação*. A ideia será reforçada ao longo da lição, ao construir uma figura em que situa o desejo em seu centro. É como se esses três níveis da *máthesis* se referissem a três níveis de apreensão do desejo, três facetas do que cerca o vazio central da estrutura, como veremos mais adiante na construção da “rosa dos ventos” da análise.

A cena apresentada faz parte do início do espetáculo, momento em que as personagens se encontram, já há algum tempo, em meio ao jogo de “cara ou coroa”. A moeda havia sido lançada noventa e uma vezes, dando “cara” em todas as jogadas. Um resultado tão improvável que leva Guildenstern a se questionar sobre as implicações dessa surpreendente sequência: estaria ele enganando a si mesmo, jogando uma moeda de uma só face; ou o tempo havia parado e estariam apenas revivendo uma mesma jogada noventa e uma vezes? E ainda: seria mera comprovação da teoria da probabilidade, em que as chances de uma moeda cair com qualquer uma das duas faces são as mesmas a cada jogada, independente de qual tenha sido os resultados anteriores e, deste modo, o que se revela seria uma condenação em sua sorte?

Condenados à morte e pela sorte, as personagens se deixam falar em meio a pensamentos sem muito prumo; neste contexto é que emerge o diálogo sobre a “primeira lembrança”, mas que termina por perder o fio da conversa ao se esquecer da própria pergunta. A partir desses movimentos Lacan pretende evocar a distância que há entre os três níveis da *máthesis*.

O primeiro nível, o “eu leio”, Lacan ao diálogo entre Mênon e Sócrates como uma demonstração desse nível, em que um escravo é ensinado a partir da tese de que todo conhecimento está disponível à alma, basta se lembrar das coisas. Assim, ensinar é uma tarefa impossível, apenas o questionamento racional pode levar o escravo a decifrar o enigma que lhe foi posto, extraindo uma resposta, uma significação.

O segundo nível da *máthesis*, está, segundo Lacan, presente no *tom* da conversa acima, por meio de seus significantes. Ela é nomeada de “eu escrevo”, apreensão utilizada pela psicanálise, mas que é originário da ciência moderna. A formalização do real operada pela ciência possibilitou uma transformação em nossa relação com a linguagem. Antes o mundo seria ordenado e fechado pelo sentido, mas a matematização permitiu ultrapassar esses limites com a escrita de seus caracteres, suplantando os impasses gerados quando atuamos apenas no campo da significação. Aliás, o esforço de Lacan em introduzir a psicanálise na dimensão do significante e na matematização dos conceitos visa exatamente superar os problemas nos quais a semântica nos coloca: escapar da infinidade dos significados, de leituras, isto é, de uma análise infinita. No entanto, alguns limites se apresentam na escrita, pois a inscrição da palavra em si não representa toda a Coisa, algo se perde.

É em “eu perco” que Lacan reconhece o que dá início ao modo próprio de apreensão do analista e o onde se encontra o que nos interessa saber. Precisamente, um “eu perco o fio”, que remete à associação-livre e ao surgimento da psicanálise no mundo por meio dos atos falhos, lapsos e tropeços. É naquilo que se perde da intencionalidade que emerge o saber inconsciente e há a possibilidade de “saber d’isso”. Trata-se de uma referência essencial para entender o ato psicanalítico, pois é a partir deles que se pode chegar ao desejo inconsciente: a ideia de ser preciso entregar-se à fala ao ponto de se perder no raciocínio, no que já é sabido, conhecido, para encontrar o que interessa numa análise: o saber inconsciente e o seu próprio limite.

Ter clareza sobre o “eu perco” como modo de apreensão do analista é apresentado como baliza do ato analítico, no sentido de que é preciso um se perder, um se deixar falar, para que possa emergir de modo claro no discurso o que está em jogo na causa de cada sujeito. Do mesmo modo, a escuta do analista, batizada de flutuante por Freud, necessita se permitir vagar pelos significantes que se enunciam, soltos de sua significação, do intencional, para assim saber o que se está dizendo quando o analisante fala. A escuta clínica não constitui um saber sistemático que possa ser ensinado como se fosse um modo de operar; é apreendido no processo pessoal de análise e depende de uma *retificação subjetiva* inicial. Assim, a crítica lacaniana ao modelo de formação dos analistas na I.P.A. se esclarece um pouco mais. Não é possível apreender por simulação de uma análise a escutar o inconsciente, é preciso que o dispositivo analítico tenha provocado alterações no candidato a analista: da retificação à destituição do sujeito.

Deste modo, podemos afirmar que Lacan identifica três modos de apreensão do saber, maneiras que não revelam níveis de profundidade ou de qualidade nessa apreensão, mas vias para fazê-lo. E mesmo, quando se trata do desejo inconsciente, o mais próprio para fazê-lo é pelo “eu perco”, o que se revela pela regra fundamental do tratamento.

Entretanto, o cunho de insuportável desse ato para os analistas permanece na fala de Lacan. Ele acredita que esse efeito é uma particularidade de sua estrutura e busca no ato sintomático os recursos para esclarecê-lo. Nesse primeiro ato descrito pela psicanálise, o sintomático, descobre-se a existência de uma verdade do sujeito que é tão aversiva ao homem que sua organização se faz em um *não querer saber nada disso*, criado para escamoteá-la. Porém, nos diz Lacan, não é como modelo propriamente que devemos considerá-lo, é necessário operar sobre a lógica do ato sintomático para se entender o ato psicanalítico:

O ato psicanalítico designa uma forma, um envoltório, uma estrutura tal, que de algum modo, ele suspende tudo o que até então foi instituído, formulado, produzido como estatuto do ato, à sua própria lei (p.64).

Esta afirmativa é precedida pelo seguinte raciocínio, chamado de topológico: *basta delinear uma via de saída para que se entre aí, sem pensar, e que a melhor maneira de voltar a entrar, de modo certo, é sair de vez*. Ou seja, se os atos sintomáticos são a via de entrada para se pensar o ato psicanalítico, por sua estrutura e intimidade com a verdade, é preciso ultrapassar os limites de sua lógica para se alcançar o que de novo é introduzido pelo termo ato analítico. Aliás, uma ideia já expressa em lição anterior ao dizer que o “caminhar enquanto fala” pode ser considerado um ato, desde que ultrapasse certo limite, o da própria ordem inconsciente.

O ato que nos interessa retorna agora como um tipo de suspensão do que se entendia comumente por ato até então, pois implica numa subversão dessa noção, no que já foi dito serem os “atos humanos”. Em suma, o ato psicanalítico provoca uma suspensão da ordem significativa, um ultrapassamento do modo de relação do sujeito com o Outro que promoveria uma nova organização dessa estrutura, um novo posicionamento desse sujeito em seu interior. O ato psicanalítico possui raízes no sintomático, sua origem é inconsciente, porém, introduz um rompimento na organização do mesmo. Se o ato falho é uma mostra da máquina de significantes que opera inconscientemente, o ato analítico engendra uma interrupção momentânea dessa tendência.

Podemos pensar ainda em todas as perdas que se engendram numa análise e de que modo elas acabam por se tornar um meio de fazer emergir um novo saber no analisante. Desde as certezas narcísicas mais evidentes, na medida em que se fala os castelos imaginários sobre si mesmo vão sendo desconstruídos, dando lugar a um novo saber. Descobre-se uma verdade sobre quem se é pela escuta de um discurso que nos habita, para além de uma perda em relação às crenças e aos ideais, acredito que Lacan está indicando outra coisa, um novo saber que emerge com uma perda bem específica. Refiro-me ao objeto *a*, cuja extração enquanto pura *perda*, presença vazia no centro causal da estrutura, está entre as finalidades últimas de uma análise. É necessário consentir com perda do que já estava perdido para se avançar: superar a relação do sujeito com o objeto *a* fixado no fantasma.

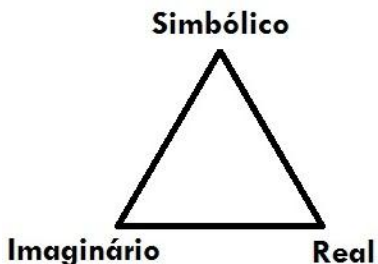
O que se aborda aqui é a passagem do psicanalisante a psicanalista, em que o ato analítico figura como uma operação de fronteira. Dele provém, como condição, *toda a competência analítica de um praticante*. O que é não é afirmar pouca coisa, pois sustenta ser no ato analítico do analisante que se encontra o alicerce para alguém exercer a função de psicanalista. Lacan lembra a importância em diferenciar o estatuto do ato do mero fazer. Este último refere-se ao trabalho do analisante, cujo início depende de um ato do analista enquanto *suporte e autorização* da tarefa analisante. Mas o ato analítico da passagem, do término de uma análise, este provém do analisante e consiste num “eu perco”: uma apreensão que realiza o objeto enquanto perdido e não mais em sua faceta agalmática.

#### 4.2 A rosa dos ventos

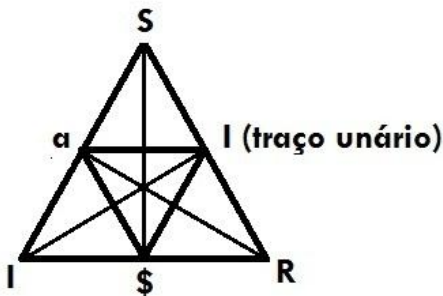
Com a finalidade de orientar os psicanalistas sobre o que está em jogo no ato psicanalítico, Lacan constrói, em etapas e à moda dos pontos cardeais, dimensões da estrutura que se visa ultrapassar, romper. No centro da figura posiciona o desejo e afirma ser esta a posição que o analista deve ocupar. Sua intenção é a de colocar as questões de modo mais claro apenas, e por isso, talvez não devêssemos tomar este esquema muito além do que se propõe: organizar as questões sobre o ato analítico. Contudo, se o considerarmos como um esboço de “rosa dos ventos” da direção de cura, em que situa a posição do analista, bem como os nortes que se pode tomar, já se justifica o seu interesse. Vale adiantar que numa análise não se pode escolher um dos destinos apontados, o tratamento comporta percorrer as suas diversas trilhas.

Lacan parte dos três registros: o *simbólico*, o *imaginário* e o *real*, introduzindo-os como vértices de um triângulo retângulo. Assim aponta a inter-relação dessas consistências que acabam por demarcar um espaço no seu interior. Tardamente ele utilizará o nó borromeano para demonstrar a interdependência entre os três registros. Seu enlaçamento garante a consistência de todos, pois, ao se cortar um dos anéis, todos se soltam. Neste momento, o interligar os três pontos através de vetores produz a estrutura básica para operar:





Numa segunda figura, Lacan acrescenta três *funções* enquanto projeções, efeitos da interação entre os registros. De cada vértice parte uma linha que encontra o lado oposto do triângulo, ou seja, de cada registro parte uma linha que termina no centro da linha de conexão entre os dois outros registros, marcando, assim, três novos pontos que servem para a construção de um novo triângulo – invertido no interior da estrutura, como apresentado em seguida:

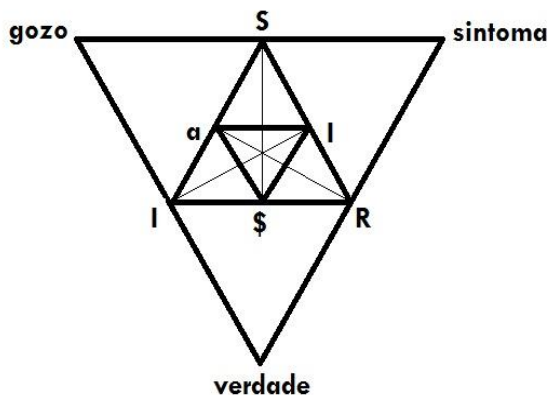


Assim, do simbólico, o sujeito se projeta entre o imaginário e o real. Enquanto efeito dos significantes, justifica-se sua origem no simbólico e o desenho nos permite considerar as relações do sujeito com o imaginário e o real – o fantasma expressa importantes consequências dessa interação. Do registro imaginário, projeta-se, sobre a linha entre o simbólico e o real, o traço unário, marca da primeira identificação produzida pela incidência significativa, uma insígnia do Outro que vem a constituir o núcleo do ideal do eu, o que explica sua origem no imaginário. Deve-se lembrar de que para Lacan o *eu* sempre possui raízes no imaginário e o traço “flutua” entre o real e o simbólico, uma marca que não faz laço. Por fim, do real cai o objeto *a*, localizado entre

o simbólico e o imaginário. O objeto *a* como o representante do real, daquilo que resta como não inscrito da experiência, nem simbólico, nem imaginário – leva-se em conta a definição de real como aquilo que não cessa em não se inscrever. É do imaginário que o significante retira parte de seu material, sendo o pequeno *a* o resíduo da operação de simbolização – o que a linha SaI ilustra.

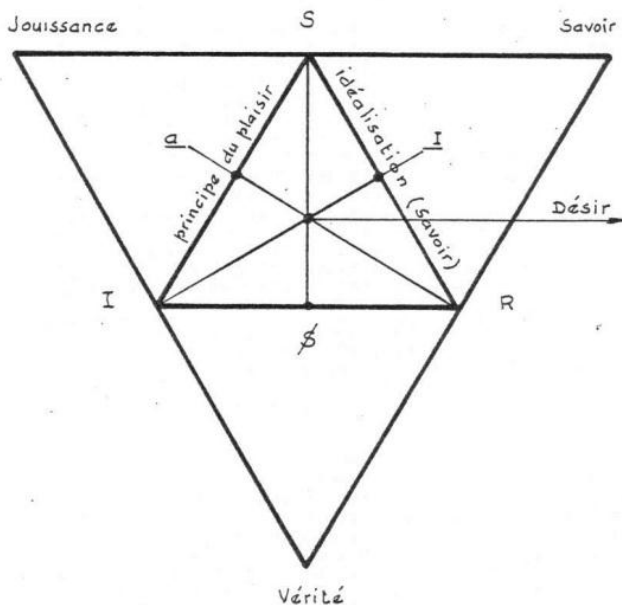
Este triângulo interior pode ser pensado como aquilo que se particulariza no vivente pela entrada na linguagem. É apenas pela integração (enodamento) dos três registros que podemos considerar a estruturação neurótica, em que objeto *a*, traço unário e sujeito, enquanto funções universais se estabilizam ao redor de um vazio central chamado de desejo. A intersecção entre essas três linhas, originadas em cada um dos registros, demarca o desejo – que será acessível e caracterizado pelas particularidades desses vértices do triângulo menor. Como não se pode ter acesso diretamente ao desejo, pois ele se caracteriza por um vazio que põe o homem em movimento, são as funções desse novo triângulo que podem contar algo dele.

Uma terceira figura é a apresentada com um novo triângulo traçado, exterior aos três registros. Seus vértices apresentam elementos do que escapa, ultrapassa o sujeito, e mesmo, eles são visados em uma análise. É como se as linhas anteriormente traçadas para demarcar o ponto do desejo fossem estendidas para além dos limites dos três registros, até o ponto em que fosse possível construir um novo triângulo exterior, cujo ponto médio de cada lado seria o vértice do primeiro triângulo, aquele que recebeu os três registros. Assim teremos um novo triângulo exterior, cujos vértices são: a *verdade*, o *sintoma* e o *gozo*, como ilustra a figura a seguir.



Se, de modo geral, Lacan aborda o ato analítico relacionado ao saber implicado no sintoma e a verdade a ser tocada na análise, neste momento ele introduz de modo muito claro um terceiro elemento, o gozo. Então, o ato psicanalítico pode ser pensado a partir de sua relação com a verdade, o saber e o gozo, ou melhor, ele visa àquilo que está além da estrutura, ultrapassa a ordem. De algum modo, por exemplo, como ao dizer do “Elogio da babaquice”, a dimensão do gozo já havia sido introduzida neste seminário, mas agora ele é posicionado como um dos três pólos pertinentes ao ato psicanalítico.

Na última versão dessa sequência de figuras Lacan apenas modifica o anterior: dissolve o triângulo interno, troca o sintoma pelo saber (*savoir*) e acrescenta o princípio do prazer (*principe du plaisir*), a idealização (*idéalisation*) e o desejo (*désir*).



Como se pode ver, o Princípio do prazer serve de limite entre o gozo e a estrutura RSI, explicitando sua função de proteção. O que se coaduna com a leitura feita acima, de que os pontos exteriores estão para além da estrutura, se referem ao que nos afeta, nos acomete e não estão disponíveis a céu aberto. Ou seja, a verdade como o que resta insabido, o que não pode ser tomado em si e que Lacan vem desenvolvendo ao longo do seminário. Ele afirma que a verdade aqui está no lugar do

Outro, da inscrição do significante, contudo, ela não está por aí tão claramente situada. No vértice do saber, nota-se uma ligação com o imaginário atravessada por outro saber, a *idealização*. O saber é uma função imaginária; contudo podemos pensar que existem dois saberes aqui. Um saber chamado *referencial*, adquirido de modo virtual, como pela leitura, que pode servir para escamotear outro saber nomeado de *textual*, aquele extraído da própria experiência, um saber de si mesmo.

Nesta imagem final, poderíamos traçar outras linhas: uma, sobre os pontos identificados como o simbólico, sujeito e verdade; outra, o imaginário, traço unário e saber, dividida pela idealização; e, por fim, o real, objeto *a* e gozo, em que o princípio do prazer força uma separação<sup>38</sup>. A intersecção entre as três linhas, reforça um ponto central em que Lacan situa o desejo, e serve para determinar a posição do analista no interior da análise. Imbricação que não pode ser sem consequências, ela aponta o lugar em que o psicanalista opera numa análise como sendo o furo em que se situa o desejo, e ainda, que o seu ato visa o saber, a verdade e o gozo.

Trata-se de um lugar que determina uma posição delicada para o psicanalista, pois desse vazio se poderia construir várias coisas, como, por exemplo, dizer que o psicanalista é o centro dessa estrutura, confundindo seu ser com lugar que ocupa no dispositivo. Ou seja, o menor desconhecimento do que é o ato psicanalítico e, portanto, da posição do analista, pode levar a análise aos diversos descaminhos como nos inúmeros exemplos que Lacan apresentou nesse seminário. É demarcando esses três pólos – saber, verdade e gozo – que ele cerca a incidência do ato psicanalítico na estrutura, orientadores sobre a posição do psicanalista enquanto *função* desejo do analista, visando: o sujeito, o objeto *a* e o traço unário.

---

<sup>38</sup> A relação entre o real, gozo e objeto *a* é discutida no artigo “Ato analítico – operação significativa”(1996) de Maria, L de Barros Barreto, afirmando que se o lugar do analista é o de fazer-se de objeto *a* até poder ser destituído dele, importa entender que é um lugar lógico, atravessado pelo *gozo* enquanto insatisfação, pelo *princípio de prazer* enquanto ação do pensamento inconsciente e pelo *real* enquanto impossível de se dizer. “É o estatuto do objeto *a*, que perturba os analistas na efetivação da clínica. E não é por acaso que o desejo, como que velado, desejo avisado se apresenta numa parte sombreada, mesmo que central [na figura], como representante do desejo do analista” (p.51).

### 4.3 Considerações sobre a teoria do gozo

Já tendo dito algo sobre o saber e a verdade, é necessário complementar esse triângulo apresentando algumas considerações sobre o gozo. Entendido como um termo que ganha estatuto de conceito apenas com Lacan, pode ser compreendido desde Freud à luz de suas elaborações sobre a pulsão de morte e o além do Princípio do Prazer. Essa não é uma noção amplamente elaborada nesse seminário, mas, pelo seu valor para esclarecer o ato psicanalítico, farei uma breve incursão pela temática.

Em 1920, Freud reconhece uma crise em suas formulações sobre o funcionamento psíquico, exatamente a partir das experiências de compulsão à repetição. Em suas palavras, apesar de conceber o aparelho anímico como regido pelo Princípio do Prazer, precisa admitir a existência de experiências que jamais, em tempo algum, foram fonte de prazer, ao qual Lacan nomeará de gozo. Para dar conta dessa realidade clínica, faz uma grande transformação nas suas concepções, introduzindo uma nova dualidade pulsional (de vida e de morte) que reconheça uma tendência para a morte, para a destruição. Ou seja, a inclusão de uma satisfação pulsional que se opõe ao prazer promove uma revolução na psicanálise.

Num certo sentido, o masoquismo torna-se o modelo mais adequado para estudar o fenômeno, pois é explícito ser uma vivência de dor (leia-se desprazer) em que há uma satisfação. Freud e Lacan reconhecem aí algo do neurótico, do modo de se colocar na vida (fantasma), pois o sintoma nada mais é do que uma satisfação que não é reconhecida enquanto tal. O gozo serve para dizer de um *masoquismo moral*, de um apego ao sintoma e da recusa em “melhorar”, nomeia uma força contrária à cura e por isso, sua conceituação passa a ocupar um lugar estratégico na clínica.

A experiência nos conta ser o gozo algo vivido no corpo e que perturba a relação do sujeito com o mesmo, pois ultrapassa os limites do que é considerado como prazer e, portanto, implica num sofrimento. “Por que a dimensão do gozo, para o corpo, é a dimensão da descida para a morte” (Lacan, 1971, p.28). O prazer e o gozo não se confundem, são de ordens diferentes; no limite, o primeiro constitui uma barreira ao segundo. Se por um lado o princípio do prazer trabalha para reduzir a tensão no interior do organismo, o gozo se faz “tensão”.

Em Lacan, a temática é explorada a partir do seminário “A ética da psicanálise” (1959-60), tomando de empréstimo o vocabulário jurídico, cuja definição remete à elaboração agostiniana de *uti/frui*.

Desse modo, Lacan opõe o termo *útil* ao gozo, enquanto aquilo de que se *frui*. A expressão “usufruto” articula essa oposição entre o que é da ordem do útil e da ordem da fruição, do gozo. Desse modo, podemos dizer que o gozo, em psicanálise, é da ordem do fútil<sup>39</sup>, por estar em oposição ao que é útil, mas o seu interesse realmente surge por ser uma fonte de sofrimento e, ao mesmo tempo, um obstáculo para a psicanálise.

Segundo Valas (2001), podemos encontrar na obra de Lacan as seguintes modalidades de gozo no campo do sujeito: o *gozo do Outro* (J(A)), considerando esse Outro como sendo o próprio corpo, no que, inicialmente, ele é estranho ao sujeito. Trata-se de um gozo originário, mítico que só tem sentido retroativamente. É o gozo da horda primitiva de Freud, antes da lei. Mítico, pois como nos diz Lacan (1971), se o homem mal dá conta do gozo de uma única mulher, quem dirá de todas, como ocorreria na horda. O *gozo fálico* (J(φ)) é um gozo ligado à linguagem, que assume seu valor na passagem pelo complexo de Édipo – a interdição do desejo materno pela lei paterna da linguagem. Um gozo que se define como transgressão da lei. O *mais-de-gozar*, ligado ao objeto *a*, esse gozo deve ser tomado em duas vertentes: como um movimento de recuperação da perda de um gozo original, o *reencontro com essa perda*; e como um *resto de gozo* que não se inscreve no significante. E, por fim, o *gozo feminino* que tem por particularidade ser um gozo para além do falo, um gozo suplementar e fora de toda significação.

Contudo, a definição do inconsciente como linguagem levou Lacan (1959-60) a se aproximar do gozo em relação ao significante, e assim afirma ser o gozo aquilo que extrapola a lei de prazer instaurado pela linguagem. Aquilo que em Freud ficou caracterizado pela estrutura mítica do Complexo de Édipo, no triângulo instaurado na relação dos pais com a criança: da mesma maneira que a proibição do incesto serve de lei ao *infans* e tem por efeito, concomitantemente, marcar o lugar do seu desejo e de seu gozo, como uma realização proibida (a de ter a mãe). Na lógica lacaniana da constituição do sujeito é a inscrição do traço unário responsável por cavar um intervalo entre o corpo e o gozo, comportando uma perda de gozo que depois insistirá enquanto um movimento de recuperação dessa perda, é o *mais-de-gozar*. É preciso

---

<sup>39</sup> Destaco o uso da palavra “fútil” ao longo do seminário o Ato Psicanalítico para dizer de experiências que são fonte de gozo, como, por exemplo, ao dizer que alguns saberes produzidos na universidade é sem consequências, fútil, leia-se, que opera apenas como fonte de gozo.

pagar com uma cota de gozo na entrada, para se ter acesso a uma vida de sujeito de linguagem: uma aposta que se faz diante de uma promessa de *infinitas vidas infinitamente felizes* (Lacan, 1968-69).

Lacan (1959-60) representa o campo do gozo como uma área central no interior do conjunto das representações imaginárias e simbólicas do inconsciente, como aquilo que ali não obteve representação, definindo um lugar de *extimidade* (exterior + íntimo). É o que há de mais íntimo no interior da estrutura, mas, por estar isolado do resto, torna-se estranho, não reconhecido. Definição que possui características bem próximas do que Freud (1920) nos diz sobre a experiência traumática: *um excesso de excitação não representada* que necessita descarga e gera sofrimento; expressa por meio da compulsão à repetição e na brincadeira do *fort-da*.

Bem no centro desse campo de gozo, Lacan (1969-70) vai localizar o objeto *a*, indicando a existência de um movimento pulsátil no interior do “vacúolo de gozo”. O que inicialmente era o objeto do desejo, passou a objeto causa do desejo, e agora também assume um valor na economia de gozo, ao promover seu dinamismo, causar a sua pulsação. Uma vivência sem sujeito, cuja eminência causa a sua abolição. A teoria do gozo em Lacan encontra diversos desdobramentos no que diz respeito ao desejo, ao sintoma e ao inconsciente, e cujas relações são suficientemente complexas para serem consideradas em outro momento, num outro trabalho.

No que concerne a este trabalho, é importante reconhecer que, em certo sentido, o gozo é almejado, porém só possui uma realização plena na própria morte, tornando-se um fator chave para o tratamento e sua lógica, pois, se gozar no corpo é uma *condição* do ser falante, quais seriam as consequências do ato psicanalítico nesta dimensão<sup>40</sup>? De que

---

<sup>40</sup> Segundo Vidal (1996), a topologia da pulsão não difere do traçado do ato, eles são um mesmo corte: “percorrer o circuito de duas voltas da pulsão corresponde à escrita do ato analítico” (p.28). Na análise, esta primeira volta se refere a trabalho com a demanda, que por meio de significantes o sujeito se dirige ao Outro, após o colapso deste movimento, inicia-se a segunda volta, em que o sujeito se faz idêntico ao objeto *a*, causa da sua divisão no gozo. O término desta segunda volta equivale à travessia do fantasma, em que a fixação pulsional é liberada. Neste sentido, pode-se dizer que o esperado do ato analítico implica profundamente a pulsão, a ponto de se dizer que o seu traçado é o da própria pulsão. E ainda, em Disitzer (1996), o trabalho do analista se desenvolve como uma operação que deverá promover progressiva perda gozo, ou seja, o ato analítico teria um efeito “derradeiro” nesta redução, que se efetua ao longo de um percurso de análise. Novamente, não se trata de eliminar a

modo esse ato introduzido na estrutura modifica a economia de gozo para não se sofrer demais? O percurso de uma análise possibilitaria o desenrolar dos nós de gozo construídos ao longo de uma vida, até alcançar o mais essencial do sujeito: o gozo masoquista forjado no fantasma.

No entanto, ao final de uma análise se aposta que – após ter atravessado o fantasma, saindo da pretensão de encontrar o objeto e de ser o objeto para o Outro – o sujeito possa ter acesso ao gozo, desfrutar dos modos de gozo residuais, aqueles que o definem. Pois a pulsão de morte não se extingue, o que uma análise propicia é uma redução das vias imaginárias abertas, uma saída da culpa e da vitimização pelo reconhecimento de si mesmo na autoria dessa novela neurótica particular. Uma posição que reflita um saber fazer, saber compor pulsão de vida e pulsão de morte, em última palavra, *pôr esse resto de gozo como força criativa e renovadora a serviço do desejo*. Um verdadeiro trabalho a ser sustentado a cada momento da vida, um compromisso ético a ser renovado a cada tombo, pois como nos diz Freud (1920), *mancar não é pecado*.

---

pulsão, mas de subjetivá-la, assumi-la. Nas palavras de Pierre Bruno (2001), por meio do ato da saída da análise o sujeito para de gozar com a perda, isto é, para de gozar com a castração.



**Lição V**  
**10 de Janeiro de 1968**

A lição cinco desse seminário é, de longe, uma das mais densas entre as que Lacan apresenta sob o nome do ato psicanalítico. Ela comporta uma abordagem do ato que arrasta de modo direto sua concepção, lógica e consequências. E por causa disso, exige do leitor o resgate de inúmeros referenciais que o contextualize, expondo assim, ao menos em parte, o sentido de suas palavras. Ele mostra o ato a partir de três aspectos: seu caráter de determinar um início, *inaugurar um novo período* no sujeito; o aspecto de *subversão* a partir do exemplo da travessia do Rubicão; e por fim, o regaste do grupo de Klein, para demonstrar sua *lógica*. Tem-se a impressão de que tudo o que se segue após esta lição são desdobramentos do introduzido por ela, ou seja, é necessário aguardar o desenrolar das tramas do que veremos de modo tão compactado.

## 5.1 No início é o ato

Estamos no primeiro encontro do ano de 1968, ao que Lacan saúda a todos com um “feliz ano novo”; decidido a avançar na estrutura do ato psicanalítico, toma o novo ano para explicitar o aspecto inaugural de todo ato. Assim, nos diz que o ano tem por característica recomeçar logo que termina, porém muitas coisas no campo do real não possuem um começo (ou seria melhor dizer “nenhuma delas”?). O ano seria uma marcação significativa que define uma parte do real como um ciclo, determinando assim um começo. No entanto, como todo tipo de demarcação significativa sobre o real, o período de um ano estabelecido não é preciso, não recobre milimetricamente o real. Existe um *gap* entre o significativo e o recortado por ele, o que explicaria a necessidade de ajustes no calendário de tempos em tempos. Deste modo, pode se dizer que a questão de onde colocar o começo de um ano é da dimensão do ato, pois atende a uma *exigência de marcar o real*.

No caso do ano, seu começo foi determinado pela necessidade de estabelecer certa ordem sobre a passagem do tempo. A ideia de ciclos de 365 dias ajudou a organizar a sociedade em relação à agricultura, estoques de alimentos, situar manifestações climáticas, etc. Segundo Lacan, antigamente, o ano tinha seu começo marcado por meio de um *ato cerimonial* em que o imperador fazia uso do arado com suas mãos. Ritualizar o ato era essencial nessa ordem social, mas não é obrigatório a todo ato; o que é característico a qualquer ato é demarcar um começo, instaurar o novo.

Lacan está ciente da estranheza em um psicanalista tomar o ato como tema de trabalho, visto que em psicanálise ele se tornou conhecido por ser *falho* e ela se constitui de uma prática que exija, a princípio, a suspensão dos atos. Freud pedia aos seus pacientes para evitarem tomar decisões importantes ao longo do tratamento. Contudo, o ato psicanalítico que Lacan se esforça em formalizar insinua-se como a quintessência do ato, pois os recortes, as manifestações do ato mesmo são fontes de seu trabalho, uma matriz para definir o psicanalítico, ao mesmo tempo em que este último introduz uma subversão no conceito, modificando-o.

É próprio a todo ato o caráter inaugural, mas se considerarmos para além da ideia de um começo de ciclo, como no ano, e formos verificar nos eventos históricos, nos chamados *atos políticos*, tal aspecto obtém outra repercussão. Isso pode ser constatado no evento histórico que ficou conhecido como *a travessia do Rubicão*, que serve para demonstrar o sentido de ultrapassamento, ruptura, do ato psicanalítico.

O evento foi vivido e promovido por Júlio César no dia 10 de janeiro de 49 a.C. (mesmo dia e mês dessa lição; dois mil e dez anos depois). Ele, general romano e governador da Gália, decidido a invadir Roma após uma jornada de grandes conquistas pelo mundo Antigo, interrompe a marcha exatamente em sua fronteira. O rio chamado de Rubicão (hoje, rio Fiumicino) era a fronteira de Roma e, segundo Holland (2006), havia uma lei que proibia qualquer general de cruzá-lo com suas tropas armadas. A função dessa lei era evitar instabilidades no poder central pela presença de forças militares externas dentro da cidade. Portanto, fazê-lo era o mesmo que declarar guerra a Roma.

César emite a contraordem ao seu exército, mandando-os esperar diante do Rubicão. Ele precisa refletir; está tomado por uma intensa angústia frente a sua decisão. Sabe que após ter conquistado mais de 800 cidades em nome do império romano, não era bem visto pelos políticos da República de Roma. Seu poder (militar e político) incomodava os senadores, tornando-o uma ameaça. Ele sabia disso. Atravessar o Rubicão não era uma tarefa difícil, tratava-se na verdade de um riacho, considerando sua pequena largura e profundidade: eram as consequências que este ato traria para a ordem estabelecida das cidades-estados que impediam César de avançar. Segundo Holland (2006), César estava encurralado pelos seus inimigos políticos que tentavam lhe tirar o poder em Gália, sendo, portanto, obrigado a optar: ou se submete à lei e deixa o comando, arruinando a sua carreira; ou atravessa o Rubicão.

Assim, o ato não tinha uma significação militar decisiva, pois não é este o momento em que conquista Roma. Segundo Lacan,

atravessá-lo significava invadir a terra-mãe, a terra da República, *violá-la*. Ele interrompe a invasão, premido pelas circunstâncias, seu destino está em jogo. Não é possível utilizar a razão para decidir sobre o assunto, pôr tudo na balança e ponderar todas as consequências deste ato: é preciso correr o risco. Por isso, antes de avançar, declara: “*alea jacta est*”, a sorte está lançada! Destaco a *escolha forçada* e a presença de um *imponderável* na situação de César como os aspectos mais importantes para considerar o ato psicanalítico de final de análise. A situação do psicanalista aí se equivale: o percurso de uma análise desemboca numa fronteira que requer uma decisão, a de romper com uma submissão cega ao discurso do Outro, o que promove uma alteração definitiva no mundo sujeito.

César põe o mundo antigo em guerra e se torna o primeiro governante com poderes absolutos desta era, acabando com certas liberdades do povo que se orgulhava de estar organizado em cidades-estados e serem cidadãos livres. A travessia do Rubicão é um ato que rompe com mil anos de democracia romana e inaugura a era dos imperadores<sup>41</sup>. Por conta disso, a travessia do Rubicão virou uma expressão popular para dizer do momento daquelas decisões que geram grandes consequências, um passo que ao ser dado não se pode mais voltar atrás.

O atravessar o Rubicão foi um ato de César que nos ajuda a pensar o ato psicanalítico, pois aponta o novo, marca a ultrapassagem necessária a todo ato, o rompimento com uma ordem estabelecida, cujo efeito é a assunção de um novo tempo, um novo desejo. No que se refere ao ato psicanalítico, Lacan assevera que a *ordem* em questão é a dos significantes e a *ruptura* é feita sobre o *cogito ergo sum* de Descartes, que em sua leitura é apresentado por meio de uma dupla negação em uma relação disjuntiva: “ou não penso, ou não sou”.

## 5.2 O *cogito*

O uso do *cogito* cartesiano para abordar a estrutura do inconsciente já vinha sendo perseguida por Lacan desde muito tempo, por exemplo, no texto a “Instância da letra” de 1957. Entretanto, a

---

<sup>41</sup> A partir da travessia do Rubicão, Lima (2008) afirma: o ato é aquele que gera, na sequência, a inscrição de um significante que retroativamente modifica as coordenadas simbólicas que o antecederam, assim como César ao desafiar as leis da república torna-se, de defensor, um rebelde.

temática seria desenvolvida no seminário “A lógica do fantasma” (1966-67) para validar a sua compreensão de que não é suficiente pensar o inconsciente apenas em termos de estrutura de linguagem. O universo do discurso não se fecha, ele apresenta paradoxos, porta uma falha. Deste modo, retomar Descartes é a maneira por ele encontrada para expressar esta falha e fazer o seu ensino avançar. Assim sendo, antes de continuar o percurso sobre o ato analítico é necessário acompanharmos o desenvolvimento de seu raciocínio para, deste modo, compreender as consequências aí extraídas.

O “penso, logo sou” representa o estatuto fundamental da consciência de si, sobre a qual se organizou toda ciência moderna. A premissa básica do método cartesiano é que não se pode duvidar da existência de “si mesmo” em função de ser de onde partem todos os questionamentos. A busca de Descartes era por uma garantia universal para se chegar à verdade. Em suas meditações sobre o que podemos ter certeza, ele exclui tudo do que se podia duvidar. Assim, as percepções, os objetos, os sentimentos não são fontes seguras para se produzir saber. A única coisa estável e digna de confiança que encontrou foi o próprio “ser” do questionador. É um exercício filosófico que termina por reafirmar uma posição privilegiada à razão consciente, o que bem poderia ser considerado como a principal fonte de crítica à psicanálise e à ideia de inconsciente.

Porém, Lacan (1966-67) afirma que ao tomarmos o *cogito* pelo seu avesso encontramos uma ferramenta poderosa para entender a estrutura do inconsciente e do fantasma: o cogito é uma contradição radical do estatuto do inconsciente.

Uma das primeiras referências de que uma falha na estrutura significativa o encaçava se faz presente no texto “A subversão do sujeito e a dialética do desejo” (1960), em que no grafo do desejo, no seu segundo estágio, aquele da dimensão inconsciente da fala, se apresenta no canto esquerdo o índice do que se trata. Lá encontramos o  $S(A)$ , que pode ser lido como a representação da falta do Outro, e indica que o conjunto de significantes não contém um significante, da mesma maneira que um catálogo sobre os catálogos não poderia incluir a si mesmo (o paradoxo de Russell). Falta ao Outro um significante, traço próprio à estrutura e que já aponta a sua falha: existe “um” a mais, “um” fora da série.

A apropriação do *cogito* é um esforço em aprofundar um entendimento da estrutura inconsciente que inclua um para além dos significantes, a pulsão e a sua articulação no fantasma. Para entender a tomada pelo seu avesso, devemos compreender que a afirmativa “penso,

logo sou/existo” representa uma afirmação lógica a partir da relação entre duas proposições iniciais, de modo que a primeira implica a segunda: “sou”, apenas “sou” sob a condição de que “penso” seja uma proposição verdadeira. Portanto, a certeza da existência emerge na condição de que “eu penso”, de que há alguém que duvida, é verdadeira.

Estamos no campo da lógica formal, em que se procura expressar a validade de um argumento, e suas interações com outras proposições, considerando seu valor significante. Segundo Bispo (2011), a lógica matemática estuda a validade dos argumentos focalizando em sua forma e não em seu conteúdo. De outro modo, ela se interessa pela estrutura mais do que pelo campo da significação, o que, de início, já explicita o interesse de Lacan pelo campo da matemática.

Assim sendo, poderíamos expressar a relação entre as proposições cartesianas “eu penso” e “eu sou”, por meio da proposição “se penso, logo sou”, do seguinte modo:  $(P \rightarrow S)$ . Há uma relação condicional entre as proposições: se a afirmativa “eu penso” é verdadeira, logo, “eu sou” também o será, apenas assim o cogito como um todo possui validade. É deste modo que Descartes encontra sua certeza, na impossibilidade de duvidar de que aquele que duvida, é – o ponto exato posto em questão por Lacan.

No avesso lacaniano, ele efetua uma negação<sup>42</sup> no *cogito*, por meio de um recurso ardiloso extraído da lei de Morgan que afirma ser a negação da união de dois conjuntos equivalente à reunião da negação de cada conjunto. Ou seja, o avesso do “penso, logo sou” é “ou não penso, ou não sou”. Vamos à demonstração de como essa afirmativa é possível.

As proposições do cogito são negadas e sua relação é alterada (não é mais condicional e sim disjuntiva) o que é traduzido por “ou não penso, ou não sou” e pode ser representado matematicamente da seguinte forma:  $(\neg P \vee \neg S)$ , apresentação que promulga a divisão subjetiva entre o pensar e o ser. Se o “não penso” é verdadeiro, o “não sou” é falso, temos uma relação de exclusão, ou um ou outro, jamais os dois juntos no mesmo lugar. Por exemplo, nas seguintes proposições: “Paulo é gaúcho” e “Paulo é paranaense”, a relação entre as duas proposições é obrigatoriamente de exclusão, pois não é possível nascer no Rio Grande do Sul e no Paraná. Suponhamos que Paulo seja gaúcho, logo a proposição (G) é verdadeira e (P) é falso. A introdução da

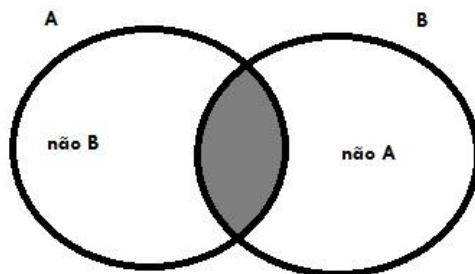
---

<sup>42</sup> Essa negação é uma operação matemática, não é mera rejeição do cogito, e sim opera um reviramento nesse, expõe as suas costuras ao virá-lo do avesso. Talvez possa se dizer que seja como o negativo para a foto, não é a foto em si, mas contém todas as suas condições positivadas no seu inverso.

negação nas sentenças inverte a sua validade, porém, mantendo a relação excludente, podendo se dizer que a sentença “Paulo não é gaúcho” ( $\neg G$ ) é falsa, e que “Paulo não é paranaense” é verdadeira. E ainda, podemos afirmar que se as duas proposições fossem verdadeiras, o resultado é que seria falso – em todas as outras combinações lógicas temos um resultado verdadeiro, pois Paulo também poderia não ser nem gaúcho, nem paranaense.

Ou seja, nessa lógica de exclusão, não é possível comportar as duas proposições elementares como sendo verdadeiras ao mesmo tempo num argumento. Lacan (1966-67) apoia-se na matemática para apresentar a equivalência da negação do cogito cartesiano e a sua apresentação, o que pode ser expresso:  $\neg(P \rightarrow S) \leftrightarrow (\neg P \vee \neg S)$ . A incidência de uma negação no “penso logo sou” equivale à “ou não sou, ou não penso”. Ou seja, a negação da relação condicional estabelecida pelas duas afirmativas é análoga à relação de exclusão entre a negação de ambas as proposições. Ele utiliza dessa regra para expor a divisão subjetiva escamoteada na proposição cartesiana.

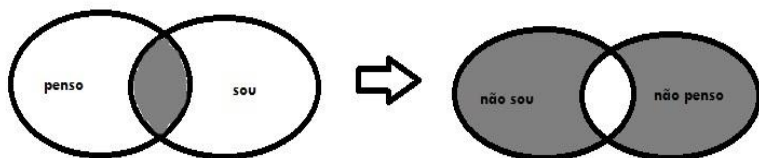
A possibilidade de expressar a negação dos termos alterando seu modo de relação sem modificar a realidade dos mesmos é exemplificada por Lacan (1966-67) a partir do princípio da dualidade de Morgan, por meio da interação entre dois conjuntos. A união desses conjuntos (A e B) cria uma área de intersecção entre eles, e negar esta união é o mesmo que negar que existe uma intersecção entre eles, isto é, excluir os elementos em comum nos dois conjuntos. Tal proposição é equivalente à união da negação dos dois conjuntos – a negação do conjunto A equivale ao conjunto B, menos sua área de intersecção; e a negação do conjunto B pode ser representada por A, subtraído da área de intersecção. Como segue na figura abaixo:



Deste modo, pode-se dizer que negar a interseção entre A e B é igual à união da negação de A com a negação de B, afirmativa que pode ser expressa do seguinte modo:  $A \cap B = A \cup B$ . E ainda, de outra forma, negar a ~~união de A e B~~ é igual à intersecção entre a negação de A e a negação de B. Ou seja, Lacan faz uma inversão no *cogito* e não uma mera rejeição do “penso, logo sou”, propondo à união entre “não penso” e “não sou” por um *vel* exclusivo. Em verdade, afirma que no inconsciente não existe essa conjunção entre o pensar e o ser, pois um tem lugar no inconsciente (o Outro), e o outro, no Isso (o sujeito).

Ainda “resta no meio alguma coisa que é excluída, o complemento da reunião dessas duas negações e propriamente corresponde ao que é negado, o campo da intersecção de A e de B” (p.122). Ao se negar dois conjuntos, duas proposições que estão unidas, o que se nega na verdade é a intersecção, o que há em comum. Vale lembrar que na operação de alienação já descrita neste trabalho, a intersecção comporta o  $S_1$ , o significante unário que sofre o recalçamento. O que Lacan afirma com esse “negado propriamente” na citação acima nos remete às duas faltas que se inscrevem na operação de constituição do sujeito via alienação – falta no sujeito, em ser todo representado por um significante; e a falta no Outro, que abre a questão do desejo.

Agora podemos retomar a equivalência entre o “penso, logo sou” com o “ou não penso, ou não sou”, através de uma nova figura, mas substituindo os termos (A e B) de cada grupo por cada uma das proposições lógicas. Lacan situa o cogito como sendo a união entre “eu penso” e “eu sou”. Sua área de intersecção representa essa união. No agrupamento da direita da figura abaixo temos a união da negação dos dois termos, isto é, a negação do conjunto “penso”, como sendo a área de “sou” menos a intersecção, nomeado de “não penso”, e da mesma maneira produz o “não sou”. Essa relação de exclusão entre os termos rendeu a afirmação: sou onde não penso, penso onde não sou; o que bem nos mostra a condição de desencontro entre o ser e o pensar no sujeito.





Essa estrutura do cogito como “ou... ou...”, Lacan (1966-67) nos diz que serve para ilustrar o ponto de cristalização ao sujeito do inconsciente, aquele mesmo ponto ilustrado no Seminário 11 (1964) como produto da alienação, “a bolsa ou a vida” e que causa a sua divisão. Uma cisão que é aqui apresentada como sendo entre o pensamento e o ser, entre o simbólico e o real, entre o inconsciente e o isso freudiano. Esse é o campo preciso em que o ato analítico deve incidir: na divisão. Porém, um produto resta dessa operação, o objeto *a* – resíduo não representado sobre o que foi o encontro com o Outro.

Além das formulações sobre o cogito, Lacan retomará também do seminário da lógica do fantasma o uso do grupo de Klein, em termos de três operações – *alienação*, *verdade* e *transferência*. Se o uso pelo avesso do cogito nos ilustra a estrutura do sujeito, a teoria das operações de Klein serve para considerar essa mesma estrutura no percurso de uma análise. Então, novamente, antes de seguirmos pelo seminário, é importante apresentar em que consiste o grupo de Klein, para em seguida retomarmos o seu uso para abordar o ato psicanalítico.

### 5.3 O grupo de Klein

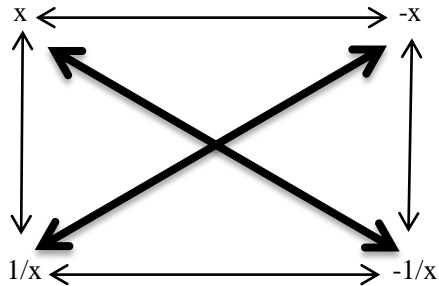
O uso do grupo de Klein, como já foi dito, surge no seminário da “Lógica do Fantasma”, em que Lacan (1966-67) sugere para o seu auditório ler um artigo publicado na revista *Les Temps Modernes*, de Marc Barbut, intitulado “Sobre o sentido da palavra estrutura nas matemáticas”. Nesse artigo, o autor explica o funcionamento do grupo de Klein, o que Lacan acredita facilitar o entendimento do que articulará. Já adianto que o uso lacaniano desse grupo é fiel ao seu estilo, pois adapta às suas necessidades o que provém de outro campo de saber.

Acatando a recomendação de Lacan, farei uma incursão no artigo de Barbut, que recebeu uma tradução para o português publicado na revista “Letra Freudiana” em 1996.

Barbut (1996) inicia dizendo que o uso da palavra estrutura na matemática, assim como nas ciências sociais, é recente. Contudo, tal noção propiciou um quadro precioso para a utilização da matemática pelas ciências humanas; tornando-a humilde serva das outras ciências. Para exemplificar o que significa estrutura em matemática, refere-se à “regra dos sinais”: todo número possui um oposto a ser representado pelos sinais. O número “*x*” tem como *oposto* o “*-x*”. Uma propriedade

entre esse par é que ao trocarmos duas vezes o sinal de um número chegamos novamente a ele.

O mesmo acontece com o *inverso*. O inverso de  $x$  é  $1/x$ , e o inverso do inverso é o próprio  $x$ . Ou seja, é da propriedade do inverso e do oposto retornar ao elemento inicial, seja lá qual ele for (com exceção do zero). Se juntarmos essas duas operações e a aplicarmos ao número  $x$ , pode-se construir o seguinte diagrama, o Grupo de Klein:



Ele expressa que qualquer elemento pode sofrer operações, como a de transformá-lo em seu inverso ou em seu oposto. Essas operações de transformação de um elemento podem ser classificadas em dois tipos, representadas pelos dois estilos de flechas utilizadas na figura acima. O primeiro tipo é chamado de operação involutiva, marcado pelas quatro setas mais finas e se define pela capacidade de reversibilidade no elemento inicial ao ser repetida. A disposição destas setas representa apenas um tipo de transformação: o inverso são as horizontais e o oposto as verticais. Já as flechas centrais são chamadas de operações *produto*, por representarem o produto de duas operações em conjunto. Ou seja, se o  $x$  for transformado em seu oposto e seu inverso, ao mesmo tempo, teremos como resposta  $(-1/x)$ . Essa operação também é involutiva, pois o inverso e oposto de  $-1/x$  produz  $x$  novamente.

O mesmo jogo efetuado com  $x$  pode ser aplicado com um conjunto de letras, por exemplo:  $a, b, c, d$ . Primeiro, estipula-se (de modo aleatório) quais são as duas modificações possíveis neste conjunto: a primeira, a inversão da posição de pares de letras, o que transforma o conjunto em  $(c, d; a, b)$ ; e a outra, mudando a ordem no interior dos pares, produzindo o conjunto  $(b, a; d, c)$ . Assim, temos quatro possibilidades de apresentação do conjunto que mantém a propriedade involutiva, sendo o quarto elemento  $(d, c, b, a)$ , aquele que sofreu as duas operações, considerando como grupo inicial a ordem  $(a, b, c, d)$ . Isso nos permite criar o mesmo diagrama acima feito com “ $x$ ”.

O que ilustra a possibilidade de que num grupo tenhamos transformações involutivas, independente de qual seja a natureza dessa transformação e dos elementos escolhidos.

O que já podemos saber sobre o interesse lacaniano no tema é em determinar quais as transformações que se produzem sobre um sujeito no percurso de uma análise. Assim, o elemento inicial é a condição do sujeito de linguagem na sua configuração (não) cartesiana, e as três transformações anunciadas: alienação, verdade e transferência. Sua exceção é o aspecto involutivo dessas operações, pois a análise é uma operação de transformação sem retorno quando levada a cabo. Mas voltemos ao artigo de Barbut.

É preciso destacar que as setas verticais marcam um tipo de transformação e as horizontais outro tipo. O mesmo ocorre com as diagonais, que é a combinação das duas transformações anteriores, porém cada uma aplicada a elementos diferentes. Barbut (1996) decide nomear esses três tipos de transformações de  $\alpha$ ,  $\beta$  e  $\gamma$  respectivamente. Todas são involutivas e, quando repetidas, nada mudam, o que será representado pela letra “I” de transformação idêntica. Assim podemos escrever algumas relações entre operações:

$\alpha\alpha = I$  (duas vezes tal transformação, resulta no objeto inicial, não muda nada).

$$\beta\beta = I$$

$$\alpha\beta = \beta\alpha = \gamma$$

$$\gamma\alpha = \beta\alpha\alpha = \beta I = \beta$$

$$\gamma\beta = \alpha$$

Deste modo, para ilustrar todas as relações possíveis entre esses três tipos de transformações se criou a seguinte tabela:

	I	$\alpha$	$\beta$	$\gamma$
I	I	$\alpha$	$\beta$	$\gamma$
$\alpha$	$\alpha$	I	$\gamma$	$\beta$
$\beta$	$\beta$	$\gamma$	I	$\alpha$
$\gamma$	$\gamma$	$\beta$	$\alpha$	I

Segundo Barbut (1996), essa tabela é a do grupo de Klein, capaz de conciliar aritmética elementar e a permutação entre quatro elementos, retendo apenas as regras de composição dessas transformações,

independente de quais sejam os objetos e a natureza das transformações que eles sofram. Estamos na base da estrutura de uma linguagem composta por quatro letras da tabela acima e que podem ser associadas. Os efeitos da associação dessas letras são regidos por uma sintaxe explicitada na tabela acima, composta de *operações* e *composições*. Uma linguagem sem semântica, ou seja, sem o sentido, é só significante. Isso nos permite operar com objetos concretos, estabelecer transformações e combinações longe do campo da significação imediata.

Agora incluíamos nessa linguagem as relações lógicas entre proposições, como as utilizadas no *cogito*. Segundo Barbut (1996), ao criarmos grupos com essas letras, geramos as proposições (X, Y e Z). Podemos articular essas proposições através dos termos “e” e “ou”, ou seja, conectivos que expressam a *conjunção* e a *disjunção* entre proposições. Outra propriedade da lógica é a possibilidade de negar qualquer proposição (mesmo que ela represente uma transformação) e que aqui é representado por N (no *cogito* cartesiano, a representei pelo símbolo  $\neg$ ). Abaixo, um exemplo dessas relações e como elas geram novos termos:

Se U representa uma proposição complexa da relação entre três proposições elementares X, Y e Z (vou introduzir sentenças para facilitar a compreensão, mas o importante nesse uso matemático é exatamente excluir esse campo da significação para operar com as sentenças), podemos dizer:

X= João foi ao cinema  
 Y= Maria foi ao mercado  
 Z= João e Maria estão juntos

A proposição complexa  $U = (X \text{ e } Y) \text{ ou } Z$   
 (João foi ao cinema e Maria ao mercado, ou eles estão juntos).

Temos também que a negação de U, (NU), é igual à negação das proposições elementares, mudando os seus conectivos:

$NU = (NX \text{ ou } NY) \text{ e } NZ$

(Eles não estão juntos e, ou João não foi ao cinema, ou Maria não foi ao mercado). Esse é o tipo de operação que Lacan faz incidir sobre o “penso, logo sou”.

Também é possível negar as proposições elementares, sem alterar os elementos conectivos, que será representado pela operação R:

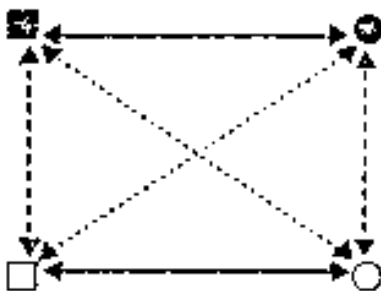
$RU = (NX \text{ e } NY) \text{ ou } NZ$

Podemos ainda mudar os conectivos sem negar as proposições, produzindo uma nova operação S:

$$SU = (X \text{ e } Y) \text{ ou } Z$$

Assim, temos três operações (N, R e S) incidentes na proposição complexa U, constituído pela articulação das proposições (X, Y, Z), que foram elaboradas pela combinação das letras ( $\alpha$ ,  $\beta$ ,  $\gamma$ ) que representam as possíveis operações de transformação do conjunto (a, b, c, d). Como o conteúdo das proposições em si não interessa à lógica matemática, podemos também extrair uma tabela de grupo de Klein apenas a partir das relações entre essas operações, e assim afirmar, por exemplo:  $RS = SR = N$ , assim como dissemos que  $\alpha\beta = \beta\alpha = \gamma$ . Esse novo conjunto de operações mantém as propriedades de involução e associação, porém estamos em um andar acima de abstração, em que o grupo não é mais constituído pela permutação de elementos e sim pela sua *axiomática*, isto é, o conjunto de condições da estrutura.

Podemos tentar explicitar essas relações de modo mais simples, através do exemplo do grupo de Piaget apresentado pelo autor. Tomando um objeto que seja redondo e branco, cujas qualidades podem ser alteradas para quadrado e preto respectivamente. Assim, temos duas operações possíveis, uma que altera a forma, outra que altera a cor, o que determina quatro estados possíveis do objeto: redondo branco, redondo preto, quadrado branco, quadrado preto.



Cada estado possível do objeto é caracterizado por duas qualidades [forma (x) e cor (y)], sendo que cada uma delas tem dois valores possíveis: ou na operação ele mudou essa qualidade, representada por (1), ou ele permaneceu idêntico, (0). Então, tanto x (forma) quanto y (cor) podem receber valor 0 (não mudou) ou 1 (mudou), dependendo de ter sofrido alteração em sua qualidade. Assim

criamos um novo jogo de regras de composição a partir dos signos 0 e 1, um sistema binário. O que gera a tabela de combinatórias abaixo:

	0	1
0	0	1
1	1	0

Ela pode ser lida da seguinte forma: se alteramos duas vezes uma qualidade de um objeto (1 e 1), ele permanece o mesmo. Do mesmo modo que a não modificação de uma característica em duas operações (0 e 0), não a altera. E ainda, se na primeira transformação ele mudou uma característica (forma ou cor) e na segunda não, podemos apresentar essa conjugação de operações como (1,0).

Dessa tabela, podemos fazer composições das operações duas a duas, tais como: 01+11= 10. Ou seja, um objeto que sofre duas operações, sendo que a sua forma se alterou apenas uma das vezes (p.ex. de circular para quadrada) e duas vezes a cor (preto), temos, ao final, um quadrado preto. Criou-se assim uma aritmética binária que poderia novamente ser transformada em novos elementos a partir dessas relações entre 0 e 1 nomeando-as com letras: (00= A, 01= B, 10= C e 11=D); e como tal, produzir um nível mais complexo de linguagem, do mesmo modo que foi demonstrado com as proposições X, Y, Z, definindo tipos de interação entre as proposições a fim de constituir proposições complexas. Essa é a demonstração da própria constituição da linguagem que se faz a partir de um sistema binário, como o da linguagem computacional, baseado apenas em *presença e ausência* até derivar em estruturas mais complexas. O mesmo jogo realizado pela criança ao brincar de aparecer e desaparecer frente ao adulto, vivido com grande júbilo, cuja relação com a linguagem é exposta por Lacan (1955) nos comentários do seminário sobre “A carta roubada”.

Barbut (1996) termina seu artigo reafirmando o quadro precioso que a matemática oferece para ciências humanas, mas lembra da existência de um custo ao se reduzir matematicamente e em tão poucos elementos o que é da experiência humana. Porém, Lacan persegue essa redução a fim de garantir uma transmissão com menos riscos de distorção, ao representar matematicamente os elementos que realmente contam na experiência da análise. A matemática não diz o que é *um* processo de análise, mas permite guardar suas operações fundamentais, chamadas de alienação, verdade e transferência. Retornemos assim ao texto de Lacan para percorrer o uso feito por ele do grupo de Klein.

## 5.4 A emergência do grupo de Klein na obra de Lacan

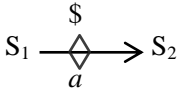
Continuaremos o percurso pelo seminário XIV, pois é nele que Lacan faz a sua primeira versão do grupo de Klein aplicado à psicanálise. Naquele ano, ele está interessado em apresentar a lógica do fantasma, extraída a partir do texto freudiano “Uma criança é espancada”. Frase que é a essência dessa lógica, pois o sujeito não se reconhece nela e é, ao mesmo tempo, seu autor, expressão da divisão constitucional ocorrida na alienação, apresentada como “ou não penso, ou não sou”.

O sujeito, no fantasma, vive paralisado entre o que “teria sido”, mas não foi e a promessa de que “um dia será”. Suspenso numa tentativa de tapear a impossibilidade da relação sexual. No fantasma ela é imaginariamente possível e expressa como  $\$ \langle \rangle a$  – sujeito punção de a. Nessa posição, o sujeito adia eternamente seu ato procurando garantir para si o impossível, congelado numa *esperança* de “vir a ser”. Como na história da bela adormecida que espera em seu leito a chegada do príncipe encantado. Ela passa um longo tempo em sua cama como estivesse dormindo, certa de que um dia ele virá. Mas há também as histórias em que o príncipe é um sapo, para não nos enganarmos com a sua natureza, esse encontro só se realiza no fantasma, e por vezes, causa *horror*.

Mas ao contrário da princesa da história, o neurótico permanece de olhos bem abertos, “procurando” no seu cotidiano, em mínimos detalhes, os indícios necessários para fazer a posição fantasmática se realizar na vida, e deste modo, sustentar seu engodo mais um pouquinho, adiar o seu ato novamente e renovar as esperanças. Não apenas isso, a repetição do fantasma que se impõe ao neurótico também garante uma cota de gozo, o que alimenta a sua certeza sobre a “realidade” da *relação sexual*: “foi quase dessa vez, quem sabe na próxima dá certo”. Freud (1920), explica essa condição em “Além do Princípio do Prazer”, ao dizer dos pacientes acometidos pelo *destino*, aqueles que estabelecem sempre o mesmo tipo de relacionamento amoroso, ou mesmo, levaram seus diversos negócios ao mesmo resultado, à falência. Por mais que a realidade fantasmática não esteja disponível a céu aberto ao analisante, ela se imprime e molda a percepção da realidade, por ser a *única relação existente* para o neurótico, a única em que ele adquire a consistência (imaginária) de *ser*.

Lacan expressa seu questionamento sobre os limites da estrutura do discurso enquanto puramente simbólico – a ser representado por dois significantes ( $S_1, S_2$ ) – por meio da lógica do fantasma ( $\$ \langle \rangle a$ ); pois ela

introduz esses dois elementos que estão fora da cadeia, mas constituintes do discurso. Pois, se desde o início, é entre significantes que pode emergir um sujeito, nessa mesma articulação sempre fica um resto irrepresentável, chamado objeto *a*. Apesar de Lacan não o ter feito desse modo, acredito que o discurso possa assim ser representado:

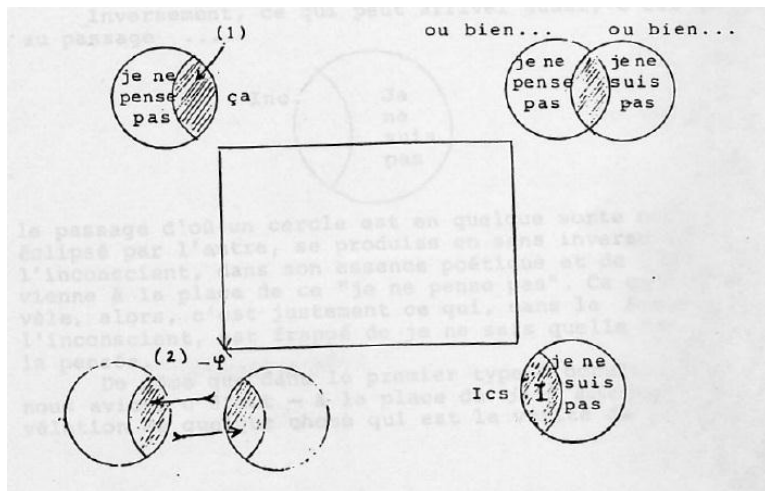


Uma preparação do que Lacan escreve posteriormente, no seminário “O avesso da psicanálise” (1969-70), ao articular esses elementos em quatro discursos: do mestre, da histérica, do analista e o universitário; em que eles operam como agentes em cada discurso, distribuídos em determinadas posições.

O que temos como impasse sobre a valência puramente simbólica do discurso é formalizado na lógica do fantasma e produzido pela incorporação de seus elementos. Na diacronia da fala, temos uma sequência interminável de significantes possíveis de se articularem, o que remete ao infinito de uma análise se presa apenas com o trabalho no simbólico. Porém, em sua sincronia, mantém-se fixado o momento do fantasma, não há deslizamento, apenas *fixão*. Como desarticular essa condição do sujeito na estrutura? Questão preemente nos trabalhos “A lógica do fantasma” e “O ato psicanalítico” e que visa formalizar uma intervenção para além da tendência simbólica, isto é, estabelecer uma análise finita.

O primeiro movimento de Lacan é demonstrar que o *isso* e o *inconsciente* não se sobrepõem. Na medida em que eles estão reunidos, eclipsam uma parte importante de cada um deles, representada pela área de intersecção. É enquanto “eu não penso”, correlato do isso e o “eu não sou” correlato do inconsciente que se faz uma dissecação. Com uma característica: a área de intersecção *parece* vazia, é apenas separando-os que se pode encontrar os elementos faltantes. Na imagem a seguir, vemos a versão lacaniana do grupo de Klein, uma versão incompleta por não contemplarem as operações produto, mas cujo desenvolvimento as leva em conta.





Comecemos a leitura dessa figura pelo seu canto superior direito, em que o *cogito* do sujeito se faz presente por dois conjuntos unidos: o “eu não sou” e o “eu não penso”. Esse é o ponto descrito por Lacan como sendo a cristalização do sujeito, seu ponto de impasse, entre o ser e o pensar. O uso da teoria dos conjuntos para falar da constituição do sujeito, como já visto, não configura uma novidade, em certa medida, retoma o já descrito como alienação no seminário 11: o encontro do *ser* com o conjunto dos significantes.

A primeira divisão, representada no canto superior esquerdo, temos que o *isso* é correlativo ao “eu não penso”, deixando entrever na sua área de intersecção o número (1), apenas em outro momento será reconhecida neste conjunto a presença do sujeito e do objeto *a*. Aqui, Lacan se refere apenas ao “não eu”. As operações representadas pelas linhas horizontais serão chamadas de operação *alienação*. Então, temos que dessa primeira alienação, chamada de pura, existe o desaparecimento do campo do Outro, proveniente da percepção de que tudo o que ele produz é caduco para representar o ser.

No canto inferior direito aparece o produto de uma segunda operação, o inconsciente como correlativo ao “eu não sou”, e o complementar (I), provavelmente uma referência ao traço unário perdido na alienação, lugar em que, na última operação, nota-se o falo (-φ). As operações verticais são nomeadas de operação *verdade*. E a verdade em psicanálise sempre se refere à castração. O conjunto extraído é nomeado de inconsciente, é a máquina pensante que produz

significações. Do encontro com o sexual é que ela se organiza, emerge como resposta, defesa à questão posta pelo desejo do Outro. Ali o sujeito não se reconhece como tal, mas emerge por preterição: “eu não sou”. Contudo o (I) revela também que é ali que o “eu” imagina ser senhor do seu ser, no que o traço unário é base para o ideal do eu.

No último vértice (inferior esquerdo) Lacan situa os dois campos *separados*, mas cujas áreas complementares interagem representadas por duas setas em sentidos opostos. Essa figura aponta as duas relações do “eu” no pensamento e na existência, porém com a área de interseção eclipsada em ambos. Não podemos ver claramente o que elas contêm, apenas o falo se deixa ver, o outro indicado pelo (2) será tomado como objeto *a*. Esse último estado do “eu” é produzido pelas duas operações anteriores, ou melhor, exige a conjunção das duas. O que ela apresenta é um desaparecimento do “eu não penso” e do “eu não sou”, resta apenas o que se ocultava na sobreposição entre os conjuntos. Neste sentido, podemos pensar que é uma figura inversa e oposta à apresentada no início do grupo, fica-se apenas com a intersecção, ondes antes não parecia haver nada.

Como se pode ver na figura, não se trata de um grupo de Klein verdadeiramente, pois faltam as operações produto. Nesse momento, Lacan apenas dispõe de maneira semelhante ao grupo de Klein, indicando que a movimentação de um vértice para outro implica numa operação que resulta na modificação do seu “objeto”. Apesar de que em um grupo de Klein se possa começar de qualquer um dos pontos, aqui Lacan determina um inicial (VSD<sup>43</sup>), de onde se produz duas operações: a alienação e a verdade. As operações já não são involutivas, pois a setas apontam em uma direção apenas. É um passo sem volta, mas nem por isso, dado de uma só vez.

#### 5.4.1 Não sou eu quem pensa

A primeira operação descrita por Lacan é a da alienação e implica uma releitura frente ao apresentado no seminário 11 de 1964, pois a define como a operação da queda do Outro, da percepção que se tem de que tudo o que ele funda é caduco. Isto é, o inconsciente como sendo o lugar da palavra, da ordem gramatical, é mera máquina pensante, com a

---

<sup>43</sup> Para facilitar à escrita e o entendimento, de início usarei siglas para indicar onde se localiza no Grupo de Klein o que está sendo descrito, por exemplo: VSD, vértice superior da direita; VIE, vértice inferior da esquerda.

função produzir sentido. E ainda, esse sentido é um sentido qualquer; toda forma gramatical faz sentido, independente de qual ele seja. Demonstra tal aspecto com a frase *colorless green ideas sleep furiously* (algo como, “incolores ideias verdes dormem furiosamente”). Frase que, a princípio, parece sem sentido, mas que se levarmos em conta sua poética, permite construir diversas significações. Enunciada por Noam Chomsky (1957), em “Estrutura Sintática”, para demonstrar que há frases gramaticalmente corretas, mas sem qualquer sentido. Já Lacan, a usa para mostrar que ele estava errado. Segundo Roudinesco (1986), Lacan retoma, ao seu modo, a crítica já feita por Jakobson, sublinhando que toda frase gramatical tem significação “qualquer”, porém, essa escapa à consciência; reafirmando desse modo o valor da estrutura.

Essa alienação é representada no campo em branco do isso (VSE) e corresponde ao estatuto do sujeito: “eu não penso”. O seu complemento é o “não eu” (área de intersecção) que provém do lugar do Outro já desaparecido, o objeto *a*. Sobre o impasse da situação subjetiva no campo do pensamento, este se representa por um “não sou eu quem pensa”. Esse pensamento tem o estatuto do inconsciente, que no vértice inferior direito aparece suportado por (I). Essa área complementar de “eu não sou” representa um “eu” mascarado e que se presentifica no uso que faz do conjunto dos significantes. Lacan o exemplifica através dos sonhos, em que cada personagem presente no sonho é uma versão mascarada do próprio eu.

#### 5.4.2 Tu não és, logo eu não sou

A frase título representa o impasse subjetivo vivido quanto ao ser no campo do inconsciente (VID). A consistência dada ao Outro garante um lugar para o sujeito, afinal, é na ordem dos significantes que ele pode aparecer. Porém, a verdade é a castração, que o Outro é faltante, e mesmo, que o Outro enquanto “ente”, não existe.

O *inconsciente produz uma releitura da alienação*, feita por meio de significações e traduz a dimensão da causa sexual (o objeto *a*) por um *ter* ou *não ter* o falo. Uma análise só é possível por renovar essa segunda alienação, em que o analista é colocado no lugar do Outro, e que serve para uma abordagem da castração, para marcá-lo como barrado: S(A) – a operação alienação no andar inferior do tetraedro. Desse modo, Lacan (1966-67) define a castração como o despertar da sexualidade, o pôr em questão o Outro, a descoberta de que algo lhe

falta. A elaboração inconsciente da sexualidade possui a função fundamental de se defender da verdade de que o Outro não existe.

Essa releitura produzida pelo inconsciente parece realmente se opor à alienação dita “pura” (a da constituição), ainda mais se nos ativermos ao efeito desta operação. A primeira parte do “ou eu não penso, ou eu não sou” e culmina no “eu não penso”, produzindo um sujeito subjugado às pulsões. A segunda também tem a ver com a sexualidade, mas em como ela se manifesta nos pensamentos inconscientes e exprime a radical inadequação do pensamento à realidade sexual e, por isso, resulta no falo ( $-\phi$ ) – extrai-se o significante que representa essa falta.

O quarto vértice (inferior à esquerda) é aquele que combina o resultado das operações anteriores: a alienação e a verdade. Segundo Lacan, no resumo do seminário de 1966-67, este vértice é em sua essência o resíduo, pois exclui o “eu não penso” e o “eu não sou”, e acaba por promover o sujeito do campo da pulsão ao estatuto de objeto *a*. Assim, restam as interações do falo (objeto faltante) e do pequeno *a* (objeto perdido) que exercem função de causa do desejo, por serem solidários na fenda constitucional ao sujeito assumir o engodo de sua verdade.

É a partir dessa imagem que se desenrola o percurso do seminário sobre a lógica do fantasma e que definitivamente possui íntima relação com o ato psicanalítico, visto Lacan asseverar ser daquele trabalho que se impôs a necessidade em formulá-lo. Uma resposta aos impasses que o fantasma representa frente à não existência do ato sexual. Assim vale retomar a afirmativa lacaniana segundo a qual o ato psicanalítico só é possível onde não há ato sexual, ou seja, ele emerge da travessia do fantasma.

Neste momento, acredito ser importante voltarmos ao seminário sobre o ato, visto ter recuperado os principais fundamentos sobre a versão lacaniana do grupo de Klein, em que ao se decompor o sujeito por meio de uma dupla operação verdade e uma dupla operação alienação, encontra-se a questão do sexual no sujeito representado por duas faltas. Assim, é preciso introduzir a terceira operação, a transferência, o que permite nos deslocarmos de modo definitivo para a situação analítica, e deste modo, apresentar o ato analítico como a operação final frente ao impasse subjetivo.

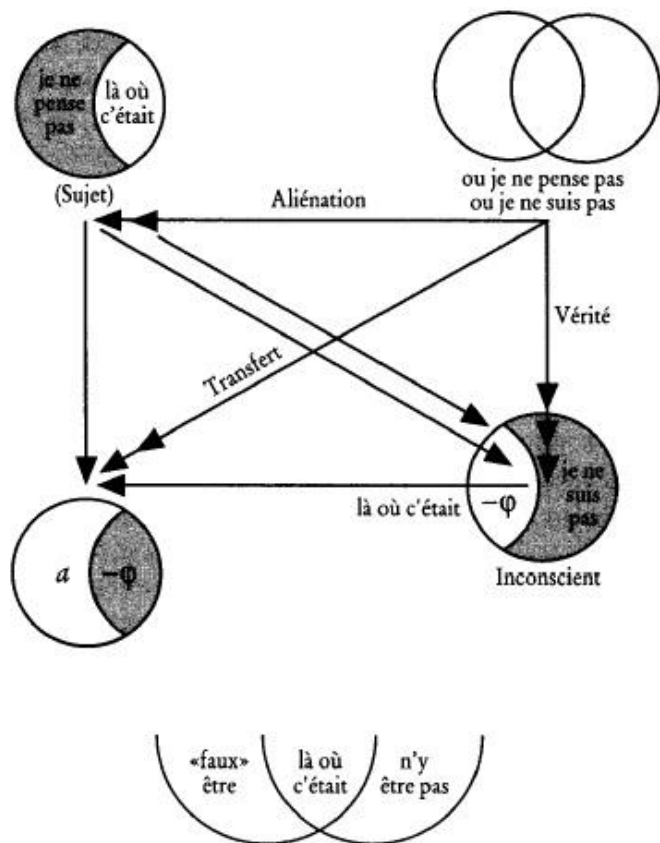
## 5.5 O grupo de Klein e o ato

Na lição de 10 de janeiro de 1968, Lacan reinicia os trabalhos dizendo que ele ainda havia dito muito pouco sobre o ato psicanalítico. Ao retornar ao *cogito* cartesiano tomado pelo seu avesso e ao inseri-lo no grupo de Klein, ele pretende demonstrar de modo preciso em que mesmo esse ato incide: na *ordem do significante*, promovendo uma ruptura, uma ultrapassagem do “ou eu não penso ou eu não sou”, visando suscitar um novo desejo – o desejo do analista.

Estamos no âmbito da própria definição do ato como sendo a passagem do psicanalisante a psicanalista. Passagem que não marca a autorização em si mesma, mas das condições necessárias para alguém ocupar tal posição. O desejo do psicanalista como autêntico produto do ato. O que faz um analista? Opera com o extraído em sua análise para causar a repetição das operações da análise em outra pessoa. O ato analítico do lado do psicanalista é colocar o inconsciente, apresentar a divisão no “*penso, logo sou*”, a divisão do sujeito entre o ser e o pensar.

Até se chegar a essa conclusão, temos todo o desenvolvimento que se segue nesse seminário, começando pela primeira apresentação, de várias viragens que Lacan fará com o grupo de Klein. Talvez seja relevante lembrarmos que uma propriedade se perde, a reversibilidade das operações. Esse grupo tem apenas um sentido, o sentido da análise, partindo de um ponto inicial no vértice superior direito para o inferior esquerdo. Desse lugar partem as operações alienação, verdade e transferência.

Trata-se primeiro de demonstrar a divisão do sujeito na entrada da análise: do lado alienação emerge o sujeito e do lado verdade se formaliza o inconsciente. Em seguida, desses dois pontos, se reproduz no sujeito a operação verdade, em que ele se reconhece no objeto *a*; e da posição do inconsciente se realiza uma operação que é de desalienação ao Outro, pela inscrição da falta neste:  $S(A)$ . A transferência, a operação produto em Lacan, é privilegiada pela linha que extrai o objeto *a* e marca a destituição subjetiva, partindo do VSD para o VIE, isto é, ela se representa pela linha que parte do início para o fim da transformação analítica. A outra operação não é nomeada como transferência por Lacan, mas provavelmente encontra nela o seu suporte, pois dá acesso ao desejo, na medida em que deslinda o falo. É apenas esgotando a demanda do sujeito endereçada ao Outro que se alcança a dimensão do desejo, e nisso, o analista possui uma função essencial.



Apenas introduzo o esquema acima para que se veja do que estamos falando, no entanto, seguirei o desenvolvimento do texto, fazendo deste modo as aproximações indicadas por Lacan. Existem algumas diferenças e acréscimos em relação ao esquema apresentado na lógica do fantasma, pois estamos na lógica da cura. Sublinho que este Grupo de Klein deve ser considerado como *parcial*, pois está organizado a partir de um ponto de partida e as operações da análise não são reversíveis. Devemos considerar que elas não ocorrem numa cronologia, aos moldes de etapas<sup>44</sup>, e ainda, que não se dão de uma só vez, pois a

<sup>44</sup> Aqui afirmamos uma posição contrária a Brodsky (2004) que apresenta as operações no Grupo de Klein em uma sucessão temporal, como fosse preciso trabalhar as questões de cada uma das posições para o analisante adentrar na próxima. Apesar de Lacan indicar um percurso em Z espelhado, nada indica que

cada momento da análise se trabalha ora pela alienação, ora pela verdade, para ao fim, extrair o objeto *a* e se chegar ao ato psicanalítico do final; um ato com *a*.

Lacan pergunta sobre o ato de colocar o inconsciente como ruptura do *cogito*, se podemos conservar sua realidade, sua validade. É importante entender que o uso do cogito cartesiano não é um recurso performático (a pirofagia não me parece ser do gosto de Lacan), é de uma precisão que se trata. Basta recorrermos às formações do inconsciente, dos sonhos aos chistes, para encontrar um “eu penso” com todas as suas características. Surge, porém, a questão se nesse “eu penso” existe um “eu estou”, se podemos encontrar, reconhecer, nesse lugar um “eu sou”, algo da ordem do ser. Ou seja, na medida em que examinamos uma formação do inconsciente nos é muito claro que há aí um “penso” à revelia de um se reconhecer “ser”.

A experiência mais cotidiana da análise demonstra que entre o “eu penso” e o “logo sou” existe uma dimensão de *désamorçage*, desarmamento, desativação. Pois, ao nos darmos conta da dimensão do inconsciente na fala, reconhecemos que há nele um “eu penso”, mas só é possível reconhecer um “eu sou”, no *a posteriori*. Nisso que fala em mim, ao pensá-lo, me reconheço enquanto um “lá, eu era/estava”. No mesmo sentido, afirma Lacan, ao se dizer: “um instante mais tarde e a bomba explodia”. Ela não explodiu, do mesmo modo em que me reconheço ser onde nunca fui.

Deste modo, a análise se inicia num reconhecimento da divisão que o próprio *cogito* já insinua, ao marcar dois momentos entre o pensar e o ser, por meio do “logo” que os une: ou se pensa e não se é; ou se é e não se pensa. Se para Lacan, a afirmação freudiana “onde isso era, devo advir” é um aforismo do que é uma psicanálise, é considerando o expresso até então que ele o remodela, dizendo: ali onde isso estava, onde não está mais, senão ali, por que eu sei que eu o pensei, o sujeito deve advir<sup>45</sup>. Essa é a operação que se pretende demonstrar por meio do grupo de Klein.

---

isso ocorra apenas neste sentido e numa sequência cumulativa, pois isso implicaria primeiro que fossem trabalhadas todas as identificações para então se adentrar no campo da verdade. Como se pode ver no tetraedro, da posição inicial partem setas em todos os sentidos, marcando as diversas possibilidades de movimento que ocorrem na análise.

<sup>45</sup> No original: *Là où c'était, où ce n'est plus que là, parce que je sais que je l'ai pensé [...] le sujet doit advenir (p.79).*

Como indicado no início da lição, o ato se refere a um começo, uma inscrição que demarca uma ruptura e estipula um início. Assim, podemos pensar que começar uma análise seja um ato. Contudo, não é um ato que esteja do lado do psicanalisante, mas sim do psicanalista, pois o analisante quando se propõe esta empreitada desconhece seu sentido. É o analista que precisa produzir um ato que inicie a análise, que ponha em marcha seu percurso e cause no analisante, de início, uma escuta diferenciada sobre o seu dito. O ato do início<sup>46</sup> é o de colocar o inconsciente, demonstrar a ruptura do *cogito* no analisante – o que poderia se reconhecer como o início das duas primeiras operações, pois formaliza a disjunção entre o sujeito<sup>47</sup> (ser) e o inconsciente (pensar). Isto é, a primeira operação da análise desmembra o ser e o pensar, em que o sujeito, ao aceitar a associação livre, descobre nele um pensar em que não se reconhece. Do lado esquerdo (VSE), fica o sujeito assentado em seu narcisismo, em suas identificações e do lado direito (VID), a presença na fala de um pensamento que não é seu. Assim, no início da análise o sujeito se percebe como estando no lado esquerdo do tetraedro, em uma relação de estranhamento ao seu discurso.

Mas Lacan indica haver outra coisa a ser procurada, e para isso é necessário tomar um desvio, pensar outro começo: o de se tornar psicanalista. Um começo que se dá ao final de uma análise: “Chegou-se uma vez ao fim de sua psicanálise, é este ato tão difícil de apreender ao início de cada uma das psicanálises, que nós garantimos. Isso deve ter uma relação com este fim então” (p. 84-85). Isto é, o ato de iniciar uma psicanálise exige algo da ordem de uma garantia de que existe para ela um final, do mesmo modo como ocorreu na análise pessoal do praticante. Deve-se entender que não se trata de uma garantia sobre aquela análise que se inicia, mas de um saber, oriundo da experiência

---

<sup>46</sup> Segundo Vinciguerra (2007), o ato analítico é que instala o sujeito no “não penso”, apresenta o postulado da psicanálise de que o inconsciente é invocável a partir de um “eu não penso” que a associação livre do analisante inaugura. E ainda, diz que este “eu” presente nesta posição é o “falso ser” (presente na figura, abaixo do tetraedro), no sentido de que a verdade do sujeito só se revela por meio do “eu não sou”.

<sup>47</sup> Na primeira versão do grupo de Klein, Lacan afirma ser uma divisão entre o *isso* e o inconsciente, porém agora a define como uma divisão entre o *sujeito* e o inconsciente. Se de início temos um sujeito como mero efeito da cadeia significante, com o tempo, essa noção se aproxima cada vez mais do *isso*, será situada no campo pulsional, sem perder, contudo, essa origem significante. Assim, a divisão do sujeito se faz entre o significante (eu não sou) e a pulsão (eu não penso).



pessoal do praticante de que há um ponto de basta para análise, que uma modificação do lugar do sujeito realmente seja possível – mesmo que isso nada revele ou garanta sobre as outras análises.

Entendo também que Lacan está dizendo que ao aceitarmos um novo candidato a análise é preciso estar certo de que existam algumas condições deste levá-la até o final, mas enquanto uma *aposta*: “este que me procura, existe aí um sujeito”. Isso não nos diz nada sobre como será o percurso, nem mesmo se produzirá um analista ao fim. Mas a aposta é condição, o primeiro passo a ser dado e o ato psicanalítico do analista é a sua expressão significante. Ato apenas possível por ter se realizado um outro ato ao final da análise do praticante, é aí que Lacan procura os seus fundamentos. Então temos dois passos: indicar a ruptura do cogito chamada por Lacan de “pôr o inconsciente”, e sustentar a aposta de que um final é possível.

Talvez alguns possam estar pensando que faço referência a um diagnóstico diferencial, em que se busca definir se aquele paciente é realmente um neurótico, ou mesmo, se existe nele as condições de escuta sobre o seu próprio inconsciente e assim vir a saber do desejo. Contudo, é enquanto uma aposta que essa “garantia” entra em jogo; uma decisão que não se dá neste nível consciente e racional, do “eu penso”. Existe realmente algo da ordem do desejo do analista que precisa se fazer presente e operar como função, incitar ao saber e expor a divisão.

Da posição do sujeito no “eu não penso”, por meio da operação transferência capaz de ser suporte da análise, ora se trabalha por via das identificações, numa redução da posição fantasmática; ora por uma abertura ao inconsciente, na produção dos significantes mestres do sujeito e o encontro com a castração. Vemos no esquema de Klein, que existem setas sobrepostas apontando para o mesmo sentido, indicando a importância de se repetir, repassar pelas questões postas, em cada um dos lados, para o sujeito. Há também duas setas que partem do “eu não penso”, em direção ao “eu não sou” e que tocam o falo (-φ) enquanto significante da falta, do desejo do sujeito. Isto mostra que a questão da castração apenas se realiza pela interação da falta de significante do Outro com a vacilação das certezas sobre o ser. Segundo Lacan, é preciso dois “*là où c’était*” para que a questão do “eu devo aí advir” torne-se clara.

O que se procura no fim, para dar início a outros começos, implica numa extração lógica. Uma análise para ter fim pressupõe a realização da *operação verdade*: um percurso que parte do sujeito

instalado em seu *falso-ser*<sup>48</sup> e que lhe faz realizar um pensamento que comporta um “eu não sou” (VID). E também, em sua dupla vertente, a operação verdade não ocorre sem reencontrar seu lugar mais verdadeiro, no que se apresentava como “lá onde isso estava” (VSE): o objeto *a*, no vértice inferior. Do outro lado, nos diz Lacan, há uma falta que subsiste no sujeito do conhecimento, chamada de *desejo*, que se traduz sob o rótulo de  $(-\phi)$ , mas que ao final é encarnada enquanto *castração*.

Esse reviramento dos elementos que foram separados, uns sobre os outros, possibilita identificar o que permanecia oculto até então: o objeto *a* como causa do desejo e o falo como o lugar onde se inscreve a hiância própria ao ato sexual. Ou seja, temos dois “*là où c’était*” que formalizam a distância que cinde o inconsciente do isso. O primeiro está ligado ao sujeito como *falta* (VSE); e o outro, situado do lado do inconsciente, unido ao “eu não sou” como objeto de *perda* (VID)<sup>49</sup>. A seta que parte do VSE para o VID mostra que se trata de um caminho que vai da falta para a perda do objeto, ao que Lacan afirma: *a falta é a perda, e essa perda é a causa de outra coisa, é a causa de si, do sujeito enquanto dividido pelo objeto a*. É preciso o sujeito se colocar como consequência da perda para saber o que lhe falta: o objeto *a* como o princípio do ato.

O objeto perdido inicial de toda a gênese analítica, aquele que Freud martela em todo tempo do nascimento do inconsciente, ele está aí, este objeto perdido, causa do desejo. *Nós teremos que vê-lo como no princípio do ato* (p.85)

Então, o que Lacan mostra a partir desse desvio, ao falar da passagem a psicanalista, é que *o objeto a está na origem do ato, funda o*

---

<sup>48</sup> Segundo Lima (2008), a expressão em francês *faux-être* guarda uma homofonia com outra expressão, *il faut être*, “é preciso ser”, acentuando o aspecto ideal deste “ser” sustentado nas identificações.

<sup>49</sup> « où il reste attaché à ce sujet comme manque. Il y a l’autre [...] qui reste attaché au je ne suis pas de l’inconscient comme objet, objet de la perte » (p.85). O mais comum seria apresentar os termos de modo inverso, a falta para dizer do falo e a perda relacionada ao objeto *a*. Penso que Lacan esteja dizendo sobre uma falta constitucional em relação ao objeto da pulsão; e o falo como uma representação, no inconsciente, da perda do objeto. Contudo, são apenas suposições, pois é apenas nesta passagem que ele o faz desta forma, mostrando a seguir que o falo é um trabalho do inconsciente em significar a perda enquanto uma falta.

*sujeito e é causa de seu desejo.* Porém, trata-se de um sujeito que não é do saber, consciente, ele sequer sabe sobre o que ocorre na análise, apenas tem notícias dela pela transferência. Por isso, é preciso incluir a transferência entre as operações da análise para compreender os passos dados dentro do esquema de Klein, pois o final de uma análise consiste também na queda do *sujeito suposto saber* para se obter a redução à “causa de si”. Quer dizer, de início o sujeito define-se por sua relação aos significantes, preso ao saber do Outro. No percurso de uma análise trabalha-se para saber que esse Outro não existe, não há o significante do ser. Processo que ocorre graças à transferência, ao supor o analista neste lugar e, conforme o engano é desfeito, há uma destituição do sujeito que se definia a partir do Outro, ele se transforma, vê-se liberado daquela escravidão e se reconhece causado por uma perda irreparável, chamada de objeto *a*.

Se de início o analista joga fantasmaticamente a partida como sujeito suposto saber, ao seu termo ele vem suportar não ser mais nada que este resto da operação. Ele não ocupa de fato este lugar na estrutura, ele se faz de *a*, por ter sido suposto nele um saber, destino lógico do analista na operação transferência.

Já o analisante no final da análise, por um ato pode se tornar psicanalista, entendido como a sua emergência enquanto objeto *a*, daquilo que restou da queda do sujeito suposto saber. Nada diz em se tornar praticante ao final da análise, mas em se tornar, por um ato, *a*. Esse é o desafio proposto pelo ato psicanalítico ao analisante: admitir tornar-se aquilo que restara do lado do analista; assumir “sou esta verdade”, esse dejetivo.

Como esse salto ocorre no analisante, exige um avançar nas próximas lições, mas se prenuncia como um salto de duplo efeito, em relação ao Outro e ao objeto; saída da posição de escravo de *A*, para se reconhecer causado por *a*, e não mais em sua busca.

O colocar em colapso o sujeito suposto saber ao final de análise é uma subversão que implica todo o funcionamento do saber inconsciente, um desvanecimento da consistência do Outro e a extração do objeto *a* nesse campo. Emerge daí um ser sem qualquer essência, uma espécie de “sujeito do ato”, diz-se uma “espécie” de sujeito, pois, ao final, espera-se uma destituição subjetiva: se tu não és, eu não sou, a não ser, *a*.

**Lição VI**  
**17 de Janeiro de 1968**

## 6.1 Uma análise produz um analista

Nessa lição, Lacan revela ter duas ambições com esse seminário: uma curta e a outra longa, sendo a primeira *a melhor delas*. A curta é definir em que consiste o ato do psicanalista e a longa, esclarecer o que é um ato. Ou seja, por mais trabalhosa e extensiva que seja a segunda meta, é a primeira que realmente lhe interessa, no sentido que tal resposta pode servir a uma questão fundamental para a psicanálise: *como há um psicanalista?* Pergunta que possui o mesmo sentido da questão enunciada por esse trabalho: o que faz um psicanalista? Um esforço em definir o que é preciso, possível, para que ao final de uma análise haja um psicanalista, e mesmo, qual é o seu estatuto a final de contas. A única forma de respondê-la é esclarecer a lógica da cura, nos termos propostos pela sua versão do grupo de Klein, extraindo daí o seu ato.

Como já vimos, as operações da análise produzem uma destituição do sujeito constituído no saber e deslinda sua origem enquanto causado pelo objeto *a*. Dali em diante, na tendência “natural” da organização psíquica, o simbólico opera para significar essa perda enquanto falta, base de seu desejo; por outro lado, a dimensão do ser também resta perdida pela operação de alienação, temos um sujeito situado como divisão do inconsciente e do isso. No fim, o que nos chega à clínica é um sujeito situado no “penso, logo sou”. O percurso da análise é no sentido oposto dessa estruturação, voltar ao objeto *a*, suspender as fixações, esvaziar e redistribuir o gozo e reconhecer-se nisso que resta.

O ato psicanalítico foi até então apresentado como tendo duas vertentes, a do analista, que poderia ser chamado de “falso” ato e refere-se a *expor* a divisão subjetiva, incitar ao saber; do lado do analisante, o ato é possível apenas ao fim e está do lado do sujeito destituído do saber, um novo sujeito, consequência do objeto *a*. Esse último ato ainda carece ser elucidado.

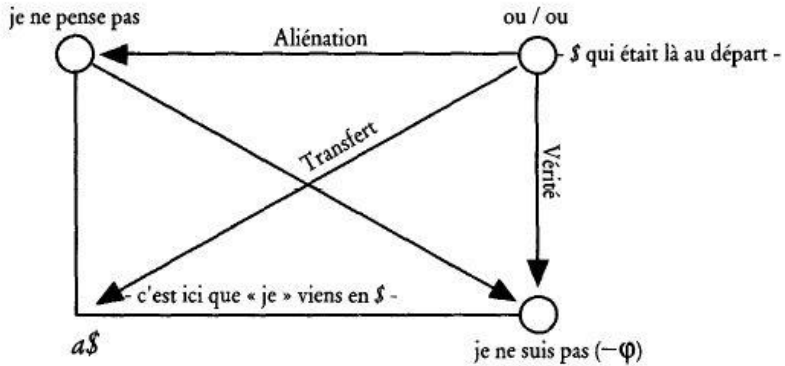
Se o ato psicanalítico é realmente um ato, é preciso esclarecer o que o legitima como tal, e mesmo, quais suas implicações, na medida em que todo ato se caracteriza por *dizer algo* e *produzir consequências* no campo que se insere. Esses dois aspectos de todo ato estão presentes nas diversas formulações vistas anteriormente no discurso de Lacan, ao qual ele reúne aqui em uma única sentença: “agir segundo sua consciência”. Isso é feito, pois de modo geral, quando se fala de ato, pensa-se em um *ato de vontade*, ligado à dimensão ética proposta em

toda tradição filosófica ocidental. O ato ético, o ato humano, sempre foi considerado como assentado na consciência, na intenção.

Assim sendo, se o ato psicanalítico realmente for um ato, para além de determinar uma operação da análise, ele acaba por colocar em xeque toda a concepção ocidental de ato, pois ao contrário da tradição, ele não se define pela racionalidade. Em verdade, Lacan apresenta-o a fim de questionar esse ponto de equilíbrio presente desde Aristóteles até Kant sobre a noção de ato, pois o situa no sujeito do inconsciente entendido como divisão. Esta revisão das concepções sobre o sujeito é o que problematiza o ato e se faz presente desde o momento em que Lacan decide por uma subversão no *cogito* cartesiano, visto o pensar não mais coincidir com o ser. Neste sentido, é a própria noção de inconsciente o que inviabiliza considerar o ato no campo da vontade.

No esquema do grupo de Klein, desde a lógica do fantasma, pode-se situar o sujeito no “*eu não penso*” apresentado entre parênteses, como se Lacan estivesse a dizer de que este “*eu*” não está assim posto e disponível como a imagem poderia nos fazer a crer. Ele afirma que este *eu* não é o sujeito do inconsciente, mas trata-se de um sujeito *gramatical*, aquele que por estar incluído na lógica de linguagem acaba por ocultar o qual nos interessa, do mesmo modo como que se verifica na sentença freudiana: bate-se numa criança. Não existe aí um “*eu*” conjugando o verbo – frase que ao mesmo tempo em que oculta o sujeito, denuncia a sua presença escamoteada na estrutura, visto que ela lhe concerne. Isto é, o sujeito do enunciado não se confunde com o da enunciação, com o sujeito do inconsciente, e o ato psicanalítico reconhece a autoria neste segundo.

A tarefa da análise implica numa subversão do sujeito, por meio de um descentramento do *eu gramatical*, abrindo espaço para se notar um sujeito efeito, fugidio, articulado na cadeia significante. Um *eu* presente no “*eu não penso*”, consequência do “*eu não sou*”, reconhecido nos diferentes vértices, como se pode ver na figura a seguir:



Um sujeito “que estava aí, no início” (VSD) de onde parte a alienação e desemboca no “eu não penso” (VSE) presente de modo escamoteado pela escolha alienante e como “eu não sou” na articulação significante. E ainda, um sujeito posposto pelo objeto *a* (VIE), “é aqui que eu venho, enquanto sujeito” no final da tarefa analisante. O que isto quer dizer? Onde isso nos conduz? Pergunta Lacan, sobre estes desdobramentos do sujeito no esquema de Klein.

Bem, ele começa por nos dizer que o ato psicanalítico do psicanalista consiste em suportar a transferência, termo que poderia parecer bem obscuro não fosse a noção do *sujeito suposto saber*. Assim, suportar a transferência diz de sustentar o engodo do sujeito quanto à consistência do Outro e de que nele exista um saber capaz de elucidar e definir, de modo resolutivo, o sujeito. A esperança é que o Outro saiba algo do sujeito, contenha um significante que o signifique em seu todo. Assim, pede-se ao paciente que diga tudo o que lhe vem ao espírito, regra que produz dois efeitos: descobrir não saber tanto sobre si mesmo como acreditava – pois chega um ponto em que é custoso sustentar as antigas explicações – e que há um saber nessa fala para além do que ele conhecia – encontra em si um saber desconhecido. Ou seja, que do “eu penso” inicial, descobre-se um “eu não penso” e um “eu não sou”, para isso é necessário fazer vacilar minimamente as crenças que o sujeito trazia consigo, de modo a se deparar com saber inconsciente, um saber sem sujeito, organizado à sua revelia.

O ato de entrada em análise é o de consentir com o inconsciente, e o analista está lá para operar como causa, para fazer com que a divisão fique às claras, contudo, o ato de entrada depende que o analisante arque com ela. Esse é o marco de um percurso que se sustenta neste falso ato, pois se o analisante consente é por acreditar no sujeito suposto saber.

Toda a tarefa analítica é fazer esta função ruir, pois não há *quem* possa dizer do sujeito. Portanto, se o analista sustenta esse engano é para fazer o analisante trabalhar ao ponto de desvendar tal inconsistência, possibilitando o encontro com uma verdade particular. Mas então, desmontado este lugar transferencial, qual seria o lugar do psicanalista no final? Do lugar do sujeito suposto saber se produz o objeto *a*, enquanto uma realização do *des-ser* (*desêtre*), a verdade emerge: não há o Outro, há apenas um resíduo da operação ao qual o analista representa.

Ainda é preciso dizer que a tarefa analítica parte do ponto do sujeito alienado, localizado no “eu não penso” para levá-lo a sua realização enquanto sujeito faltante, que na pena de Freud se traduz pelo termo castração. Sua condição inicial parte da regra fundamental da associação livre, de que o sujeito passe da posição de “eu penso” para que o reconhecimento de uma posição negativizada: algo pensa em mim. Em reconhecendo a presença de “algo pensa em mim” que o sujeito pode, num segundo momento, dar-se conta não ser todo, falta-lhe algo que não é da ordem do saber, mas sim, de uma realização imaginária do *ser*: o órgão capaz de levá-lo ao gozo *único, unário, unificante* da conjunção dos sexos – um gozo sem precedentes, fundado na inscrição da marca, realizável na união dos pares sexuais. Ele não possui o falo (-φ), isso quer dizer, não há realização subjetiva como parceiro sexuado, não se faz um.

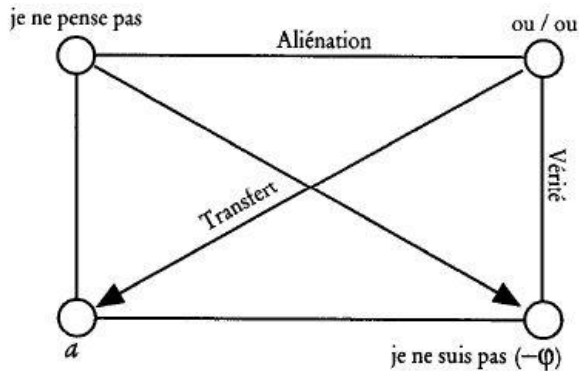
O saber engendrado pelo inconsciente se revela como uma defesa, uma resposta à condição faltante presente já na constituição. É próprio da natureza do ser falante um desencontro com a dimensão sexual, pois lhe falta o instinto determinador. O falo é apenas uma cobertura, efeito da entrada na linguagem, a presença, no inconsciente, da falta que está em jogo frente ao sexual.

A tarefa da análise avança em descobrir que o falo, a falta do órgão também não é essa falta constitucional. A demanda de tê-lo ou de sê-lo é um engano do encontro com desejo enquanto desejo do Outro. Isto é, será preciso que “a falta” ou “medo de perder” se remeta a uma perda anterior à articulação significativa, seja realizada em outra parte. Trata-se do “encontro” com o objeto perdido, ou melhor, o encontro com o perdido, pois não se trata de achá-lo, mas em reconhecê-lo enquanto perda. Eis o que Lacan define como a *realização*<sup>50</sup> *do sujeito na castração*.

---

<sup>50</sup> Strauss (2010) afirma que o ato analítico analisante é a própria realização do sujeito, podendo ser entendido como “uma realização do [tempo] presente [...], tempo de presença, de encarnação do sujeito” (p.33), em oposição a outros dois





Assim, o analisante faz uma trajetória na análise em “Z espelhado” no grupo de Klein. Do ato inaugural do analista de pôr o inconsciente, se apresenta a divisão entre *ou não penso, ou não sou*, entre o sujeito e o inconsciente. O analisante parte dessa posição do “eu não penso” para a descoberta da falta fálica, até realizá-la enquanto objeto *a* no vértice inferior esquerdo. Caminho possível pela transferência que no esquema aponta a direção, o alvo a se alcançar, parte do “ou, ou” para o objeto *a*. Entendo que este percurso no grupo de Klein não segue uma trilha de modo estanque, passando por cada uma das posições a cada vez, mas constituído em diversas idas e vindas entre o “eu não penso” e o “eu não sou”.

A transferência mais do que ser a coadunação das operações verdade e alienação, como explicado no artigo de Barbut, oferece suporte e direção a elas, possibilitando o caminhar analisante. Nesse sentido, pode-se notar o valor de bem ocupar a chamada função do analista para que o analisante trabalhe, visto ser um lugar sob transferência: se por um lado a tarefa analítica está toda ao cargo do analisante, ela só é possível na medida em que o analista sustente o engano do sujeito suposto saber e opere para que o sujeito se interesse por sua fala de outra maneira. No fim, é o analista que vai dar corpo ao objeto *a*, por meio da operação de *desalienação* da função fálica.

---

tempos da análise; o tempo do desejo (fantasma) e o tempo da interpretação (ausência do sujeito).

## 6.2 Um parêntese sobre o gozo no final de análise

É apenas a título de introdução que Lacan interrompe sua trajetória, por acreditar ser o ponto exato a fazê-lo – retomando o *cogito* e a partir de Hegel com a dialética do “mestre e o escravo”. Pergunta: *qual é o devir da renúncia ao gozo numa análise?* (Tema contemplado em seu próximo seminário, “De um Outro ao outro”). A questão poderia ser posta de outro modo: se a pulsão se satisfaz, sim ou não, qual o devir do gozo ao final de uma análise? Que destino encontra a pulsão nessa trajetória? Visto que não é possível e nem mesmo desejável extingui-la, como disse Freud (1937). O que ocorre então no campo dessa satisfação?

Primeiramente, Lacan afirma que a concepção cartesiana “penso, logo sou” se baseia num exercício de suspensão de todas as certezas, de todo saber possível até se encontrar um ponto estável, seguro, para se produzir o saber. Este ponto para Descartes é o ser: a única certeza no exercício da dúvida é que o “eu” questionador existe, é. Em Lacan, o objeto *a* é quem promove desordem semelhante, pondo em questão as certezas do sujeito, levando-o ao encontro de um lugar equivalente de toda rejeição de saber apresentado por Descartes. Isto é, o objeto *a* é capaz de produzir a suspensão das certezas e operar como causa de todo o saber. Ele se revela como a verdade subjetiva.

Em a “Fenomenologia do Espírito”, Hegel (1992) apresenta, ao dizer sobre a *consciência de si*, um jogo de forças expresso por meio de uma luta de morte e prestígio entre dois oponentes. Um deles é corajoso e está disposto a perder tudo, inclusive a sua vida pela vitória, e o outro, nem tanto, perde a luta por temer por sua vida. O primeiro vence, mas ao invés de matar o seu oponente, decide conservá-lo como escravo, prova viva de sua vitória, tornando-se o mestre. Já o escravo, para garantir a vida de seu corpo (definido por Lacan como a sede do gozo), cede em suas liberdades, o que paradoxalmente implica em abdicar de gozar da vida, pois ele passa a executar todas as tarefas penosas para que seja o mestre quem desfrute a existência.

Contudo, essas posições de dominador e dominado não são tão simples assim, visto que o mestre só pode reconhecer sua posição no escravo, ao ver em seu olhar a presença da submissão: o poder do mestre é concedido pelo escravo; só se é mestre por se ter um escravo. Ou seja, a posição do senhor abriga esta contradição interna de ser uma espécie de escravo de seu escravo. A conclusão é que desta luta ambos saem perdendo em suas liberdades, o escravo por medo de morrer e o mestre para garantir sua condição. O interessante nesta história é que ela

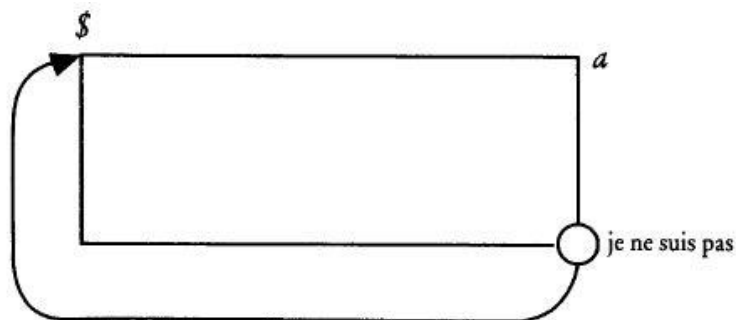
não fala apenas da luta de dominação e prestígio entre duas pessoas, mas representa o jogo subjetivo neurótico em que ele se vê escravizado em si mesmo.

Entretanto, essa situação vai se transformar dialeticamente porque o escravo encontra em sua realidade uma nova forma de liberdade. Por estar numa situação plena de provações, aprende a se afastar de todos os eventos exteriores, libertar-se do que lhe oprime, desenvolvendo uma consciência pessoal. Ao estar ocupado com o trabalho, ele aprende a vencer a natureza e adquire um novo tipo de liberdade. Nova contradição: o trabalho servil lhe devolve a liberdade.

Deste modo, Lacan toma Hegel fazendo-lhe uma ressalva: considera-o como o produto e o renovador de uma tradição filosófica que desconsidera a função do sujeito suposto saber em toda produção de saber. Apesar disso, a metáfora é interessante por explicitar que o mestre se institui ao renunciar, *em um ato decisivo, ao gozo para se fazer sujeito da morte*. Porém, é nesse ponto que paradoxalmente se promove uma objeção: ele desconhece este saber. Lacan destaca o termo *Aufhebung*, que significa “suprimir” e “conservar” ao mesmo tempo, para indicar que o movimento de renunciar ao gozo produz o seu retorno ao mestre. Mas se o perdedor deixa-se escravizar para não renunciar ao gozo, porque ele retornaria ao mestre? Lacan (1968-69) responde: não é possível guardar um doce e comê-lo ao mesmo tempo, isto é, ao querer conservar o gozo o escravo não pode mais desfrutá-lo, é o mestre quem sabe como fazê-lo.

Uma metáfora do processo de alienação do sujeito ao Outro e a perda de gozo que a entrada na linguagem comporta. O doce para o sujeito está guardado no fantasma. A questão se dirige ao que é feito desse campo do gozo no ato psicanalítico. Essa perda de gozo se faz presente na estrutura do sujeito enquanto movimento de recuperação da perda em si, não há recuperação do gozo perdido. Na posição fantasmática o sujeito se suspende para não querer saber do gozo que perdeu na entrada; mas qual seria o seu destino ao final da análise? Como a questão é a apresentada a título de introdução, Lacan apenas revela ser a propósito do masoquismo que se poderá esclarecer algo sobre o gozo no neurótico. O que nos fica claro nessa dialética do mestre-escravo, é a antecipação do *discurso do mestre*: a própria lógica do inconsciente. Durante a análise será preciso rever a posição do sujeito (escravo) frente ao inconsciente, o que comporta uma nova resposta por parte do analisante no que diz respeito ao seu gozo.

Por fim, Lacan retoma sua afirmativa de que *ao final da análise o psicanalista pode se tornar analista* a fim de testá-la no grupo de Klein. Chegado ao final do percurso, enquanto sujeito realizado na castração, faltante do gozo unificante, é ele que devemos ver retornando ao seu ponto de partida no esquema, no alto e a esquerda, bem como do objeto *a*, causa inicial do processo de análise. Porém, esse sujeito retorna sabendo o que é a experiência subjetiva, que ela implica um resto. Mais um giro no grupo de Klein:



Este *a*, no esquema acima, refere-se ao lugar ocupado pelo analista, ponto de partida necessário para a lógica do tratamento, dissonante do esperado pelo analisante. Interessante considerar que é por que o analista já percorreu o caminho da análise antes que ele pode ocupar com seu ato este lugar. Esta é a verdade incurável e conquistada ao final da formação particular e que condiciona o ato receber o título de “psicanalítico”. É como se ao término da análise pessoal se adquirisse uma *particular chave universal*, pois todo final de análise leva ao *des-ser*. Deste modo, pode-se dizer que o ato analítico do lado do analisante implica perder as esperanças naquele saber e assumir a verdade:  $SsS \rightarrow a$ . Por outro lado, esta operação tem outra consequência, reposiciona o sujeito dentro do jogo, não mais como um sujeito que busca apreender o objeto que lhe falta ( $\$ \langle \rangle a$ ), mas como causado por esse objeto, por essa falta:  $a \rightarrow \$$ . Um novo sujeito, não mais na condição de escravo do discurso do Outro, nem preso no movimento de recuperação da perda do *a*.

**Lição VII**  
**24 de Janeiro de 1968**

## 7.1 O ato em ato

Lacan anuncia que algumas sessões desse seminário passarão a ser fechadas, exclusivas para os psicanalistas de sua escola, para deste modo garantir um debate sobre o tema. Estando na École Normale Supérieure desde 1964, seu ensino passa a ser aberto ao público desde então, por condições regimentais das universidades francesas. Isso gerou um aumento considerável de sua plateia, o que lhe causa profundo incômodo, fazendo-o dizer, em quase todos os encontros, que seu ensino é destinado aos analistas. A prática de sessões fechadas não era uma novidade, possível em alternância com eventos abertos, mas existe um crescente mal estar entre os dirigentes da instituição e Lacan. Em 1969, ele é comunicado que não terá mais uma sala disponível, o que culminou no episódio conhecido como *evacuação*, com direito a um bate-boca público por meio de cartas publicadas no jornal *Le Monde* entre o diretor da Escola e Lacan.

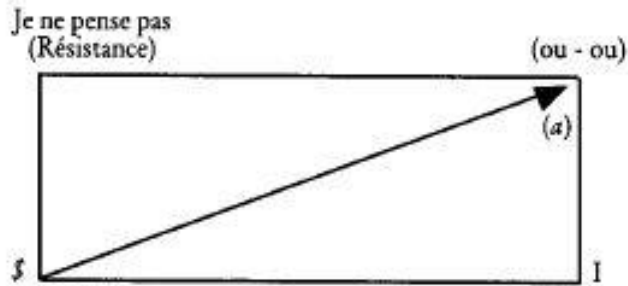
Após definida as datas em que o seminário seria reservado, Lacan anuncia que não virá na semana seguinte, dia 31 de janeiro, dia da primeira sessão marcada do seminário privada aos analistas. Ele solicita que todos os membros da Escola Freudiana de Paris que tenham frequentado regularmente o seminário venham mesmo assim e indica Charles Melman para coordenar as atividades em sua ausência. Ou seja, Lacan marca um encontro para os psicanalistas discutirem o ato psicanalítico, no qual ele não estaria presente. Ainda afirma, visto ser o tema tão central aos psicanalistas é importante que eles avaliem a importância do que está sendo apresentado, considerando seu caráter ainda introdutório, em que as articulações aparecem com tantas lacunas e outros pontos excessivamente preenchidos.

Seu intento com essa decisão não parece ser a de apenas manter ocupada uma sala na Escola Normal e sim o de implicar em ato os analistas de sua escola, premê-los ao saber. Pede para que cada um testemunhe sobre o que encontra em sua experiência sobre a dimensão do ato e como seu discurso os ajuda, articula e mesmo obstaculiza o entendimento da análise.

## 7.2 O analista no grupo de Klein

Após uma breve crítica ao que se tem debatido, fora de sua escola, sobre o seu ensino; especificamente sobre o significante, afirma ser apenas no campo da estrutura que se pode esclarecer algo da

experiência psicanalítica. Assim, introduz essa versão do tetraedro, situando a resistência como um retorno ao lugar da alienação:



Junto dele, descreve a seguinte numeração:

1. O *ou-ou*;
2. O *eu não sou – eu não penso*;
3. Esse bravo inconsciente, *eu não sou*;
4. O *eu não penso*, que não é um lugar reservado ao psicanalista. O psicanalista revela sua necessidade, o que é outra coisa (p.111).

Onde está o “eu não penso”, Lacan escreve, entre parênteses, a palavra “resistência”. Essa posição do tetraedro vem marcar a do sujeito alienado ao discurso do Outro, da escolha forçada, e marca aí o lugar da resistência, mas não que o sujeito resista, a resistência esta na impossibilidade do discurso em articular o “ser”. No instante que Lacan situa a resistência como de estrutura, aproxima uma leitura diferente sobre a experiência clínica, afastando de modo definitivo a ideia de uma aliança com a parte sadia do eu. É próprio à estrutura do discurso produzir resistência naquilo que permanece inarticulável ao simbólico, afinal, não há como simbolizar tudo. E ao mesmo tempo, esclarece que a resistência se instaura porque o que uma análise propõe transformar em saber é tudo aquilo que se produziu enquanto um rechaço à verdade. Faz parte do inconsciente um “não querer saber nada disso”, ele próprio é uma resposta defensiva. O que explica todo o trabalho de manobras (avanços e recuos) para se chegar lá, na verdade.

Deste modo, por ser de estrutura, a resistência pode ser reconhecida no analisante tanto quanto no psicanalista, “não recuso a esse psicanalista o direito à resistência, não vejo porque seria destituído

dela” (p.112); visto que a única verdadeira vantagem do analista é conhecer o destino final do sujeito suposto saber por meio de sua análise pessoal. “Para ele que sabe [pois passou pela experiência] o que é o ato psicanalítico, o traçado, o vetor, a operação do ato psicanalítico deve, esse sujeito [sujeito suposto saber], reduzi-lo à função de objeto a” (p.113). Vetor representado no grafo acima, partindo do vértice inferior esquerdo em direção à parte superior à direita.

No ponto do sujeito (VIE), ponto de partida do ato psicanalítico, o analista precisa suspender o que dele produz resistência, deve recusar qualquer ato, pois à medida que sua presença dá consistência ao sujeito suposto saber, qualquer palavra pode adiar o ato esperado do lado do analisante. Ou seja, é preciso ocupar um lugar de “não penso”, no sentido de não impor seus pensamentos ao analisante. É preciso fazer aquele lugar vacilar pelo seu silêncio, pela falta de resposta, não apenas nesse momento de impasse do ato, mas frente a toda demanda que lhe chega, saber reenviá-la e pô-la a trabalho. A demanda está presente em boa parte do tratamento, seja por meio de convites ou pedidos para que o analista decida sobre a vida do analisante, dê sua opinião ou aprovação de como se encaminha, e até mesmo, de modos disfarçados, sob a forma de comentários, ou um chiste na saída da sessão. Renunciar a este lugar é necessário, mas é apenas tendo-o sabido na carne se tratar de um engano que realmente se pode fazê-lo. É por isso que Lacan situa o ato na mesma diagonal<sup>51</sup> da transferência, mas em seu sentido oposto, ele é a própria dissolução da transferência no sentido mais radical. Deste modo, a psicanálise enquanto experiência introduz uma modificação no modo de relação do sujeito com o ato em seu sentido amplo, pois o situa numa destituição do par sujeito e Outro que o termo *sujeito suposto saber* afirma.

Lacan lembra que a relação do sujeito com o ato vem se modificando ao longo da história, em função da concepção que se faz sobre o campo da moral. No entanto, estamos no que é da ordem do particular, modificação de uma relação para um sujeito, a cada vez. O ato em psicanálise não é algo que se possa dizer que o sujeito obtenha um inteiro domínio, pois existe um estreito laço entre o sujeito e o objeto *a* que marca o aspecto fendido de sua estrutura. Porém, conhecer

---

<sup>51</sup> Sobre a diagonal do ato, Lacan afirma ser importante considerá-la apenas como mera comodidade de apresentação do esquema, sem relação com a diagonal de “Mênon”, operação que ocorre sob uma alienação, e ainda, considerando ser uma figura tetraédrica apresentada em uma forma plana, não há de fato destaque para nenhuma das linhas.



a lógica do ato permite conceber o que realmente ocorre no campo restrito da psicanálise, o que repõe o seu valor essencial apresentado no início do seminário.

Contudo, Lacan nos fala de outra resistência: a do psicanalista em se implicar e formalizar um saber sobre o seu ato. Como se existisse algo de perturbador no ato, já descrito anteriormente, como o que causa horror: “não é de forma alguma, forçosamente e unicamente o sujeito quem [o] comanda” (p.119). Uma afirmação que nos faz refletir sobre esse sujeito do final da análise como autor da própria existência como sugerido anteriormente. Se esse assim o for, neste momento, não mais poderemos dizer que o faça sozinho. O papel do objeto *a* na estrutura enquanto *causa* desse novo sujeito parece obter outra reverberação, como se um não pudesse ir sem o outro. Algo do ato escapa ao próprio sujeito.

Tem sido dito aqui que o percurso da análise implica para o analisante executar uma tarefa proposta pela regra da associação livre, dispor-se a dizer tudo o que lhe ocorre e demonstrar a existência de uma fala sem sujeito e, ao mesmo tempo, localizar-se em um lugar diverso. A evidência *in vivo* da divisão subjetiva é que possibilita se desembaraçar dos significantes, por meio de cortes e rearranjos do discurso do Outro. Como efeito, o ocultado pela crença “de ser o que se pensa” passa a se evidenciar: algo foi perdido na entrada na linguagem; algo falta à linguagem para dar conta da experiência humana; o Outro não é capaz de definir o “eu”.

Para chegar a estas descobertas, no entanto, é preciso ultrapassar a dimensão da demanda, questionar sobre o que se pede quando se fala. O que é mesmo que se quer quando dirige tal pedido, do mais banal e cotidiano ao mais arguto e dissimulado? Questão a ser formulada por não encontrar uma resposta no analista, por saber que a demanda se move metonimicamente, é sempre de outra coisa. O analista sabe também não ser o sujeito suposto saber, e por isso, pode ajudar a pôr a demanda a pique, direcionando a atenção para a questão do desejo que permanecia velada desde a alienação: *che vuoi?* Questão do desejo do Outro, do se fazer seu objeto e se deparar como sendo outra coisa. O desejo não é de algo, mas apenas de desejar, puro movimento instaurado por esse nada chamado de objeto *a*.

De toda essa incrível jornada de retorno à própria constituição, chega-se a um ponto que não é mais da ordem do fazer – um fazer com palavras. No tetraedro acima temos representado esse ponto em que se instaura o ato, do sujeito suposto saber no vértice inferior esquerdo de onde parte uma diagonal que leva ao objeto *a*. É como se o semigrupo

de Klein inicial de Lacan, visto na lição anterior, apenas descrevesse o percurso de uma análise (a tarefa analisante), e agora, com uma linha em sentido inverso ao da transferência, ele situa o ato psicanalítico analisante. Vetor que parte do \$, local que anteriormente se depurava o objeto *a*. A tarefa analisante conduz a um ponto de impasse: não há mais o que se possa *fazer*, resta o ato. Aqui Lacan insiste em notarmos uma hiância entre o *fazer* e o *ato*.

Esse ato analisante redonda na posição do analista e, portanto, se redobra sobre a questão: o que faz um psicanalista? Posição que não é fácil de sustentar e mesmo de explicar, tendo permanecida escamoteada, segundo Lacan, sob algumas expressões opacas como a de “escuta clínica”. Algo que na verdade é visceral, pulsa na experiência psicanalítica, fala de um movimento difícil de ser posto em discussão, relativo ao objeto *a*, mas que ele procura se aproximar ao evocar pela relação dissimétrica existente entre a *ofensiva* e a *defensiva*, presente na obra de Clausewitz.

### 7.3 A psicanálise é como a guerra

Lacan cita a obra “O discurso da Guerra” de André Glucksmann, que aborda a influência do discurso de Clausewitz sobre a guerra; uma metáfora para dizer da função de seu discurso sobre o ato psicanalítico, conferindo-lhe estatuto de um ato. Não apenas, pois utiliza tal referência para pensar a respeito das manobras, do manejo clínico para fazer o sujeito suposto saber colapsar e se aceder ao objeto *a*. Não é a primeira vez que Lacan utiliza a terminologia de guerra para falar da análise, já em “A direção da cura e os princípios de seu poder” (1958), ele se apropria dos termos *política*, *estratégia* e *tática* para definir planos da análise. Assim, formula níveis de liberdade do analista, sendo a *tática*, ou seja, a própria ação de “combate” em que encontra sua maior liberdade, desde que respeitando a *estratégia* e submetida à *política*. A *tática* diz da ação do analista, isto é, sua interpretação. Define a *política* da análise por sua ética e concepção de cura, propondo, nessa época, o lugar do analista como devendo se situar em sua falta-a-ser, para se deixar fazer de objeto *a*. A *estratégia* está ligada à transferência, campo de ação de uma análise e que exige um manejo.

Estamos dez anos antes da formulação do ato psicanalítico, por isso Lacan fala de ação do analista, mas mesmo aqui, afirma ser esta algo que lhe escapa. A interpretação não constitui uma intervenção racionalizada, o que podemos reconhecer expresso em termos

freudianos ao dizer que uma análise ocorre “de inconsciente para inconsciente”. Considerações que podem ser remetidas ao grupo de Klein, no que o “eu não penso” diz do lugar de onde se intervém. A liberdade aqui encontrada é deveras restrita, concedendo margem para o estilo, o modo como alguém enuncia sua intervenção. Mas parece que qualquer deturpação da política ou o mau uso da estratégia, desvirtua o sentido de uma análise, levando-a ao fracasso quanto a sua meta. Todo o esforço lacaniano de retorno a Freud visa demonstrar esta posição, frente ao estabelecido pelos pós-freudianos de sua época.

Os termos “ofensiva” e “defensiva”, introduzidos na presente lição, traduzem-se por atos e operações de ataque e defesa contra o inimigo em uma guerra, é o movimento de avançar e recuar sobre o território. Quanto ao uso lacaniano dos mesmos, remete ao manejo clínico para eclodir o ato, não se pode avançar sem saber recuar – o sentido desse recuo é diverso do acovardar-se, diz de um saber esperar o momento para se obter uma precisão.

O livro “Clausewitz” de Michael Howard (1983) faz parte da coleção “Mestres do Passado”, sinal da importância desse general prussiano enquanto pensador da experiência de guerra, um dos poucos cuja obra não foi superada pelo desenvolvimento tecnológico dos equipamentos de guerra. Segundo Howard (1983), Karl von Clausewitz (1780-1831) foi um grande militar e estrategista da antiga Prússia e um dos maiores escritores sobre a guerra, ficando conhecido pela afirmativa: “a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios”, o que já nos conta que para além de um homem belicoso, ele entendia e valorizava o seu sentido político; compreensão necessária para que a própria guerra fosse bem sucedida. Seu interesse pela formalização de um saber a partir da experiência da guerra surge do profundo estranhamento frente ao fracasso do exército prussiano contra as tropas de Napoleão, que estava em menor número, desorganizada e deficitária em armamentos. Como eles ganharam as batalhas em tais condições?

Assim, começa a fazer anotações para tentar explicar o vivido, sua obra inacabada foi publicada postumamente, o que temos são diversos pontos, nem sempre articulados, sobre todos os detalhes envolvidos numa guerra. Descreve a guerra como uma experiência que ocorre sobre *fricção*, um movimento realizado diante de um *elemento resistente*, o que torna o avançar sobre algum terreno próximo fonte de imprevisíveis dificuldades. A guerra é realizada sob tantas adversidades providas de fontes tão diversas, que há uma tendência de que tudo dê

errado no campo de batalha, tendência também expressa pelo exército britânico na conhecida Lei de Murphy.

O decisivo para a vitória – para além dos armamentos, número de soldados e uma boa estratégia – é uma forte *determinação* e o reconhecimento do papel dos *fatores morais* no batalhão, elementos capazes de contagiar de modo resolutivo os exércitos e um povo para a vitória. A determinação não é apenas não ceder em uma decisão tomada, mas saber compor *inteligência* no decidir e a *coragem* em levar adiante, pois de nada serve aferrar-se a uma má decisão. Os fatores morais dizem do estado psíquico do exército, em como os homens se sentem – confiantes ou abatidos, crentes ou descrentes nos motivos da guerra. Ou seja, a guerra depende muito de quanto se quer e acredita-se ser possível vencer o inimigo; é preciso um *desejo decidido*.

Concebe a guerra como um movimento dialético de forças opostas, entre o ataque e a defesa; as forças físicas e as forças morais; e entre os meios militares e os fins políticos da guerra. Clausewitz (in Howard, 1983) define os termos utilizados por Lacan do seguinte modo: “*tática* é a utilização das forças armadas em combate, *estratégia* o uso do combate para atingir o propósito da guerra” (p. 31). O seu propósito é definido pela *política*, cujo fim é sempre a paz – firmada por meio de um bom acordo, da dominação ou da destruição total do Estado inimigo.

Assim, pode-se dizer que a guerra se faz sob um movimento de tensão entre forças que não conduzem a uma síntese, mas cujo manejo desses pares é fundamental para se alcançar o pretendido. Só podemos compreender o ataque junto da defesa: ofensiva e defensiva são opostos complementares. É preciso saber levar ambos com certa moderação, sustentando-os de modo constante, pois a defensiva (que alterna esperar e rechaçar o ataque inimigo) é tão poderosa quanto à ofensiva, a ponto de dissuadir o inimigo de atacar, quando bem aplicada. Para compreender essa lógica, deve-se levar em conta que nenhum dos lados tem acesso a todas as informações e por isso, não se opera com valores fixos, mas todas as forças devem estar disponíveis para no lugar certo e na hora certa, agir. Lembro-me da expressão de Freud (1937) sobre a intervenção do analista: *o leão salta só uma vez*. Referência de uma precisão não totalmente racionalizada, um impulso diante da oportunidade. É necessário compor *risco* e *precisão*, seja na guerra, seja na análise.

Essa descrição da guerra como um movimento que se dá sob a tensão de forças opostas e complementares, imediatamente me remeteu a ideia freudiana que a proximidade do recalcado determina a

intensidade da resistência. E ainda, de que o recalque se constitui através de uma força de repulsão de um lado (eu) e outra de atração no isso, de modo complementar. Nesse sentido, um trabalho em direção ao núcleo da constituição do sujeito, em direção ao objeto *a*, exige o reconhecimento dessa fricção (resistência), do esforço empenhado para ocultar a falta na presença resoluta de um “não quero saber nada disso”. O uso da ofensiva e da defensiva sugere um modo de abordar o que causa horror no sujeito para ganhar posições aos poucos, saber esperar o momento certo de agir para que se produzam as consequências esperadas no que se refere aos fins de uma análise. Não que seja fácil e evidente o modo de operar, pois tanto na análise como na guerra, nem todas as informações estão dispostas. Às vezes é no que se pretende avançar que se descobre um novo ponto de resistência. A análise se faz apesar e a partir das resistências; o manejo dos avanços e recuos determinam o seu ultrapassar.

#### **7.4 Esclarecimento sobre as sessões fechadas**

As sessões do dia 31 de janeiro (lição VIII), 28 de fevereiro (Lição XI) e 27 de março (Lição XV), como antes anunciado, foram sessões fechadas, dedicadas às perguntas e ao debate dos membros da Escola Freudiana de Paris, sendo a primeira realizada sem a presença de Lacan. Por conta disso, e levando em consideração ser este trabalho uma proposta de leitura do discurso de Lacan sobre o ato psicanalítico, decide-se por não abordá-las diretamente, pois fazê-lo constituiria uma quebra metodológica. O que Lacan diz nessas sessões é provocado ou referido às intervenções dos outros analistas, perdendo a característica considerada essencial para esse trabalho de montagem do conceito a partir do discurso de Lacan.

E ainda, em maio de 1968 eclodiu a greve dos estudantes em Paris, movimento que rapidamente se tornou uma greve geral por toda a França, ganhando estatuto de revolução. Para termos uma ideia de sua proporção, dez milhões de trabalhadores aderiram à greve, dois terços de todos os trabalhadores franceses. Assim, o seminário tem suas atividades suspensas desde o início de maio, visto ser impossível manter qualquer ensino na universidade e também, em manifesto apoio à greve estudantil. Estamos trabalhando sobre a lição de 24 de janeiro de 1968, contando um período de recesso em abril (provavelmente referente às férias de Páscoa), restam apenas mais cinco lições para serem abordadas

nesse seminário, pois a última sessão, a de 27 de março foi dedicada para responder algumas questões enviadas a pedido de Lacan.

Nos dias 8 e 15 de maio, apesar de Lacan não ter continuado o trabalho, esteve lá para conversar com os presentes. Ele já havia preparado essas lições, porém, as notas referentes ao dia 8 de maio jamais foram encontradas. Tem-se, no anexo das duas versões francesas, notas sobre o que seriam esses encontros. Para o tradutor brasileiro, elas se assemelham com o resumo de algum aluno e desmerecem o que Lacan possa ter dito no dia 15 de maio. Há ainda, em anexo, uma conferência do dia 19 de junho, na qual ele faz saber que as últimas lições seriam dedicadas à *Verleugnung* (negação).

Essa interrupção forçada dos trabalhos sobre o ato analítico fará com que o tema seja retomado por Lacan ao final do seminário seguinte, sob o título “Os paradoxos do ato psicanalítico”.

**Lição IX**  
**7 de Fevereiro de 1968**

## 8.1 O estatuto do psicanalista

Na lição anterior, Lacan fez referência à lógica aristotélica, sem que, no entanto, tenhamos nos detido nela. Aqui, nesta lição, este é o seu ponto de partida. A lógica como ferramenta para verificar a validade da definição do ato psicanalítico em seu gume, seu *corde*, *que é a passagem a partir da qual se instaura o psicanalista*<sup>52</sup>.

Na lição anterior, Lacan afirmara que a lógica de Aristóteles permaneceu durante tantos séculos em função das objeções feitas a ela, na medida em que ele não se dava conta fazer também uma gramática. Contudo, é exatamente essa conjunção entre lógica e gramática o que lhe interessa, pelo o que ela permite avançar mais alguns passos sobre a função do psicanalista, enquanto função emergente no analisante via ato psicanalítico. Seu objetivo é definir o estatuto do psicanalista a partir dessa lógica, nos seus termos: pôr à prova o ato psicanalítico.

Na presente lição, o que primeiro chama a atenção de Lacan é a maneira como o discurso estabelece uma relação entre o psicanalisante e o psicanalista, segundo ele, ao redor da seguinte questão: como contestar que o analisante em seu discurso está no lugar do sujeito, visto ser ele quem fala? Se o analisante fala, esse discurso parece-lhe ser o seu, no sentido de que é ele é quem conjuga o verbo e experimenta os efeitos dessa fala. A questão é como pôr o inconsciente, fazer o analisante reconhecê-lo nesse discurso, ou seja, como instalar o dispositivo da análise a partir do ato psicanalítico do analista e, assim, expor a dessimetria entre “quem fala” e “a fala de quem”. Toda a experiência analítica demonstra que o discurso é uma fala sem sujeito, provém do lugar do “eu não sou” e apenas produz o sujeito enquanto um efeito. É preciso que o analisante perca-se no discurso proposto pelo artifício de “tudo falar” para aí mesmo se reencontrar.

Podemos definir a tarefa analisante como sendo a de produzir um discurso que encontra o seu saldo em si mesmo, independe da intervenção do analista – o que não quer dizer que ela seja prescindível. Isto é, não há dúvidas de que, à medida que esse discurso se enuncia, ele já porta uma interpretação em seu interior, não cabendo ao analista interpretar para produzir sentido. O discurso produz nele mesmo um sentido, já é a interpretação. Concepção anteriormente explorada por Lacan a partir de uma frase de Chomsky para demonstrar que o discurso sempre produz um sentido qualquer como efeito próprio de sua

---

<sup>52</sup> No original: *l'acte définit par son tranchant ce qu'il en est du passage où s'instaure, où s'institue le psychanalyste* (p.143).



expressão. O que põe em questão: exatamente qual seria a função do psicanalista, qual seria o seu estatuto na análise, já que exclui a necessidade de alguém produzir sentido?

De modo inverso, Lacan pergunta: *se o termo psicanalista pode ser situado como uma qualificação, quem pode se dizer, o que pode ser dito (predicado) “psicanalista”?* Ou seja, a qual sujeito da lógica se atribui o predicado “psicanalista” – visto que não há “o” psicanalista, ele existe apenas enquanto função da análise. Se a questão acima é uma abordagem pelo inverso do que foi apresentado nos parágrafos anteriores, ou seja, em como questionar o analisante enquanto autor do discurso, a questão parece afirmar a necessidade de se pensar o sujeito ao final de análise<sup>53</sup> como um novo sujeito, o que receberia o atributo “psicanalista”: \$ com *a*.

Nesse ponto Lacan afirma estar introduzindo algo de maneira apressada, mas que em seu retorno se justificará para ir ao cerne do que propõe na lição. Diz encontrar em Aristóteles algo desconcertante, quanto ao seu ponto de partida para o desenvolvimento da lógica: um sujeito, de natureza semelhante ao lacaniano, por seu aspecto fugidio, que se distingue de modo radical de qualquer coisa que possa se referir à substância (*ousia*), pois se trata sempre de um sujeito em relação ao predicado. Esse é o ponto chave que leva Lacan a retornar a lógica aristotélica, para desvendar a relação do sujeito com o *particular* e o *universal*.

Já trouxemos no presente trabalho alguns desenvolvimentos sobre a lógica para apresentar os antecedentes do grupo Klein, mas sem especificar o que é a contribuição aristotélica para o seu desenvolvimento: ajuda a Lacan a precisar a noção de sujeito e do objeto para além da gramática.

Mas é apenas com a lógica moderna que se encontra subsídio para pensar o estatuto do psicanalista enquanto uma função que emerge no sujeito do final de análise. É a partir desse novo sujeito que o analisante passará a operar após o ato psicanalítico, no sentido de engendrar um saber fazer com o objeto *a*, um saber sobre o gozo e o desejo. Todo o percurso da análise leva ao momento do impasse, que

---

<sup>53</sup> Importante lembrarmos que neste seminário o final de análise está assentado na noção de travessia do fantasma. Porém, mais tarde, Lacan o descreverá como uma identificação do sujeito ao sintoma, o que torna importante notar que estamos num tempo da elaboração lacaniana, e posteriormente, outros aspectos serão acrescentados, sem significar um abandono das formulações aqui presentes.

exige do sujeito se reconhecer causado pelo objeto *a*, desprendendo-se da posição fantasmática que o captura.

## 8.2 A lógica aristotélica

A obra de Aristóteles (2010) dedicada ao tema da lógica é conhecida como “Órganon” e considerada a mais importante obra para estabelecer os fundamentos da lógica formal. Segundo Chauí (2010), a lógica para Aristóteles não constituía um ramo das ciências, mas um instrumento para pensar e verificar a correção dos pensamentos sobre os diversos campos do saber. A obra “Órganon” (palavra que significa instrumento) apresenta os diversos procedimentos a serem adotados em um raciocínio antes de se estudar um objeto na realidade, assim propondo leis e regras universais do pensamento.

O intento de Aristóteles (2010) ao formular regras para julgar a validade das sentenças é combater o trabalho dos sofistas que utilizavam a retórica para convencer da realidade de uma afirmação, nem sempre verdadeira. Assim, ele inicia por determinar e avaliar os termos de uma sentença: sujeito e predicado. Sobre o sujeito, Lacan afirma que houve um abusivo deslizamento nas interpretações posteriores frente ao proposto por Aristóteles, ao lhe atribuir o estatuto de “substância”. O que bem justificaria o desaparecimento desse sujeito na lógica moderna, mas Lacan nota um forçamento nessa direção, ao dar peso de substância a um sujeito inessencial. Como já dissemos, aqui, o sujeito é idêntico ao lacaniano, ele se faz representar por meio dos significantes e introduz a divisão entre o campo do universal e do particular.

Aristóteles (2010) diz que qualquer palavra ou frase possui uma significação, mas o que lhe interessa são as orações que possam receber um julgamento de falsidade ou validade, chamando-as de *proposições*: “é um enunciado com significado que afirma ou nega a presença de alguma outra coisa num sujeito no tempo passado, presente ou futuro”(p.85). Elas podem ser *afirmações* ou *negações* sobre um fato, e classificadas como *universais* ou *particulares*. O caráter universal ou particular de uma proposição diz da possibilidade ou não de um predicado ser aplicado a muitos sujeitos. “Entendo por universal a oração que se aplica a tudo ou nada do sujeito; por particular a oração que se aplica a alguma coisa do sujeito, ou não se aplica a alguma coisa deste, ou não se aplica a todo” (p. 112). E ainda, que a categoria de *quantidade* se aplica ao sujeito (particular ou universal), do mesmo modo que a *qualidade* se aplica ao predicado, (afirmação ou negação).

Ele explica que uma proposição requer um *verbo* que afirme ou negue a presença de alguma coisa num sujeito. Importante relembrar que a questão de Lacan é saber qual o sujeito que receberia o predicado “psicanalista”.

Assim, as proposições podem ser afirmações ou negações de caráter universal ou particular, cujo significado pode ser verdadeiro ou falso. Existem quatro tipos básicos de proposições a serem articuladas no desenvolvimento de um raciocínio lógico até se chegar a uma conclusão, constituindo um método dedutivo batizado por Aristóteles de *silogismo*. Os quatro tipos de proposições são:

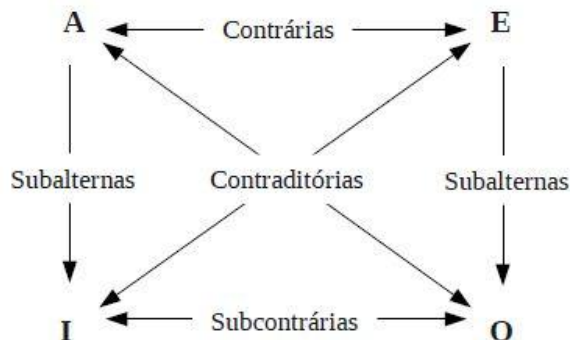
**A:** *universal afirmativa*: todo S é P (todo sujeito possui tal predicado).

**E:** *universal negativa*: nenhum S é P.

**I:** *particular afirmativa*: algum S é P.

**O:** *particular negativa*: algum S não é P.

Aristóteles (2010) nomeia os tipos de relações entre as proposições acima, sendo todas elas de oposição: *contrários*, *subcontrários*, *subalternas* e *contraditórias*. Na idade média, segundo Kneale & Kneale (1980), essas relações foram representadas por meio de uma fórmula geométrica conhecida como *quadrata formula* de Apuleyo, o que permite aproximá-la ao grupo de Klein; reconhecer nessa lógica o seu antecessor. Assim, podemos ver o tipo de relação existente entre proposições num raciocínio, a partir da natureza de cada uma delas:



Impossível não reconhecermos nessa figura a semelhança das constantes aristotélicas com a disposição do grupo de Klein, com a diferença que não se trata de operações de transformação, mas de relações de oposição entre proposições.

A primeira, chamada de *Contrária* refere-se à relação entre duas proposições universais (A e E), sendo uma afirmativa e outra negativa. Jamais as duas poderão ser verdadeiras, elas possuem um caráter excludente, ou uma ou outra é verdadeira<sup>54</sup>. Por exemplo: “todo analista é fumante” e “nenhum analista é fumante”, uma pode ser verdadeira, ou mesmo, ambas serem falsas, mas nunca as duas verdadeiras, pois o mais provável seria afirmar que “alguns (ou muitos) analistas são fumantes”.

A *Subcontrária* é uma relação de oposição entre duas proposições particulares (I e O), com a característica que ambas não poderiam ser falsas: “algum analista é fumante” e “algum analista não é fumante”; ambas podem ser verdadeiras, mas jamais falsas ao mesmo tempo.

As relações *subalternas* se estabelecem de A para I, e de E para O, ou seja, entre uma proposição universal e outra particular, sendo ambas afirmativas ou negativas ao mesmo tempo. No exemplo afirmativo: “todo analista é fumante” e “algum analista é fumante”. Se a universal for verdadeira, a particular também será verdadeira, mas se ela for falsa, a proposição particular ainda pode ser verdadeira, pois o fato de que nem todos os analistas são fumantes não significa que algum não possa sê-lo. E ainda, se a particular for verdadeira, a universal pode ser falsa, mas se a particular for falsa, obrigatoriamente a universal também o será<sup>55</sup>: se algum analista é fumante, não significa que todos sejam, mas se não é verdade que “algum analista é fumante”, também seria falso afirmar que todos são.

Por fim, as *contraditórias* contrapõem proposições universais e particulares com valores opostos: uma afirmativa e outra negativa. Assim, afirma-se que as proposições jamais poderão ser ambas verdadeiras ou falsas ao mesmo tempo. Isso significa que A é a negação de O, e E é a negação de I. Nos termos, “todo analista é fumante” é o contraditório a “algum analista não é fumante”, e que “nenhum analista é fumante” é a negação de que “algum analista é fumante”.

---

<sup>54</sup> Este tipo de relação é equivalente à negação introduzida por Lacan no cogito cartesiano: ou não penso, ou não sou.

<sup>55</sup> É digno de nota que a figura do esquema apresenta a relação apenas no sentido da universal para a particular, porém, encontramos na falsidade da proposição particular a determinação do julgamento sobre a universal.

Os silogismos se constituem de uma demonstração composta por três proposições ligadas, sendo as duas primeiras as *premissas* de onde se deduz uma última, a *conclusão*. Todas constituídas pela atribuição de um predicado a um sujeito. Em silogismos válidos, a primeira sempre será universal e supostamente verdadeira, sendo chamada de *premissa maior*; a segunda também se supõe verdadeira e é conhecida como *premissa menor*; a terceira é a dedução das premissas anteriores, é a *conclusão*. Cada uma das premissas contém um termo comum com a conclusão – o *termo maior* e o *termo menor*, respectivamente; e um termo comum entre as duas premissas, chamado de *termo médio*.

O exemplo mais conhecido é aquele de Sócrates, cujas duas premissas se unem por meio de um *termo médio*, no caso, “homem”. É a presença do termo médio em suas premissas que cria e valida o argumento:

“Todo homem é mortal” – premissa universal que a liga o sujeito *homem* ao atributo de mortalidade;

“Sócrates é homem” – premissa particular em que *homem* é predicado do sujeito Sócrates;

“Logo, Sócrates é mortal” – conclusão sobre o sujeito Sócrates.

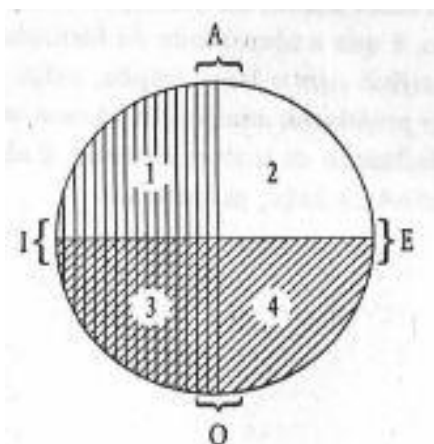
Os silogismos são agrupados por Aristóteles (2010) em três *figuras* (primeira, segunda e terceira), tendo sido acrescentado uma quarta posteriormente, e indicam a posição dos termos (maior, menor e médio) nas premissas, estabelecendo quatro combinações possíveis:

Figura 1	Figura 2	Figura 3	Figura 4
M – P	P – M	M – P	P – M
S – M	S – M	M – S	M – S
S – P	S – P	S – P	S – P

Podemos ler em cada figura, na primeira linha, a posição do termo médio (M) no interior da premissa maior (sendo P o predicado da conclusão que aí se repete); a segunda linha indica o lugar do termo médio em relação à premissa menor (sendo S o sujeito da conclusão), e por fim, separado por um traço, a conclusão em que sujeito e predicado se articulam sem o termo médio. O que vemos é que o sujeito

obrigatoriamente pertence à premissa menor e o predicado à premissa maior em todas as figuras, contudo, se incluirmos o valor particular ou universal, bem como a negação ou afirmação, as variações de silogismos válidos ou perfeitos que podemos compor amplia-se consideravelmente.

No seminário da “A identificação” (1961-62), especificamente na lição de 17 de janeiro de 1962, Lacan apresenta a lógica aristotélica, utilizando uma figura semelhante à usada em 1968 (ainda não revelada), mas com alguns detalhes e explicações que nos ajudarão a lê-la posteriormente, pois identifica a posição das proposições A, E, I e O:



Assim, podemos ler as proposições representadas no esquema acima criado por Charles Sandres Peirce<sup>56</sup> do seguinte modo, conforme nos indica Lacan (1961-62):

A: todo traço é vertical (ou ainda, não há traço que não seja vertical)

E: todo traço é não vertical (ou ainda, nenhum traço é vertical)

I: algum traço é vertical

O: algum traço não é vertical

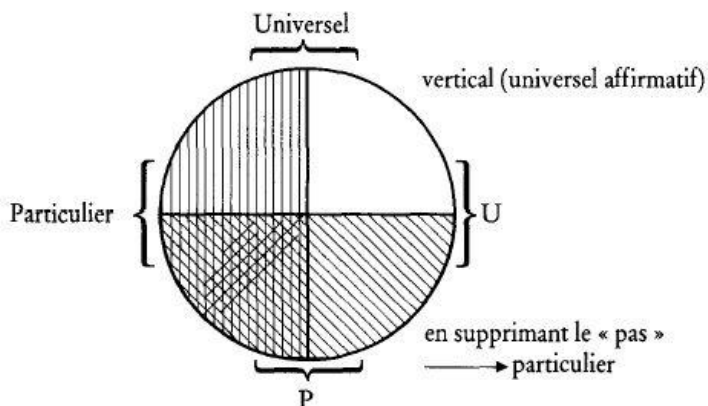
<sup>56</sup> Charles Sanders Peirce (1839-1914) foi um filósofo, cientista e matemático americano, cujos trabalhos apresentam importantes contribuições à lógica.

Na figura acima, pode-se ver linhas verticais cuja presença diz do sujeito *traço* e as linhas oblíquas referentes aos atributos, ao *predicado*. Assim pode-se ler A, a afirmativa universal “todo traço é vertical” e perceber que ela inclui os quadrantes 1 e 2 da figura, pois todo traço existente neles é apenas vertical, o que torna ali a proposição universal verdadeira. O fato de “2” estar vazio também a ratifica, pois onde não há verticais, não há traço, isto é, diz que “não há *nenhum* traço não vertical”. A negativa universal (E) é formada pelos quadrantes 2 e 4, “nenhum traço é vertical”, pois só vemos nesses quadrantes traços oblíquos. A afirmativa particular (I) “algum traço é vertical” é composta pelos quadrantes 1 e 3 e assim como sua negação por 3 e 4.

Lacan (1961-62) destaca que a área vazia (2) é comum às duas proposições universais, assim como o setor 3 está presente nas duas proposições particulares. Ou seja, as proposições afirmativas e negativas que não poderiam ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo, se recobrem, compartilham elementos. Podemos ainda dizer sobre a ordem do universal, que ela se confunde em algum lugar com o particular (nos quadrantes 1 e 4), abolindo, de certa forma, o valor absoluto ao dizermos que algo seja do particular ou do universal, e mesmo, da real diferença entre afirmar ou negar alguma coisa. Proposições que remetem a duas bem conhecidas da psicanálise: negar algo em análise pode equivaler a afirmá-lo (conjuga afirmação e negação), ou seja, não há negação no inconsciente; a outra, de que o sujeito é efeito de linguagem (conjuga o universal com o particular).

### 8.3 O sujeito não é o traço

Após essa apresentação da lógica de Aristóteles e do esclarecimento de Lacan sobre as suas consequências para pensar o sujeito a partir da leitura da figura de Peirce, voltemos ao seminário do ato psicanalítico, no uso que este faz da lógica para definir o estatuto do psicanalista, entendido como atributo de final da análise. Segue a figura por ele utilizada na lição IX, a partir da qual desenvolve a questão sobre o que pode receber como predicado o termo psicanalista:



Segundo Lacan, Peirce foi quem de modo mais elegante apresentou a essência do fundamento que permite distinguir o universal do particular, bem como, a ligação do universal ao termo sujeito. Na figura, o *traço* serve apenas de suporte ao sujeito, pois ele não é o traço em si, o reconhecemos no quadrante vazio. O “traço” representa o sujeito na medida em que se liga ao predicado “vertical”. Sem esses dois significantes não podemos identificar o sujeito. Nenhum dos traços usados para demonstrar a relação do sujeito gramatical ao predicado é o sujeito verdadeiramente, mas algo se desvela por essa ligação com o “vertical” – a definição de sujeito em Lacan aqui se formaliza.

Lembrando, que dessa figura podemos derivar as proposições (A, E, I e O) conforme apresentadas anteriormente no extrato do seminário “A Identificação” (1961-62):

- A: todo traço é vertical
- E: nenhum traço é vertical
- I: algum traço é vertical
- O: algum traço não é vertical

É preciso considerar que na primeira casa (no alto e à esquerda) os traços respondem ao predicado – traços verticais; na casa imediatamente abaixo, alguns traços não são verticais; ao seu lado, nenhum traço pode receber o predicado vertical; é no quadrante vazio, aquele que não possui traço algum e pertence ao universal (tanto na afirmação quanto na negação), Lacan indica neste último a presença do sujeito: “é aí que está o sujeito, porque não há traços”(p.147).



Nenhum dos traços pode ser especificado como sujeito sem a relação com o predicado “vertical” que cria as proposições. Assim, podemos dizer que o sujeito a que se liga o predicado “psicanalista” é um sujeito que se reconhecesse verdadeiramente no quadrante vazio, e não por qualquer significante utilizado para representá-lo, como por exemplo, o “analisante”. Então dizer, ao final da análise, “o analisante é psicanalista”, escamoteia a verdadeira proposição, pois induz pensarmos o termo psicanalista ligado ao sujeito gramatical, em vez de apresentar o seu verdadeiro saldo: \$ causado por *a*.

Em todos os outros quadrantes da figura os traços mascaram o sujeito por sua relação com o predicado, seja enquanto afirmação ou negação deste. Apenas na afirmativa universal encontramos o quadrante vazio que expressa “não há traço que não seja vertical”: *pas de trait qui ne soit vertical*<sup>57</sup>.

Dessa afirmativa Lacan extrai os outros três quadrantes, dizendo que o “não” referido ao predicado “vertical” define a divisão entre afirmar ou negar: “não há traço que (não) seja vertical”. O sentido atribuído ao “ne” como partícula negativa ou expletiva que define se a oração será uma afirmação ou uma negação. Já o “não” diante do “*trait*” (traço) qualifica uma universal (nenhum traço), porém, por meio de sua supressão indica o que é do particular, pois se “há traço que não seja vertical” (ao menos um não o é), este pertence obrigatoriamente ao

---

<sup>57</sup> Aqui entramos no que é particular à língua francesa sobre a negação se compor de duas partículas “*ne... pas*”, no entanto, o uso da partícula “*pas*” é mais comum para marcar o “não” do que “*ne*”, a ponto dos franceses falarem omitindo essa última: *je sais pas*, “eu não sei” (formação possível na língua falada). Mas, segundo o dicionário Grand Robert, o “*ne*” também pode vir sozinho para exprimir uma negação, como em expressões de origem mais antiga, como “*je ne sais quoi*” (não sei o quê), “*n’avoir que faire*” (não ter o que fazer). E ainda, o “*ne*” pode estar presente sem tornar a frase negativa, como no “*ne*” expletivo que serve para dar certa nuance à frase sem propriamente fazer dela uma negação. Trata-se de um uso mais culto da língua, por exemplo: “*Je crains qu’il ne vienne*” é mais elegante do que dizer “*Je crains qu’il vienne*”, sendo que ambas se traduz por “eu receio que ele venha”. E ainda, talvez seja interessante no contexto psicanalítico, *pas* originalmente significa “passo” e apenas depois se tornou um auxiliar da negação. Para maiores detalhes, ver artigo de J. Damourette e Ed. Pichon, “Sobre a significação psicológica da negação em francês”, publicado em 1928 no *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*. Há uma versão traduzida por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS) e publicado na revista da APPOA n.31.

particular. Isto demonstra que há uma total submissão do “sujeito” traço à variação do seu predicado (é ou não vertical).

A dimensão do universal se afirma pela união das casas 1 e 2 da figura, especialmente na casa vazia, que pode ser lida como: *lá onde não há verticais, não há traço*. Ou seja, encontramos nesse quadrante universal a verdadeira definição do sujeito, pois afirma que ele só se representa por meio de um significante (traço) para outro significante (vertical). Um sujeito sem substância, no vazio, perceptível apenas na relação ao predicado e que se encontra no nível da enunciação da frase.

Outras consequências as serem retiradas desse esquema de Peirce são: as universais não se contradizem no quadrante vazio, a afirmativa e a negativa são ali ambas válidas. Ou seja, dizer “nenhum traço é vertical” e “todos os traços são verticais” é válido nesse quadrante.

No campo do particular, nas duas proposições (afirmativa e negativa) temos a exclusão desse mesmo quadrante vazio e por isso temos a sensação (uma ilusão, diz Lacan) que o particular é uma afirmação de existência, de presença, do “ser”, como ao dizer “algum homem”, pois remete a alguém. Contudo, o esquema nos ajuda a visualizar que o sujeito particular ganha presença apenas na relação com o predicado, é efeito do discurso, não tendo materialidade em si.

Essa dedução é muito importante para uma análise, pois demonstra o engano do analisante crer *ser* o sujeito do próprio discurso. O pretendido se encontra em outro lugar, no quadrante vazio, nesse *sujeito sem traço e nem predicado* que é reconhecido ao final da análise. O analisante não é o verdadeiro sujeito da análise, apesar de funcionar como sujeito gramatical de seu discurso, isso aponta para algo da ordem da estrutura, no que ela possui de universal (a linguagem), pois é lá que Lacan indica “estar” o sujeito.

A questão posta a trabalho é a passagem de analisante a psicanalista pelo ato analítico. Até onde levamos esse trabalho, está claro que este ato implica a destituição do sujeito engendrado no saber e sua passagem para reconhecer no objeto *a* como causa de si.

Com o grupo de Klein, Lacan procura sistematizar o percurso da tarefa analisante que o leva a se reconhecer enquanto dividido entre “eu não penso” e “eu não sou” até o limite do sujeito se reconhecer enquanto suposto no saber que a linguagem articula. O ato psicanalítico seria o salto derradeiro, ultrapassagem dessa condição, permitindo ao sujeito analisante se desprender da estrutura do discurso, reconhecendo-se no objeto *a*, aquilo de não simbolizável na causa da estrutura. Esse *a* é equivalente ao lugar ocupado pelo psicanalista, no sentido de que sua

função é a de causar a análise, incitar ao saber, ou seja, ele se faz de objeto *a*. Condição revelada apenas na dissolução da transferência. Se reconhecer em *a* é a passagem de psicanalista para psicanalista. A lógica aristotélica ajuda a Lacan a melhor situar a questão do sujeito no final de análise, enquanto uma conclusão que afirma: se é psicanalista da própria experiência.

#### 8.4 O objeto *a*

Ao longo desse trabalho muito se tem dito sobre o objeto *a* e de sua importância no que chamamos o *ato psicanalítico* e a *função do psicanalista*, contudo sem dedicarmos até agora um momento específico para conceituá-lo. Ao longo deste trabalho, ele vem sendo apresentado em algumas facetas: seu lugar no fantasma; sua relação com o analista; seu destino no final de análise como um retorno ao real. Contudo, após Lacan situá-lo como o termo oculto que permite a passagem do analisante a psicanalista, e isto ser fundamental para responder a questão “do que é feito um psicanalista?”, torna-se imperioso bem situá-lo para aprofundar o entendimento sobre o que é essa passagem.

A elaboração do conceito de objeto *a* foi impondo-se a Lacan ao longo de seu ensino, por perceber que não era possível dar conta da experiência da análise apenas se sustentando na teoria do significante, a própria noção de *pulsão* em Freud já denota a presença de forças poderosas que escapam a toda simbolização. Mas não apenas isso: também havia a necessidade de rever a teoria sobre a relação de objeto dominante entre os pós-freudianos, em que a leitura realizada por eles serve de baliza para uma direção de cura que almeja uma genitalidade dita madura e integradora das pulsões.

Em sua obra pode-se notar uma aproximação sucessiva desse conceito, presente no seminário “A relação de objeto” em 1956-57, em que o *a* ainda é visto como uma variação do outro (o semelhante) e por outro lado, Lacan diz também de um objeto parcial da pulsão em desarmonia com o sujeito: “no centro da relação sujeito-objeto, uma tensão fundamental faz com que o que é procurado não seja da mesma forma que o encontrado” (p.13). Ou seja, o *a* ainda refere-se ao imaginário, enquanto o objeto da pulsão é retomado em seu aspecto conflitante e parcial.

A partir do seminário “A angústia” (1962-63) é que o objeto *a* obtém seu estatuto real, ao ser situado no esquema do espelho como aquilo que figura para além das imagens produzidas do objeto, está por

detrás do espelho, não especularizável, velado e não representável no campo simbólico.

Podemos demarcar alguns deslizamentos do conceito em sua obra: inicialmente é definido como *o objeto desejado* pelo sujeito, um objeto perdido e reconhecido por Lacan na letra de Freud, a partir do “Projeto para uma Psicologia Científica” (1885) e o capítulo VII de “A interpretação dos sonhos” (1900), em que o desejo se conceitua a partir da alucinação vivida pelo *infans*, ao reinvestir o traço mnêmico da mítica primeira experiência de satisfação. Para garantir o funcionamento do Princípio do Prazer, o destino da representação deste objeto de satisfação é o recalque: é a própria constituição do inconsciente.

No seminário VII, da Ética, Lacan (1959-60) retoma tal noção sob o nome do *das Ding* freudiano, um antecedente do objeto *a*, caracterizado como um espaço vazio original, carente de representação, onde se constitui o objeto. Vazio que opera como causa do inconsciente e de toda articulação significante. Aqui Lacan também fala de gozo, enquanto um gozo impossível, interditado ao sujeito em função da perda da Coisa. A entrada na lei da linguagem inaugura o gozo enquanto sua transgressão.

Outro antecedente, ou faceta do conceito de objeto *a* encontra-se no seminário VIII, sobre a transferência (1969-61), em que o *agalma* é utilizado para dizer daquilo que desperta o desejo no outro, o “tesouro” visado pelo desejo. De objeto do desejo ele se situa como *objeto causa do desejo*, sendo posto em uma anterioridade lógica ao próprio desejo, não havendo, portanto, nada que possa saciá-lo, em uma disposição metonímica: o desejo é desejo de desejo, não há a possibilidade do encontro com o objeto. Passa-se da falta do objeto para um objeto da falta, que ocupa um vazio central na estrutura.

No seminário da Angústia (1962-63), Lacan afirma o objeto *a* como o produto da entrada na linguagem, cuja divisão permite o sujeito advir; definindo a angústia como o afeto que anuncia que essa “falta viria a faltar” (p.52). O objeto *a* é reconhecido no neurótico como estando no campo do Outro, sendo o nome do que é precioso, inapreensível, e desperta o seu desejo. Nesse sentido, o falo vem como a representação imaginária disso que falta ao sujeito, recobrando a falta reconhecida no Outro. O sujeito se apegua ao falo imaginário para não positivá-la como objeto *a*; no lugar do que restou sem representação do seu encontro com o Outro. Deste modo, Lacan (1964) pode afirmar: “Ao persuadir o outro de que ele tem algo que pode nos completar, nós nos garantimos de poder continuar a desconhecer precisamente aquilo

que nos falta” (p.128). Assim, podemos situar o objeto *a* como causa do inconsciente e de toda elaboração significativa enquanto uma tentativa de recobrir uma falta que é constitucional.

Recentemente, li um artigo de astronomia em um desses semanários que, para minha surpresa, afirma que toda galáxia é constituída a partir de um buraco negro central. Os buracos negros são formações cuja massa é tão densa que o campo gravitacional formado por eles não permite sequer que a luz escape. O seu nome denota a presença de um vazio que não pode sequer ser avistado, porém, ele é habitado por forças poderosas de destruição (nenhum objeto resiste ao seu encontro) e de criação (é de onde partem todas as estrelas de uma galáxia). Considero que este dado serve de analogia para pensarmos a estrutura: possui um vazio em seu centro, com tamanha força que responde pela criação de todas as estrelas orbitando ao seu redor, ao atrair toda e qualquer matéria. Mas não apenas isso, a morte das galáxias também é determinada pela ação de seu buraco negro, ou seja, ele *guarda o potencial de realização da vida e da morte* de uma galáxia. Do mesmo modo, o objeto *a* concentra as forças responsáveis pela constituição e a morte do sujeito, um vazio que dá suporte a toda a estrutura, responsável pela organização de uma rede de significantes ao seu redor, matéria provinda do Outro.

Por outro lado, o objeto *a* ocupa também um lugar privilegiado para o sujeito no fantasma, enquadre construído diante do real e cuja fórmula se representa por:  $\$ \langle \rangle a$ , a ser lida como: a relação entre o sujeito e o objeto é de todos os tipos, *exceto a de igualdade*. O sujeito apreende o objeto *a* em seu fantasma enquanto uma presença factível da realização de seu desejo e não enquanto uma falta, e por isso, o trabalho de uma análise implica na construção e redução do fantasma. Redução a uma fórmula, numa única frase, conhecida na pena de Freud como “uma criança é espancada”, um modo de se relacionar com o mundo que guarda um caráter masoquista, condensa um modo de gozo que governa a realidade.

Por fim, pela necessidade de contemplar a dimensão do gozo encerrada no fantasma, o objeto *a* é também objeto causa de gozo ou *mais-de-gozar*, na medida em que causa o movimento compulsivo, a compulsão à repetição, que nada mais é do que o esforço na recuperação da perda de gozo que a entrada na linguagem comporta. Essa última elaboração é formalizada por Lacan (1968-69) apenas no seminário “Do Outro ao outro”, trabalho subsequente ao seminário “O ato psicanalítico”, mas cujos indícios podem ser encontrados desde o texto da subversão do sujeito de 1960.

A importância do conceito de objeto *a* é tão crucial na obra de Lacan que o fará dedicar um ano inteiro de seu seminário, na esteira do que produziu após a sua excomunhão dos círculos ipeanos. Como já dito no início deste trabalho, o ato psicanalítico é *um* ápice de elaboração sobre a lógica da cura que foi antecedido por seminários dedicados, cronologicamente, ao sujeito, ao objeto e sua articulação no fantasma. No seminário de 1965-66, intitulado “O objeto da psicanálise”, Lacan toma as diversas figuras topológicas, como a do toro, a banda de Moëbius e a garrafa de Klein para demarcar a natureza desse objeto *a*, bem como estabelecer sua abordagem por meio de cortes nos planos topológicos. Um recurso advindo da necessidade de apreender algo que não é da ordem simbólica, os recortes promovidos nesses planos permitem a Lacan delimitar e intervir sobre o objeto *a*.

Como não se trata aqui de fazermos um tratado sobre o objeto *a*, mas sim de esclarecer um pouco em que ele consiste, e assim, fazer ressoar as palavras de Lacan que o situam como o termo médio da proposição sobre o que é uma psicanálise – lugar do psicanalista e o esperado do analisante ao final da análise – proponho acompanharmos apenas uma lição do seminário sobre o objeto da psicanálise. Opto por um percurso na lição XX<sup>58</sup>, proferida em 1º de junho de 1966, pela precisão que ela contém ao fazer uma síntese do trabalho daquele ano, ao definir diversos aspectos do objeto *a*.

É deste modo mesmo que Lacan (1965-66) inicia a lição, dizendo da chegada do final do ano letivo e o seu interesse em concentrar o sentido do que trouxe sob o título de o objeto da psicanálise. Primeiramente, afirma o objeto *a* como parte da *estrutura*, ou seja, constituinte da estrutura psíquica, no sentido universal que a palavra estrutura sustenta, de matriz, suporte para todos os fenômenos psíquicos. O objeto *a* não é exterior ao discurso, ocupa às vezes de sua causa.

Quanto às suas *manifestações*, talvez esta seja principal contribuição teórica de Lacan para o movimento psicanalítico, pois o objeto *a* é capaz de condensar em sua definição as diversas vertentes do objeto em psicanálise e também soluciona os embaraços encontrados entre os pós-freudianos, como veremos agora.

---

<sup>58</sup> Agradeço a Antonio Godino Cabas que por meio do Seminário Epistêmico, realizado na Escola da Coisa Freudiana durante o ano de 2011-12, pôs em destaque o valor de síntese desta lição e que com as suas explicações muito contribuiu para o meu entendimento da mesma.

Se em Freud o objeto da pulsão é qualquer, mas não qualquer um, visto que a meta de encontrar satisfação exige um objeto, já o discípulo contemporâneo de Freud, Karl Abraham, efetua uma leitura progressiva da libido, dispondo-a a partir de objetos sequenciais: oral, anal, fálica e genital. Essa concepção de objeto derivou numa cartilha que decide a análise pelo encontro da satisfação num objeto genital e maduro, coadunado com os outros objetos pré-genitais em termos de preliminares de uma prática sexual.

A segunda importante teoria do objeto foi desenvolvida por Melanie Klein, concebendo esses objetos enquanto parciais, divididos em bom e mal, como nos termos de seio bom e seio mal, retratando assim, uma faceta persecutória/depressiva existente na relação do sujeito aos objetos. Ela trouxe importantes avanços para a concepção de objeto em psicanálise ao defini-lo enquanto *parcial*, rejeitando a ideia de um único objeto adulto e maduro.

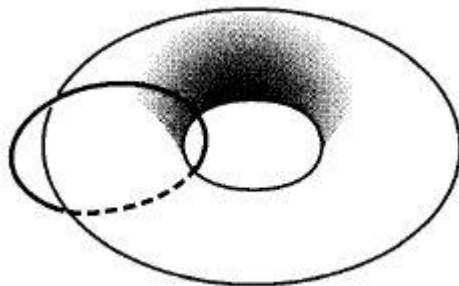
E ainda, a fronteira noção de *objeto transicional* de Winnicott, ao qual Lacan reconhece como uma importante contribuição, uma escada para pensar o objeto *a*. Winnicott localiza tal objeto fora do outro e do sujeito ao mesmo tempo, no significativo exemplo do pedaço de pano carregado pela criança, ao qual se condicionou chamar de “cheirinho”. O objeto transicional destaca o valor híbrido do objeto, e que em Lacan, fica situado nesse campo de intersecção entre o sujeito e o Outro.

Deste modo, pode-se dizer que Lacan pretende revisar a noção de objeto em psicanálise, deslocando-a de uma noção progressiva e intersubjetiva. O conceito de objeto *a* tem por função ultrapassar o que até então situava o objeto numa relação imaginária com os objetos manifestos e parciais, passando a situá-lo numa dimensão real, não representável. Em suma, Lacan (1965-66) afirma ser do objeto *a* que decorre todos os objetos enumerados pelos pós-freudianos. Assim, pode-se dizer que o objeto *a* se manifesta no conjunto dos objetos parciais (vestimentas de *a*), destacando: *o seio, as fezes, o olhar e a voz*.

Isso colabora com a clínica, ao permitir pensar o fantasma ( $\$ \diamond a$ ) por suas manifestações, e assim, indagar: com quais objetos parciais o sujeito mantém relações privilegiadas (fixações)? O que domina no fantasma deste sujeito é o olhar, o seio? Que tipo de relação mantém com estes objetos parciais? São subterfúgios para desenhar o enquadre do fantasma e, desta maneira, centrar a questão não mais no encontro com o objeto genital, ou mesmo, na retificação da percepção dos objetos parciais, e se transporta para a dimensão do objeto enquanto perda: a dificuldade do sujeito é em reconhecer essa perda, consentir com a

perda do objeto já perdido, que na estática do fantasma parece alcançável e todo trabalho do inconsciente pretende encobri-lo.

Se o objeto se define como parte da estrutura e é reconhecido nos objetos parciais, para precisar a sua *natureza* foi necessário recorrer à topologia e buscá-lo, por exemplo, na figura do toro:



Poderíamos representar um toro pela figura de uma câmara de ar de um pneu em que sua superfície se sustenta por um vazio em seu interior e por um furo ao centro. Esse furo central não faz parte do plano projetivo que constitui o toro, nem mesmo se faz representar nesse plano, mas é, ao mesmo tempo, constituinte do toro: é a presença do furo que o sustenta. Sem o furo teríamos um outro plano, algo que se aproxima da esfera, o que também excluiria a possibilidade de contornar a figura com círculos internos, como o traçado na figura acima. Lacan (1965-66) localiza no suporte do toro o objeto *a*: “essa estrutura topológica está marcada por esta coisa central que é seguramente muito difícil de cernir em algum lugar, já que parece não ser senão uma parte de seu exterior, mas que indiscutivelmente estrutura o todo” (p.231).

O raciocínio de Lacan segue para pensar o modo de se cortar esse plano projetivo sem perder a dimensão do furo que a sustenta, ou seja, a intervenção no plano serve para estabelecer uma forma de pensar a extração desse objeto na clínica psicanalítica. O percorrer, por meio de círculos (como na figura), o interior do toro é visto por Lacan como os caminhos realizados pela demanda e é na medida em que se percorre diversas vezes, escrevendo estes círculos interiores, também se demarca o furo central, a dimensão do desejo posta pelo objeto.

Dessa figura Lacan também extrai a *lógica* do objeto *a*, representado como isso que não está lá, ele não pode ser representado no sentido de receber uma representação. Ele permanece enquanto um vazio de significantes, não está no plano, mas o sustenta, e por isso, pode se dar um valor de causa. Se não houvesse o furo, a figura seria



uma esfera, e não um toro. Porém, sua conceituação se justifica naquilo que a clínica reconhece de sua *realização* por meio do fantasma, da relação do sujeito ao objeto. É na repetição, no que se impõe como efetivação compulsiva na vida do neurótico enquanto fonte de gozo que se verifica o valor unificante do conceito de objeto *a*, pois apesar de suas aparentes variações na realidade cotidiana, o gozo encontrado é sempre o mesmo, um gozo masoquista.

Quanto a sua *localização*, Lacan (1965-66) a precisa a partir do quadro “As meninas” de Velazquez, situando-o entre o sujeito e o Outro. Este quadro é uma tela de grande porte em que aparece o pintor pintando a própria tela (no canto esquerdo) e tem como objeto principal, iluminado e ao centro uma *infanta* cercada por outras meninas. Ao fundo, na parede, aparece algo como um quadro dos reis, mas que numa observação apurada se reconhece ser um espelho em que a imagem do casal real aparece refletida.



Assim, a partir do objeto “olhar”, Lacan (1965-66) analisa esse quadro que retrata a imagem da infanta refletida nos olhos do rei. Segundo ele, Velazquez pinta “a imagem que se produz no olho vazio do rei, este olho que, como todos os olhos, está feito para não ver em

absoluto [...] aqui a visada está em outra parte, aí no objeto” (p.232). É entre o sujeito (o observador do quadro ou o próprio Velazquez) que vê a infanta e a imagem formada no olho do Rei que se pode apreender o objeto *a* em sua ambiguidade: é o que está em jogo entre o sujeito e o Outro, pois *nenhum deles poderia coexistir com o outro senão por estar marcado pelo sinal da barra, por estar dividido pela incidência do objeto a*, entre olhar e o ser olhado. É nos embaraços produzidos pela articulação do desejo e a demanda do Outro, com a demanda e o desejo do sujeito respectivamente, que se pode localizar o objeto *a*.

No esquema do grupo de Klein, Lacan (1967-68) situa o objeto *a* como o que fica escamoteado do lado do *ser*, no vazio produzido pelo encontro com o campo do Outro, em sua área de intersecção, como um “aí onde isso era”, assinalando seu aspecto irrealizável, localizado num tempo “perdido”. É apenas no percurso de análise que se pode chegar a extrair deste vazio do toro o objeto *a* e a reconhecer seu valor de causa do desejo e advir um novo saber frente ao gozo, uma nova posição do sujeito. Isto é, todo desenvolvimento de Lacan revela o valor do desejo enquanto uma defesa, uma barreira a um gozo desenfreado. Aqui, pode-se dizer que o *saber fazer* aponta para um uso do objeto *a* em manter vivo o desejo, um desejo subjetivado em análise. Modificação que também afeta a relação do sujeito ao objeto *a*, não mais pleno de efeito agalmático e sim, como um vazio estruturante.

**Lição X**  
**21 de Fevereiro de 1968**

## 9.1 *Scilicet*

No início da lição, Lacan anuncia a publicação do primeiro volume da revista *Scilicet*<sup>59</sup> e comenta o efeito causado entre os psicanalistas por conta do formato da publicação: ela é composta de artigos não assinados, cujos autores são relacionados apenas ao final do volume. Segundo Roudinesco (1986), essa publicação está no encalço do dispositivo do passe e da concepção de destituição subjetiva ao final da análise, ao optar pelo anonimato da autoria dos artigos. O anonimato do passante na escola e o anonimato dos autores na revista remetem à destituição subjetiva, visto que Lacan escreve em sua introdução “esse que assina Lacan”, para se referir a ele, o único cujas palavras seriam identificadas, porém num tom de quem não se identifica com o nome próprio<sup>60</sup>: trata-se do ensino fundado por ele.

O modelo da revista segue o espírito de Nicolas Boubarki, pseudônimo de um grupo de jovens matemáticos franceses que a partir de 1939 se propõem a uma sistematização da matemática a partir da lógica e publicam suas reflexões sem se identificarem individualmente. Nesse sentido, a revista de Lacan opera como “uma radiografia ideal da Escola Freudiana de Paris nos anos setenta” (Roudinesco, 1986, p. 499), refletindo o ensino de Lacan e por isso ele é o único a assinar. Uma publicação destinada, segundo o próprio Lacan (1968), aos *bachelors*, aos novatos ainda não filiados a nenhuma instituição, no uso de um termo em inglês que pode se referir tanto a “bacharel” quanto a “solteiro”, “bom partido”. Uma tentativa em tornar mais acessível o seu ensino aos que se aproximavam da psicanálise, ou seja, a publicação tem uma função política.

Entre os motivos elencados por Lacan (1968) para os artigos *não serem assinados*, podemos destacar: o que isso favoreceria a escrita de

---

<sup>59</sup> *Scilicet* vem do latim e significa “vale dizer”, “isto é”. Lacan escolhe este nome para explorar outro sentido, visto que em francês essa palavra é homófona a frase: “*s’il le sait*”, *se ele o sabe*. Porém, o mais comum em português é fazer uma tradução mais livre desta expressão: “tu podes saber”, num indicativo da aposta do analista frente ao analisante, que este pode saber o que lhe causa (sofrimento).

<sup>60</sup> Talvez, eu devesse dizer também, que ele não se reconhece nesses que o nomeiam “Lacan”, pois neste tempo, ele já possuía uma fama internacional e um grande séquito. No livro humorístico de Jean Allouch (1999), que trata dos dizeres impactantes de Lacan, a anedota título bem expressa esta relação: alguém ao telefone, “- Alô, Lacan?”, ao que ele responde antes de desligá-lo: “- É claro que não”.

artigos mais clínicos garantindo o sigilo do caso; a possibilidade de psicanalistas de outras escolas participarem da revista sem se comprometerem; a unificação do discurso da escola para além da leitura de cada um de seus membros; e valorizar a formalização do saber e o seu ensino, afastando avaliações pessoais sobre o autor. Lacan prometia que no final de cada edição haveria uma lista do nome dos colaboradores, no entanto, após o seu segundo volume, ele a passa ao encargo de Charles Melmam, e a partir daí, essa lista de nomes dos autores desaparece. Nos oito anos em que foi publicada, segundo Roudinesco (1986), tornou-se o símbolo do *lacanismo como jargão*, motivo de chacota entre a intelectualidade da época.

Lacan se diz surpreso com o barulho que essa proposta causou e aposta que o enunciado nesta lição servirá para esclarecer alguns espíritos. O importante não está em esconder os autores que participaram da revista, havia uma lista para apresentá-los, mas é efeito da inovação introduzida pela formulação do ato psicanalítico enquanto passagem de analisante a psicanalista e que o dispositivo do passe pretende verificar. Não apenas, pois, o que ele extrai do uso da lógica é que o psicanalista não é alguém, mas um *instrumento* da análise, que advém em sua destituição subjetiva.

Desse modo, falar de uma revista de psicanalistas com artigos não assinados diz da expectativa de Lacan frente à formação, sobre as consequências de uma análise terminada no tocante à relação de cada um com o nome próprio. O ato psicanalítico do fim da análise produziria um psicanalista destituído de tal modo que ao se posicionar como analista (seja na clínica, seja como autor) dispensaria o uso do próprio nome, o seu ser: existe apenas o psicanalista enquanto função, o nome de quem a opera não é coincidente, pois é uma função sem sujeito.

## 9.2 Tornar-se psicanalista da própria experiência

Se o dispositivo institucional do passe pretende recolher um saber particular sobre o final de análise e a autorização do praticante em ocupar a função de psicanalista, o momento chave dessa passagem é o próprio ato psicanalítico. Uma passagem que Lacan pretende avançar em sua formulação, pois o autoriza na medida em que essa destituição subjetiva esperada a partir do ato é condição para se operar como suporte do percurso de outros. A saída produz as condições de novas entradas, no sentido de que não se procuraria mais realizar o fantasma

por meio das relações ditas interpessoais, o que torna possível ao praticante não repetir na transferência o que lhe fora até então o mais verdadeiro. A equação aponta ser possível se sustentar em *a*, enquanto causa do caminho analisante.

Para dizer das consequências do ato de fim de análise, Lacan utiliza a expressão *la consécration de psychanalyste* (a consagração do psicanalista), mas para dizer que não é disso que se trata. A palavra consagração remete à religiosidade, ao ritual de empossar um religioso em um cargo, uma *nomeação*; à homenagem, ao tributo que se faz a alguém; e ainda, ao ato de validar, legitimar, ratificar, reconhecer uma pessoa. No francês, também encontramos o sentido de “testemunho de aprovação oficial”, em que o atribuído se faz por um ato institucional. A passagem para analista opõe-se a qualquer referência à consagração e diz, na verdade, do mais íntimo do que ocorre em uma análise particular, na relação do sujeito consigo mesmo. Apenas se considerarmos o dispositivo do passe, que termina em uma nomeação institucional, que se pode encontrar alguma consonância na expressão.

A pertinência do ato se redobra a cada volta no tema. Lacan insiste em dizer que o ato psicanalítico é essencialmente um efeito de linguagem, assim como todo ato; no entanto, é preciso diferenciá-lo dos outros e dizer em que ele *consiste* e como se *ordena*. Deste modo, o caracteriza como um ato constituído em dois estágios, dois andares. O primeiro ato psicanalítico é o cumprimento, a realização da psicanálise mesma e que exige *um ato inaugural que autoriza a tarefa analisante*, instaura os trabalhos da análise em si. Esse ato é causado pelo psicanalista, pois é ele quem propõe a tarefa, apresenta o inconsciente, porém, é necessário considerar que o praticante precisa consentir com ela. Isto é, essa entrada em análise implica profundamente o psicanalisante, que o ato do analista já opere nele alguma mudança. Basta vermos quantos são os pacientes que nos procuram e interrompem antes mesmo do início, ainda durante as entrevistas preliminares, ao notarem uma impossibilidade de se implicar de outra maneira com o seu sintoma.

O ato de entrada é um ato de dois, pois se o psicanalista convida ao trabalho, o analisante precisa aceitar para que tenhamos um ato de fato, pois Lacan diz ser possível reconhecê-lo apenas a partir das consequências que produziu. Aqui sempre fica a questão sobre quando essa entrada não se dá, o quanto está relacionada ao praticante ou ao paciente, pois tanto é possível localizar a responsabilidade em cada um dos lados, como compartilhá-la, questão a ser verificada caso a caso, quando possível.

Nos casos em que ato inaugural produz o trabalho analisante, o interesse se desloca para o ato na saída, a partir do qual o sujeito se põe *como* psicanalista. Novamente, vale esclarecer que se trata de uma posição. Antes de tudo, se é psicanalista da própria existência, pois, se disso decorre uma autorização de praticante, tal efeito pode ser verificado no dispositivo do passe, não é derivado imediato deste ato, inclusive, pode não vir a acontecer.

### 9.3 Realização da castração

O ato do analisante em ocupar a posição de psicanalista, como foi visto no uso dos silogismos e aqui reafirmado, é na verdade assumir o “a”, como o lugar responsável por todo o movimento na estrutura e causa de uma análise. Isto é, “assumir a” diz de uma implicação consigo, de um se reconhecer com a “causa de si”, tornar-se responsável pelo próprio desejo e atento ao *resto insondável* – aspecto que torna interminável qualquer análise. O objeto *a* permanece como presença no real e não simbolizável dentro da estrutura. Não há vacina contra os solavancos da pulsão de morte, mas se pode extrair um saber fazer que não jogue o sujeito no horror a cada encontro com o real. Uma posição advertida e ética para consigo mesmo.

Lacan nos diz que nessa operação, o sujeito *decisivamente* se separa, se reconhece causado pelo objeto em questão, causado em sua divisão de sujeito. Ou seja, existe algo de definitivo no ato do final em relação ao fantasma e à posição do sujeito que pode ser representado por: de ( $\$ \diamond a$ ) para,  $a \rightarrow \$$ . Se recordarmos, o fantasma é o vestígio do encontro com Outro na estruturação e uma resposta frente ao seu desejo e à sexualidade posta em jogo, ele contém os modos de satisfação privilegiados (fixações) e também falseia a possibilidade da relação sexual, de encontrar no *dois* um único gozo. Chegar a este momento imediatamente anterior ao ato implica todo um trabalho, um longo percurso, pois o que o inconsciente e o fantasma engendram é sobre tudo o que não se quer saber. Ao final da psicanálise o sujeito ficará marcado irremediavelmente por essa hiância que o fantasma tenta recobrir, é uma operação que pode ser chamada de *realização da castração*.

Ao invocar o termo castração no final de análise, revela-se outra pretensão de Lacan com o tema do ato, em dar conta das considerações de Freud (1937) em “Análise terminável e interminável” sobre os limites de uma análise. Nesse texto, temos uma exposição franca sobre

as dificuldades que o trabalho analítico encontra para a sua realização. Freud as elenca: a força pulsional, as fixações, o fantasma, os mecanismos defensivos, o horror à verdade, o masoquismo, a reação terapêutica negativa, o repúdio à feminilidade e, por fim, a castração. Diz dos inúmeros fatores em jogo para uma análise ser bem sucedida<sup>61</sup>, desde o aspecto constitucional do sintoma até a impossibilidade de ativar conflitos que não despertaram durante o tratamento e poderiam se fazer presente num momento futuro.

Mas de todas as dificuldades, para Freud (1937), o complexo de castração aparece como o mais imperioso, manifestando-se enquanto *inveja do pênis* na mulher e como *repúdio da feminilidade* no homem. Dois temas ligados à distinção entre os sexos, conhecido como o rochedo da castração<sup>62</sup>:

Em nenhum ponto de nosso trabalho analítico, se sofre mais da sensação opressora que todos os nossos repetidos esforços foram em vão, e da suspeita de que estivemos pregando ao vento, do que quando estamos tentando persuadir uma mulher a abandonar seu desejo de um pênis, com fundamento de que é irrealizável, ou quando estamos procurando convencer um homem de que uma atitude passiva para com os homens nem sempre significa castração (p. 269).

Ao que Freud (1937) ainda comenta, referindo-se à mulher, mas que retrata a posição de ambos os sexos em relação ao falo: “seu mais forte motivo para buscar o tratamento foi a esperança de que, ao fim de

---

<sup>61</sup> Interessante destacar que esses fatores postos na análise parecem ser obstáculos, ao mesmo tempo, eles são a única via para fazê-la avançar.

<sup>62</sup> Em concordância com esta leitura, a de que Lacan pretende um além do rochedo da castração a partir do ato psicanalítico remeto o leitor a obra de Jean-Claude Razavet (2008), “Du roc de la castration au roc de la structure”. Neste trabalho, o autor faz um percurso histórico desde Freud até Lacan da problemática da castração como limite do tratamento e o giro lacaniano que desloca este limite para a estrutura da linguagem. Além disso, Lima (2008) também é a partidária desta leitura, afirmando que o complexo de castração é um limite intransponível para a interpretação do analista e que Lacan, no seminário do ato analítico, pergunta-se sobre a existência de outra intervenção capaz de fazê-lo. Conclui: ir além da castração é fazer o sujeito advir no campo da pulsão por meio do ato analítico.



tudo, ainda poderia obter um órgão masculino, cuja falta lhe era tão penosa” (p.270). Ou seja, parece que a causa de todo sofrimento do neurótico, o que lhe faz buscar o tratamento e ao mesmo tempo, o que oferece a maior resistência, é o sujeito consentir com a castração. É da impossibilidade da relação sexual que o sujeito se organiza de forma sintomática, para garantir não saber que algo lhe falta e de que o objeto está perdido como condição.

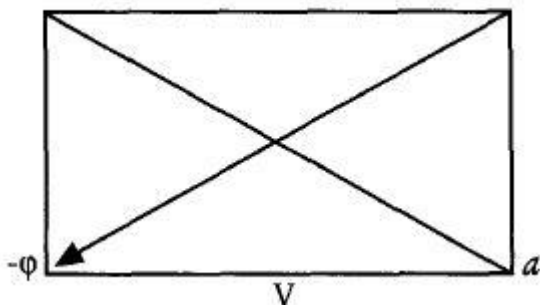
Poder-se-ia pensar existir em Freud uma confissão de fracasso, contudo, todo o desenvolvimento do texto, bem como suas palavras finais, nos faz crer que ele se pergunta sobre o que acontece neste ponto, visto serem tão poucos os casos em há uma superação: “só podemos consolar-nos com a certeza de que demos à pessoa analisada todo incentivo possível para reexaminar e alterar sua atitude para com ele” (p.270). É assim que Freud (1937) encerra sua reflexão sobre o final das análises. Cabe ao analista ser determinado com a sua função de causa, mas existe um limite para ela: o próprio passo do analisante. Só o analisante pode efetuar o ato de consentir com a castração. Como isso ocorre? Faz parte da tarefa deste seminário precisá-lo.

Assim sendo, temos o percurso de uma análise marcado por dois atos, um de entrada e outro de saída, como se pudéssemos dizer com Freud, ao se referir à partida de xadrez, só se conhece a primeira e a última jogada, porém, nada se pode saber sobre o que ocorrerá entre uma e outra. Não apenas, Lacan (1967a) também se utiliza desta metáfora para reafirmar a função de uma escola de psicanálise: “Nossos pontos de junção, onde têm que funcionar nossos órgãos de garantia, são conhecidos: são o começo e o fim da psicanálise, como no xadrez” (p.252). Deste modo, pode-se reafirmar o valor em formalizar um saber sobre o ato psicanalítico, pois ele é o ponto de confluência entre a prática clínica e uma escola de psicanálise.

O esquema do grupo de Klein serve para demonstrar as regras e os tipos de jogadas que são permitidas: após a transferência instalada e exposta a divisão subjetiva pela descoberta de que *algo pensa em mim*, ora se opera pela alienação, ora pela verdade. Isto é, ora por uma redução do “eu não penso” naquilo que estava velado, ora por uma redução do que estava eludido no “eu não sou”. O final desse percurso implica em se deparar com a falta, não há o falo, o significante capaz de dar conta da dimensão sexual; e por outro lado, a queda do objeto *a*, o objeto da satisfação sempre esteve perdido. A perda e a falta são, portanto, elementos diferentes, mas que para o neurótico se recobrem, se confundem e o levam ao momento de impasse, o mesmo descrito por

Freud sob o título de rochedo da castração, mas cujo esclarecimento Lacan faz sob o nome do ato psicanalítico.

Anteriormente, na lição V, Lacan apresentou no primeiro esquema de Klein esse ponto de impasse no canto inferior esquerdo, onde o falo e o objeto  $a$  aparecem combinados, em aparente complementariedade. Esse ponto indica de onde parte o ato psicanalítico, utilizando a seta da transferência em sua direção oposta, para afirmar que ato implica a queda do sujeito suposto saber (dissolução da transferência) e a produção de um “novo” sujeito na posição inicial (VSD). Agora, ele nos apresenta um outro esquema, dito ser um resumo<sup>63</sup> do resultado, do efeito de uma psicanálise:



Essa figura representa o saldo ao término do duplo movimento de uma análise (alienação e verdade), marcado pela flecha da transferência. Ao final da tarefa analisante tem-se esse esquema da castração, que apresenta a realização de uma disjunção ( $V$ ) entre o falo ( $-\varphi$ ) e o objeto  $a$ . Não se trata mais de um desejo de pênis ou do medo de assumir uma posição passiva frente a outro homem como em Freud; o que Lacan entende é a necessidade de se distinguir o falo enquanto falta do significante no campo do Outro, e o objeto enquanto perda, cujo vazio operou como causa da estrutura (restando como causa do desejo). Ou seja, o ato de saída possibilita reconhecer essa disjunção, neste sentido, realizar a castração é assumir a verdade da estrutura.

Lacan (1967a) afirma, nos mesmos termos, a propósito do término, estar a formular uma equação do *desejo do psicanalista*, em que o praticante ocupa uma posição  $x$ , o que no seminário da

<sup>63</sup> O esquema apresentado é uma simplificação do presente na Lição VI, sob o nome de *realização do sujeito na castração* e pode ser encontrado na p.98 da edição francesa do seminário.

transferência foi apresentado como *agalma*, àquilo capaz de suscitar o desejo. Porém, para sustentar essa posição é preciso ao analista abrir mão de seu ser, ou seja, agir com o des-ser, pois apenas isso possibilitaria ao analisante isolar a função do falo (-φ) do objeto *a*. Ao precisar a função desejo do analista Lacan avança no entendimento das condições necessárias para um possível ultrapassamento do impasse frente à castração do qual Freud (1937a) se perguntava.

O grafo acima fala dessa operação em que, ao mesmo tempo, ocorre a dissolução da transferência, a queda da posição fantasmática, a ejeção do objeto *a* e a destituição subjetiva. Nessa disjunção falo e objeto *a*, a castração perde a pregnância com o órgão masculino, saindo das polaridades “ter ou não ter” e “ser ou não ser” o falo, revelando-se como pura perda, vazio fundamental.

A passagem de psicanalisante a psicanalista tem uma porta cuja dobradiça é o resto que constitui a divisão entre eles, porque essa divisão não é outra senão a do sujeito, da qual esse resto é a causa. Nessa reviravolta em que o sujeito vê soçobrar a segurança que extraía do fantasma em que se constitui, para cada um, sua janela para o real, o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um des-ser. Nesse des-ser revela-se o inessencial do sujeito suposto saber, donde o futuro psicanalista entrega-se ao *αγαλμα* [agalma] da essência do desejo, disposto a pagar por ele em se reduzindo, ele e *seu nome*<sup>64</sup>, ao significante qualquer. (Lacan, 1967a, p.259)

A abertura dessa porta, diz Lacan, permanece escancarada, no sentido de que há muito para se esclarecer sobre esse momento de passagem, um verdadeiro salto chamado *passé*<sup>65</sup>. Um salto, aos moldes

---

<sup>64</sup> Destaque meu para lembrar que a presente lição começa com a notícia da publicação de uma revista, cujos artigos não são assinados, não trazem o nome do psicanalista que os escreveu. Isto corrobora com a leitura de que a destituição subjetiva implica numa concepção de psicanalista que não é alguém, apenas o instrumento de uma análise. Uma operação que não é qualquer, pois como diz Lacan (1967a), é isso o que provoca horror, indignação e é pretexto para uma objeção à psicanálise.

<sup>65</sup> O *passé* e o *ato psicanalítico* parecem se confundir em alguns momentos no discurso de Lacan, como neste, em que ele parece falar não do dispositivo institucional, e sim da operação que ocorre na própria análise.

da afirmação freudiana de que *o leão só salta uma vez*, porque não necessita fazê-lo novamente devido a sua precisão: ou ele pega a presa ou não saltou. Ainda quanto à análise já terminada, o que temos é o reconhecimento de um “sujeito que *não é sem*<sup>66</sup> *a*”, por mais que o objeto seja reconhecido como perdido, rejeitado de sua apreensão fantasmática, ele reaparece no real, em seu valor de causa da divisão do sujeito, fator exterior e íntimo da estrutura. Desta operação, realiza-se um saber não simbólico, mas que provém do real, do retorno deste objeto ao real, um saber operante que pode autorizar um praticante, o que esclarece o sentido da expressão “saber fazer”.

---

<sup>66</sup> No original há um jogo de palavras, “não sem” soa como “passante”: *le sujet, il n'est pas sans cet objet.*

**Lição XII**  
**6 de Março de 1968**

## 10.1 A verdade está no sexual

Novamente, vamos começar uma lição retomando o que ficou de fora no estudo da anterior. Na segunda parte da lição X, Lacan reafirma a necessidade de a psicanálise aproximar-se da lógica, ao mesmo tempo em que a critica no que se refere ao desconhecimento da função “sujeito suposto saber” em que ela se apoia. Ele acredita ser este desconhecimento responsável por uma posição de fé da ciência, pois ela não questiona a origem do saber que formula, como se ele já existisse antes de sua produção: há uma fé no sujeito suposto saber que o escamoteia.

É através do fenômeno da transferência que Lacan descobre a função sujeito suposto saber<sup>67</sup>, algo instaurado em toda relação entre um sujeito e um objeto (o termo aqui guarda toda a ambiguidade – seja o da psicanálise ou o da pesquisa científica), e considera a necessidade de questionar sua consistência para que o saber possa avançar. A consistência de tal função se garante no desconhecimento do estatuto do sujeito em sua dupla causação: o objeto e o significante.

No que tange a análise, ao bem situá-la, criam-se as condições de formalizar uma lógica que torne manejável algo que não é do campo do saber e, sim, da verdade. Ou seja, a aproximação da lógica visa formalizar algo que não é da ordem simbólica e sim que se refere ao objeto *a*, é do campo do real. Se ela serve para dizer do objeto *a*, por consequência, ajuda a situar o analista, a determinar o seu estatuto.

A verdade a ser formalizada diz também da castração, de que não há relação sexual, não há a conjunção de dois gozos em um. A questão pode parecer um pouco tola após mais de um século de doutrina sobre a sexualidade, mas ela é tão indigesta ao humano que dela temos notícias desde a Antiguidade. No mito de Tirésias, por exemplo, esse homem recebe dos deuses a fortuna de viver um tempo como mulher, para ao final, quando transformado novamente em homem, ser questionado pelos deuses sobre em qual dos sexos mais sentiu prazer. Diante da resposta e num ato de fúria, eles o cegam. O enigma sobre os sexos era também enigma para os deuses, e o erro de Tirésias foi contar a *verdade*. A questão já se faz presente na tradição humana desde tempos imemoriais e que Freud a recoloca do seguinte modo: o que quer uma mulher?

---

<sup>67</sup> “Um sujeito é suposto pelo significante que o representa para outro significante”. (Lacan, 1967a, p. 253).

O uso da lógica matemática em Lacan culmina nas fórmulas da sexuação dos anos setenta, em que a diferença entre os sexos se formaliza pela diferenciação entre o gozo masculino, dito fálico, e o gozo feminino. Não se trataria mais da diferença entre macho e fêmea, mas sim de diferenciar estes gozos, e de que em alguns, ele não é todo fálico, há também o que ele nomeou de feminino. No presente seminário, o manejo da lógica serve para dizer do ato e antecede a enunciação do quadro da sexuação, o que nos coloca frente à dimensão do impasse do qual a castração é signo. Assim, Lacan pretende, com a lógica, avançar mais um passo na questão do final da análise, e no que redundava da afirmação “existe um psicanalista”, quando consideramos o termo “existência” na ordem dos *quantificadores*.

## 10.2 Introdução a lógica dos quantificadores

Se Aristóteles foi o grande precursor da lógica ao propor um instrumento de análise da validade das sentenças e as regras da constituição dos silogismos, é com Peirce e Frege<sup>68</sup> que a lógica moderna será fundada, renovando e expandindo o pensamento aristotélico para uma formalização cada vez mais matematizada e descolada das dificuldades da linguagem. Não apenas isso, o uso da lógica aristotélica era limitado, pois dividia o sujeito proposicional em universal e particular, polarizando as elaborações. Como já vimos no quadro de distribuição criado por Peirce, a questão do universal e do particular é mais complexa do que Aristóteles acreditava, e mesmo, deve-se questionar a afirmativa de que entre o universal e o particular existe uma relação de subalternação (que uma verdade universal

---

<sup>68</sup> Friedrich Ludwig Gottlob Frege nasceu em Wismar, Alemanha, em 1848. Ele foi um brilhante estudante nas mais diversas áreas, mas obteve o grau de doutor em filosofia com a tese “Sobre uma representação geométrica de figuras imaginárias no plano”. Um trabalho que chamou a atenção de seus professores e lhe garantiu a vaga como professor na Universidade de Jena. Autor de uma obra considerada desconhecida durante toda a sua vida, travou grandes debates com Russell, a quem podemos chamar de seu algoz, pois foi quem derrubou as pretensões formuladas em sua conceitografia ao formular, em 1902, o que ficou conhecido como o paradoxo de Russell. Para detalhes da biografia deste autor compartilho a sugestão do tradutor da coletânea de artigos de Frege, o trabalho de T. W. Bynum (1972), “G. Frege, Conceptual Notation and Related Articles”, considerada a mais completa produzida até então.

determina uma verdade particular). Em breve, essa questão será retomada no fio da presente lição.

O que Lacan deixou em aberto na lição anterior diz de um avanço introduzido por Frege, os chamados quantificadores: universal e existencial – e por isso pergunta se “existe um analista”. O termo quantificador remete a ação de quantificar, introduzir números, contagem, mensuração num raciocínio. Na linguagem natural temos alguns exemplos: alguns, todos, nenhum, poucos. Na lógica formal, por sua necessidade em afastar a dimensão da significação foram criados quantificadores cuja função é construir, a partir de fórmulas, novas fórmulas, ampliando seu escopo de elaborações. O símbolo tradicional para o *quantificador universal* “para todo” é  $\forall$ , a letra A invertida, e para o *quantificador existencial* “existe” é  $\exists$ , a letra E refletida. Os quantificadores aparecem sempre relacionados a uma função, representada por  $F(x)$ .

Deste modo, a proposição “todo homem é mortal” tem a apresentação dos seus termos do seguinte modo: o sujeito universal “todo homem” passa a ser escrito  $\forall x$  (para todo  $x$ ); se nos referirmos a um sujeito particular “algum homem” passamos a representa-lo por  $\exists x$  (existe ao menos um  $x$ ). Já “ser mortal” torna-se uma *função* de  $x$ ,  $F(x)$ . Assim, a frase “todo homem é mortal” se escreve  $\forall x. F(x)$ , em que o  $x$  representa o homem e podemos ler: a função de nível superior “todo” é aplicada à função se “ $x$ ” é “homem”, então  $x$  é “mortal”; ou ainda, para todo “homem”, a função “mortal” está presente.

Mas o que levaria Lacan a buscar a lógica para a psicanálise, em especial o seu interesse por Frege? Segundo Iannini (2009), Lacan procura *afastar da racionalidade psicanalítica qualquer psicologismo*, intento obtido por Frege em sua crítica ao intuiçãoismo e ao empirismo; e também, ao *estabelecer um sistema formal de escritura do real*, afastado o sentido, por meio da aritmética. Ele, assim, consegue um modo de transmissão de suas elaborações que *fosse unívoca*. Não estou certo de que Lacan compartilhasse dessa perspectiva, acredito que ele pretenda mais uma política de “redução de danos”<sup>69</sup> ao criar os matemas e suas fórmulas.

---

<sup>69</sup> O termo refere-se às políticas públicas que não pretendem combater o uso de drogas, apenas amenizar os danos decorrentes do uso das drogas, não do vício, mas dos riscos que os usuários se expõem, como, por exemplo: ao compartilharem uma seringa para o uso de droga injetável pode-se adquirir HIV, hepatite, entre outras doenças transmissíveis pelo sangue; assim, promove-se a distribuição seringas aos usuários. Estas políticas reconhecem como



O que Frege (2009) pretendia era criar um sistema formal com tal precisão que se poderia desenvolver qualquer demonstração sem deixar lacunas, substituindo a linguagem natural por um sistema de notações matemáticas. Esse projeto recebeu o nome de *Conceitografia*, *Begriffsschrift*: uma linguagem por fórmulas da aritmética, com o uso de conexões lógicas.

Outro movimento de Frege útil a Lacan é apresentado no texto *Conceitografia*, *Prefácio* (1879 [2009]), com a substituição dos termos aristotélicos: de *sujeito* por *argumento*, e de *predicado* por *função* (para Lacan o psicanalista é um predicado, isto é, uma função). Modificação justificada pelos desvios que a proximidade da lógica com a gramática haviam introduzidos. Essa nova nomenclatura torna mais “fácil perceber como o fato de considerar um conteúdo como função de um argumento leva à formação de conceitos” (p.48). E ainda, analisa como estes termos se relacionam por meio do uso de palavras, tais como: “se”, “não”, “ou”, “existe”, “alguns” (criando para elas notações próprias). A justificativa de Frege (1882 [2009]) para este projeto é a mesma que leva Lacan a se interessar por ela:

Nas partes mais abstratas da ciência, torna-se cada vez mais inequívoca a falta de um meio que permita, ao mesmo tempo, evitar incompreensões quanto ao pensamento de outrem, e também equívocos sobre o nosso próprio pensamento. Tanto um quanto o outro têm causa na imperfeição da linguagem, já que temos que usar sinais sensíveis para pensar (p. 59).

Outra importante diferença em relação à lógica clássica aristotélica, é que nesta última, a negação só poderia incidir sobre o predicado e não sobre o sujeito da proposição, como no exemplo: ‘todo homem é mortal’ e ‘todo homem não é mortal’. As consequências da possibilidade de se fazer uma dupla negação será explorada logo a seguir, do seguinte modo: “a negação da impossibilidade dá, portanto, a possibilidade” (Frege, 1879 [2009], p.57). Sem mais delongas, voltemos à lição, e na medida do necessário, serão apresentados os

---

impossível acabar com a drogadição, do mesmo modo, Lacan não acreditava ser possível excluir as distorções entre os seguidores de seu ensino, o que fica claro ao longo de todo seminário a partir do reconhecimento da tendência neurótica em “não se querer saber” sobre a verdade.

esclarecimentos sobre a lógica, junto ao raciocínio apresentado por Lacan.

### 10.3 Os mistérios da relação do universal com o particular

Lacan começa a lição comentando as seguintes frases escritas no quadro, tanto em francês como em inglês:

- P     *Je ne connais pas tout*
- U     *J'ignore tout*                             / *de la poésie*
  
- P     *I don't know everything*
- U     *I don't know anything*                 / *about poetry*

Sentenças que em português poderiam ser traduzidas por: “eu não conheço tudo da poesia” e “eu ignoro tudo da poesia”, no francês; e “eu não conheço tudo sobre poesia” e “eu não conheço nada sobre poesia”, no inglês. O sentido das frases em ambas as línguas vão ao encontro do que Lacan pretende demonstrar. Analisando cada termo das frases em francês, ele afirma que dizer “eu não conheço” é equivalente a “eu ignoro”, é preciso concordar com a existência de uma negação embutida no verbo ignorar. Assim acordado, poderia se pensar que o sentido das duas frases é equivalente, visto ser a única diferença gráfica entre elas o verbo, mas cujas significações coincidem. Contudo, facilmente percebemos que as duas sentenças são bem diferentes, pois “não conhecer tudo da poesia” aponta para o conhecimento de alguma coisa dela, diferente do “ignorar tudo” que implica no seu total desconhecimento. Lacan pergunta: como pode isso ocorrer?

A questão é que o termo “tudo” (*tout*), apesar de ser utilizado nas duas sentenças, possui sentidos diversos. Na proposição particular (P), o “tudo” significa conhecer alguma “parte” da poesia e na sentença universal (U) o “tudo” refere-se a todo o “universo” da poesia. Isto é, tudo em uma negação pode ser relativo ao “todo” enquanto conjunto, ou ao “um”, o universo inteiro. A produção desse engano só é possível, nos diz Lacan, quando se opera em uma proposição com a *negação* e se usa os *quantificadores*; ou seja, é pertinente a uma sentença construída considerando a lógica moderna e as limitações da linguagem.

Em Aristóteles, podemos deslocar de uma universal para uma particular com muita facilidade, como por exemplo, na proposição “todo homem é uma animal”, facilmente se conclui, em sendo verdade essa

afirmativa, que a particular também o será: logo, “algum homem é um animal”. Segundo as regras de associação entre as proposições já apresentadas, uma universal sendo verdadeira gera sempre uma particular verdadeira, desde que respeitemos sua qualidade, ou seja, que ambas sejam positivas. Esse tipo de relação foi nomeado de *subalternação* por Aristóteles, pois a validade da universal condiciona a validade da particular.

Lacan questiona se ao dizermos “homem” nas duas sentenças (universal e particular) nos referimos a mesma coisa com este termo, se os conjuntos formados por “homem” em cada uma das sentenças tem algo em comum, fazem parte de uma mesma categoria. Para demonstrar a complexidade da relação entre os termos na *universal* e na *particular* introduz a seguinte situação: todo mundo há de concordar que a pátria é algo importante a ponto de considerarmos válida a afirmação de que “todo francês deve morrer pelo seu país”. Enquanto apresentada no universal, a frase desperta o consentimento de todo cidadão francês, mas se a deslocarmos para o particular, a relação de subalternação ainda se mantém? Segue a proposição particular: “algum francês deve morrer pelo seu país”. Quem? Dependendo de quem fosse esse um, será mesmo que ainda se concordaria com a afirmação? Penso numa mãe questionada se o seu único filho poderia ser este francês que deva morrer pelo país: nesse caso particular, a mãe sustentaria a relação de subordinação entre as duas proposições, dizendo “sim, meu filho deve morrer pela pátria”? Creio que não, ou seja, a afirmativa universal não mantém de modo estável essa relação de subalternação com a afirmativa particular, ela varia a cada caso, dizendo de outro modo, há uma *irreducibilidade do caso ao conceito*.

Ou seja, dizer “existe um psicanalista” não é uma afirmação que se possa fazer de modo válido em todas as situações, e talvez, o importante seja poder reconhecer quais as condições que permitiriam a esta sentença ser verdadeira.

Outro aspecto que a lógica dos quantificadores introduz de modo radical ao proposto por Aristóteles é a possibilidade de introduzirmos uma *dupla negação* para construir uma afirmativa universal: *pas d’homme qui ne soit sage*, “não há homem que não seja sábio”, que em Aristóteles só poderia ser expressa como “todo homem é sábio”. O importante desse uso da dupla negação se verifica quando se passa para o campo do particular. Antes, reconstruamos as quatro proposições possíveis em Aristóteles, para facilitar a tarefa de acompanhar o raciocínio de Lacan:

- A – Todo homem é sábio;  
 E – Todo homem não é sábio;  
 I – Algum homem é sábio;  
 O – Algum homem não é sábio.

Ainda transmutando para a lógica dos quantificadores, transformaríamos a particular afirmativa (I), expressando-a quanto à existência: “existe homem que seja sábio” e se introduzirmos a dupla negação, tem-se “não existe homem que não seja sábio”, ou ainda, “não existe homem *tal que* ele não seja sábio”.

O uso da dupla negação, adverte Lacan, não é para resolver uma afirmativa em que se apresenta uma negação, mas para viabilizar a passagem do universal para o particular, pois podemos ocultar um desses “não” e produzir as outras sentenças. Por exemplo, retirando o primeiro “não” da universal afirmativa, o aplicado ao sujeito da sentença, gera-se a particular negativa (O): “existe homem que não seja sábio”. Essa passagem<sup>70</sup> de uma afirmativa universal para uma negação particular é chamada em Aristóteles de contraditória: de “todo homem é sábio” para “algum homem não é sábio”, mas que com a introdução dos quantificadores se expressa de “não há homem que não seja sábio” para “existe homem que não seja sábio”: essas sentenças ainda mantém uma relação de contradição.

E ainda, outro experimento, cuja compreensão só é possível a partir do francês, em que a construção da negação pode ser feita com as partículas “ne...pas”, sendo que ambas podem sozinhas significar a negação e que em alguns casos o “ne” sozinho compõe uma afirmativa, no seu uso enquanto expletivo<sup>71</sup>. Deste modo, apresenta duas sentenças que poderiam ter o mesmo sentido: *Il est homme tel qu’il ne soit sage* e *Il est homme tel qu’il ne soit pas sage*. Ou seja, a introdução de mais uma negação não altera o sentido, “existe homem tal que ele não seja sábio”, quer dizer, em ambas, há sempre os que não são sábios.

---

<sup>70</sup> Lacan joga o tempo todo da lição com a homofonia entre *pas sage* (não sábio) e *passage* (passagem), visto que procura explicar a passagem de analisante a analista que o instrumento do passe pretende recolher no particular. Segundo Barillot (2009), o dispositivo do passe pretende fazer um “controle” do ato psicanalítico de final de análise, pois esse ato é a única condição verdadeiramente necessária para a passagem à analista.

<sup>71</sup> O uso da negação em francês já foi explicitado na nota 57 do presente trabalho.

Mas se tentarmos voltar para a afirmativa universal a partir de uma construção *particular* do segundo tipo, a que inclui o “pas sage” e não apenas o “ne”, se produz a seguinte sentença: *pas d’homme tel qu’il ne soit pas sage*, em que se pode também escutar: não há homem tal que ele não seja não sábio. Assim, ao invés de se produzir uma universal afirmativa por meio da dupla negação, “não há homem que não seja sábio”, surge uma terceira, a própria negativa universal, nos termos de Aristóteles, “todo homem não é sábio”. O “pas” que era totalmente tolerado no nível da particular, ao ser introduzido na universal, produz a universal negativa em vez da afirmativa esperada. A possibilidade que surge apenas na *passagem* de uma para a outra, pois, como foi visto antes, ambas as sentenças (particular e universal) podem ser lidas como afirmativas.

Deste modo, pode se afirmar que a operação quantificadora enquanto função de um raciocínio lógico se diferencia de modo radical da lógica aristotélica, pois ela substitui “a *ousia*, a *essência*, ontologicamente não eliminada, do lugar do sujeito gramatical, pelo sujeito que nos interessa enquanto dividido, a saber, a pura e simples divisão [...] do sujeito da enunciação distinto do sujeito do enunciado” (p.216). Isto permite ver na sentença não apenas o sujeito gramatical, mas identificar o sujeito do inconsciente. Assim, Lacan define a presença dessa divisão do sujeito como a própria presença da dupla negação, *il n’est rien qui ne soit*, “não existe nada que não seja...”. Raciocínio que corrobora com aquele apresentado na formulação de Pierce de “todo traço é vertical”, em que o sujeito é localizado onde não há traço (*pas de trace*), no único quadrante vazio do círculo. Ou seja, a lógica moderna permite uma formalização desse valor dividido do sujeito, aqui entre “não... não...” a maneira como foi apresentado no cogito cartesiano, “ou... ou...”.

Considerando agora esses termos numa notação aritmética já introduzida na lógica, podemos dizer que a função de ser sábio  $F(x)$ , aplicada de modo universal ao termo homem ( $x$ ), se representa pela seguinte escrita:  $\forall x F(x)$  – a verdade universal de que o homem é sábio se aplica a todo homem. E ainda, que podemos dizer “não há homem que não seja sábio”, com a seguinte notação:  $\neg \exists x \neg F(x)$  – não existe um  $x$  que não esteja atrelado a  $F(x)$  e torne essa função falsa. Ou seja, através de uma dupla negação de uma proposição particular podemos representar algo que, em Aristóteles, é considerado apenas no campo do universal. Dizer que todo homem é sábio equivale a dizer que não há homem que não o seja.

A dupla negação formaliza a fissura do sujeito, e permite diferenciar o que é do campo do enunciado e o que é do campo da enunciação. O que interessa a Lacan é formalizar o sujeito psicanalítico enquanto função de fissura, divisão que a dupla negação expõe. Se o inconsciente é definido por uma estrutura de linguagem, e esta é feita para o mal-entendido, a matemática permite superar alguns de seus impasses, formalizar um saber de modo mais preciso sobre o que aparece como um limite da linguagem.

Lacan encerra a lição – cujo objetivo é esclarecer a sentença “existe um psicanalista” e que ainda permanece um pouco vaga, mas que será retomado na lição seguinte, avançando no tema – dizendo: que o céu me proteja e eu não dê aos psicanalistas uma renovação de alibi, pois o que ele precisa ser, no discurso analítico, é o seu *suporte subjetivo*, no sentido aristotélico do termo, mas também, de que ele mesmo precisa assumir essa divisão (p.221). Um apelo que é o prenúncio de que não há sistematização capaz de *garantir* a ultrapassagem do “não querer saber nada disso” neurótico, debitário das distorções entre os pós-freudianos do ensino do fundador. Sem dúvida, o mesmo pode ocorrer (e já ocorre) com o seu ensino – apesar dos obstáculos que Lacan coloca ao seu acesso e do esforço em formalizar uma escrita “unívoca” – pois sempre será preciso um leitor, e aí, não há como impedir alguma confusão.

**Lição XIII**  
**13 de Março de 1968**

## 11.1 Uma psicanálise é a cura esperada de um psicanalista

Lacan abre a lição com a questão “o que é ser psicanalista?”, dizendo ser este o alvo para o qual se encaminha o seminário do ato psicanalítico. Isto é, definir o ato psicanalítico serve para definir o estatuto do psicanalista. Questão que não se refere ao ser daquele que ocupa a função de analista, mas remete a algo mais amplo, segundo uma afirmação apresentada no texto “Variantes da cura tipo” e aqui retomada: *uma psicanálise é a cura que se espera de um psicanalista*. Frase de aparência tautológica, com pouco significado, pois, se aplicada em outro contexto, não serve para explicar coisa alguma. Como, por exemplo: ao dizer que a homeopatia é o tratamento esperado de um homeopata.

Ao contrário do que a afirmação sugere, ela evoca em sua estrutura algo muito precioso, pois remete ao desconhecido, ao opaco da qualificação do psicanalista. Não apenas isso, ela indica que a definição da prática psicanalítica está fundamentalmente ancorada na definição *de* psicanalista e *do* psicanalista. Ao se definir o que o caracteriza, para além das formalidades de formação institucionais ou exigências sociais sobre o praticante, diz das credenciais do psicanalista, e também acaba por resolver o que é uma cura em psicanálise.

A definição de que a psicanálise é a cura esperada de um psicanalista é ilustrada por Lacan através de uma situação cotidiana, sem deixar de ter certo tom jocoso, ao se referir à maneira pelo qual os psicanalistas avaliam o comunicado de uma pessoa ao dizer ter feito uma psicanálise. O mais comum, para considerar se foi mesmo uma análise, é inquirir o sujeito com a seguinte questão: *Com quem?* A quem essa pessoa se dirigiu para fazer sua análise costuma servir de baliza para julgar se aquilo que ela nomeia como tal é ou não uma psicanálise, pois se “o personagem não está qualificado para se dizer psicanalista, no mínimo, um ceticismo se engendra sobre o fato de ser ou não uma psicanálise que se trata mesmo” (p. 225). Este costume dos analistas de validar uma prática como psicanalítica a partir da pessoa do praticante, para além de todo o limite de validade que comporta, revela a verdade da sentença: uma psicanálise é o esperado de um psicanalista.

Em suma, a figura do praticante diz do que pode ter sido aquela análise. Ao seguir esse raciocínio fielmente corre-se o risco de entrar por uma vertente imaginária, pois qual praticante está em condições de julgar desse ponto a autorização dos seus pares? Mas não é disso que se trata, e sim de destacar que ter passado pela destituição subjetiva é condição para ocupar a função de analista, fator determinante para esta



prática. E talvez, isso não seja tão obscuro assim, visto que esta destituição promove uma mudança no discurso do sujeito, é possível notar em sua fala se esta operação ocorreu, como parte das consequências esperadas de um final de análise. Há uma margem de risco: como nos “fazedores de semblante de destituído” (fingidores), o que exige um tempo de escuta, porém, tal juízo não possui utilidade para a psicanálise em si.

O que urge é questionar a razão pela qual se pode afirmar que *um personagem não esta qualificado*. De que qualificação realmente se trata? Para além de uma avaliação crítica da pessoa do psicanalista o que se afirma é que ser psicanalista é exercer uma função diferente das outras, não se confunde com o realizado nas psicoterapias, porém, o único critério para distingui-la é o psicanalista, diz Lacan. Primeiramente, acredito que isto diga da dificuldade para o público leigo em diferenciar a psicanálise das terapias pela fala, não apenas, mas acima de tudo, que um praticante da psicanálise pode encaminhar um tratamento do mesmo modo que redunde numa psicoterapia qualquer. Assim sendo, ele amarra a definição de psicanálise à definição de psicanalista, ou melhor, diz que *a definição do psicanalista determina uma psicanálise*. É um sutil deslocamento, contudo, fundamental para esclarecer que a maneira com a qual a função *psicanalista* é encarnada por um praticante determina, define uma psicanálise. Não estou dizendo que cada psicanalista pode definir a psicanálise como bem entender, mas de que uma análise não escapa da pessoa do analista: ele e seu desejo estão comprometidos até “as tampas”.

Aqui não se trata apenas do entendimento sobre a função do psicanalista por parte do praticante, o que se eleva é da ordem de um *saber operativo*, que ultrapassa o mero conhecimento, e aponta à necessidade de um fazer a partir do des-ser do psicanalista. Não é possível sustentar a ética da psicanálise, uma ética do desejo, que requer do praticante se fazer de causa do sujeito analisante, apenas com um discurso teórico, sem ter extraído esta condição de sua análise pessoal. Ao longo do seminário, Lacan assevera que o psicanalista é mais bem sucedido quando *não pensa* durante a sessão, afirmando de modo claro que não podemos contar com o saber teórico e a intenção para sustentar a função, sob o risco de incidir numa psicoterapia.

O precipitado da experiência analisante do praticante governa o tratamento dos outros, daí a necessidade do dispositivo do passe, em formalizar um saber sobre a análise dos psicanalistas e esclarecer o que até então permanecia opaco em psicanálise.

Lacan propõe introduzir um pouco de luz sobre as qualidades da *função psicanalista*, ao apresentar, como em oposição, o termo psicoterapia: uma primeira faceta desta qualificação. Se o termo “terapias” encontra algum ponto de ancoragem em sua diversidade de modos de operar, esse traço comum é o uso da *sugestão*. Sugerir é significar, a partir do vivido ou do saber teórico, algum pensamento ou ação do paciente, antes de tudo, acreditar possuir um saber sobre as causas do sofrimento alheio. Um engano que o termo “suposto” na definição de transferência denuncia.

Definida por Freud, a psicanálise é uma prática que se abstém do uso da sugestão, e não o faz por gosto ou desprezo ao seu uso, mas por conta de sua própria história, remete ao tempo de sua criação<sup>72</sup>. Abster-se em sugerir é um saber extraído por Freud a partir de sua experiência com a hipnose, ao verificar a temporalidade da eficácia de tal técnica. A eficiência da sugestão hipnótica estava calcada na figura do médico, na impressão que este era capaz de produzir em seu paciente, na credibilidade que lhe era imputada. Para se deixar hipnotizar, é preciso atribuir uma capacidade de cura ao médico, e Freud, por não ser alguém com uma presença impactante como a de Charcot, por exemplo, se via em muitas dificuldades para induzir seus pacientes ao estado hipnoide.

Contudo, a questão verdadeiramente não é essa na decisão de Freud em abandonar a hipnose. Ele verificou que a lembrança produzida por sugestão hipnótica possuía eficiência na remissão dos sintomas enquanto havia uma transferência positiva por parte do paciente para com o médico: não era o recordar em hipnose que curava o paciente e sim, a crença na capacidade do médico, bem como, os sentimentos dominantes para com ele. Qualquer interferência ou ruído nas crenças do paciente – e nós sabemos que em algum momento necessariamente ocorre, pois o lugar de “ele sabe de mim” não se sustenta o tempo todo – provocava uma mudança de atitude para com o praticante e colocava, naquele tempo inaugural, tudo a perder. Assim, foi necessário

---

<sup>72</sup> Torres (2010) faz um resgate histórico sobre a hipnose, apontando que em Charcot a técnica hipnótica possuía apenas valor diagnóstico. O seu uso como tratamento precede Freud, pois já na escola de Nancy (Liébeault e Bernheim) existiam relatos do sucesso terapêutico da sugestão hipnótica, local em que Freud fez um estágio no verão de 1889. Torres destaca que o uso dos termos *neutralidade*, *abstinência* emergem na pena de Freud sempre no sentido de fazer oposição ao uso da sugestão, definindo desde muito cedo a posição do analista no tratamento que usa este poder por meio da negatividade, isto é, ao não usá-lo.

considerar um tratamento em que o sujeito se lembre do recalado por conta própria, técnica criada por uma paciente de Freud e consentida por ele.

Evidentemente, isso não diz o todo do tratamento, foi no caso Dora que a importância de considerar um manejo da transferência se impôs a Freud, após um engano que causara a interrupção das sessões. Se a transferência abre a porta para o médico dando-lhe acesso ao poder sugestivo diante dos conteúdos do paciente, o psicanalista sabe que é ao não usá-lo para governar a vida do analisante que se encontra a chave para levar uma análise ao seu fim. Pois, de tudo o que vimos até aqui, a queda do sujeito suposto saber e a consequente dissolução da transferência só é possível à medida que esse engodo possa vacilar ao longo do percurso, que o analista não negue e nem compactue com esta ilusão. Deste modo, a oposição às psicoterapias formaliza-se desde a experiência clínica de Freud e nos ensina um caminho que permite asseverar ser a psicanálise a cura esperada de um psicanalista.

Um pequeno deslocamento dessa sentença: uma psicanálise se faz *com* um psicanalista. O acento recai sobre o “com”, ao qual Lacan, para esclarecê-lo, retoma a seguinte sentença de Aristóteles: não devemos dizer que a alma pensa, e sim que o homem pensa com a sua alma. Pensar com a alma significa dizer que ela é um instrumento do pensamento, a ferramenta a partir do qual o pensar se torna possível, e assim, uma psicanálise é uma experiência viabilizada a partir da função psicanalista, é *com* o psicanalista que se tem acesso ao inconsciente. As resistências no percurso da cura nos diz que saber do inconsciente não é um caminho natural, requer à introdução de uma função que abra e reabra, insistentemente, a porta do postigo, pois a tendência é o fechamento, o “não querer saber nada disso”.

Antes de avançarmos sobre a função analista, retomemos um pouco as características desse campo próprio à psicanálise, o inconsciente. Se Lacan define o inconsciente como estruturado como uma linguagem, nos interessa cercar o que é a sua *causa* (o objeto *a*) e saber dos seus *efeitos*, em especial, isolar o efeito sujeito. Assim, o inconsciente comporta um saber que diz de uma verdade particular, a qual o sujeito mantém uma relação de desconhecimento: ele desconhece que desconhece, assim como o escravo em “Mênon” não sabia que não sabia como dobrar a área de um quadrado. Então, a tarefa analítica de *tornar o inconsciente consciente* pode ser entendida como a de tornar o sujeito “codimensional do que esse saber [inconsciente] comporta, é ser cúmplice desse saber” (p.226). A tarefa do analisante implica em uma

apropriação, um reconhecimento desse saber. Visto, porém, ser o desconhecimento a tendência natural, qual seria o papel do analista para que isso ocorra? Como entender o valor instrumental do psicanalista na tarefa analisante?

Se o objetivo de uma análise diz de trabalhar com o sujeito enquanto efeito de linguagem, o que caracteriza o instrumento que possibilita colocá-lo no mesmo plano do saber inconsciente se reconhece enquanto *causa*, de que a princípio, o analista opera como causa, incita o querer saber. Recordo-me que Aristóteles em “Órganon” (2010) afirma que a definição de algo se faz pelo reconhecimento de sua causa, e é deste modo que a sentença “uma psicanálise é a cura esperada de um psicanalista” deve ser entendida. Então, ser analista, é ser instrumento da produção de um saber analisante particular, no sentido de estimular o analisante a apostar também na existência de um saber sobre o que lhe acomete, por meio de sua fala. Contudo, é preciso considerar que “esse saber deixa sempre um resíduo, resíduo de alguma forma constituinte de seu estatuto” (p.227); é nesse resíduo que Lacan aponta a possibilidade do ato, e reconhece seu desconhecimento (no instante de sua realização) como condição para o sujeito.

Sendo assim, passamos a outro momento da cura: superadas às resistências e se servindo delas para engendrar um saber, chega-se a um limite, um ponto de basta da produção significativa, é preciso um ato para ultrapassar o aspecto infinito da elaboração inconsciente, ato que situe o sujeito para além do efeito significativo e o faça coincidir com a sua causa, co-incidir em sua causa. O verbo *coincidir* é interessante para pensar este momento lógico, pois, segundo Houaiss (2001), aponta para: ser concordante, combinar, afinar-se, ocorrer ao mesmo tempo, ter encontro, juntar-se, suceder. Do mesmo modo, (co) *incidir*: dividir, separar, atenuar (medicina), refletir-se sobre, recair, incorrer, sobrevir. Acepções que indicam uma coincidência e uma diferença entre os termos, uma coadunação e uma relação de causa e efeito entre o objeto *a* e o sujeito.

O que se espera ao término da tarefa analisante é o ato psicanalítico da saída que promova uma realização do sujeito coincidente à sua própria destituição, derivando no seguinte saldo: “um sujeito que *não é sem* o objeto *a*”. A realização do ato psicanalítico é a própria realização dessa divisão do sujeito com a sua causa, o que se caracteriza por um saber que não é de todo seu conhecimento, resta este algo a funcionar desde o real.

Em psicanálise, não é de um “conhece a ti mesmo” que se trata, pois ela já comporta uma limitação no saber, não é possível formalizar

todo um saber sobre si. Assim, a função psicanalista ao emergir no final da análise, pode derivar numa autorização de praticante. No entanto, ela não afirma um sujeito do conhecimento, ao contrário, “a psicanálise se inscreve contra toda exaustão do conhecimento” (p.227). Especificamente, no que se refere ao conhecimento que pode ser engendrado pelo sujeito em sua análise, existe um aspecto *interminável* na tarefa analisante, que continua a ser perseguido após o seu término, mesmo sabendo não ser possível dizer tudo de si, paradoxalmente, um *desejo de saber*.

Neste mesmo trecho, Lacan assegura que este ato do final não pode ser chamado de outra maneira, a não ser de uma *passagem ao ato esclarecida*<sup>73</sup> – o ato psicanalítico tem estrutura semelhante a uma passagem ao ato. Ao mesmo tempo em que já indica sua diferença: ser esclarecido. O que denota *consentimento*, *decisão*, certo *entendimento* do que está implicado na passagem. De todo modo, a sentença não pode ser considerada uma afirmação qualquer, e por isso, exige a retomada do conceito de *passagem ao ato*.

## 11.2 Passagem ao ato esclarecida

Foi Lacan quem deu ao termo “passagem ao ato”<sup>74</sup>, estatuto de conceito, diferenciando-o da definição de *acting out*, uma expressão de

---

<sup>73</sup> A passagem de analisante para analista é considerada uma passagem ao ato esclarecida por Lacan não apenas neste momento. Segundo Castanet (2002), nos diversos momentos em que Lacan emprega o termo “salto” ao longo do seminário já aponta para tal referência. E ainda, que o “esclarecido”, talvez, diga de um reconhecimento da identificação ao objeto que a passagem ao ato implica, percebida antecipadamente no analista, por ele ter lhe feito anteparo ao objeto *a* na transferência (objeto que causa horror, angústia e nojo). A questão a ser levantada aí, pelo autor e por mim mesmo, é: Como pode alguém desejar ocupar este lugar?

<sup>74</sup> Como indica Torres (2010), o contato de Lacan com a passagem ao ato ocorreu muito cedo, no caso Aimée, que foi seu objeto de estudo em sua tese de doutorado em psiquiatria, em que a paciente tenta matar a atriz Huguette Duflos a facadas. Mesmo neste caso, Torres aponta uma relação com o suicídio, uma morte do sujeito, uma suspensão temporária de sua relação ao Outro, “essa suspensão parece ter *rearticulado as posições simbólicas* no momento posterior do ato.”(p.136). Afirmação que vai de encontro com nossa leitura que o uso feito do termo “passagem ao ato esclarecido” remete a esta ruptura, modificação da relação do sujeito ao Outro e ao objeto. Porém, vale o lembrete deste autor: o

origem inglesa criada para se referir ao *Agieren* presente no discurso de Freud. Esse último alude à atuação realizada pelo analisante em oposição ao processo de recordar, em vez de falar de um determinado conteúdo, ele o repete em ato, seja dentro ou fora da análise. O colocar em ato o conteúdo inconsciente recalcado é tema do texto “Recordar, repetir e elaborar”, em que Freud (1915) aponta ser um tipo de repetição em que se pode obter notícias do recalcado, ao mesmo tempo em que é, a sua maneira, um jeito de recordar, porém, sem a elaboração pelo sujeito, sem qualquer subjetivação. Convocar o analisante a falar sobre o que repete é a oportunidade para se chegar a uma simbolização, saber disso que insiste.

Segundo Roudinesco (1998), Lacan retira o termo *passagem ao ato* da terminologia psiquiátrica para diferenciá-lo do que se convencionou como *acting out* em psicanálise, utilizando ambos como conceitos da psicanálise. Na psiquiatria, a passagem ao ato é uma conduta violenta ao qual o sujeito se precipita em uma ação que o ultrapassa, ele simplesmente faz sem conseguir ponderá-la. Um vocábulo geralmente aplicado aos casos de tentativa de suicídio, delito ou agressão grave.

Para Lacan (1962-63), o *acting out*<sup>75</sup>, é um tipo de atuação, uma encenação realizada para o outro, em especial, uma atuação que é desencadeada pela posição do analista na transferência, um modo de expressar que algo aí não vai bem: um recado para o Outro, lugar em que o analista é suposto pelo analisante. Ele consiste numa demanda de simbolização ao analista, um pedido de interpretação, de significação, frente a algo não escutado por ele. Em suas palavras, uma sacudida na posição do analista para que esse acorde, para que olhe o que não pode escutar. O que não significa que se deva interpretá-lo, mas pô-lo a trabalho pelo analisante, e principalmente, que o analista reveja o seu lugar de ação.

---

ato analítico distingue-se radicalmente da passagem ao ato, apesar de sua semelhança lógica.

<sup>75</sup> Segundo Harari (2001), o *acting out* se opunha ao termo *acting in* para diferenciar o que se atuava dentro e fora da análise, contudo, ele nos revela que a segunda expressão não existe em inglês. Já a primeira, afirma ser uma expressão do teatro, diferente do mero atuar em cena, remete a um atuar em resposta a uma leitura mal feita do texto. Por exemplo: após a leitura em voz alta e equivocada de uma cena de Racine, alguém, para mostrar como é a cena, a representa (*acting out*). Histórico muito interessante que esclarece ser um atuar em resposta ao outro, em resposta a uma deficiência de leitura do outro, no que nos cabe, do analista.

O exemplo oferecido por Lacan, tanto no texto “A direção da cura e os princípios de seu poder” (1958) como no seminário “A angústia” (1962-63), é retirado do relato de um caso de Ernst Kris, conhecido como o homem dos miolos frescos. Trata-se de um paciente cuja questão essencial era a dúvida e a certeza, ao mesmo tempo, de que era um plagiário dos trabalhos de outros colegas cientistas. O encaminhamento dado por Kris foi ler os artigos elencados pelo paciente para em seguida comunicar o parecer de que este se equivocara<sup>76</sup>, ele não era um plagiário. Em resposta, mesmo que o analista não o tenha bem compreendido, o paciente sai da sessão e vai a um restaurante onde frequentemente almoça um belo prato de miolos frescos. Como sabemos disso? Ele conta a Kris na sessão seguinte.

O que para Kris é visto como uma confirmação de sua interpretação, para Lacan constitui um *acting out*, como se dissesse em ato: “não me venha dizer que não sou plagiário, pois para prová-lo sou capaz até de devorar cérebros”. Um fazer, uma manifestação oral de que a questão do plágio não deveria ser tomada como um problema da realidade, mas enquanto um desejo de ser plagiário, e assim, oportunizar uma via de simbolização para isso que insistia. Segundo Lacan (1958), o erro de Kris foi apoiar sua interpretação na realidade e no imaginário, em vez de interpretar no eixo da verdade e do ser, de que o paciente rouba “nada”, isto é, remete ao objeto *a* como causa de seu desejo. Destaco como a questão do sujeito frente ao seu desejo utiliza de modo ferrenho a realidade para sustentar um desconhecimento, e nos serve de advertência sobre o uso do bom senso e da via compreensiva como modos de resistência do analisante, bem como, dos riscos quando o psicanalista acredita nelas.

Já a passagem ao ato, comporta algo de não simbolizável em que o sujeito produz uma ruptura, uma alienação radical. Nela, realiza-se um lugar de dejetivo, uma identificação com o objeto *a* que exclui a relação do sujeito ao Outro. Em geral, constitui uma saída para morte, um salto para o vazio – bem comum nos casos de melancolia onde a identificação absoluta ao objeto perdido é a sua definição. O exemplo dado por Lacan (1962-63) de passagem ao ato provém do caso da Jovem homossexual atendida por Freud (1920b). Esta moça havia se jogado de uma pequena ponte que dava acesso a linha de metrô, imediatamente após ser avistada por seu pai junto de uma mulher a quem ela dedicava um grande afeto. Ao notar o olhar colérico do pai, seguido pela proposta de interrupção

---

<sup>76</sup> Segundo Laurent (1984), Kris teria tirado um livro de sua biblioteca e mostrado ao paciente como uma prova de que ele não era plagiário.

do relacionamento, a jovem simplesmente lança-se da ponte, ela se abandona com tal violência que isso mudará definitivamente o relacionamento com a sua amada e com seus pais. O estado de dejetos em que a jovem permanece faz com que Freud a encaminhe para uma analista mulher, confessando um impasse quanto à possibilidade de êxito no caso.

Lacan (1962-63) situa a passagem ao ato a partir da fórmula do fantasma, ( $\$ \langle \rangle a$ ), em que aí ocorre um apagamento do sujeito, ele cai fora da cena inconsciente (do Outro) para o mundo, o “lugar onde o real se comprime” (p.130). Ou seja, neste instante, o sujeito rompe com o *enquadre do fantasma*, sai da relação estabelecida a partir do Outro e é puro impulso. Podemos destacar alguns aspectos estruturais da passagem ao ato que são pertinentes ao ato psicanalítico: a suspensão da relação ao Outro, o apagamento temporário do sujeito, seu caráter de urgência, de precipitação e a queda para o objeto *a*.

Em “A lógica do fantasma”, Lacan (1966-67) procura explicar a passagem ao ato a partir da repetição e da definição estrita de ato. Deste modo, define o ato por quatro pontos: ele é *significante*, constitui-se uma *repetição* desse significante (a divisão, a inscrição do traço unário), *instaura o sujeito* enquanto tal, em seu valor de divisão, ao mesmo tempo em que permanece *desconhecido* para esse sujeito, existe uma negação (*Verleugnung*<sup>77</sup>): ele não se reconhece nesse ato.

Na tentativa de esclarecer o ato psicanalítico da saída de análise como uma passagem ao ato esclarecida, encontrou-se o seu inverso, o ato como suporte para definir a passagem ao ato, ponto de contato que nos permite melhor apreender esta analogia. A passagem ao ato

---

<sup>77</sup> A *Verleugnung* seria o tema do final desse seminário, porém Lacan não chega a fazê-lo. A título de breve esclarecimento: em Roudinesco & Plonn (1998), o termo é traduzido por “renegação”, “desmentido”, “recusa” para diferenciá-lo de outros conceitos, como a denegação histórica (*Verneignung*). A expressão surge na pena de Freud em 1923 para definir o mecanismo de defesa em que o sujeito psicótico recusa a reconhecer a realidade da ausência de pênis nas mulheres. Em 1927 é utilizada para abordar o fetichismo, em que o perverso opera uma dupla operação, de reconhecimento e recusa dessa mesma ausência, indicando uma divisão subjetiva, a mesma que será explorada em 1938, incluindo a neurose. Deste modo, a negação apresentada neste termo alemão aponta para um mecanismo que é próprio do sujeito enquanto divisão, o de ser capaz em considerar e rejeitar uma parte da realidade. Se em Freud isso estava como um caminho de pesquisa, Lacan radicaliza a questão ao definir o sujeito na divisão.



esclarecida do final de análise não é uma defenestração, isto é evidente, mas o conceito de passagem ao ato contribui para que se possa reconhecer no ato psicanalítico um deslocamento no fantasma, um rompimento da posição do sujeito em relação ao Outro e a ejeção do objeto *a* para o real. Saída que promove uma significativa mudança: o sair da pretensão fantasmática de encontro com o objeto, da realização do ato sexual, para um reconhecimento enquanto dividido. Uma saída que não pode ser feita a não ser como uma *precipitação em ato*, governada por um impensado. Ele não é fruto de uma boa reflexão, e por isso, pode-se chamá-lo, no máximo, de esclarecido: pois implica em decidir correr o risco e se jogar para fora da cena, da ordem simbólica.

Não acredito que se possa prescindir em todos os níveis do fantasma, principalmente, por ele operar como um enquadre (janela), uma proteção, anteparo ao gozo e ao real. Talvez, seja necessário considerar esse ato mais como um momento de suspensão temporária e reorganizadora do sujeito, um desfazer da *fixão*<sup>78</sup> ali engendrada do que uma liquidação do fantasma no que ele é filtro, barreira ao real. A travessia do fantasma e o ato analítico final modificam o sujeito em sua alienação, remaneja suas defesas, e na sua relação ao desejo, ao objeto *a* e ao Outro. Libera os pontos de fixação da pulsão e abre para a construção de novos caminhos de satisfação, nem que seja o de um reconhecimento de *si*, no que é pertinente à satisfação. Uma via de responsabilização do sujeito com a pulsão, um “eu sou isso”.

Outro aspecto que se esclarece com o conceito de passagem ao ato é o desconhecimento do sujeito sobre o ato e que tanto Lacan insistiu ao longo do seminário, pois ao romper com a posição fantasmática ela produz um instante de apagamento do sujeito, uma saída da cena inconsciente. Este movimento promove uma mudança no sujeito que ele não pode apreender, pois apesar de estar posto no momento do ato, é pelo significante “divisão” que ele se realiza. Assim como na passagem ao ato requer um se lançar para fora da cena, aqui, mesmo sem uma necessária motricidade, o sujeito desvanece, sai e libera-se desta relação com o objeto (almejado) e reconhece em si uma ausência de *ser* (no sentido de substância), um não ser: ascender ao *sujeito de desejo*, eis a qualificação do psicanalista que o autoriza a operar com o objeto *a*.

---

<sup>78</sup> Um neologismo que permite conjugar o que há de ficção e de fixação no fantasma. Para maiores detalhes remeto o leitor ao trabalho “Fixão” (2008), publicado nas atas da VI Jornada de Cartéis da Escola da Coisa Freudiana.

### 11.3 O sujeito e o objeto

Dando prosseguimento à tarefa de estabelecer de modo lógico a questão do sujeito na análise, Lacan retoma nesta lição sua aproximação com a lógica de Frege, para avançar na seguinte afirmativa: *a neurose é essencialmente feita da referência do desejo à demanda*, de modos distintos na neurose obsessiva e na histeria. Ele procura esclarecer esse efeito de desconhecimento, de negação do sujeito frente a sua determinação nessas duas estruturas clínicas.

Numa primeira etapa ele elabora as fórmulas que demonstram a posição do sujeito na estrutura, ele é o que um significante representa para outro significante. Este primeiro significante que representa o sujeito é um significante recalcado, equivalente ao traço unário, até ligar-se a um segundo significante, que é representado por  $S^A$ . O “A” atrelado a este significante serve para lembrar sua relação com o Outro, representa todo o conjunto de significantes que podem se ligar àquele que representa o sujeito. É frente ao Outro que o sujeito se *reconhece*, a partir de Seu desejo, e ao mesmo tempo, em que passa a se *desconhecer*, por se alienar nos significantes do Outro, fixando uma determinada posição. Pode-se expressar esta condição ambivalente do sujeito na estrutura por uma representação algébrica, a fórmula:  $\$ (\bar{S} V S^A)$ .

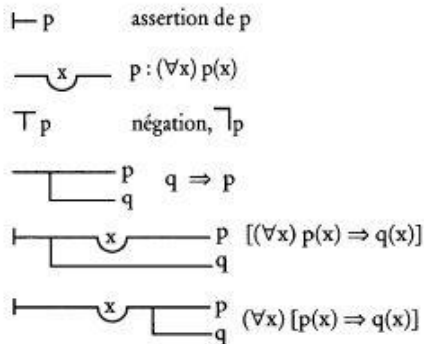
Uma fórmula em que o *sujeito do inconsciente* tem por *predicado* uma disjunção (ou... ou...) entre a *negação* de S (o traço sobrescrito representa a negação e indica que ele está recalcado) e o S com o índice do Outro – remete ao inconsciente e ao saber,  $S_2$ . Um sujeito dividido entre dois significantes, do mesmo modo que se pode na lição anterior representar esta divisão por meio da sentença “todo homem é sábio”, sob a fórmula de uma relação disjuntiva entre “não homem” e “ser sábio”:  $\bar{h} V s$ .

Lacan identifica na histeria a *autenticidade* da primeira fórmula, por ser uma estrutura clínica em que o significante primeiro não está apenas no esquecimento, mas também na ignorância de esquecer, pois ele se faz cena, realiza o teatro da histérica. Por outro lado, na segunda fórmula, o obsessivo extrai este significante primário enquanto a sua verdade, sua definição, contudo, ele o faz sob uma negação (*Verneinung*), ao anunciar ele não “ser” justamente o que diz, sustentando uma pretensão de ser outra coisa. Por isso, no obsessivo o sujeito (\$) não se institui por uma relação com o predicado, ficando oculto, como na fórmula do “todo homem é sábio”:  $\bar{h} V s$ . Ou seja, ele se desconhece enquanto sujeito ao denegar o que é, posição que Lacan

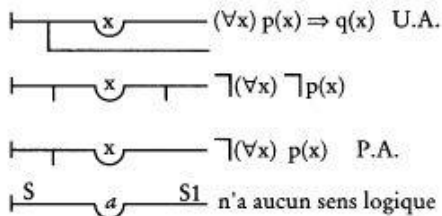
considera *sincera* por parte do neurótico obsessivo, porém, que comporta um engano do sujeito em tentar se sustentar no primeiro significante, ele se confunde com o significante “homem”.

Para agregar um passo nesta elaboração lógica, Lacan opera com a Conceitografia (*Begriffsschrift*), o sistema de notação criado por Frege para apresentar expressões lógicas e suas relações. Lacan, como não podia deixar de ser, é o seu estilo, toma esse modelo de escritura ao seu modo, de tal maneira, que a edição francesa considerou fazer um anexo noticiando suas diferenças. Desta vez Lacan explica à sua plateia o sistema de notação fregeana, podendo ser claramente compreendida ao longo da lição, no entanto, incluiremos, neste momento, a tabela comparativa entre a lógica de Frege e a de Lacan para que o leitor possa notar o que o último acrescenta:

*Logique de FRÈGE*



*Logique de LACAN*



Lacan não pretende ser fregeano, e por isso pode se permitir utilizar de seu sistema como lhe convém, a fim de atender os seus interesses em definir a qualificação do psicanalista. Acima, temos os itens básicos deste sistema de notação em Frege, cuja explicação pode ser acompanhada no artigo “Sobre a finalidade da conceitografia” (1882-83), que trataremos agora. A primeira imagem, na primeira linha, diz que uma proposição “p” com certo conteúdo se representa por um *traço horizontal*. Para dizer que esta proposição é correta precisamos introduzir um sinal que indique a presença do julgamento de “verdadeiro”, “asserível”, por meio do *traço de juízo* (*Urteilsstrich*), o traço vertical no início do horizontal. Assim, pode-se dizer a *asserção* “p”, pois é uma proposição válida, categórica.

Na terceira linha, aparece um traço sob a linha horizontal, que representa a *negação* do conteúdo expresso pela asserção “p”, um modo de expressar a negação de “p”. Não apenas isto, nos traços horizontais que possuam uma concavidade, a posição do traço de negação modifica a sentença, permitindo produzir todas as posições criadas por Aristóteles, àquelas que conjugam o universal ou o particular, com a afirmação ou a negação.

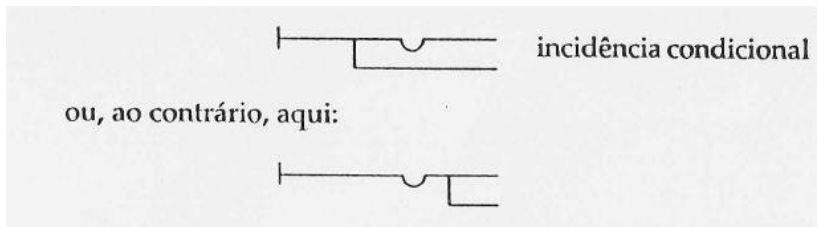
Quando se quer relacionar dois conteúdos corretos, ou seja, duas asserções, isto é feito pelo acréscimo de uma linha horizontal paralela que representa a segunda proposição, como na quarta linha da tabela acima: “se q então p”. O que significa que “p” apenas é válido caso “q” também o seja, o *traço de implicação* é o que conecta as duas sentenças, expressando a relação causal entre elas. A validade da segunda asserção determina a validade da primeira, por isso, “se q então p”.

E ainda, como vemos na segunda linha das representações lacanianas, pode-se introduzir a negação em diversos pontos de uma sentença, marcando por meio da referencia a um elemento novo (no caso, “x”), ou mesmo, estabelecer uma negação entre sentenças como um todo, ou ligada a um determinado elemento. Deste modo, é possível expressar uma relação de negação entre partes de uma sentença em relação à outra, ou mesmo, negar as duas sentenças.

O último elemento do sistema de notação fregeana é o uso da *concavidade* (*Höhlung*) na linha horizontal e que serve para “confinar a generalidade a uma parte do juízo” (Frege, 1882-83, p.78), ela contém uma letra qualquer que serve para indicar, representar o conteúdo a que se limita a generalidade, o valor universal. Frege utiliza letras góticas em seu interior para definir qual parte do “conteúdo” é abrangido na fórmula entre duas proposições, demonstrando como emerge a subordinação entre os conceitos. O uso da concavidade é essencial nos

juízos com múltiplas generalizações em que é necessário identificar apenas uma delas, destacar na relação entre proposições apenas um único conteúdo.

Retornemos a lição, na página 231, em que Lacan estende as explicações sobre a lógica fregeana, apresentando dois tipos de relação entre sentenças, uma chamada de *condicional (conditionelle)* e o seu contrário:



Nota-se que a diferença no modo de representar as relações é apenas o ponto de início da relação entre sentenças, a posição do traço de implicação em referência a concavidade, ao que Lacan diz: “não é a mesma coisa dizer que, se alguma coisa é verdadeiro, nós enunciemos que o homem é sábio, ou que, se uma outra coisa é verdadeira, é verdadeiro que todo homem é sábio. Há um mundo entre as duas coisas” (p.231). No primeiro raciocínio, a validade de uma primeira sentença condiciona uma sentença particular; no segundo, a validade de uma sentença condiciona a verdade de uma asserção universal. Então, segundo Lacan, a concavidade acima contém o termo “todo” que possibilita expressar relações de modo particular ou universal, conforme o local em que incide o traço de implicação.

Mas é a introdução da dupla negação que interessa a Lacan, do mesmo modo que, na lição anterior, ele demonstrou como sua introdução numa proposição de existência, ou seja, particular, produz uma sentença universal. Apenas para recordarmos: de “há homem tal que seja sábio” para “não há homem tal que não seja sábio”, como equivalente a “todo homem é sábio”. Ou seja, por meio da dupla negação pode-se extrair, de uma expressão *existencial*, uma afirmação *universal*.

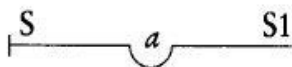
Do mesmo modo, Lacan considera importante observarmos as variações que a palavra “todo” conserva, pois serve tanto para expressar uma ideia de número, de *unidade (omnis)*, como também para expressar algo *inteiro (totus)*, integro. Esta diferença notável nos termos em latim

se perde tanto no francês como no português, o que produz uma sensação de se estar falando da mesma coisa ao se dizer “todo”, causando uma impressão de inteireza ao que é da ordem do contável. Quando a confusão ocorre com o sujeito, isso tem consequências, como se verifica no exemplo: “todo sujeito” – expressão que pode significar o *conjunto* dos sujeitos, no sentido de qualquer sujeito; como também, um sujeito pego em sua *totalidade*, permitindo que “ele possa se pensar como sujeito do conhecimento, como suporte eventual, por si só, de alguma coisa que é todo” (p.233). Em outras palavras, dizer “todo sujeito” recai no mesmo engodo presente em “penso, logo sou”, um engodo essencial do sujeito, pois mostra que ele se afirma em ser *todo*.

Preparado o terreno lógico, chega à sentença:

O sujeito só se institui como representado por um significante para outro significante (S e S1) e que entre os dois, ao nível da repetição primitiva que se opera esta perda, esta função do objeto perdido, ao redor do qual, precisamente, gira a primeira tentativa operatória do significante, aquela que se institui na repetição fundamental (p. 233-34).

Isto é, a introdução de um significante para o sujeito vem a ser uma resposta ao traumático encontro com o sexual e, no deslizamento para um segundo significante, acaba instaurando a repetição, assim deixando entrever como uma perda, na passagem de um para o outro, o objeto *a*. A insistência em situar o sujeito por meio dos significantes reitera a função do objeto *a*, mas que se sustenta como uma falta a ser recuperada no trajeto, sentença que Lacan expressa “fregeamente” do seguinte modo:



O objeto *a* está aqui no mesmo lugar e no mesmo sentido do “todo” da afirmativa universal “todo homem é sábio”. A confusão entre a acepção “qualquer sujeito” e “o sujeito inteiro” aponta o movimento de busca de completude do sujeito, em encontrar o objeto *a*, a partir do qual ele se torna “um” na relação sexual, seria “todo”: “é o princípio pelo qual se institui a ilusão de busca pelo objeto perdido, na função intermediária do objeto *a*, entre o significante original enquanto um

significante recalcado, e o significante que o representa numa substituição que instaura a repetição” (p. 234).

Então, a confusão que o “todo” induz encontra apoio e expressa a relação do sujeito com o objeto *a*. A fórmula do fantasma expressa a cilada para o sujeito (e do sujeito) em almejar uma fusão com *a* para se tornar inteiro, o que a clínica psicanalítica resgata como anseio de complementação entre macho e fêmea na relação sexual.

Lacan ainda nota como a questão do *todo* parasita a teoria psicanalítica, referindo-se ao mito da fusão entre mãe-bebê introduzida por Otto Rank, sobre a ideia do trauma do nascimento. Porém, Lacan reconhece neste erro um valor exemplar, pois revela a origem da função do “todo” no sujeito e nos permite retomar a questão do sujeito em relação à demanda e ao desejo. Dissemos que na histeria, “ou ele só se reconhece autenticamente ao se esquecer, ou [no neurótico obsessivo] ele só se reconhece sinceramente ao se desconhecer” (p.235). Trata-se sempre de uma posição forjada diante do desejo do Outro, e nesse sentido sim, a partir da relação do bebê com uma demanda dirigida à mãe, porém em seu valor simbólico. Com uma importante diferença: nesta demanda à mãe não é ela em si o pretendido, e sim o seio, enquanto um objeto parcial de satisfação. Ele é o revestimento do que permanece inarticulável nesta demanda, chamado de objeto *a*. Em suma, O mito do trauma do nascimento é exemplar por escamotear e revelar o valor do objeto *a* para o sujeito.

Lacan (1967a) diz que para determinar a função desejo do analista é preciso localizar o seu “x”, isto é, a sua variável. Aqui afirma que Frege reconheceria o objeto *a* como a *variável* na instauração de uma função qualquer, o que pode ser quantificado como universal. No sentido de que ele possui uma constância e pode, portanto, ser preenchido pelos objetos parciais.

Então, o que temos é que o objeto *a* forja, em diversos níveis, este mito do “todo” ao qual a pesquisa psicanalítica contradiz, objeto que possui uma função pivô na produção desta miragem de “ser inteiro”, e por isso, ele adquire um valor central na análise de um sujeito. O trabalho de uma psicanálise tende para uma redução que exponha a questão do “todo” para o sujeito, ao ponto que no ato seja possível liberá-lo dessa ilusão, fazendo o objeto *a* retornar ao real, como um resto sempre inapreensível.

Quanto ao estatuto do psicanalista, ele não se qualifica como sujeito da análise, contudo, Lacan também afirma que jamais se poderá dizer que o *a* é o predicado do psicanalista, pois este objeto é real e, portanto, não pode sofrer uma negação lógica, ele já é pura

negatividade. Então, o que qualificaria o psicanalista, considerando que apesar de ser como uma função relacionada ao objeto *a*, este objeto não poder ser seu predicado? Questão que ele diz guardar para a próxima lição, quando também tentaremos esclarecer o que se afirma como *desejo do analista*. O que me ocorre é a necessidade de se considerar a distância entre dizer que o psicanalista é o objeto *a*, e de que o analista se faz passar por ele, se empresta a isso. O analista toma o *a* como referência, serve-se dele para se situar na análise, em causar a via analisante.

Então, mesmo tendo afirmado, ao final da segunda parte dessa lição, que *ascender como sujeito do desejo autoriza ao praticante a operar como objeto a*<sup>79</sup>, ainda, pergunto com Lacan: qual é a qualificação do psicanalista?

---

<sup>79</sup> Uma conclusão antecipada ao término do seminário, porém, confirmada em Fingermann (2008) ao afirmar: é a análise do analista o que o qualifica para suportar a experiência da análise (vetorizada pela transferência) na medida em que nela o desejo do analista emerge como uma função lógica e ética que capacita o praticante a ser operador na análise de outros.



**Lição XIV**  
**20 de Março de 1968**

## 12.1 As duas vias para o pensamento

*Tout homme est un animal, sauf à ce qu'il se n'homme.*

Com a frase acima escrita no quadro, Lacan começa a última sessão aberta realizada deste seminário. Uma tradução da mesma seria: todo homem é um animal, salvo que ele se nomeia. Na última palavra existe uma condensação da palavra *homme*, homem, com, *nommer*, nomear. No sentido corrente ela significa: a capacidade de se nomear é o que torna o homem um animal diferente dos outros; diz do sujeito encontrar um lugar na palavra. Contudo, Lacan afirma que essa frase não tem a pretensão de ser um *pensamento*, apesar de estar certo de que ela seja *pensável* por boa parte das pessoas presentes na plateia, em especial, àquelas que nada compreenderão do seu ensino.

Antes de seguir o curso da lição, vale uma definição simples do termo pensamento, enquanto um fenômeno psíquico consciente, e que em Descartes (2004) se afirma como tudo o que está em nós e que reconhecemos imediatamente, isto é, todas as operações da vontade, do entendimento, da imaginação e do sentido. Num campo restrito, poderíamos defini-lo como o conhecimento conceitual e discursivo sobre um determinado assunto. É a essa última definição a que Lacan se refere, ele não considera o seu ensino apenas como um pensamento, ele não se restringe ao campo conceitual, ao contrário, isso dá início a uma severa crítica a este tipo de leitura que exclui uma outra dimensão do pensamento.

Assim ele formula: *suponhamos, por exemplo, que o lado do meu ensino, este que pode passar como sendo um pensamento, não tenha nenhuma sequência.* Isto é, que ninguém dará continuidade ao seu empreendimento na psicanálise, não terá repercussão, consequências entre os psicanalistas, assim como já aconteceu com muita gente nos diversos campos de saber cujo trabalho caiu no esquecimento. Então restaria apenas o que Lacan fez em psicanálise, e desse resto se proliferaria, segundo ele, uma espécie de *animal* muito especial, conhecidos como o “esquadrão da morte” na medicina legal. Refere-se aos vermes que consomem, por meio de diversas gerações, um cadáver. Diversas, pois uma variedade de vermes sucede a outra nas diferentes etapas da decomposição dos restos humanos.

Segundo Lacan, a atividade dos vermes se assemelha muito com o que é parte das atividades universitárias ao redor dos pensamentos. Aliás, ele assevera que mesmo antes dele estar morto já está sendo consumido a partir dos “Escritos”, em que se procura extrair se ele é um linguista, se o que ele diz coincide com o trabalho de Jakobson, entre

outras tantas reflexões inúteis à psicanálise. O objetivo desse tipo de trabalho seria o de separar tudo o que em sua obra possa ser considerado como um pensamento, para que “o que não é forçosamente pensamento, seja [considerado] sem consequências, para eles. Eis a alimentação!” (p.240). Isto é, considerando o pensamento em duas dimensões, boa parte dos trabalhos ditos universitários opera para retirar aquilo que Lacan considera de valor num pensamento: a capacidade de tocar o sujeito; restando apenas à concatenação teórica, para ele, sem qualquer finalidade. No início do seminário, Lacan já havia feito esta distinção ao operar com os termos “útil” e “fútil”. Nesse sentido, a crítica dirige-se aos trabalhos que retiram o que há de útil em seu pensamento à psicanálise, apresentando-o como mero raciocínio intelectual.

Num segundo momento, ao retomar a questão durante a lição, Lacan afirma que todo pensamento ordenado deve ser situado a partir de um *bivium*<sup>80</sup>: *ou esse pensamento rejeita o efeito sujeito* do qual ele se origina, como no caso do cogito cartesiano que propõe ele mesmo como sendo a sua origem. Isto é, ao dizer “penso, logo sou”, Descartes se libera de qualquer questão sobre o sujeito, pois, concebe que ao pensar ele realiza, é sujeito; o que abre a porta para a ciência não se preocupar com o sujeito em seu pensamento. De modo geral, a ciência realmente nunca precisou considerar o sujeito visto que encontra um grande sucesso nas suas realizações, basta notarmos as imensas possibilidades trazidas pelo avanço tecnológico no campo da comunicação. A questão é que ela desperta uma tentação fortíssima em fazer (basta notarmos a aceleração no ritmo da vida das pessoas) em que nada revela de uma motivação da ordem do ato mesmo, um fazer que não comporte o sujeito.

A diferença entre fazer e ato se faz pela consideração da relação do sujeito com a sua ação, pois há uma multidão de pessoas fazendo muita coisa, ocupadas com atividades que nada lhes dizem respeito. É um puro fazer, como facilmente se observa nas práticas de consumo, em especial, na época de festas de final de ano. Nelas, nada há do sujeito e seu ato, tudo opera como uma máquina de gozo, pois quanto mais se compra, mais se depara com a insatisfação; e é melhor para o consumo que assim o seja, que o sujeito não se coloque na ação de comprar, disso depende o capitalismo.

Bem, *o outro caminho é do pensamento se entregar à dimensão de ato*, entendido como realização do sujeito em sua divisão. Esse outro modo de pensamento está para além do conhecimento conceitual, para

---

<sup>80</sup> Do latim: bifurcação, duplo procedimento, dupla ocupação.

ele se realizar “é suficiente que ele toque o efeito de sujeito” (p.244). Como exemplo, Lacan oferece a *revolução* comunista a partir do efeito de sujeito provindo da *exploração* (do homem pelo homem). Há na insurgência algo que se têm dificuldade de reconhecer enquanto pensamento, principalmente ao considerarmos todos os atrapalhos da elite intelectual comunista em fundamentar o discurso revolucionário. Essa dificuldade ocorre porque este tipo de pensamento depende de que o ato já tenha virado ação, que seja um pensamento elaborado a partir do que se recolheu na efetivação do ato. Sem o ato realizado, esse pensar sobre o efeito sujeito tende a se igualar ao primeiro modelo de pensamento, ou mesmo, não consegue ser elaborado com o rigor que lhe dê credibilidade.

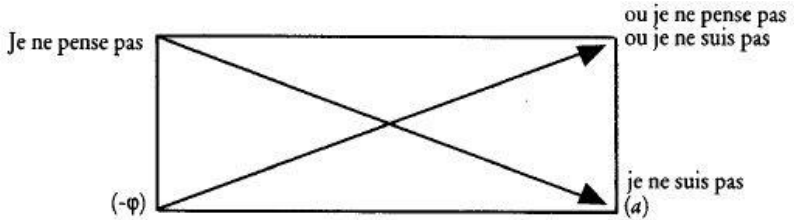
Desse modo, antes de tudo, Lacan desprende o ato da dimensão clínica e o situa numa dimensão, que se poderia dizer, humana – ele havia anunciado anteriormente que questionar o ato em si era a segunda meta do seu seminário. No entanto, ainda para explicar o que formula como ato recorre à dimensão clínica, especificamente, no ato do final de análise que encontra os fundamentos para falar desse ato do efeito sujeito.

## 12.2 Identificar o psicanalista

Lacan adverte que fará uma abordagem do ato analítico um pouco diferente nesse dia, de tal modo, que conviria a uma sessão restrita aos psicanalistas, pois pretende esclarecer como do ato psicanalítico “pode operar alguma coisa que nós chamaremos de a identificação do psicanalista” (p.240). Ele afirma que é muito fácil abordar os procedimentos de uma análise, suas regras, os modos como se intervém para trabalhar com os seus obstáculos, contudo, isso não implica em dizer coisa alguma sobre *o que é um psicanalista*. Sua aposta é que o ato psicanalítico contém o necessário para identificar o psicanalista, qualificá-lo. Contudo, o termo identificação, associado à ideia de que esse ato é uma passagem ao ato esclarecida, adverte ser o objeto *a* este ponto que identifica o psicanalista, situando-o, portanto, não como o predicado do sujeito, mas do lado da causa do sujeito.

Para tanto, retoma o grupo de Klein, introduzindo algumas modificações em sua leitura. Primeiro, ao dizer que o ato analítico da entrada em análise, aquele que autoriza a tarefa analisante, é um ato sustentado, tem *suas condições criadas*, é *autorizado* pelo psicanalista; ele não diz que é um ato *do* psicanalista e sim feito ao custo do analista

suportar ocupar a função do objeto *a*. Na figura abaixo, esse ato está situado no eixo entre o “*je ne pense pas*”, “eu não penso” e o “*je ne suis pas*”, “eu não sou”, que culmina na ejeção do objeto *a*. Então, aquilo que antes era apresentado como um percurso em Z espelhado e definido como a tarefa analisante, aqui é resumido nessa única flecha, pois ela comporta o término da tarefa que culmina na realização da castração, com a disjunção do falo (-φ) do objeto *a*.



Dizer que o analista apenas autoriza o ato psicanalítico me faz recordar o já afirmado no presente trabalho, de que esse ato da entrada seria um ato realizado a dois. Pois, para além das condições criadas pelo analista e de todo incentivo oferecido por ele para que o analisante se interesse pelo seu sintoma e seu inconsciente, o ato analítico apenas se efetiva pelo consentimento do analisante, o que já implica uma modificação em sua posição, chamada de retificação subjetiva. Como já dito, isso compartilha a responsabilidade sobre o andamento da análise e convoca o praticante de modo permanente a se questionar sobre os seus atos.

Feita essa entrada, o sujeito se reconhecera do lado do “eu não penso”, por conta do estranhamento provindo da percepção de haver nele um pensamento que o extrapola, o inconsciente. A tarefa analisante constitui-se por operar, em alternância, com os significantes até se deparar com a questão da falta, e por outro lado, desfazer os circuitos de identificação e de gozo enredados pelo fantasma até consentir com a perda. Da distinção da falta e da perda, subjetiva-se a questão da castração em que o sujeito resta como um efeito de divisão. Como viver assim? O impasse pressiona para o segundo ato, aí o analista deve fazer vacilar a função sujeito suposto saber e se deixar entrever como *a*. O tetraedro serve para nos mostrar que esse processo não ocorre em um *continuum*, ele implica rupturas, saltos de um lado para o outro, explicitados pelas “operações produto”.

Contudo, Lacan afirma em seguida, que o segundo ato, o ato mesmo<sup>81</sup>, não deveria ser escrito nessa figura, nesse trajeto atípico descrito acima e sim, na outra seta, aquela que parte da realização da castração, identificada pela posição ocupada pelo falo (-φ) no esquema. Então o falo aqui serve apenas para indicar que houve um consentimento da castração e, ao mesmo tempo, aponta para a disjunção com o objeto *a*, situado no outro lado. Tendo feito isso, o analisante retorna à posição inicial do esquema “*ou je ne pense pas, ou je ne suis pas*”, “ou eu não penso, ou eu não sou”: este é o trajeto do verdadeiro ato, ao qual Lacan prefere nomear um *ato sem qualificação*. “Assim, o ser do desejo une-se ao ser do saber para renascer, no que eles se atam, numa tira feita de borda única em que se inscreve uma única falta, aquela que sustenta o *αγαλμα*” (Lacan, 1967a, p.260). Esse ato é a *consumação da divisão do sujeito* com o conhecimento de sua causa, pois realiza o saber de jamais ser um sujeito pleno<sup>82</sup>.

Ao se perguntar sobre a qualificação do psicanalista, Lacan acaba de afirmar que a passagem de analisante a psicanalista se dá por meio de um ato *sem qualificação*. O faz para acentuar não ser um ato exclusivo do dispositivo analítico (como o primeiro), e sim, é o ato de *refundação* do sujeito, pois, a cada vez que ele se repete, é, simplesmente, um ato de sujeito. Para entender essa afirmação, é necessário lembrar que um dos efeitos do fantasma é adiar de modo indefinido qualquer ato do sujeito, pois ele sustenta a realização do impossível no ato sexual por meio de um *freezing* (congelamento) do sujeito. Em se assumindo como sujeito na castração, ele se liberta para o próximo passo: o de conjugar o verbo e tornar-se autor da própria experiência, mas não sem *a*, não sem uma dose de *impensável* em seu ato.

Aqui encontramos o fundamento do pensamento a que Lacan se referia no começo da lição. Um pensamento que por portar a causa, toca o sujeito e é capaz de conjugar o “eu não penso” com o “eu não sou”. E

---

<sup>81</sup> Na edição da École Lacanienne de Psychanalyse existem algumas diferenças no esquema acima: o falo não está representado, e a linha que ali se inicia é pontilhada, recebendo o nome de “ato sem qualificação”. Lacan diz ser um ato não nomeado a fim de evitar a colagem a qualquer termo, a qualquer qualificação, pois ele, na verdade, é o ato que refunde o sujeito. Apenas a outra seta recebe o nome de “ato psicanalítico”.

<sup>82</sup> Afirmação que se refere ao seguinte trecho: « *Il accomplit un acte em sachant, em connaissance de cause, pourquoi cet acte ne le réalisera lui-même jamais pleinement comme sujet* » (p.242).

ainda, o termo “assumir” merece algumas palavras, pois não é mero reconhecimento, consentimento, como se dissesse, “sim, isso existe”, “sou deste jeito”, mas é uma apropriação da verdade subjetiva, para além de uma confirmação (consciente e inconsciente): é passar a operar a partir disso, em que a divisão carne e palavra componham os futuros atos do sujeito.

Porém, nada neste percurso explica como da operação da análise surge ao analisante assumir-se enquanto psicanalista, propor-se ao programa de por meio do ato psicanalítico colaborar com o outro a se conduzir até o ato em si. Que efeito é esse do ato que surge em alguns “analisados” em desejar assumir a função psicanalista, ao qual Lacan garante ser sempre incômoda?

A questão permanece em aberto, mas pode-se dizer que passa por uma apetência à verdade, naquilo que Freud nos transmitiu de seu desejo, o compromisso em ir de encontro à verdade, a despeito do seu narcisismo, do estabelecido no social e de seu próprio sintoma. Freud revela um desejo de saber que reflete seu compromisso com a verdade: desejo de saber que se conjuga no reconhecimento de uma falta irremediável a todo saber, o de não ser todo. Então, essas condições qualificam de modo diferente este desejo do analista, pois ele não está enredado no fantasma e, portanto, encontra-se esvaziado de qualquer demanda ou gozo, é apenas o seu mecanismo: a falta enquanto causa. Mas não haveria aí alguma satisfação? Talvez apenas cada um possa aí dizer de si, e por isso, a importância do dispositivo do passe.

Então, podemos afirmar que o ato psicanalítico consiste na aquisição do sujeito em se suportar como dividido, é a assunção do efeito divisão; a obtenção de um saber, obrigatoriamente parcial sobre a sua causa, que perdurará de modo irreduzível a todo saber. É na medida em que este objeto *a* se mostrou por meio da transferência, provou sua presença, mesmo que ele seja um vazio (como no toro), que se possa extraí-lo como causa do sujeito. E ainda, sobre a transferência como meio de “encontro” com o objeto, é por que o sujeito se reconheceu na demanda instauradora do desejo, reconheceu-se determinado pela relação com os objetos parciais distribuídos sobre o psicanalista, que ele pode, da impotência do saber, se realizar enquanto sujeito (\$).

Conclusão análoga é extraída do ato trágico, em que “o herói [...] está destinado a tornar-se enfim apenas o dejetado de seu próprio empreendimento” (p.246). Este herói figura na tragédia como sendo aquele sobre quem se fecha toda a história, terminando como um mero dejetado, em quem se abate as consequências do destino. Basta vermos em

“Édipo”, cuja sina realiza tudo o que ele quis evitar, ao custo de cegar os próprios olhos e se tornar um andarilho pelo resto de sua vida. Aqui, como ali, não há uma escolha sobre o que é a verdade, apenas a de reconhecê-la e se fazer a partir dela. A diferença é que Édipo a vê de frente, isso o cega, é preciso ladeá-la.

A analogia ao ato trágico encontra solo no seu aspecto estrutural: o destino do analisante é se reconhecer no dejetivo, mesmo que daí seja esperado certo entusiasmo em vez de apenas horror ou abatimento. Isto é, se reconhecer em *a* é uma etapa lógica da análise, assim como uma divisão matemática tem sempre um produto e um resto, não há outro desfecho para uma psicanálise levada até sua realização em ato. Não que ele seja uma etapa garantida, pois há um momento de impasse que o antecede, em que o sujeito pode recuar, mas se considerarmos uma progressão, após a assunção da castração este é o próximo passo lógico.

Mesmo que Lacan reconheça que a psicanálise possa extrair um saber dos mitos, ele admite a lógica como o caminho mais seguro para dizer do sujeito, com menos risco de nos perdermos nos labirintos da significação. Então, em termos lógicos, trata-se de desvendar a relação do ato psicanalítico com algo da ordem da predicação, *ele é que situa o psicanalista*. Porém, não se pode representar *todo* o sujeito pelo significante “psicanalista”, assim como não se pode fazê-lo por outro significante qualquer. Isso requer o reconhecimento da presença do objeto *a* caído no intervalo da alienação, o reconhecimento de que o sujeito não se define todo no campo dos significantes: “é no nada do que podemos inscrever de nós mesmos no campo do Outro, que nós podemos nos reconhecer” (p.247). Ou seja, se é no que permanece real do encontro da linguagem, naquilo que não foi recoberto por ela.

O termo “todo”, como visto na lição anterior, indica para além do universal pretendido algo que estava até então mascarado, a presença no “todo” de um valor de unidade, inteireza enganadora. Isto nos permitiu reconhecer a afirmativa de que o sexo não é “todo”, não faz um, há uma impotência do que o saber inconsciente pode elaborar frente à sexualidade e, também, a impossibilidade da realização do “um todo” na conjunção sexual. Assim como o fantasma falseia a possibilidade da relação sexual, o “todo” também “usurpa, fazendo crer, que ele, o todo, vem do sexo” (p. 248).

Segundo Lacan, a lógica dos quantificadores obteve seu estatuto próprio e rigoroso ao aparentar ter conseguido excluir o sujeito e por se constituir num manejo de letras por meio de regras puras, o que não permite um variado número de interpretações, ao contrário das outras lógicas. Mas, mesmo assim, esta lógica não consegue eximir-se desse



algo que é da estrutura da linguagem, de onde provém o “todo” e o “algum”.

Lacan então apresenta, como o efeito do sujeito na lógica, algo que nela emerge sob a forma de um impasse: o *indecidível*<sup>83</sup> (*indécidable*). O termo surgiu em 1963 na matemática, através do “Teorema da Incompletude” de Gödel, que observa existirem proposições em que não se pode decidir serem elas verdadeiras ou falsas – do mesmo modo como na física já existia o “Princípio da Incerteza” de Heisenberg.

O indecidível na lógica dos quantificadores está ligado ao fato de não ser possível demonstrar que certas proposições sejam verdadeiras, mas que também não podem ser ditas falsas. O seu exemplo provém da aritmética: os *números perfeitos* são aqueles cuja soma de seus divisores resulta neles mesmos (ex.:  $6 = 1+2+3$ ;  $28 = 1+2+3+4+5+6+7+14$ ). Somente foram encontrados números pares que sejam considerados perfeitos, mesmo assim, não é possível afirmar a não existência de um número ímpar ao menos que não o seja: a existência de números perfeitos ímpares é uma questão indecidível, indemonstrável.

Este aspecto da função dos quantificadores é interessante, pois diz não haver esperança em submeter tudo a uma proposição universal, do mesmo modo que o “todo” já denunciava um engodo. Acreditar que toda sentença lógica pode ser julgada verdadeira ou falsa seria um fechamento, segundo Lacan. Tal impasse expõe a presença do objeto *a* nestas estruturas, em relação ao *todo* bivalente (inteiro ou conjunto), nos garantindo ser impossível produzir de modo *decidido* certas universais. Todo sujeito se acredita todo, vive a ilusão de uma totalidade e, por isso, ainda resiste no saber uma pretensão em se dizer tudo de modo universal.

A relação da descoberta do indecidível com a psicanálise é introduzida por Lacan por meio da seguinte afirmação: *todo saber não é consciente*. Sentença que pode ser admitida e, ao mesmo tempo, posta em questão sobre a sua validade nos seguintes termos: ela é uma universal, ou seja, pretende o todo, porém já comporta em sua negação uma afirmação particular – existe algum saber inconsciente. Isto é, o “todo” não efetiva a totalidade por fazer surgir uma particular diferente

---

<sup>83</sup> O termo *indecidível*, ao contrário de *indefinido*, não está dicionarizado, porém, seu uso é corrente na matemática e guarda um aspecto interessante: se “não decidido”, “indefinido” significa algo que não foi resolvido, remete ao tempo passado, já “indecidível” aponta para uma decisão que não ocorre em tempo algum, permanecendo em aberta.

no interior da universal – mais uma nuance do que já havia sido demonstrada ao abordar essa estranha relação entre o universal e o particular.

Lacan pergunta se poderíamos supor em todos os praticantes um certo saber que os qualifica, do mesmo modo que se diz ser o carpinteiro aquele que possui o saber da carpintaria<sup>84</sup>. Dificilmente isto se sustentaria, tendo em vista a necessidade de suspender todo o saber analítico para conseguir operar como psicanalista. Para ocupar a função de objeto *a* é necessário abster-se do saber extraído de sua análise particular, pois além desse saber não garantir o *instrumento* psicanalista, o desvirtua, pois introduziria o sujeito do analista na cena.

Segundo Lacan (1957a), o psicanalista não é alguém que detém o saber sobre o inconsciente, mas um *sujeito que não supõe um saber* ao inconsciente, no sentido de que já saiu do engano sujeito suposto saber. E ainda, ao se colocar na situação analítica, nesse momento o psicanalista não tem a menor ciência de sua ação, ele não está ali como um sujeito, logo, é impossível atribuir-lhe qualquer estatuto: é preciso confiar num *laisser faire* com *a*, um se deixar fazer com *a*. Da impossibilidade de se atribuir uma qualificação, um predicado ao que não está como sujeito e sim enquanto objeto *a*, torna indecível a questão do estatuto do psicanalista.

Esta lição, apesar de não ser a conclusiva do seminário – por conta dos ocorridos em maio de 1968 – representa um final surpreendente. Ao longo de todas as lições operamos com a concepção de dois atos psicanalíticos, que aparentemente poderiam ser bem situados no tempo e no espaço: o primeiro, um ato do analista que causa o início da tarefa analisante, e o segundo, o ato do analisante de passar a analista da própria experiência, base da autorização do praticante. No entanto, Lacan agora situa apenas um ato analítico, o que inicia a análise, ato composto por dois lados, o analista enquanto causa de uma modificação no sujeito analisante para começar os trabalhos. O segundo ato já não recebe o predicado “psicanalítico”: é o ato de fundação do sujeito enquanto divisão, o início de um sujeito que opera com *a*, um ato dito “sem qualificação”. E assim, se desse ato realizado em análise

---

<sup>84</sup> Aqui se tem um termo em francês que possui diversos sentidos, *charpente*: pode significar carpintaria em geral, bem como tábuas de madeira, vigas. No sentido amplo, diz de estrutura, qualquer material que ocupe função de sustentação (a função dos ossos para o corpo humano) ou que subsiste por trás de uma produção intelectual (a estrutura da peça teatral).

passa-se de analisante para psicanalista, esse último também é sem qualificação, pois é um “se fazer” a partir do objeto *a*.

Quanto à questão deste trabalho: o que faz um psicanalista? Ela obtém as suas respostas. Um dos aspectos, *o que faz um psicanalista na análise*, trata-se antes de tudo de ocupar o lugar de objeto *a*, agir com o “eu não penso”, para causar, de modo constante, o trabalho analisante até ele chegar a um ponto de impasse. Aí é necessário deixar vacilar a função sujeito suposto saber, para que se desvende o lugar do psicanalista enquanto *a*. Este ponto abre espaço para dizermos do segundo aspecto, que *o analista se faz em sua análise*: desse impasse, é necessário que ele tenha dado um salto para fora do enquadre fantasmático e tenha se realizado enquanto divisão, “ou eu não penso ou eu não sou”, decorrendo daí um desejo que dispense a pretensão do ato sexual, um desejo inédito que opera como causa do saber. Um salto que Lacan prefere dizer que não é da análise, ele ocorre na análise por ter como instrumento o psicanalista, mas é um ato do sujeito, um ato sem qualificação.

Para isso é preciso percorrer um caminho no sentido contrário à estruturação do inconsciente, efetuar a redução aos significantes mestres do sujeito e a sentença essencial do fantasma, para de um lado consentir com falta que o falo representa e por outro, libertar o objeto *a* do seu recobrimento imaginário. Reconhecer que essa falta é um recobrimento da perda do objeto para, deste modo, aceder à castração. Um percurso que se faz sustentado no equívoco que o Outro porte um saber capaz de definir o sujeito, engodo reapresentado na transferência sob a função sujeito suposto saber. Em “A posição do inconsciente” (1964), Lacan afirma que o psicanalista faz parte do conceito de inconsciente posto ser o seu destinatário. Mas o analista sabe de um modo radical que não sabe sobre o sujeito, mas finge esquecer para que o serviço ocorra.

Realizado enquanto um sujeito da castração, resta um salto a ser dado, um passo lógico que se realiza a semelhança da passagem ao ato, por meio de uma identificação com o objeto *a*, promovendo um lançar-se para fora do que a lei significante engendra como um lugar para esse sujeito, é uma fratura na alienação. A partir disso, o sujeito *passa a agir em nome da própria causa*.

## Momento de Concluir

Eu poderia, e talvez devesse, dizer aqui o que ficou deste escrito sobre o seminário do ato psicanalítico, retomando o percurso feito, destacando alguns pontos importantes do desenvolvimento do pensamento de Lacan, reconstruindo de modo resumido o que foi tal trabalho. Porém, fazê-lo parece-me incoerente com a *proposta* inicial; e não apenas isso, contrária à própria concepção lacaniana de pensamento apresentada num *bivium*, em que um fechamento sobre os conceitos recairia naquele mesmo modo de pensar que Lacan tanto bradou contra. Como sintetizá-lo, sem perder o efeito de sujeito que nos interessa e que se faz presente apenas no ato do seu discurso? Talvez não seja possível.

Aliás, digno de nota, foi deparar-me com o ato enquanto verdadeiro fundamento para o *método* adotado nesse trabalho, pois a proposta de escuta do texto de Lacan definiu-se como um esforço em recolher o conceito de ato psicanalítico, para além do saber sistematizado por ele, apreendê-lo na estrutura do seu discurso, naquilo que em seu pensamento contém a faceta de ato. Nesse sentido, pode-se afirmar que seu ensino constitui-se num ato, porque visa ao sujeito, e isso não se faz de modo puramente conceitual, é preciso um “saber operar” com as palavras, de modo que se obtenha tal consequência. Desse modo, o pensamento de Lacan não é feito apenas de ideias, mas de um cálculo que justifica seu modo pouco ortodoxo de proceder.

Há quem leia os seminários de Lacan e encontre dificuldades em entendê-lo, irritando-se com o seu estilo. Porém, quem teve o privilégio de ouvi-lo pessoalmente, relata que era possível o entendimento, que ele era claríssimo. É o preço da transcrição e da tradução, tema que sempre merece um debate e revisões, mas que aponta para um impossível nesses trabalhos, pois as perdas são inevitáveis. Mas o meu intento em lançar este comentário é para confirmar a ideia de que seu pensamento continha um ato. Ele era capaz de transmitir a psicanálise para além das palavras que dizia. Atualmente, é viável assisti-lo falar em alguns vídeos disponíveis on-line, em que, facilmente, nota-se o seu fazer, por exemplo, o uso do silêncio: suas longas pausas servem para bem acentuar algo que havia acabado de dizer, e não meramente o que disse.

Mas não pretendo discutir o estilo de Lacan, quero retomar os tópicos que nortearam este trabalho: a proposta e seu método. Quanto à *questão* “o que faz um psicanalista?”, ela não me é nova, em verdade, encaixa-me desde o início da formação. O começo da pesquisa do doutorado teve outra abordagem da questão e ao alcançar cerca de

setenta páginas escritas, o texto pareceu-me insustentável: não dizia absolutamente nada do que eu pretendia. Eu lia e o relia me perguntando: onde está escrito o “daquilo que eu queria dizer”? Não encontrava um traço sequer. O trabalho se chamava “Das construções à travessia do fantasma” e bem poderia render um debate sobre o final de análise em Freud e Lacan, uma continuação do que foi realizado no mestrado. Contudo, naquele momento, sem muito entender, eu não acreditava naquele texto.

Estava instalada a crise: do impasse, entre o que conseguia escrever e o que pretendia, seguiu-se um silêncio. Decidi que não retomaria tais escritos, eles não tinham conserto, sem qualquer ideia por onde caminhar. O real problema estava em como escrever para dizer o que se pretendia. Hoje, posso dizer que me senti como um *verme* com aquele trabalho, consumindo Freud e Lacan para nada dizer das consequências da psicanálise. A mudança requerida não era no tema do trabalho e, sim, em como fazê-lo. Como e o que escrever de maneira próxima àquilo que acredito ser digno com a psicanálise e para comigo mesmo?

Foram dias de angústia, e por estar fora do país, desligado de todas as exigências cotidianas, pude dedicar total consideração ao impasse. O tema do ato psicanalítico jamais tinha me ocorrido até então, sequer uma leitura havia feito em que o percebesse como um conceito essencial. Mas me perguntava: o que era preciso fazer para operar uma mudança no escrever? A resposta que sempre me ocorria me jogava num vazio: “simplesmente, escreva de outro jeito”. Voz essa que já me dizia não ser no fazer que estava a questão. Era preciso abrir mão daquela abordagem para encontrar outra. Foi nesse momento que, ainda fazendo pesquisas teóricas, fui com dois amigos à sede da Association Lacanienne Internationale e deparei-me com o seminário o “Ato psicanalítico”. O seu título saltou aos meus olhos e entendi: *a questão está no ato*.

Uma conclusão antecipada à compreensão de que “o que faz um psicanalista?” e “o que era preciso para sair do meu impasse?”, ambas, se encontravam no ato. Estava decidido um novo percurso, antes mesmo da primeira incursão no seminário.

Em 1945, numa época anterior aos seus seminários, Lacan escreveu “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, em que utiliza o sofisma sobre os três prisioneiros para pensar o tempo na psicanálise, constituído por três momentos: *instante de ver*, *tempo para compreender* e *momento de concluir*.

Este sofisma pressupõe que um dos três prisioneiros teria a oportunidade de sair da prisão, desde que desvendasse um enigma e conseguisse explicá-lo por uma *dedução lógica*. O diretor do presídio escolheria entre cinco discos, três brancos e dois pretos, um para cada prisioneiro, a ser colocado em suas costas. Eles deveriam descobrir, sem poder olhar o seu próprio, nem se comunicarem, que tipo de disco eles possuíam. Ao resolver o desafio, o prisioneiro atravessaria a porta para comunicar sua conclusão. Os três olham os discos dos semelhantes, se olham, e não se movem. Eles hesitam um pouco, e num segundo momento, os três atravessam a porta ao mesmo tempo. Todos tinham o disco branco, certeza que emerge da leitura de que todos realizaram o mesmo movimento: se os dois são brancos, posso ser preto ou branco; diante da hesitação de todos, compreende-se haver uma coincidência no que os outros viram. Emerge a certeza: também sou branco.

Assim, Lacan desdobra a existência de um tempo distante da cronologia, é o tempo lógico, o tempo do sujeito. Como havíamos dito, o sujeito em seu fantasma mantém-se numa suspensão temporal, entre um passado que não se realizou e uma promessa de futuro irrealizável. Então, a questão de uma análise pode ser revista como a de colocar o sujeito neurótico no instante da realização, no instante do ato, em oposição à impossibilidade, ao impedimento de agir do sujeito que o fantasma engendra.

Na análise, por meio da associação-livre, o analisante apresenta significantes em uma sucessão, é uma fala que se desenvolve regulada pelo tempo, numa diacronia. Fala que possibilita o surgimento de outros significantes em sua sincronia, como nos atos falhos, emergindo significações até então desconhecidas. Uma análise ocorre sob o tempo, sob as variações de ritmo e intensidade do percurso analisante. Ela possui seus *momentos* que geram consequências na vida do sujeito, inércias que parecem *atrasar* o caminhar, *pausas* angustiantes, *esperas*, *pressa* em se livrar do sintoma, *falta de tempo*, a sessão acabou. Um percurso marcado por oscilações do tempo.

A intervenção do analista se faz nesse tempo do sujeito, introduzindo a descontinuidade, cortes na linearidade do seu discurso e na atemporalidade do inconsciente. As expressões de guerra “defensiva e ofensiva” utilizadas no seminário do ato psicanalítico aludem ao tempo de espera e à precisão no instante da intervenção (o ato), enquanto partes da estratégia do psicanalista. Lacan (1964) define a transferência como “uma função essencialmente ligada ao tempo e a seu manejo” (p.858), e diz da necessidade de considerarmos o tempo de duração da sessão, o número de sessões por semana, a duração de uma

análise, os tempos da construção do fantasma, entre tantas outras referências temporais. Uma análise se dá sob o tempo do neurótico, visando promover uma subversão do sujeito que instaure a dimensão do instante, da realização do ato psicanalítico: momento que marca a sua conclusão.

O ato do psicanalista enquanto uma questão, não se realiza totalmente neste escrito, assim como a pulsão insiste em dar sempre mais uma volta em seu circuito, a questão também não deve se esgotar, exigindo o repassar pelos mesmos trilhos, diversas vezes. Uma questão fundamental para o praticante a ser sustentada sem a pretensão de acabamento, mas mantida viva sob um olhar arguto e referido ao que Lacan (1975-76) definiu tardiamente como um “*savoir y faire*”. Uma expressão cunhada ao falar do *sinthome* como novo término da análise e este saber como o seu saldo. Não vou adentrar nas formulações lacanianas sobre a questão do estilo presentes nessa expressão, mas gostaria de pensá-la um pouco com o trabalho que se fez aqui.

“*Savoir y faire*” diz de um “saber fazer” que, paradoxalmente, pela presença da letra “y”, guarda algo de indefinido, de irrespondível, de indecível sobre o fazer do psicanalista.

Na língua francesa este “y” tem outra função, pode ser um pronome adverbial, servindo para substituir alguma coisa, lugar, pessoa ou situação em uma sentença. Mas existe uma diferença: “*savoir-faire*” significa *know-how* e alude a um domínio sobre uma situação, provindo da experiência e do conhecimento formal, é um “saber como fazer”. Já o “*savoir y faire*”, traduzido livremente por “saber fazer com”, comporta uma dimensão de risco, própria à intervenção do analista; pois ela não é da ordem de um “fazer” sabido e acabado, mas de um ato, e aí não se é sem o objeto *a*, trata-se de um *saber fazer com a*.

Acontece que na matemática, tão requerida nesse percurso, o “y” representa um segundo termo desconhecido após o “x”. Ele é uma segunda incógnita de uma equação. Não apenas isso, esta letra também pode representar uma função da variável “x”. Lacan (1967a) utilizou o “x” para representar o objeto *a* em sua formulação sobre o desejo do analista, uma função da análise representada por  $f(x)$ . Se o que faz um psicanalista se formula enquanto *função desejo do analista* a partir do objeto *a*, e isso constitui a base de um “saber fazer”, logo, pode-se afirmar:

$$y = f(x)$$

O “savoir y faire” é uma disposição que, para se efetivar, depende da variável objeto *a*, posta na função desejo do analista. Isto é, refere-se a um “saber aí fazer”, um “saber y fazer” advindo da experiência analisante, em que o sujeito opera, a partir de um *reconhecimento*, com *a*. Posição que faz uma reinvenção da *Verleugnung* constituinte da divisão – pois se sai da faceta de *rejeição* demonstrado pelos afetos de horror, nojo e desprezo pelo objeto – e se passa a agir com ela, sabendo-se não todo senhor em seus próprios atos. Paradoxalmente, este ato se afirma ser “autêntico”, pois o *sujeito toma como sua causa, o que lhe causa*. É verdadeiramente, um salto lógico no interior da estrutura e a única condição que realmente importa na autorização do psicanalista.

Quanto ao decidir-se por se fazer de objeto *a* para os outros para reproduzir a experiência, isso depende do surgimento de uma nova satisfação, um *gai savoir* – expressão que pode ser traduzida por “gaio saber”, “alegre saber”. Lacan (1973) ao utilizá-la, convoca a obra de Nietzsche, “Gaia Ciência”, em francês “Gai Savoir”, em que esse faz uma crítica à ciência moderna, em oposição ao modo pelo qual os trovadores medievais realizavam um saber em suas poesias.

Segundo Barros (2007), Gaia era nome da deusa entre os antigos povos romanos que representava a Terra e a fertilidade, simbolizando a vida. No período medieval, torna-se um adjetivo que significa mundano, mas também *alegre, intensamente vivo*. Aplicado como um adjetivo do saber, e próprio à poesia dos trovadores, revela a dedicação deles em desfrutar a vida de modo intenso, a busca pela arte do “saber viver”. A gaia ciência dos trovadores dedica-se, principalmente, à *arte de tecer versos* e à transformação da própria vida em uma obra de arte.

Como parte de seu legado, encontra-se a origem do “ne...pas” como expressão da negação na língua francesa. Um fato interessante se considerarmos todos os arranjos efetuados com a negação por Lacan, em seu seminário. Os cancioneiros que iam de vila em vila, de casa em casa apresentando-se, ao final do espetáculo, pediam pousada e alimento. Faziam isso com uma última canção que afirma: “não ser possível andar mais um passo, sem beber até a última gota, e comer todas as migalhas”. Artificio que utiliza de pequenas quantidades para dar ênfase à negação, como o “passo” para movimento, a “gota” para bebida, a “migalha” para comida: *je ne marche pas, je ne bois goutte, je ne bouge mie*. Na modernidade, o passo (*pas*) permaneceu como uma partícula da negação. O passo como negação foi uma invenção do alegre saber dos trovadores.



Aplicado à psicanálise, o *gai savoir* ainda remete à busca do *bem dizer*, o encontro de uma leveza *com o saber*, pela possibilidade de brincar com as próprias pretensões, e ainda, uma alegria *no saber* referido à verdade, uma satisfação na decifração, em oposição ao “não querer saber nada disso” neurótico. Que se encontre, no ponto limite entre o saber e a verdade, um novo modo de dizer, mais uma vez.

O momento ainda não é o de conclusão. O término deste trabalho encerra apenas os primeiro laços, os primeiro pontos dessa tecedura.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALLOUCH, J. – **Alô, Lacan? – É claro que não**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

ARISTÓTELES. **Física**. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

\_\_\_\_\_. **Órganon**. Tradução Edson Bini. Bauru: Edipro, 2ª ed., 2010.

BARBUT, M. **Sobre o sentido da palavra estrutura nas matemáticas**. In: Letra Freudiana. O ato analítico. Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.145-167.

BARILLOT, P. **Particularité de l'acte analytique**. In : *Mensuel 39*. Bulletin interne de EPFCL, p. 22-30, 2009.

BARRETO, M.L.B. **Ato analítico – operação significante**. In: Letra Freudiana. O ato analítico. Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.45-51.

BARROS, J. D'A. **Gaia Ciência dos trovadores medievais**. In: Revista de Ciências Humanas, UFSC, v. 41, n. 1 e 2, abril e outubro de 2007, p.83-110.

BISPO, C. A. F. **Introdução à lógica matemática**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BOONS, M. C. **Uma Escola “de psicanálise, à prova do ato”**. In: Letra Freudiana. O ato analítico. Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.3-21.

BRODSKY, G. **Short story: os princípios do ato analítico**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

BRUNO, P. **Passe sem fim?** In: Stylus, n.3. Belo Horizonte: Associação Fóruns do campo lacanianos, out 2001, p.9-13.

CABAS, A. G. **Traduzindo Lacan – problemas e impasses.** In: LARA, E. M. (org.). *Escola da Coisa – Cadernos n. 0.* Curitiba: Juruá, 2010, p. 51-63.

\_\_\_\_\_. **Sobre o conceito de experiência e o estatuto do saber no discurso analítico.** In: PEREZ, D.O., (org), *A eficácia da cura em psicanálise: Freud-Winnicott-Lacan.* Curitiba: CRV, 2009.

CARVALHO, R.R.P. **Uma mulher quer um analista.** In: *Letra Freudiana. O ato analítico.* Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.65-68.

CASTANET, D. **Da eficiência do ato e do desejo do psicanalista.** In: *Stylus*, n.4. Belo Horizonte: abril de 2002, p. 68-74.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CLÉRO, J-P. **Le vocabulaire de Lacan.** Paris : Ellipses, 2002.

CURY, S.D.C. **Do ato, o que se repete?** In: *Letra Freudiana. O ato analítico.* Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.85-90.

DESCARTES, R **Meditações sobre a filosofia primeira.** Campinas: Unicamp, 2004.

DISITZER, S. **Ato e escrita ou “um tratado de eliminação de paranoias”.** In: *Letra Freudiana. O ato analítico.* Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.91-96.

FERNANDEZ, M. R & PERES, R.S.M, **Do ato freudiano: o dizer do analista.** In: *Letra Freudiana. O ato analítico.* Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.39-43.

FINGERMANN, D. **A análise dos analistas.** In: *Jornal de Psicanálise*, n.41. São Paulo: jun. 2008, p.131-139.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem.** (artigos selecionados), 2º ed. ampliada e revista. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009:

- Conceitografia, “Prefácio” (1879);
- Aplicações da Conceitografia (1879);
- Sobre a justificação científica de uma conceitografia (1882);
- Sobre a Finalidade da Conceitografia (1882-83).

**FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira.** Rio de Janeiro: Imago, 1996:

- Projeto para uma psicologia científica (1895), v. I.
- Estudos sobre a histeria (1893-95), v. II.
- A interpretação dos sonhos (1900), v. V.
- Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901), v. VI.
- Fragmentos da análise de um caso de histeria (1905), v. VII.
- Recordar, repetir e elaborar (1915), v. XV.
- Bate-se numa criança (1919), v. XVII.
- Além do Princípio do Prazer (1920), v. XVIII.
- A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher (1920b), v. XVIII.
- Análise terminável e interminável (1937), v. XXIII.
- Construções em análise (1937b), v. XXIII.

**HARARI, R. O que acontece no ato analítico? A experiência da psicanálise.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

**HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do Espírito, parte 1.** Petrópolis: Vozes, 1992.

HOLLAND, T. **Rubião. O triunfo e a tragédia da República Romana.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOUAISS, A & VILLAR, M S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOWARD, M. **Clausewitz.** Nova York: Universidade de Oxford, 1983.

IANNINI, G. **Não há formalização sem restos: Frege com Lacan.** In: Estudos lacanianos, v2, n.3. p.99-110, 2009.

KNEALE M. & KNEALE W. **O desenvolvimento da lógica.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekien, 1980.

KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

LACAN, J. **Le séminaire.** Paris : Association lacanienne Internationale. Publications hors commerce :

- Livre XIV. La logique du fantasme (1966-67).

- Livre XV. L'acte psychanalytique (1967-68).

\_\_\_\_\_. **Le séminaire.** Livre XV, L'acte psychanalytique. Version électronique de L'ÉLP: <http://www.ecole-lacanienne.net/seminaireXVbis.php>.

\_\_\_\_\_. **Seminário XIII, El objeto del psicoanálisis (1965-66) .** Tradução para o espanhol de Pablo Roman (1991) da versão original da EFA, revisada em ampliada em 2010 (JCM).

\_\_\_\_\_. **O Seminário:**

- Livro IV, A relação de objeto (1956-57). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Livro VII, A ética da psicanálise (1959-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- Livro VIII, A transferência (1960-61). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- Livro IX, A identificação (1961-62), versão não comercial do Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Livro X, A angústia (1962-63). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- Livro XI, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- Livro XIV, A lógica do fantasma (1966-67). Versão não comercial do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2008.
- Livro XV, O ato psicanalítico (1967-68). Versão não comercial.
- Livro XVI, De um Outro ao outro (1968-69). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- Livro XVII, O avesso da psicanálise (1969-70). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- Livro XXIII, O sintoma (1975-76). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998:

- O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada (1945).
- Função e campo da fala e da linguagem (1953).
- Variantes da cura-tipo (1955).

- A direção de cura e os princípios de seu poder (1958).
- Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960).
- Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval (1964).
- O seminário sobre “A carta roubada”(1966).
- A ciência e a verdade (1966).
- Do sujeito enfim em questão (1966).

\_\_\_\_\_. **Outros escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003:

- A psicanálise verdadeira, e a falsa (1958).
- Ato de fundação, proferido em 1964 (1965).
- Problemas cruciais para a psicanálise, resumo do seminário de 1964-65.
- A lógica do fantasma, resumo do seminário de 1966-67.
- Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista na escola. (1967a)
- O engano do sujeito suposto saber (1967b).
- A psicanálise. Razão de um fracasso (1967c).
- O ato psicanalítico (1969).
- Nota italiana (1973).
- Televisão (1973).

\_\_\_\_\_. **Introduction de *Scilicet* au titre de la revue de l'École Freudienne de Paris.** In : *Scilicet*, n. 1, Paris: Seuil, 1968, pp. 3-13.

\_\_\_\_\_. **Saber, ignorância, verdade e gozo** (1971). In: Estou falando com as paredes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

LAURENT, E. **Lacan clássico**. In: Concepciones de la cura en psicoanálisis. Buenos Aires: Manantial, 1984, p. 7-18.

LÉVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale** (1958). Paris: Plon, 2010.

LIMA, M.A.C., **Da interpretação ao ato analítico**. Tese não publicada, realizada na UFRJ no programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica, defendida em 2008.

PACHECO, A.L.P. **Repetir, rememorar e decidir: a análise entre o instante da fantasia e o momento do ato**. In: *Hérite* n.7, Os tempos do sujeito do inconsciente. Revista dos fóruns de psicanálise do campo lacaniano, 2010, p.25-29.

PLATÃO. **Mênon**. Texto estabelecido por John Burnet, tradução Maura Iglésias. Rio de Janeiro: PUC- Rio, Loyola, 2001.

RAY, A.(dir.). **Le Grand Robert de la langue française**. Version électronique. Paris: Le Robert, 2005.

RAZAVET, J-C, **Du roc de la castration au roc de la structure**. Bruxelles: Boeck Université, 2008.

ROUDINESCO, E. **História da Psicanálise na França, v.2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTOS, T.C. **Do saber suposto ao saber exposto: a experiência analítica e a investigação em psicanálise**, p.10-27 In: BEIVIDAS, W. (org). *Psicanálise, pesquisa e universidade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.



STRAUSS, M. **Le temps du désir, les temps de l'interprétation, le temps de l'acte.** In: *Hérite* n.7, Os tempos do sujeito do inconsciente. Revista dos fóruns de psicanálise do campo lacaniano, 2010, p.30-33.

TORRES, R.S., **Dimensões do ato em psicanálise.** São Paulo: Annablume, 2010.

VALAS, P. **As dimensões do gozo. Do mito da pulsão à deriva do gozo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

VEGAS, M.Z. **Fixão.** Trabalho de cartel apresentado na VI Jornada de Cartéis da Escola da Coisa Freudiana, Curitiba, 2008.

\_\_\_\_\_. **A noção freudiana de construção.** Curitiba: Juruá, 2008.

VICTORA, L.G. **O ato psicanalítico,** Cadernos da APPOA, n.149. Porto Alegre: APPOA, 2006, p.1.

VIDAL, E. A. **Pulsão e ato analítico.** In: *Letra Freudiana. O ato analítico.* Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.23-30.

\_\_\_\_\_. **No início era o ato.** In: *Letra Freudiana. O ato analítico.* Ano XV n. 16. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p.99-108.

VINCIGUERRA, R-P. **Parcours d'une analyse et passe. Une lecture du tétraèdre du Séminaire XV, L'Acte psychanalytique.** In : *Lettre Mensuelle,* n. 263. Paris: 2007, p.9-12.